

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINE TECCHIO

**A COLUNA DA MORTE: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E A ESCRITA
DE SI DO TENENTE JOÃO CABANAS (1924-1928)**

Marechal Cândido Rondon - PR

2021

**A COLUNA DA MORTE: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E A ESCRITA
DE SI DO TENENTE JOÃO CABANAS (1924-1928)**

Texto apresentado, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em História, por Caroline Tecchio, ao curso de Pós-Graduação em História, pela linha Cultura e Identidades, da UNIOESTE.

Orientadora: Professora Dra. Méri Frotscher Kramer.

Marechal Cândido Rondon - PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Tc	Tecchio, Caroline A COLUNA DA MORTE: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E A ESCRITA DE SI DO TENENTE JOÃO CABANAS (1924-1928) / Caroline Tecchio; orientadora Méri Frotscher Kramer. -- Marechal Cândido Rondon, 2021. 228 p. Tese (Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2021. 1. Tenentismo. 2. Levante Paulista de 1924. 3. Representações. 4. João Cabanas. I. Frotscher Kramer, Méri, orient. II. Título.
----	--



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE CAROLINE TECCHIO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 16 dia(s) do mês de abril de 2021 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Caroline Tecchio, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Meri Frotscher Kramer, Rogério Rosa Rodrigues, Marcos Nestor Stein, Márcia Janete Espig. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Meri Frotscher Kramer, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "A COLUNA DA MORTE: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E A ESCRITA DE SI DO TENENTE JOÃO CABANAS (1924-1928)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Rogério Rosa Rodrigues, Marcos Nestor Stein, Márcia Janete Espig. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Meri Frotscher Kramer

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Rogério Rosa Rodrigues

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC ()

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE CAROLINE TECCHIO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Márcia Janete Espig
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Marcos Nestor Stein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Claércio Ivan Schneider
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Caroline Tecchio
Aluno(a)


Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Doutorado da candidata Caroline Tecchio deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que a candidata foi considerada APROVADA na bancade defesa realizada na data de 16 de abril de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Rogério Rosa Rodrigues**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Caroline Tecchio, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 16 de abril de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Revisar as palavras-chave.

Ressaltar a qualidade da abordagem, a pertinência historiográfica e política da pesquisa. É um trabalho que tem potencialidade para publicação, seja em livro, seja em diversos artigos. Assim como pode ser desdobrado em outras pesquisas no futuro.

Atenciosamente,



Rogério Rosa Rodrigues
Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

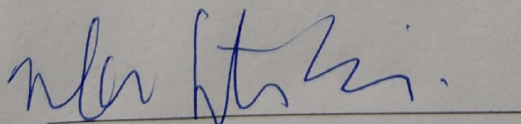
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Márcia Janete Espig, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Caroline Tecchio, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizoo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 16/04/2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Márcia Janete Espig
Professora Associada
Universidade Federal de Pelotas



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Caroline Tecchio, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 16 de abril de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A tese contribuirá para o debate historiográfico sobre a história política brasileira do século XX.

Atenciosamente,

Marcos Nestor Stein

UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

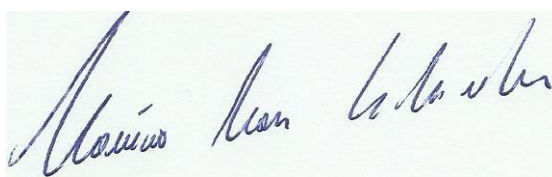
**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA
DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Claércio Ivan Schneider, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Caroline Tecchio, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 16/04/2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Claércio Ivan Schneider

Instituição: Unioeste

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DOUTORADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente CAROLINE TECCHIO, declaro que realizei a minha DEFESA DE DOUTORADO **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: A COLUNA DA MORTE: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E A ESCRITA DE SI DO TENENTE JOÃO CABANAS (1924-1928), para banca examinadora realizada na data de 16 de Abril de 2021.

Atenciosamente,



CAROLINE TECCHIO

AGRADECIMENTOS

A escrita de minha tese se concretizou porque tenho incontáveis agradecimentos a fazer. Ao longo destes quatro anos e oito meses, tive acolhimento, compreensão, apoio, e tudo mais que precisei. Antes de iniciar, cumpro a promessa de parafrasear um acadêmico do curso de História, que em seu relatório de estágio escreveu: “eu agradeço primeiramente a mim por não ter desistido”. Faço minhas as palavras dele. Numa sexta-feira à noite, depois de uma jornada de 40 horas de trabalho, ministrando entre cinco ou seis ementas simultaneamente, viajando cerca de mil quilômetros por semana e cursando o doutorado, eu precisava daquela dose de humor e perseverança.

Reconheço que minha determinação de nada valer, não fosse ter encontrado profissionais da melhor qualidade, que contribuíram imensamente em minha formação. Tive o privilégio de ter meu projeto aprovado na linha de Cultura e Identidades, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no qual fui aluna dos estimados professores Moisés Antiqueira, Yonissa Marmitt Wadi, Rinaldo Varussa, Marcos Nestor Stein e Méri Frotscher Kramer. Vocês, juntamente a meus colegas de turma – em especial Daniele Brocardo e Ana Cristina Hammel – possibilitaram discussões e momentos muito importantes em meus estudos.

Agradeço aos membros da banca examinadora de qualificação Rosemeri Moreira, Márcia Janete Espig, Marcos Nestor Stein e Méri Frotscher Kramer. Em uma tarde que redirecionou os rumos da pesquisa, estive entre professores de diferentes etapas de minha vida acadêmica. Rosemeri foi minha professora na graduação, com quem sigo aprendendo, desde 2014, quando nos tornamos colegas de trabalho na Universidade Estadual do Centro-Oeste. A professora Márcia, minha orientadora de mestrado e amiga, é sem dúvidas responsável por eu seguir na carreira e encarar testes seletivos e seleção de doutorado. Com o professor Marcos, já no doutorado, aprendi sobre pesquisa, cuidado na escrita e serenidade. Minha orientadora Méri Frotscher Kramer surpreendeu pela dedicação e comprometimento com meu trabalho. Apenas me resta agradecer por guiar o processo de pesquisa e escrita, por compreender e se importar comigo para além da tese e estar ao meu lado, mesmo quando a vida me fez parar.

Ainda do ambiente acadêmico, agradeço aos membros da banca examinadora de defesa, sendo eles Méri Frotscher Kramer, Marcos Nestor Stein, Claércio Ivan Schneider,

Rogério Rosa Rodrigues e Márcia Janete Espig. Submeter meu trabalho a vocês foi uma honra.

Na Universidade Estadual do Centro-Oeste, onde sou professora colaboradora pelo Departamento de História, muito devo a meus colegas e amigos. Tomo a liberdade de não citar nomes porque felizmente a lista é grande. Nunca me faltaram mãos estendidas para alcançar um livro, conversar sobre a pesquisa e dividir momentos frente a vida profissional ou mesmo as incertezas como jovem pesquisadora. Além destes, tive a oportunidade de dividir partes do texto de qualificação e do texto final com amigos leitores que ampararam a escrita, são eles Monique Gartner, Wagner Fiuza, Bruna Silva, Dejair Dionísio e Kety de March. E assim, entre viagens nas madrugadas – para Marechal Cândido Rondon ou a extensão da Unicentro em Coronel Vivida – convivi com pessoas que apoiaram este trabalho, e deixaram meus dias mais leves com suas presenças.

Também contei com o apoio de minha família, meus pais Mercedes e Silvino, minha insuperável parceira e irmã Andréia, meu irmão Debastiani, meus sogros, cunhados e avós. A família Benetti de Toledo, mais que uma casa para me hospedar, ofereceu um lar onde eu poderia deixar minha filha, e literalmente do início ao fim, estiveram comigo. A casa da tia Teresa recebeu a Ângela, a nossa “anja”, que aceitou viajar comigo e cuidar da Laura durante os horários de aula. Foi meu lar também a casa da vó Chica e da Camila, onde eu dormia algumas horas antes de seguir viagem, e do Paulo e da Mônica, refúgio para momentos felizes e para estudar. Agora a prima Evandra, Benetti e os amigos Deomar Villagra e Fábria Tonini, meus queridos sempre a postos, marcam essa etapa de conclusão, levando as versões impressas até a banca. Além de serem meus amigos amados, são símbolos para cada uma das etapas. A Fabia fez minha inscrição para o vestibular para o curso de História na Unicentro no ano de 2004, quando as inscrições eram feitas somente no correio e a “amiga da minha irmã” morava no Paraná. Segui meu caminho e estudei em Pelotas com o Deomar. Dez anos sem nos ver não são nada perto do laço que nos une, do prestígio que tenho por ele e sua família. No doutorado quem me acompanhou foi a Evandra. Alegre, disposta e sempre pronta para me fazer rir. Ela deixou meus dias melhores e ajudou a cuidar da minha filha.

Além dos amigos, da família, e do convívio com afetuosos estudantes do curso de História da Unicentro, o auxílio dos mestres de Reiki Edimar e Laide Krindger, meu irmão do coração André Alves Pereira, Adriano Caillot e Cândido Bertinatto, permitiu que eu mantivesse a energia necessária para um trabalho que demandou tanto empenho. Gratidão pelas experiências, pelos envios de Reiki, iniciações e práticas compartilhadas.

E para encerrar, escrevo sobre aqueles que viram tudo isso acontecer bem de perto. O Diego Tecchio precisou suprir sozinho funções que antes eram divididas. Agradeço a ele por todas as idas ao mercado, os pratos que me trouxe no sofá e as outras qualidades suas que nutrem o nosso convívio. Seu trabalho como educador é inspiração. Sua postura de pai me encanta e sou grata pelo nosso reiterado sim!

Gratidão à minha filha Laura Carolina, uma criança que, em sua gentileza, durante um momento de aflição compartilhado com a família sobre a escrita de uma nota de rodapé, perguntou: “qual rodapé? Aquele de palma, palma, palma, pé, pé, pé, roda, roda, roda caranguejo peixe é?” Naquele instante, Laura cumpriu a intenção de alegrar a mãe doutoranda. A trilha sonora das viagens de Guarapuava até Marechal Cândido Rondon para as aulas em 2016 veio em boa hora, mostrando que o doutorado não nos impediu de guardar doces lembranças, e o bebê de dez meses de idade de quando iniciei essa jornada cresceu, capaz de tão graciosa associação. Ademais, agradeço pelas vezes que me impediu de estudar. Se meu senso ético dizia para ser doutoranda o tempo todo, seus olhos elevaram os meus para a vida que passa e, por conta da sua presença eu senti... Senti medo, sono, felicidade, leveza e confiança, porque se eu pude ser sua mãe, todo o resto eu posso, incluindo esse título acadêmico. Laura Carolina estava comigo durante a greve de 2015, sendo gerada em meu ventre enquanto eu esboçava o projeto. Logo se tornou uma excelente companheira de viagem no primeiro semestre de aulas, após o ingresso na turma de doutorado em 2016.

Sobretudo, essa criança tão preciosa me deu o exemplo da força da vida, fazendo de si e de nós um milagre. Aprendi que se a vida não se cumpre em uma primeira vez, talvez dê muito certo – e deu – na segunda. E depois de uma nova frustração, Laura se manteve perseverante, companheira e carinhosa. Num misto de conselhos precisos e exigências, ficou ao meu lado, incansável, pedindo que não fosse o único arco-íris da nossa casa. E ele veio, é meu filho Lael Vitória, nascido pouco mais de duas semanas após a defesa desta tese. Chegou sendo a luz que destoa do caos gerado pela pandemia da Covid-19, pelo desgoverno e pelo negacionismo. O Lael é nossa escolha carregada de esperança e merece o melhor da minha fé, da minha calma, do meu amor. A vocês meus filhos gratidão, gratidão e gratidão!

RESUMO

Analisar as representações sobre João Cabanas e a escrita de seu livro *A Coluna da Morte* guiou a produção desta tese. O líder tenentista combateu no Levante Paulista de 1924 e se destacou pelo uso de estratégias militares audaciosas, principalmente à frente da Coluna da Morte, uma subdivisão da Coluna Paulista que existiu desde a retirada dos tenentes da cidade de São Paulo, até meados de 1925. Em 1926, publicou o livro durante seu exílio, no Paraguai, fazendo da escrita uma possibilidade para sua autodefesa, dada a imagem depreciativa construída sobre ele pelos legalistas. Além do livro, trabalho com outras fontes, das quais se sobressaem o jornal *Correio Paulistano*, o relatório do inquérito publicado em forma de livro, intitulado *Levante Subversivo de 1924*, e os livros *Narrando a Verdade* e *O Resto da Verdade*, escritos por Abílio de Noronha. Esse estudo trata das autorepresentações de João Cabanas e as representações sobre ele e a Coluna da Morte. Para atender a esse objetivo, o estudo se insere no campo da História Cultural, e trabalha com os conceitos de representação, memória e escrita de si.

Palavras-chave: Tenentismo, Levante Paulista de 1924, João Cabanas, Representações.

ABSTRACT

Analyze the representations of João Cabanas and writing his book *The Death Column* guided the production of this thesis. The leader lieutenants fought in the Levant Paulista 1924 and stood by the use of audacious military strategies, especially ahead of the Death Column, a subdivision of the column Paulista that has existed since the withdrawal of the lieutenants of the city of São Paulo, by mid-1925. In 1926, he published the book during his exile in Paraguay, doing of the writing a possibility for self-defense, given the derogatory image built over it by loyalists. In addition to the book, I work with other sources, including the newspaper *Correio Paulistano*, the survey report published in book form, entitled *Levante Subversivo* of 1924, and the books *Narrando a Verdade* and *The Rest of Truth*, written by Abílio de Noronha. This study deals with the self-representations of João Cabanas and the representations about him and the Column of Death. To meet this objective, the study is inserted in the field of Cultural History, and works with the concepts of representation, memory and writing of the self.

Keyword: Tenentismo, Levante Paulista de 1924, João Cabanas, Representations.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Capa do <i>Correio Paulistano</i> de 6 de julho de 1924.....	37
Imagem 2: Fotografia de João Cabanas.....	56
Imagem 3: Imagem 3. Fonte: Mapa interativo com locais por onde passou Cabanas.....	58
Imagem 4: Plínio Reys, redator político do <i>Correio Paulistano</i>	67
Imagem 5: João Cabanas e o livro <i>A Coluna da Morte</i>	122
Imagem 6: Capa de <i>Narrando a Verdade</i>	125
Imagem 7: Capa de <i>O Resto da Verdade</i>	141
Imagem 8: João Cabanas e Batista Luzardo.....	192

LISTA DE SIGLAS

CP – Correio Paulistano

DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social em São Paulo

PD – Partido Democrático

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Riograndense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

CAPÍTULO 1

NO CALOR DA HORA: JOÃO CABANAS NO <i>CORREIO PAULISTANO</i>	31
1.1 “Insubordinação contra a legalidade”: representações sobre o Levante Paulista e a Coluna Paulista	33
1.2 O “famigerado” tenente Cabanas	47
1.3 “O governo senhor absoluto da situação”: as notícias de vitória legalista	62
1.4 A imagem pejorativa de Cabanas nas narrativas sobre violência	72

CAPÍTULO 2

EMBATES EM TORNO DO LEVANTE PAULISTA: JOÃO CABANAS E ABÍLIO DE NORONHA ENTRE A JUSTIÇA E A HISTÓRIA	92
2.1 Cabanas e Abílio de Noronha no relatório <i>Movimento Subversivo de Julho</i>	95
2.2 Os militares de 1924 e escrita da história: a repercussão de livros sobre o Levante Paulista na imprensa	110
2.3 General Abílio de Noronha: um legalista sob suspeição e seu livro <i>Narrando a Verdade</i>	123
2.4 <i>O Resto da Verdade</i> , a Justiça e a História.....	140

CAPÍTULO 3

A COLUNA DA MORTE: A ESCRITA DE SI DE JOÃO CABANAS	153
3.1. A experiência autobiográfica de João Cabanas: escrita de si e memória	155

3.2. Cabanas herói: o estrategista militar e a violência em sua autorrepresentação	169
3.3. Cabanas republicano: um projeto de nação em <i>A Coluna da Morte</i>	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
ANEXOS.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220

INTRODUÇÃO

No Brasil dos anos 1920, narrativas sobre as Revoltas Tenentistas foram propagadas por militares e civis que se envolveram em conflitos armados e almejavam um lugar na história. Dentre os testemunhos que falavam em nome de uma verdade estava o de João Cabanas, um tenente da Força Pública de São Paulo, que elaborou uma autorrepresentação publicada em 1926, durante seu exílio em Assunção, no Paraguai, logo em seguida aos eventos políticos vivenciados e protagonizados por ele, a saber, o Levante Paulista de 1924 em São Paulo e a Coluna Paulista, da qual fez a retaguarda com a sua Coluna da Morte. O livro *A Coluna da Morte sob o comando do tenente Cabanas* acentuou a visibilidade do autor no tenentismo e consiste na fonte que direcionou a construção desta tese.

O cenário predominante do livro de Cabanas acompanha o Levante Paulista de 1924 - durante os 23 dias do mês de julho de 1924 em que os tenentes ocuparam a capital - e a Coluna Paulista em sua trajetória por São Paulo e pelo interior do Paraná. O Levante Paulista e a Coluna Paulista fazem parte do Movimento Tenentista, caracterizado por uma série de ações políticas contra o poder constituído, principalmente durante os anos 1924 e 1925¹. Os conflitos armados do movimento tiveram início com o Levante dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1922². Esse primeiro Levante, ainda que tenha sido rapidamente contido, lançou as bases da contestação política que se estendeu nos anos seguintes. Dois anos depois, a data escolhida para uma nova investida contra o governo rememorava o ocorrido em 1922. O “Segundo 5 de Julho” iniciado em São Paulo, em 1924, ficou conhecido como Levante Paulista ou, entre os adeptos do movimento, como a Revolução Brasileira de 1924.

¹ Dentre as ações mencionadas, destacaram-se o Levante dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922 no Rio de Janeiro, o Levante Paulista de 1924, em São Paulo, a Coluna Paulista que percorreu o interior de São Paulo e do Paraná entre 1924 e 1925, a Coluna Prestes do Rio Grande do Sul e sua junção com a Coluna Paulista, que deu início a Coluna Miguel Costa-Prestes, movimento que se estendeu até 1927 e percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo Brasil. Um trabalho que oferece um panorama dos embates citados é o livro *A Revolução de 1930* de Boris Fausto.

² O estopim do movimento se deu por conta das chamadas “cartas falsas” ao presidente eleito Arthur Bernardes. O conteúdo seria repleto de críticas ao exército, e mesmo após comprovado que Bernardes não era o autor, a crise entre exército e governo estava instaurada. Um estudo completo sobre essa temática pode ser consultado em: VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922 - 1932)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

No momento em que eclodiu o Levante Paulista, João Cabanas, no posto de 1º Tenente do Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo, aguardava a apreciação de seu pedido de desligamento da polícia, conforme declaração dada pelo tenente em uma entrevista ao *Jornal da Tarde* em 1973. Cabanas estaria decepcionado com os apadrinhamentos que observava na vida militar³. O livro *A Coluna da Morte* inicia com um diálogo entre Cabanas e o Major da Força Pública Paulista Miguel Costa⁴. Nesta narrativa retrospectiva ele se associa, portanto, já de início, ao comandante reconhecido e consolidado como um dos principais líderes do Movimento Tenentista. No breve diálogo, Miguel Costa teria perguntado se Cabanas era brasileiro. Ao responder afirmativamente, inferiu que compreendia que seu dever - enquanto brasileiro - era aderir à “revolução”. O nacionalismo, o dever de zelar pela pátria e a legitimidade de estrangeiros nos conflitos armados são alguns elementos e questões presentes no texto de Cabanas, tenente responsável por tomar a Estação da Luz durante o Levante Paulista. Na retirada dos tenentes de São Paulo, passou a comandar um grupo de 95 homens, aos quais Cabanas se referiu dizendo que foram “batizados com o pomposo nome de batalhão”⁵. Sua principal função era fazer a retaguarda da Coluna Paulista e, com isso, teve um papel fundamental na manutenção da coluna em sua passagem pelo interior de São Paulo e do Paraná, até que em 30 de abril de 1925 se desligou do “exército revolucionário”⁶ e, alegando problemas de saúde, seguiu para o que chamou de “exílio involuntário” em Assunção, no Paraguai.

O olhar lançado para o livro *A Coluna da Morte* e a pesquisa acerca das representações sobre Cabanas em outras fontes resulta de um desdobramento da pesquisa realizada por mim durante o Mestrado. Na dissertação *Memórias do combate à Coluna*

³ No verbete, a informação é de que João Cabanas pertencia ao Exército, contudo, o tenente era da Força Pública de São Paulo. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cabanas-joao>

⁴ Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues nasceu na Argentina em 1874. Era major do Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo e, assim como Cabanas, vivenciou a militarização da Força Pública nos anos 1920. Ajudou na organização do Levante Paulista de 1924, foi um dos principais líderes políticos do movimento tenentista, atuando na Coluna Paulista e na Coluna Miguel Costa-Prestes, quando foi promovido, dentro do movimento, a coronel. Essas informações constam em ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel_costa.

⁵ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 55.

⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 247.

*Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)*⁷, defendida em 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, analisei as memórias de um soldado legalista que participou do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense entre 1924 e 1925. Suas experiências são narradas em forma de pajadas⁸, cujos versos estão registrados no *Caderno de Anotações* de outro soldado: Ernesto Baptista Tecchio⁹. O estudo, desenvolvido na perspectiva da História Cultural, versou sobre as impressões de um soldado raso ao participar dos conflitos decorrentes do tenentismo. Alguns trechos do livro *A Coluna da Morte* foram esclarecedores, pois relatavam os mesmos eventos vivenciados pelo soldado legalista autor das pajadas, que fazia parte do destacamento do Coronel Vasco Varella, grupo esse atacado por Cabanas no conflito de Formigas, no Paraná, em 1925¹⁰. Desde a primeira leitura, percebi que no livro *A Coluna da Morte* havia bem mais que uma possibilidade de comparação entre aquelas narrativas. Outras indagações àquela fonte pareciam ser profícuas, resultando no interesse em investigar sobre Cabanas, seu lugar neste movimento e as especificidades de seus escritos, que agora têm lugar nessa tese.

De sua trajetória pessoal, constatei que o autor nasceu em São Paulo no ano de 1895. Era filho dos imigrantes espanhóis Artur Cabanas e Maria Cabanas¹¹, cursou o Ginásio Pernambucano em Recife e depois a Faculdade de Direito em São Paulo e a Escola de Oficiais da Força Pública¹². Sobre sua formação militar, a revista *A Vida Moderna*, de São Paulo, informou que entre os dez alunos que se formaram no curso

⁷ TECCHIO, Caroline. **Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

⁸ Pajadas são versos típicos da tradição oral, uma das principais expressões da cultura gaúcha entre o sul do Brasil, a Argentina e o Uruguai. Os versos de improviso eram comumente cantados com o acompanhamento de violão, conferindo musicalidade às poesias. Para uma leitura mais apurada sobre as pajadas ver ABOIT, Milena de Oliveira. **Payador, Pampa e Guitarra: Tempo, espaço e ecos de uma cultura**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

⁹ Provavelmente, o contato com as pajadas ocorreu em 1928, ano em que Ernesto serviu ao Exército em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Nos escritos, não consta a autoria dos versos, tampouco foi possível localizar quem era esse autor. O documento pertence ao meu acervo pessoal, e sou neta de Ernesto Baptista Tecchio, enquanto o soldado pajador partiu para o combate saindo de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e ainda não encontrei documentação que possibilitasse revelar sua identidade.

¹⁰ O antigo vilarejo de Formigas fica próximo ao que hoje é a cidade de Catanduvas, no Paraná. Nesse conflito, com uma guarnição significativamente menor que a dos legalistas, João Cabanas comandou o ataque ao acampamento do Coronel Vasco Varella, desestabilizando os legalistas ao fazer um ataque surpresa, fato que será devidamente analisado adiante.

¹¹ O nome da mãe de João Cabanas aparece em algumas fontes como Balbina.

¹² ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cabanas-joao>

especial militar da Força Pública em 1921, Cabanas foi o terceiro colocado em ordem de notas. Ali ele vivenciou a militarização da polícia de São Paulo, que passara a contar com rigoroso treinamento militar e formação cívica¹³.

Ao pesquisarmos sobre Cabanas nos jornais da época, pudemos constatar que em 1923, dois anos depois de se formar na Escola de Oficiais, o jornal *A Gazeta*, de São Paulo, publicou em seus anúncios a intenção de casamento entre João Cabanas, então com 28 anos, e Olga Narduzzo¹⁴, uma jovem italiana de 18 anos, conforme documentação entregue no cartório de Santa Ifigênia, em São Paulo.¹⁵ O casamento aconteceu em 26 de dezembro de 1923¹⁶, portanto, Cabanas era recém casado quando aderiu ao Levante Paulista¹⁷. O casamento com Olga Navarro durou pouco, como veremos adiante. Ela passou a morar no Rio de Janeiro, provavelmente a partir de 1925.

Uma passagem interessante envolvendo sua esposa e que também indica a grande visibilidade de Cabanas junto ao público meses depois do Levante em São Paulo foi que ele chegou a ser representado no cinema¹⁸. João Cabanas foi personagem central do filme *A Metralha no Sertão Paulista*, produzido ainda em 1924, depois do desfecho do Levante a favor dos legalistas. No filme, sua então (ainda) esposa, Olga Navarro, trabalhou como atriz, encenando o papel que ocupava na vida real, enquanto Cabanas estava envolvido

¹³ O curso especial militar da Força Pública. **A Vida Moderna**, São Paulo: Edição 403, 1921, s/p. Na notícia sobre a formatura publicada pela revista *A Vida Moderna*, consta que “S. Paulo foi, dentre todos os Estados, o primeiro a militarizar a sua polícia, dando-lhe ao mesmo tempo uma rigorosa educação não só militar como cívica. Forma assim não somente soldados conscientes e seguros de sua arte, como cidadãos prestáveis e úteis”.

¹⁴ O nome completo é Maria Olga Narduzzo Navarro. A noiva de Cabanas, de origem italiana, que no período que antecedeu o casamento anunciava serviços de datilografia no jornal *O Combate*, de São Paulo, Cópias a Machina. **O Combate**. São Paulo: Edição 01943, terça-feira, 22 de novembro de 1921, p. 4. As notas que ofereciam o serviço a “preços médios” foram publicadas durante 1921 Olga também publicava poemas e contos na revista *A Cigarra*, de São Paulo e, mais tarde, seguiu a carreira de atriz. Inorato Amore. **A Cigarra**. São Paulo: Edição 00197, 1922. s/p. As publicações de Olga Narduzzo na revista se estendem até 15 de março de 1924.

¹⁵ Juízo de Paz de Santa Ephigenia. **A Gazeta**, São Paulo: Edição 05379, sábado, 8 de dezembro de 1923, p. 5. Faço saber que pretendem casar-se: 2º tenente JOÃO CABANAS e dona OLGA NARDUZZO; o contratante, filho legítimo dos finados Arthur Cabanas e de dona Balbina Cabanas, de vinte e oito anos de idade, solteiro, militar da Força Pública, natural dessa capital, domiciliado e residente neste distrito, à avenida Tiradentes, n. 15: a contraente, filha legítima do finado Hermínio Narduzzo e de dona Rachel Molin Pradei, residente nesta cidade, de dezoito anos de idade, solteira, de prendas domésticas, natural da Itália, domiciliada e residente no distrito da Consolação, à praça da República, n. 10.

¹⁶ Certidão de casamento de Olga Narduzzo e João Cabanas. Documento disponível no site <http://colunadamorte.blogspot.com/2014/04/certidao-de-casamento-joao-cabanas-foi.html>.

¹⁷ Contrato de artista. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: Edição 00024, Ano 1925, quarta-feira, 25 de janeiro de 1925, p. 4. A atriz, revelada pela Companhia Renato Vianna-Carmen de Azevedo, e contratada para o elenco da Companhia Garrido em 1925.

¹⁸ Além das representações do passado, outras duas produções mais recentes evidenciaram Cabanas. Em 2012, o quadrinhista Eloar Guazelli publicou *São Paulo em Guerra – 1924*. O livro adapta *A Coluna da Morte* para uma versão em quadrinhos, e teve o apoio da Prefeitura de São Paulo. O tenente da reserva da Polícia Militar de São Paulo, Celso Luiz Pinho, publicou em 2014 o livro *1924*, para o qual fica evidente a importância do livro de Cabanas em sua produção.

nas lutas no Oeste paranaense.¹⁹ O filme, contudo, retrata Cabanas e os tenentes de forma negativa. Classificado como um semidocumentário, com montagem de cenas reais do general Izidoro Dias Lopes, um dos mentores e líderes do Levante Paulista, e o enredo principal é constituído pela ação de Cabanas e de seus soldados²⁰. O longa-metragem mudo, produzido pela Hélios Filmes, foi lançado em 5 de dezembro de 1924 em São Paulo, e confirma a fama que João Cabanas havia obtido, a despeito de ter combatido do lado derrotado em São Paulo. Foi dirigido por José del Picchia, irmão de Menotti del Picchia, redator político do *Correio Paulistano* em 1924²¹. Ou seja, os irmãos utilizaram diferentes linguagens para tratar de Cabanas de forma pejorativa, pois além do *Correio Paulistano*, o filme era depreciativo em relação aos tenentes.

Os jornais que noticiaram o retorno de Cabanas do exílio e sua imediata prisão no Rio de Janeiro, em 1927, afirmam que o tenente havia ali encontrado Olga Navarro²². O casamento, findado oficialmente com o desquite em 1930, ganhou repercussão na imprensa, certamente em função da notoriedade que Cabanas havia ganhado durante a cobertura dos eventos em 1924.²³ Em 1960 o filme *A Coluna da Morte* voltou aos cinemas de São Paulo, porém não foi possível verificar se era feita a reprodução do filme de 1924 ou se houve outra versão da obra com o mesmo título²⁴. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, prefaciador da última edição do livro de Cabanas, *a Coluna da Morte* já

¹⁹ Olga Navarro protagonizou o filme, ela estava no início da carreira e seguiu atuando no cinema e no teatro. Mais informações podem ser encontradas em: GOMES, Paulo Emilio Sales. **Uma situação decolonial?** 1 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2016. EBOOK.

²⁰ Conforme consta no site da Cinemateca Nacional, além do nome *A Metralha no Sertão Paulista*, há outras *remetências* de título que são: *O Trem do Norte*, *Episódio da Revolução de 5 de Julho*, *Coluna da Morte* e *Trem da Noite*. Ainda de acordo com as informações do site, o filme foi apresentado na Argentina e perdido em um incêndio. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=002624&format=detailed.pft>

²¹ Menotti de Picchia também foi apontado como operador do filme. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=002624&format=detailed.pft>

²² De acordo com o blog <http://colunadamorte.blogspot.com/2014/04/certidao-de-casamento-joao-cabanas-foi.html>, o desquite de João Cananas e Olga Navarro ocorreu porque a atriz protagonizou o filme *O Trem da Morte*, em dezembro de 1924. A atriz representou o papel que ocupava na vida real, sendo a esposa de Cabanas.

²³ O jornal *A Noite* do Rio de Janeiro informou que a atriz requereu o desquite, acusando Cabanas de injúria e abandono do lar. O jornal reproduziu a seguinte sentença do juiz Augusto Saboia da Silva Lima: “Está provado que desde o seu início a vida conjugal foi perturbada por situações criadas pelo réu, devido à irregularidade do procedimento deste; o qual, logo após o casamento, passou a praticar atos e exigências incompatíveis com a moral matrimonial que resultaram e constituem injúria grave”. Um Desquite Rumoroso. *A Noite*. Rio de Janeiro: Edição 6553, terça-feira, 11 de fevereiro de 1930, p. 1.

²⁴ Cinema: programação de hoje. *Correio Paulistano*, São Paulo: Edição 31834, Ano 1960, sexta-feira, 8 de janeiro de 1960, p. 5. O filme esteve em exibição no Cinema Cacique, em São Paulo. Além do anúncio no jornal, não há qualquer outra alusão a esse filme em referências bibliográficas ou fontes consultadas.

“nascera enraizada no imaginário do cinema e do teatro”²⁵ e o livro dele, escrito no exílio, se apropria e reconfigura as imagens construídas sobre ele.

No Processo do Levante Subversivo, levado adiante com base no inquérito policial realizado em 1924, Cabanas foi condenado à prisão, tendo sido preso em junho de 1927 enquanto estava clandestinamente no Brasil²⁶. Em entrevista ao *O Jornal*, enquanto estava preso, Cabanas afirmou que havia retornado ainda em fevereiro, com o objetivo de se juntar à coluna de Siqueira Campos. Como não conseguiu, residia no Rio de Janeiro e frequentava diariamente a Biblioteca Nacional²⁷. Enquanto *O Paiz*, do Rio de Janeiro, publicou que a esposa Olga Navarro havia denunciado Cabanas para a polícia, *O Jornal*, também do Rio de Janeiro, informou que Olga Navarro desmentia essa notícia, não sendo ela a denunciante²⁸. Quanto à recepção que Cabanas recebeu, *O Jornal* destacou que “o povo não consentiu que o comandante da Coluna da Morte fosse transportado no carro de presos”²⁹. Verifiquei o desfecho da prisão numa notícia sobre debates no Congresso Nacional, no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual consta que Cabanas pagou fiança e foi posto em liberdade³⁰.

O tenente regressou ao Paraguai, e após uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os envolvidos no Levante, que reformava o acórdão de 1927 e reduzia de dez para dois anos a sentença de prisão, enviou uma carta ao *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, dizendo que não se interessava pelas decisões do Supremo Tribunal. Afirmou que “[...] enquanto perdurar essa situação; enquanto continuar a aparecer governos e homens pelo e do mesmo sistema, eu sou um REBELDE... Sou francamente um

²⁵ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XXVII.

²⁶ Nesta mesma edição, encontrei a única alusão ao nome completo de Cabanas: João Celeiro Cabanas. Foi preso o comandante da Coluna da Morte. **O Jornal**, Rio de Janeiro: Edição 02623, Ano 1927, sábado, 25 de junho de 1927, p. 3.

²⁷ Uma entrevista com o tenente Cabanas. **O Jornal**, Rio de Janeiro: Edição 02626, Ano 1927, quarta-feira, 29 de junho de 1927, p. 7.

²⁸ Echos e Fatos: um de menos. **O Paiz**, Rio de Janeiro: Edição 15588, Ano 1927, sábado, 25 de junho de 1927, p. 3.

²⁹ O tenente Cabanas foi recebido em São Paulo sob aclamações populares. **O Jornal**, Rio de Janeiro: Edição 02624, Ano 1927, domingo, 26 de junho de 1927, p. 3. No prefácio da edição do livro *A Coluna da Morte*, reeditado em 2014, José de Souza Martins chamou a atenção para a recepção positiva da população à Cabanas em 1927, quando foi preso. Martins cita o jornal *Diário Nacional*, do Rio de Janeiro. MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XXV.

³⁰ Congresso Nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo: Edição 17734, Ano 1927, sábado, 1 de outubro de 1927, p. 4. Trata-se de um trecho específico da “Réplica do deputado Oliveira Botelho”, no qual responde sobre o impedimento de Cabanas realizar uma conferência em Campos, São Paulo, e afirma que a liberdade de Cabanas era em decorrência da tolerância do Tribunal, que lhe permitiu a fiança. Acrescentou que não acreditava ter nada de educativo na conferência, haja vista a violência validade pelo tenente em seu livro.

REBELDE”³¹. O tenente acabou preso novamente em 1929, no Rio de Janeiro. Em *O Paíz*, de 12 de abril de 1929, novamente a esposa foi mencionada quanto à prisão: “O ex-tenente João Cabanas, que é casado com a atriz Olga Navarro, de quem se acha afastado há cerca de cinco anos, tendo-a abandonado, procurava, quando foi preso, obter explicações da sua mulher sobre a ação de desquite por esta intentada contra ele no foro desta capital”³². Cabanas foi então recolhido à Fortaleza de Santa Cruz, onde estaria com a saúde bastante debilitada³³. Não encontrei notícias sobre como saiu da prisão, mas a anistia foi concedida aos tenentes apenas em 1930.

Cabanas, a exemplo da maioria dos tenentes, participou da Revolução de 1930 ao lado de Getúlio Vargas, porém logo em seguida se tornou um dos críticos ao governo, ao qual manifestou sua discordância em cartas e no livro *Os Fariseus da Revolução*, publicado em 1932³⁴. Outras passagens marcantes de sua vida pública são o apoio à Revolução de 1932, a articulação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e o exercício do cargo de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro entre 1953 e 1954, ocasião na qual apoiou novamente o governo de Vargas³⁵.

A notoriedade de Cabanas deve-se, também, à própria publicação do livro de sua autoria *A Coluna da Morte*, evidenciada pelas constantes reedições. Nas seis primeiras edições, publicadas entre 1926 e 1928, recebia o título *A Coluna da Morte Sob o Comando do Tenente Cabanas*³⁶. A versão referenciada nesta tese é a mais recente, publicada pela

³¹ A Revolução de São Paulo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro: Edição 10475, Ano 1929, terça-feira, 23 de fevereiro de 1929, p. 2.

³² A prisão do ex-tenente João Cabanas. **O Paíz**, Rio de Janeiro: Edição 16245, Ano 1929, sexta-feira, 12 de abril de 1929, p. 2. No *Correio da Manhã*, Olga Navarro aparece como quem denunciou a presença de Cabanas, alegando ter medo de algum gesto violento do marido. Segundo o jornal, ao ser preso, entregou à polícia seu revólver e vidros de extrato, que levava para entregar à Olga. O caso do tenente Cabanas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro: Edição 10514, Ano 1929, sexta-feira, 12 de abril de 1929, p. 3.

³³ O caso do tenente Cabanas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro: Edição 10533, Ano 1929, sábado, 4 de maio de 1929, p. 4.

³⁴ O livro foi publicado pela editora Freitas Bastos. Em seu conteúdo, alerta Getúlio Vargas para a necessidade de chamar a constituinte, reproduz cartas que teria enviado ao presidente e critica os tenentes Miguel Costa e João Alberto, os quais chama de “tenentóides”. CABANAS, João. **Os fariseus da revolução**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932, p. 9.

³⁵ ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cabanas-joao>. Para uma leitura mais consistente sobre a atuação política de Cabanas nos anos 1930, ler: NETO, Adalberto de Araújo. **O Socialismo Tenentista: trajetória, experiências e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no estado de São Paulo na década de 1930**. 2012. – Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

³⁶ Foram localizadas referências a algumas das edições do livro, permitindo afirmar que provavelmente a primeira edição foi publicada pela editora Kraus, no Paraguai. Sobre a editora não se obteve qualquer outra informação. Na quarta edição encontra-se a sigla C.M.I., existe atualmente uma gráfica com esse mesmo nome no Rio de Janeiro, contudo através do contato estabelecido com tal empresa esclarece-se não se tratar

Editora da Unesp em 2014, e reproduz a sexta edição, publicada em 1928, na qual haviam sido inseridas conferências proferidas pelo autor e poesias sobre o movimento³⁷. Chamo a atenção para essa recente edição, prefaciada pelo sociólogo José de Souza Martins, que ressaltou a importância de Cabanas no movimento:

A Coluna Prestes, que se formaria ao fim da perseguição, foi de fato a Coluna Miguel Costa, um major da Força Pública de São Paulo. Mas sem João Cabanas é pouco provável que tivesse existido – ele era aquele típico soldado de retaguarda que assegura as medalhas dos vitoriosos, da turma lá da frente³⁸.

O sentido proposto ao livro no prefácio reabilita Cabanas como um dos protagonistas do Tenentismo. Além da depreciação realizada pelos legalistas, havia a imagem criada pelos próprios tenentistas, tal como a crítica presente no livro *A Coluna Prestes*, de Anita Leocádia Prestes, no qual a autora e filha de Luís Carlos Prestes afirmou que, em entrevista, Prestes teria lhe dito que Cabanas não contava a verdade sobre o que aconteceu, e que era um vaidoso³⁹. Diferente das referidas representações, Martins atribui a Cabanas importante papel para a formação da Coluna Miguel-Costa, tendo conseguido criar uma imagem popular de revolução e concentrando em si atributos de liderança política importantes a partir de 1930⁴⁰. Com essa perspectiva, Martins sinalizou no prefácio questões de destaque na abordagem feita por Cabanas. Tratou de construir sua imagem como justiceiro, da apropriação de características positivas para si, diante da condição de comandante da Coluna da Morte, dos usos que fez do imaginário popular e das críticas que tecia frente àquela República.

O livro *A Coluna da Morte* narra desde a tomada da Estação da Luz, em São Paulo, em 1924, até o encontro da Coluna Miguel Costa e a Coluna Prestes, em 1925⁴¹, e contém breves impressões do exílio no Paraguai e na Argentina. Quanto à estrutura do texto, está

da mesma C. M. I dos anos 1920. Portanto, não há maiores informações sobre a difusão desse material e a relação de Cabanas com a editora. A sexta edição foi publicada pela editora Almeida e Torres.

³⁷ Comparando com a 4ª edição, observou-se que o conteúdo é o mesmo. Portanto, para o manuseio do material, foi conveniente usar a edição de 2014.

³⁸ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XVI.

³⁹ PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 176. Esta questão é trabalhada em mais detalhes no capítulo 3 desta tese.

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XVII.

⁴¹ Para saber mais sobre a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes, ver: CASTRO, Maria Clara Spada. **Além da Marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa-Prestes**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

dividido em sete capítulos, cujos títulos são: 1) O 5 de Julho - na capital paulista; 2) No interior de São Paulo; 3) Em retirada - de Campinas a Tibiriçá - Comandando a guarda da retaguarda; 4) Rio Paraná; 5) Estado do Paraná; 6) A rendição de Catanduvas; 7) No exílio. Em seguida, na versão publicada em 1928 e na edição de 2014, foram inseridas as conferências do tenente e poemas de sua autoria sobre a revolução. Os subtítulos dos capítulos transpõem o movimento da Coluna de Cabanas. A demarcação do tempo e do espaço provoca efeitos de leitura, pausas, e essa demarcação aparece na textualização com base no movimento da tropa, que marchava sob seu comando. O ritmo do movimento parece, diante da leitura de *A Coluna da Morte*, ser ditado pela ação de Cabanas. Os eventos giram em torno dele, o personagem principal da narrativa. O autor não usa como referência a movimentação da Coluna Paulista, e sim de sua coluna. Os subtítulos resumem os eventos e conferem destaque ao que se pretende enfatizar, ao mesmo tempo em que preparam o leitor para voltar a sua atenção àqueles fatos. Por vezes, indicam o nome da cidade por onde a coluna passava ou então o desfecho de algum combate, como, por exemplo, nos subtítulos “De Indiana a Regente Feijó” e “O inimigo cai na armadilha e recua apavorado”. Assim, é possível tomar conhecimento geral do conteúdo do livro através desses subtítulos.

O historiador Roger Chartier⁴², ao tratar a respeito da história e da relação que esta estabelece com o tempo e suas múltiplas leituras, destaca que o principal objetivo de uma história inclinada a entender a maneira como os indivíduos dão sentido às suas práticas, se situa entre dois elementos: as capacidades destes indivíduos e os limites que os cercam. As práticas de Cabanas têm como cenário político as Revoltas Tenentistas, que expressavam descontentamentos vigentes na época em relação às oligarquias que dominavam a República. Sobre isso, a crítica de Cabanas ao governo refletia a leitura que ele era capaz de fazer naquele momento e suas expectativas como homem público.

O tenentismo possui singularidades que o diferenciam de outros movimentos. Seus integrantes eram em sua maioria jovens oficiais que buscaram através das armas mudanças na política nacional. Como refletiu o próprio Cabanas em 1932 sobre sua participação nos eventos de 1924, “[...] anos atrás, lutei por ideias, de mão armada. Chegou a hora da formação de mentalidades, de opiniões”⁴³. Apesar de ter visibilidade na

⁴² CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200002&lng=en&nrm=iso

⁴³ CABANAS, João. **Os fariseus da revolução**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932, p. 9.

imprensa nos anos 1920, Cabanas não aparece com frequência em estudos sobre o Levante Paulista. As menções a Cabanas geralmente são muito pontuais, como é o exemplo da dissertação de Eduardo Peres Teixeira, intitulada *A Coluna Prestes vista por O Paíz e o Correio da Manhã ((1924-1927)*, na qual o autor se refere às depredações empreendidas por Cabanas. Nas palavras de Teixeira, “Era o mito da Coluna da Morte que se construía”⁴⁴. A dissertação de Geovani Anicio Andrade, com o título *O Levante dos Tenentes como fenômeno jornalístico: A narrativa do Correio da Manhã* apresenta um trecho do *Correio da Manhã* de 12 de janeiro de 1927, sobre o qual conclui: “O que é possível extrair da leitura do documento é a extrema admiração com que a figura de Luiz Carlos Prestes é apresentada, por conta de sua liderança na condução da saída da coluna do Rio Grande do Sul em direção ao Paraguai rompendo o cerco das tropas governistas”⁴⁵. A admiração que Cabanas teria por Prestes não é mais desenvolvida, e o autor apenas reforça a informação trazida pela fonte.

Uma pesquisa que menciona Cabanas de forma mais elaborada, embora brevemente, é a tese de Guilherme Pigozzi Bravo, *Em guarda contra o latifúndio: tenentismo e reforma agrária (1930-1935)*. Em sua pesquisa, contemplou a divergência entre o pensamento de Prestes e Cabanas no que se refere ao latifúndio, sobre o qual Prestes propunha uma reforma agrária radical, enquanto Cabanas considerava apenas taxar latifundiários com impostos⁴⁶. A tese *O Socialismo Tenentista: trajetória, experiências e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no estado de São Paulo na década de 1930*, de Adalberto de Araújo Neto, apresenta uma contundente reflexão sobre o posicionamento político de João Cabanas, porém, o período com qual trabalha é posterior ao que estudo. Ele trata de Cabanas a partir de 1930, especialmente sobre sua atuação no Partido Socialista Brasileiro de São Paulo e na articulação da Aliança Nacional Libertadora⁴⁷.

⁴⁴ TEIXEIRA, Eduardo Perez. **A Coluna Prestes vista por O Paíz e o Correio da Manhã (1924-1927)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, p. 84.

⁴⁵ ANDRADE, Geovani Anicio. **O Levante dos Tenentes como fenômeno jornalístico: A narrativa do Correio da Manhã**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁴⁶ BRAVO, Guilherme Pigozzi. **Em guarda contra o latifúndio: tenentismo e reforma agrária (1930-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, p. 96-97.

⁴⁷ NETO, Adalberto de Araújo. **O Socialismo Tenentista: trajetória, experiências e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no estado de São Paulo na década de 1930**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

A análise da trajetória de Cabanas versa sobre uma parte da problemática da relação entre militares, sociedade e política na história do Brasil. Sobre isto, a tese procura mostrar como este tenente da Força Pública de São Paulo ascende à função de comandante do destacamento que protege a retaguarda da Coluna Paulista e como assume visibilidade enquanto comandante da “Coluna da Morte”, publicado em meio a disputas na justiça e na esfera pública em torno da participação deste e de outros militares no Levante Paulista.

Neste estudo, as definições estáticas muitas vezes utilizadas nos documentos para identificar os grupos de defensores e opositores do poder instituído serão problematizadas. Identificações usadas para o movimento, como Levante Subversivo, Revolução de 1924, Rebelião de 1924 ou Sedição aparecerão em citações de outras pesquisas ou conforme a escrita nas fontes. Evito, justamente pelo significado implícito nas palavras, assumir tais definições. A exemplo da complexidade do uso desses termos, cito o artigo de João Paulo Pimenta e Rafael Fanni, intitulado *Revolução no Brasil, século XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história*. Após uma pertinente análise sobre a ideia de revolução ao longo da história do Brasil, ao se referirem ao final da Primeira República e início da Era Vargas, os autores argumentaram que

Embora nesse período seja possível notar a incorporação de novos estratos semânticos ao conceito de revolução, bem como o reiterado desenvolvimento dos processos anteriores de sua ampliação social e politização, setores importantes da “Revolução de 1930” – que resultaria na derrubada da chamada Primeira República brasileira e a instauração de uma ditadura encabeçada por Getúlio Vargas – atualizaram e reforçaram a ideia oitocentista de que, no Brasil, a via “revolucionária” deveria se encontrar dentro dos quadros da ordem social. Em outras palavras, o uso do conceito de revolução novamente manipulava suas associações semânticas e conceituais e promovia uma ideia de nação vinculada à de ordem, e concederia legitimidade inclusive a futuras – e mesmo muito recentes – ações oligárquicas e golpistas⁴⁸.

Assim, chamar os eventos ocorridos em 1924 em São Paulo de revolução implicaria em assumir a linguagem proposta por parte das fontes e tomar partido de que havia ali uma proposta e efetivação de transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais. Muito embora os tenentes considerassem propor uma revolução e este nome tenha sido assumido em alguns trabalhos, entendo que essa nomenclatura não se sustenta

⁴⁸ PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito. **Revista História**, São Paulo, n. 178, 2019, p. 15.

para os eventos ocorridos em 1924 em São Paulo. Diante dessa questão e em razão do próprio desfecho dos eventos, trabalho com o termo Levante Paulista, porém sem o acréscimo do adjetivo “subversivo”.

Frente a multiplicidade de identificações existentes para ambos os lados e para viabilizar a redação desse texto, será utilizada a nomenclatura “legalistas” para os militares da Força Pública e do Exército, e os demais apoiadores, tais como órgãos da imprensa que defendiam o governo. Não há, para a definição do referido grupo, vitorioso, um rol múltiplo de sentidos, como é o caso dos chamados “revolucionários”. Quanto a estes participantes dos eventos em 1924 em São Paulo, os identifico enquanto tenentes, discutindo os termos rebeldes, revoltosos, insubordinados ou revolucionários, tão carregados de significados, conforme são citados nas fontes, vinculados aos grupos políticos e contextos nos quais aparecem.

Para compreender a inserção de Cabanas no tenentismo, trago as reflexões de Boris Fausto, que o tratou como um movimento de rebeldia, de “características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião”⁴⁹. Além dessa consideração, Fausto ainda infere:

Na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os ‘tenentes’ se identificavam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do ‘povo’⁵⁰.

Cabanas se insere nesta perspectiva por propor a reestruturação da República e assumir uma imagem de militar capaz de realizar a justiça.

As produções mais recentes em programas de pós-graduação que analisam o Levante Paulista e o tenentismo, concentram-se principalmente em compreender as propostas dos tenentes, a repercussão do Levante Paulista na imprensa, as especificidades do movimento na capital.⁵¹ Os livros escritos pelos militares participantes do Levante

⁴⁹ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 81.

⁵⁰ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 81.

⁵¹ Além dos trabalhos já mencionados nesta tese, cito outros que abordam o Levante Paulista de 1924 e seus desdobramentos: ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. **1924 - Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: 2014. 181 f. SOUZA, José Augusto de. **A Coluna Prestes em discursos**. **Dissertação**. Curitiba, 2005, 206 f. (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, 2005. MARTINS, Marcelo Tadeu Quintanilha. **A civilização do delegado**:

Paulista ou outros autores que publicaram ainda nos anos 1920 aparecem nessas teses e dissertações de forma periférica, sem serem objetos de estudo em específico. Não há nenhum trabalho anterior a esta tese que trate exclusivamente de João Cabanas durante ou logo após o Levante Paulista ou sobre a Coluna da Morte.

Esta pesquisa fez do “nome” João Cabanas ou do Tenente Cabanas uma baliza para tratar da Coluna Paulista, ou mais especificamente da Coluna da Morte. Com inspiração na metodologia proposta pela microanálise, conforme Jacques Revel, pretendi “acompanhar o fio de um destino particular”, no caso, o do tenente Cabanas, para com isso desenvolver as “relações nas quais ele se inscreve”⁵². Neste sentido, acompanho a proposição de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, que no texto “O nome e o como”, assim escrevem: “O fio condutor de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades: o nome”⁵³.

Em suma, minha tese problematiza as representações sobre o tenente João Cabanas, principalmente aquelas vinculadas ao Levante Paulista, a Coluna Paulista e a Coluna da Morte. Trato das representações que foram sendo construídas sobre ele (e por ele) e sobre a Coluna em meio às disputas pelo poder que sempre envolvem, como lembrou Roger Chartier⁵⁴, “lutas de representação”. Partindo de premissas da História Cultural, Chartier apresenta um mundo passível de leituras à medida em que afirma que ele é construído por meio de práticas e representações. A construção de esquemas intelectuais possibilita uma leitura de mundo, que cria figuras fazendo com que o presente adquira sentido e se torne inteligível, “um espaço a ser decifrado”⁵⁵. Dessa maneira, a representação do mundo social é um discurso parcial que traz consigo as concepções de quem a cria, tendendo a produzir ações práticas que vão justamente impor e legitimar a

modernidade da polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República Velha 1889-1930. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. AQUINO, Laura Christina Mello De. **A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo.** 01/10/1995 112 f. Mestrado em história Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. PRESTES, Jefferson Jorge Siqueira. **Utopia Revolucionária: Repercussões em Mato grosso da rebelião Tenentista em São Paulo (1924-1927).** 01/09/2009 130 f. Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. UEOCKA, Lorayne Garcia. **1924: Dossiê de uma rebelião - operários ante a sedição paulista** 01/10/1991 333 f. Mestrado em história. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. CURVO, Luiz Marcio Ambrosio. **Jovens, Tenentes e Rebeldes: A Liderança da Coluna Miguel Costa/Prestes.** 2005 142 f. Mestrado em história, Universidade De Brasília, Brasília.

⁵² REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: J. REVEL. (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁵³ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, p. 174

⁵⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

outros indivíduos a maneira de agir e reagir a essas práticas. As representações, portanto, implicam em disputa, em luta dinâmica, que demarca o domínio de determinado grupo, os seus valores e sua visão de mundo social; são construídas à medida em que esses grupos sociais se defrontam com determinadas situações e interesses. Também me apoio na concepção expressa pela historiadora Sandra Pesavento, de que “os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”⁵⁶.

A utilização do nome ou do “método onomástico” na pesquisa para abrir esta perspectiva de escrita sobre Cabanas, o Levante paulista e a Coluna da Morte resultou no primeiro capítulo desta tese, intitulado *No calor da hora: João Cabanas no Correio Paulistano*. Aqui busco atender ao objetivo de analisar as representações sobre o Tenente Cabanas através deste órgão oficial do Partido Republicano Paulista, opositor ao tenentismo. A análise do jornal mostra a crescente aparição de João Cabanas na esfera pública e evidencia a criminalização do movimento, da sua coluna e de suas práticas à frente dela. A escolha do jornal se respalda pela sistemática publicação de artigos sobre os desdobramentos do Levante Paulista, oferecendo a possibilidade de estudar a construção de imagens sobre Cabanas ainda durante os eventos, para assim estudarmos a contestação a essas representações e ideias – e apropriação de algumas imagens - na argumentação feita por Cabanas posteriormente em seu livro. A constante menção ao tenente permite avaliar como a imprensa governista, representada pelo *Correio Paulistano*, criou uma imagem combatida por ele em seus escritos posteriores.

A utilização de jornais como fonte neste estudo está vinculada à importância desse meio de comunicação na época para a composição de representações sobre os eventos e pela sua relevância para o estudo da história. Sobre o uso de jornais em pesquisas de história, a historiadora Tânia de Luca faz uma importante reflexão:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas⁵⁷

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 39.

⁵⁷ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008B, p. 140.

As informações para as quais Luca recomenda atenção foram consideradas na escolha e análise do *Correio Paulistano*.

Durante o período que interessa a essa tese, geralmente, os assuntos relacionados ao Levante Paulista e à Coluna Paulista tiveram destaque, ocupando a primeira página do jornal, dispondo ainda de mais uma ou duas páginas. João Cabanas aos poucos teve seu nome impresso nas notícias do *Correio Paulistano* e o destaque conferido a ele fazia-se proporcional à fama que alcançava nos confrontos no interior do estado. E Cabanas procedeu a uma apropriação dessa fama divulgada pela imprensa a seu favor ainda durante os confrontos e a retirada da Coluna Paulista, como se percebe aqui, nas palavras de José de Souza Martins:

A escrita a giz mostra bem que a fama da coluna do tenente de Cavalaria da Força Pública de São Paulo já chegara à sua consciência e o precedia, conhecida de todos e por todos temida. Cabanas podia se dar ao luxo de fazer publicidade de sua chegada, a própria locomotiva anunciando o que é que vinha no trem, o já conhecido e já temido⁵⁸.

Além desse trecho, Martins escreveu sobre o momento em que a caravana de Cabanas passou a se chamar Coluna da Morte, quando tomaram Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo: “A fama tornou-se maior que o homem. O trem foi um instrumento poderoso desse imaginário. A liberdade e a justiça chegariam de trem, seriam recebidas na estação”⁵⁹. Em outro prefácio, no livro *A Rebelião em 1924 em São Paulo*, da historiadora Ana Maria Martinez Corrêa, Oliveira França afirmou que “O nome de Cabanas era sussurrado como o de um capeta endiabrado que atacava trincheiras dando tiros a esmo como um bandido de ‘fitas de mocinho’”⁶⁰. Essa “fama maior que o homem” e a imagem de “um capeta endiabrado” são pistas de como as representações sobre Cabanas foram sendo construídas e usadas durante o próprio desenrolar dos acontecimentos. As menções à fama são instigantes para uma das problematizações desta tese: a construção de um imaginário em torno de Cabanas e da Coluna da Morte.

O segundo capítulo é dedicado à análise do contexto em que Cabanas estava imerso durante a produção do livro *A Coluna da Morte*, com o objetivo de trazer

⁵⁸ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XV.

⁵⁹ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁶⁰ FRANÇA, E. Oliveira. Prefácio. In.: CORRÊA, Ana Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976, p. XIII.

elementos para pensar sobre suas condições de produção e publicação. Com o título *Embates em torno do Levante Paulista: João Cabanas e Abílio de Noronha entre a Justiça e a História*, o capítulo explora inicialmente o livro resultado do inquérito policial instaurado depois do desfecho do Levante Paulista, no qual Cabanas foi citado. O inquérito foi instaurado para apurar os fatos e responsabilizar os envolvidos pelos danos e prejuízos ao patrimônio público e privado. Por meio do inquérito foi feita a coleta de provas contra os “subversivos”, tais como bilhetes, telegramas, mapas para o ataque aos legalistas, e foram ouvidas testemunhas de São Paulo e das demais cidades paulistas tomadas pelos tenentes. Ao final do inquérito, em fins de 1924, a polícia de São Paulo lançou um livro cujo conteúdo era o relatório que apresentava para a população um resumo das investigações. O livro foi lançado em dezembro de 1924 e foi vendido nas livrarias com o título *Movimento Subversivo de Julho*. No livro, as coerções, fuzilamentos, saques e danos ao patrimônio público e privado compõem as mais recorrentes acusações, associando a Cabanas os atos mais atrozes do Levante e da Coluna Paulista, em consonância com a imagem já produzida pela imprensa governista.

Além do jornal e dos depoimentos prestados no inquérito, livros escritos por outros combatentes e jornalistas logo depois dos eventos produziram representações sobre o Levante Paulista e a Coluna Paulista. Foi recorrente após 1924 a publicação de livros com o objetivo de produzir sentidos para os eventos vivenciados pelos próprios autores, fato que acentuou o interesse em saber como esses autores elaboraram aquelas experiências em seus escritos e representaram os eventos dos quais tomaram parte. Atendendo aos limites dessa tese, escolhi os livros *Narrando a Verdade* e *O Resto da Verdade* do general do Exército Abílio de Noronha⁶¹, que apesar de protagonizar momentos importantes e de grande repercussão no Levante, lutou no lado oposto ao de Cabanas. Os livros foram publicados antes do livro de Cabanas. A escolha desses livros residiu no fato de que ambos os autores foram mencionados no relatório do inquérito policial para o Processo do Levante Subversivo de 1924 e ambos atribuíram para si a função de explicitar ao público-leitor e narrar a verdade sobre os fatos, recorrendo, para tanto, com apurada argumentação para fundamentar a verdade do seu testemunho e da valoração dos fatos. Este segundo capítulo, portanto, abre o terreno para o terceiro capítulo, na medida em que se busca perceber como o inquérito policial/processo judicial

⁶¹ Outras produções são indicadas no anexo I, contendo uma tabela com o levantamento destes livros. Contudo, limitei às produções até o ano de 1927. Muitos outros livros continuaram sendo publicados sobre este tema.

e o debate público sobre o Levante Paulista logo depois dos eventos permearam a construção da narrativa de Cabanas.

No terceiro capítulo, intitulado *A Coluna da Morte: a escrita de si de João Cabanas*, trabalho especificamente com o livro de Cabanas. Compreendo escrita de si, amparada nas proposições de Ângela de Castro Gomes⁶², como a forma com a qual o autor representou suas experiências, como descreveu e expressou a si mesmo. O livro é aqui entendido não apenas, mas também como uma resposta para as publicações da imprensa governista, e para as falas de acusação que estavam, desde 1924, sendo incluídas no processo instaurado contra Cabanas, que diferente de Noronha foi condenado. No capítulo, investigo as funções de sua escrita, as (inter)subjetividades presentes na construção narrativa, a forma como a narrativa opera na construção de (auto)representações e na construção de realidades e projetos. Uma vez difundida pela imprensa governista e por livros de memórias de combatentes legalistas a imagem do “famigerado tenente Cabanas”, do violento tenente que comandou a Coluna da Morte, busco investigar as representações produzidas pelo próprio Cabanas. Por ser protagonista e testemunha ocular dos eventos por ele narrados, Cabanas reivindica o direito à verdade e ressignifica, ao mesmo tempo, a imagem dele que fora difundida de forma negativa pela imprensa governista. Além disso, o livro convida a analisar as ideias de Cabanas, seu projeto de nação e as críticas que fazia ao governo.

Por fim, as representações encontradas na escrita de Cabanas oferecem a possibilidade de revisitar a historiografia sobre as Revoltas Tenentistas, evidenciando a potencialidade de se explorar o tema a partir de uma escala reduzida com foco num de seus autores mais controversos, envolto no mito que se criou em torno da Coluna da Morte. O grupo dos tenentes, frequentemente homogeneizado como um grupo integrado por jovens visionários que lutavam pela nação, conforme Anita Prestes propôs⁶³, pode ser observado enquanto um grupo que comportava diferentes sujeitos e ideias, para o que esta tese pretende contribuir, ao focalizar as atenções num de seus protagonistas.

⁶² GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.

⁶³ PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 84.

CAPÍTULO 1

NO CALOR DA HORA: JOÃO CABANAS NO CORREIO PAULISTANO

O papel desempenhado por João Cabanas no Levante Paulista e na Coluna Paulista, assim como a repercussão de seus escritos, mobilizou a produção de narrativas a seu respeito. Dentre as possibilidades para investigar as representações elaboradas sobre Cabanas, o jornal *Correio Paulistano*, de São Paulo, consiste em uma fonte profícua por ser o órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP) e por ser o principal jornal paulistano. Este era o único jornal de publicação diária de São Paulo do período, e nele foram encontradas a maior parte das notícias sobre João Cabanas associadas ao Levante Paulista e a Coluna Paulista/Coluna da Morte¹. Com uma postura política governista, o periódico assumiu uma perspectiva de crítica ao Levante Paulista, bem como a todo o movimento em torno do tenentismo que sucedeu esse episódio. A expressiva atenção conferida ao tenente Cabanas também serviu de critério para a escolha deste jornal².

¹ O *Correio Paulistano* que circulou entre 1854 e 1963, é considerado um jornal que soube se adaptar às diversas circunstâncias políticas que se apresentaram ao longo do tempo. Em sua dissertação na área de comunicação e semiótica, intitulada *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*, Ângela Thalassa considera-o o único favorável àquele movimento artístico e cultural. Sobre a importância e visibilidade do periódico, Thalassa afirma que "O *Correio Paulistano* foi um dos maiores jornais da imprensa brasileira e formou pessoal e tecnologia que permitiram o surgimento de outros jornais tão fundamentais quanto ele, mas não pioneiros, como *Diário Popular*, hoje *Diário de São Paulo*; *A Província de São Paulo*, atualmente *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, bem mais recentemente formada a partir da união entre *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. O mais antigo deles - *A Província* - só foi lançado 21 anos depois do *Correio Paulistano*". THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – “jornal que não ladra, não cacareja e não morde”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 2. A autora destaca que a importância do *Correio Paulistano* não pode ser mensurada por seu pioneirismo na circulação enquanto diário, sendo o primeiro de São Paulo, nem na questão de suas técnicas de impressão, mas sim pelo periódico ter sobrevivido a um momento histórico de intensas transformações, como a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Sobreviveu à transição do Império para a República, bem como aos conflitos políticos e mudanças socioeconômicas inerentes a esse processo. No século XIX, a maioria dos jornais durou pouco tempo. O *Correio Paulistano* consiste em uma exceção, devido a suas publicações que se estenderam por 109 anos, mantendo em quase todo esse período edições diárias.

² Cabanas esteve no Paraná ao final da atuação de sua Coluna. Entretanto, nos jornais do Paraná disponíveis na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, a saber *O Dia* e *Diário da Tarde*, foram localizadas somente três ocorrências em cada jornal para “João Cabanas”. Ao utilizarmos somente o termo “Cabanas” para o jornal *O Dia*, apareceram 25 ocorrências, sendo que a primeira delas data de 1925, ou seja, após o Levante Paulista e já no final da participação de Cabanas na coluna. No *Diário da Tarde* há sete ocorrências, a primeira é referente a 1927. A centralização da análise no *Correio Paulistano* se justifica pelas evidências deixadas em seu livro *A Coluna da Morte*, que permitem supor que Cabanas respondia às críticas feitas a ele neste jornal de São Paulo. Embora tenha se referido no livro à “imprensa governista” de maneira geral, sem citar títulos, e provavelmente tenha lido mais que um jornal, para

O livro *A Coluna da Morte* constitui a principal autorrepresentação de Cabanas, a partir da qual ele obteve ainda mais visibilidade. Por conta do livro, outras notícias fizeram com que seu nome continuasse presente nos jornais, mesmo depois de encerrada sua atuação na luta armada, pois o autor alcançava o público com seus escritos. As notícias do *Correio Paulistano* sobre Cabanas viabilizam a apreciação do discurso disfórico (negativo) presente no jornal, em oposição ao discurso eufórico³ do livro. No decorrer desta análise, outros jornais e revistas serão mencionados, possibilitando observar a presença de Cabanas em espaços de debate político.

O objetivo deste capítulo é analisar as notícias publicadas sobre Cabanas no *Correio Paulistano*. O jornal consultado está disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no link <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. O fato de o *Correio Paulistano* ter tido periodicidade diária e de ter sido um jornal legalista, oferece melhores condições para o desenvolvimento da análise neste capítulo, baseada nas matérias publicadas a partir de 29 de julho de 1924. Utilizou-se como critério de seleção a observação do número de ocorrências do termo “João Cabanas” no período compreendido entre 1920 e 1929, conforme a opção disponível para filtrar a busca. Considerando os periódicos do estado de São Paulo, contabilizaram-se 14 ocorrências no *Correio Paulistano*. Contudo, ao ler as matérias, observou-se que seguidas vezes o comandante da Coluna da Morte era nominado somente por meio de seu sobrenome, Cabanas, o que motivou realizar nova pesquisa utilizando esse termo. A nova busca aumentou significativamente a quantidade de referências ao tenente, alcançando-se 98 ocorrências. Dentre estas, é preciso considerar que em algumas matérias a acepção da palavra “cabanas” fazia alusão à casebre, choupana e não ao tenente. O jornal *Diário Nacional* dispõe de 36 ocorrências, porém sua fundação data de 1927, portanto, não compreende o período deste estudo. Os jornais *A Gazeta* e *O Combate* contêm, respectivamente, seis e cinco ocorrências, aumentando para 67 e 24 ao usar apenas a palavra “cabanas”. No *A Gazeta*, a primeira notícia é de 1925, e em *O Combate* Cabanas é citado somente em 1927, não atendendo ao critério de possuir narrativas sobre o mesmo período que o livro.

diversas das notícias publicadas pelo jornal *Correio Paulistano*, como será trabalhado adiante, Cabanas ofereceu uma visão contrária ou uma resposta às acusações que sofreu.

³ Sobre as noções de discurso disfórico e eufórico: FIORIN, José. **O regime de 1964: discursos e ideologia**. São Paulo: 1988, p. 9-10.

Em alguns momentos as representações ali presentes serão discutidas no diálogo com as próprias autorrepresentações de Cabanas contidas em seu livro *A Coluna da Morte*. A forma como o jornal propôs sentidos para o Levante Paulista, para a Coluna Paulista e a Coluna da Morte, bem como uma imagem sobre Cabanas, são aspectos a serem discutidos neste estudo. O jornal informava (e também criava fatos) sobre eventos que foram narrados por Cabanas, instigando a observação da disputa de representações durante o próprio desenrolar do Levante.

Dividido em quatro itens, o capítulo inicia com considerações sobre as notícias do Levante Paulista e a Coluna Paulista, seguindo para a análise de como se procedeu a uma desqualificação específica em relação a João Cabanas, através da desvalorização e crítica às suas estratégias como combatente. Na sequência, trabalharei com as frequentes notícias impressas no jornal sobre uma iminente vitória legalista, encerrando o capítulo com a construção de uma imagem negativa para Cabanas a partir de eventos de violência ocorridos durante sua passagem pelo interior de São Paulo à frente da Coluna.

1.1. “Insubordinação contra a legalidade”: representações sobre o Levante Paulista e a Coluna Paulista

As Revoltas Tenentistas constituíram assunto recorrente nos principais periódicos do país. Em São Paulo, o tema apareceu em jornais considerados importantes por sua circulação e representatividade política, como o *Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo*, *O Combate*, *Diário Nacional* e *A Gazeta*⁴, além dos jornais de menor expressão e/ou clandestinos. Na produção de fontes escritas sobre o desenrolar do conflito que levou milhares de homens a pegarem em armas em 1924 e 1925, os periódicos são tomados como formadores de opinião e portadores de verdades. A recorrência das notícias, a estrutura de sua produção e as interpretações oferecidas aos leitores carregavam intencionalidades e representações, em meio as quais emergiu o nome de João Cabanas no *Correio Paulistano*.

A postura de combate aos tenentes e a atenção dada ao movimento no *Correio Paulistano* possibilitam acompanhar os eventos narrados por Cabanas no livro. Em A

⁴ Os jornais de maior circulação em São Paulo durante a República Velha eram o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*. No elenco dos jornais que se mantiveram, sobretudo, no campo oposicionista ao governo, durante os anos 1920, merece destaque *O Estado de S. Paulo*, nas mãos de Júlio César de Mesquita, jornalista e proprietário do jornal que defendia as causas tenentistas, embora fosse contrário ao conflito armado.

Coluna da Morte e no *Correio Paulistano*, porém, a relação com o tempo e a materialidade dos escritos causa efeitos de leitura diferentes. Em relação ao tempo intrínseco ao jornal, existia a busca por intervir naquele presente por conta de uma necessidade imediata: convencer a população paulista a apoiar o governo. As notícias lançadas no calor da hora incitavam a ação e a tomada de posição frente aos eventos, e o jornal pretendia, declaradamente, articular a população paulista no combate aos tenentes. Já o tempo da escrita da narrativa de Cabanas em *A Coluna da Morte* é diferente. O autor escreveu passado mais de um ano dos conflitos armados que vivenciou, e a materialidade e intenção do aporte de sua publicação sugere uma narrativa mais completa sobre os eventos, diferente da fragmentação característica do jornal. Enquanto o jornal é preparado para ser lido no dia seguinte, dada a necessidade de oferecer notícias recentes aos seus leitores, o livro supõe uma leitura mais demorada, menos imediatista e de elaboração de um passado, ainda que recente.

Com o objetivo de delinear as representações que o *Correio Paulistano* construiu sobre João Cabanas, é importante situar a vinculação do jornal ao grupo político do PRP, pois enquanto representante desse partido, manifestava o ataque não apenas aos ideais dos tenentistas, mas principalmente aos protagonistas do Levante Paulista. Observo algumas das narrativas sobre o movimento, no intuito de analisar os ataques inferidos aos tenentistas não somente por meio das armas, e sim com os usos da escrita por intermédio dos produtores do jornal.

O *Correio Paulistano* seguiu apoiando o governo, mesmo com o crescente descontentamento de boa parte da imprensa com a República Velha. No livro *A imprensa na História do Brasil*, a historiadora Maria Helena Capelato afirma:

A imprensa, que tivera um papel significativo na mudança do regime, traduzia os descontentamentos. Na maior parte dos jornais, os elogios e esperanças de outrora cederam lugar a críticas. Afirmava-se, com frequência, que o projeto republicano não se concretizara e diante disso, propunha-se a republicanização da República⁵.

Os tenentes agiam em consonância com a perspectiva de republicanização da República, e tentaram intervir elaborando propostas que seriam aplicadas quando tomassem o governo. O debate evidenciado por Capelato impulsionava as ações de

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 47.

questionamento ao governo em diversos espaços: na imprensa, no Exército, na Força Pública.

Na década de 1920, além dos jornais de maior circulação, a saber, o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, faziam-se presentes em São Paulo os jornais clandestinos. De um modo geral, eles se ocupavam de denunciar a situação de trabalhadores, de imigrantes ou outras questões sociais específicas, temas que não faziam parte nem das reivindicações tenentistas, nem eram contempladas pelos legalistas. Se o ano de 1924 significou repressão e censura à imprensa especialmente com a criação do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), a demanda por combate aos tenentes viabilizou a difusão dos jornais clandestinos pela dificuldade de controle da situação⁶. Sobre a imprensa confiscada pelo Deops entre 1924 e 1954, Maria Lúcia Tucci Carneiro e Boris Kossoy esclarecem que:

O ano de 1924 pode ser considerado como de repressão à imprensa rebelde ofuscada por uma série de levantes militares ocorridos em São Paulo. O clima de estado de sítio deu margem para que os rebeldes imprimissem seus jornais na clandestinidade com o objetivo de informar o povo sobre os verdadeiros motivos do levante armado⁷.

Em meio a estes jornais, surgiram também jornais clandestinos em defesa do tenentismo. Kossoy cita o jornal *5 de Julho*, cuja impressão foi atribuída ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que apoiava os tenentes, e o jornal *O Libertador*, produzido pelos próprios tenentistas⁸. A falta de fiscalização permitiu a produção e circulação de jornais clandestinos vinculados ao próprio Movimento Tenentista, bem como outros jornais que já existiam na informalidade. Estas considerações indicam que as edições do *Correio Paulistano* aqui estudadas e o livro *A Coluna da Morte* estavam ambientados

⁶ O ano de 1924 foi um marco na forma de apreensão e repressão de jornais clandestinos. Boris Kossoy divide essa repressão em duas fases, a primeira vai de 1808 até 1924, quando o confisco dos jornais era de responsabilidade da Intendência de Polícia do Rio de Janeiro. A segunda fase dura de 1924 até 1983. A Lei nº 2.034 de 30 de dezembro de 1924 cria a Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada ao Gabinete de Investigações e Capturas, o que promoveu o confisco de periódicos ditos “revolucionários”. KOSSOY, Boris. **A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924 - 1954** (org). São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo de Estado, 2003, p. 21.

⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924 - 1954** (org). São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo de Estado, 2003, p. 27.

⁸ Daniel Aarão Reis explica que o jornal era uma tentativa de levar ao público a situação dos tenentes, com o intuito de confrontar as informações das fontes legalistas. REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 55.

num momento em que o uso da linguagem escrita para tratar de questões políticas estava em evidência.

Sobre a recepção dos jornais nos anos 1920, algumas estatísticas são esclarecedoras. A historiadora Tânia Regina de Luca assim problematiza a alfabetização da população:

No que tange aos leitores em potencial, basta lembrar que em 1890, estimava-se em apenas 15% da entrada da população brasileira alfabetizada, porcentagem que timidamente se elevou para 25% no Censo de 1900 e que não sofreu alterações significativas em 1920. Nesse último ano o estado de São Paulo, cujas reformas na escola primária chegaram a ser consideradas um modelo para o país, então ostentava o índice de 70% de iletrados, valor que declinava na capital para 42%, em parte graças à entrada de levas de imigrantes que dominavam a leitura e escrita⁹.

Os índices de alfabetização acima mostram que a leitura não era acessível para grande parte da população paulista, tendo a capital um índice maior de alfabetizados que pudessem, assim, ter a possibilidade de acesso direto às representações problematizadas nesta tese. É difícil mensurar a repercussão das notícias publicadas pelo jornal *Correio Paulistano*, mas os jornais já citados neste estudo, permitem afirmar que a imprensa brasileira expressava temas de interesse da população, e os conflitos de 1924 e 1925 são exemplos disso¹⁰.

Sobre as características materiais do *Correio Paulistano*, o número de páginas variava em suas edições, que eram diárias, entre oito e doze páginas, salvo uma ou outra exceção. Anúncios e textos são apresentados em colunas estreitas, os títulos têm letras capitulares e serifadas, com conteúdo que expressava o pensamento político vinculado nas notícias. A edição do *Correio Paulistano* do dia 5 de julho de 1924, data de início do conflito armado em São Paulo, seguia semelhante às edições anteriores, composta por anúncios, notas de falecimento, preço do café e notícias corriqueiras. Não houve tempo para que uma edição especial informando os acontecimentos daquela noite chegasse aos leitores. O Levante Paulista só foi noticiado no dia 6 de julho¹¹ e contou com seis páginas. Cerca de uma página e meia foram utilizadas para abordar o Levante Paulista e para divulgar o boletim que circulou pela cidade no dia anterior, que solicitava aos paulistas a

⁹ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 156.

¹⁰ No jornal, não foi possível localizar a tiragem, e na ausência dessa informação, não posso estimar o número de prováveis leitores diretos.

¹¹ Insubordinação contra a legalidade. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21910, 6 de julho de 1924, p. 1.

manutenção de uma postura legalista, fazendo frente aos tenentes. Segue a imagem de parte da primeira página:



Imagem 1. Capa do *Correio Paulistano* de 6 de julho de 1924.

A notícia sobre o Levante Paulista na primeira página do jornal indica, desde logo, o posicionamento de crítica ao movimento, e isso prosseguiu pelos meses seguintes. Nesse primeiro dia tratando do Levante, na segunda página foi impressa a *Página Feminina*, espaço repleto de imagens que tratavam principalmente de moda¹², e a matéria de capa teve continuidade na terceira página. O título *Insubordinação contra a legalidade* e os adjetivos imputados aos tenentistas expressam os caminhos que o jornal seguiu na desqualificação daquele movimento. Nos subtítulos observo a construção de uma explicação para o ocorrido, com atribuição de culpa e busca de empatia dos leitores para com o governo. A primeira declaração afirmava que o governo se mantinha "senhor absoluto da situação", e embora esse controle não se confirmasse, a informação continuou sendo repetida pelo jornal sistematicamente. O Levante, promovido por um "bando de impatriotas", "fora da lei", seria, segundo o jornal, um ataque não ao governo, mas às famílias paulistas. Nesse jogo com as palavras, com o intuito de angariar o apoio da população, são ressaltados valores trabalhados em espaços de poder, nos quais a família, o trabalho e o progresso constituíam características enaltecidas na construção identitária

¹² Nas demais edições as notícias assumiram uma estrutura diversificada, alternando as páginas em que o movimento era noticiado, mas mantendo o destaque para o assunto na matéria de capa. A "Página Feminina", por exemplo, não era uma constante no jornal. Embora a primeira página fosse, num primeiro momento, o lugar garantido para o ataque aos tenentes, a sequência da notícia ocupava as páginas seguintes de modo aleatório, assim, a notícia que começava na capa poderia terminar na página seguinte, ou em qualquer outra.

para aquele Estado. Nessa notícia do dia 6 de julho de 1924, o jornal fez um chamado ao povo:

Povo Paulista! Nossa terra, ainda ontem entregue a paz e o **trabalho**, com que, sem descanso, **contribuímos para a grandeza da nossa pátria**, foi insolitamente agredida por **bando de soldados insubordinados** que não hesitaram em acordar, na manhã passada, nosso tranquilo sono de trabalhadores pacíficos, com a metralha e a mazorca.

(...)

É mister reagir, definitivamente, contra essa chaga. **O organismo da nação precisa curar-se**, de uma vez por todas, esse mal que vem atacando, e que agora explodiu no seio de uma das mais pacíficas e laboriosas unidades da federação¹³.

No trecho acima, São Paulo está representada enquanto “terra entregue a paz e o trabalho”, os insurgentes são desqualificados como “bando de soldados insubordinados”, uma “chaga”, “esse mal que vem atacando”. Na primeira expressão que remete à insubordinação há duas formas de depreciar os tenentes. Aos soldados caberia a subordinação e a obediência, sem intervenção na política. E ao se referir a eles como um “bando”, o jornal, além de dar-lhes homogeneidade, - o que o movimento não comportava – os representa como bandidos. Além disso, os opõe aos “trabalhadores pacíficos” paulistas. O texto assim deixa claro que não eram eles nem trabalhadores, nem imigrantes ou comerciantes. A ousadia de acordar São Paulo com “a metralha e a mazorca” veio de um grupo pouco reconhecido, ao qual se destinava um papel secundário na esfera política. Eles seriam desprovidos de ideais, motivados por ódio e insubordinação, impossibilitando aos paulistas viver de forma ordeira e pacífica. O jornal lançou desde o início uma dualidade entre a São Paulo que existia antes do Levante, e a dinâmica que se instaurou após o 5 de julho de 1924, culpabilizando os tenentes pelo fim de um período de absoluta tranquilidade. Os soldados são veementemente criticados por sua insubordinação, por não cumprirem seu dever de manter a ordem, por agredirem essa ordem e a paz dos paulistas.

Ao analisar essa mesma edição do *Correio Paulistano* e os demais periódicos daquele momento, a historiadora Ilka Stern Cohen relativizou a ideia de que os jornais tinham um claro posicionamento político sobre a tomada de São Paulo. Naquele contexto particular, existiam espaços para além de ser a favor ou contra a legalidade. Conforme a autora:

¹³ Insubordinação contra a legalidade. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21910, domingo, 6 de julho de 1924, p. 1. (Grifos meus).

Por conta da censura ou da indefinição do momento, a grande imprensa não tomou partido declarado em relação ao movimento, a não ser, evidentemente, o *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP e, portanto, porta-voz da ordem legal. Sua edição do dia 6 - único número publicado enquanto os revolucionários estiveram na cidade, estampava a manchete 'INSUBORDINAÇÃO CONTRA A LEGALIDADE', e o texto conclamava a população a recusar qualquer apoio ao movimento: 'levantemo-nos, pois, como um só homem e saibamos afrontar os mashorqueiros'.

Os demais jornais, como a *Folha da Noite*, *Diário de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Comércio*, entre outros, mantiveram-se neutros: não comentavam manifestos, criticavam as ações governamentais, mas limitavam-se a noticiar, na medida do possível, sobre os locais atingidos pelos bombardeios e as providências tomadas pelos órgãos de emergência: a Cruz Vermelha, os hospitais, Associação Comercial, os escoteiros ou a Igreja. Mesmo essas notas eram censuradas, pois dados mais precisos sobre as áreas atingidas poderiam indicar a localização dos soldados revolucionários, prejudicando sua ação. Um editorial de *A Capital* sintetizou a conduta da empresa, preocupada unicamente em 'cumprir sua obrigação sagrada, seu estrito dever, em defesa da cidade e de seus habitantes'¹⁴.

Neste cenário, como fica claro na citação acima, enquanto o órgão do PRP desqualificou o movimento chamando de 'mazorca'¹⁵, boa parte da imprensa afirmou se posicionar a favor da cidade de São Paulo, evitando tomar partido na polarização entre legalistas e revolucionários¹⁶. Os desdobramentos do Levante eram imprevisíveis, daí o cuidado com as posições assumidas. Como afirma Tânia de Luca, o debate sobre a objetividade e neutralidade da imprensa pouco colabora para o trabalho do historiador. Mais profícuo é analisar o sentido de perceber como a imprensa "seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público"¹⁷. Sigo esses preceitos ao fazer de jornais fontes para este estudo.

¹⁴ COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 47-48.

¹⁵ Mazorca significa perturbação da ordem, revolta, motim. Para observar um exemplo de como o termo era aplicado pela imprensa legalista aos tenentistas, ver a dissertação sobre o tenente-civil José Maria dos Reis Perdigão, que no ano de 1924 foi responsável, junto a José Pinheiro Machado, pela edição do jornal clandestino *O Libertador*.: MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Mashorqueiros ou procellários? a experiência tenentista no Maranhão**: política, cultura histórica, imaginário, personagens... Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

¹⁶ Durante os dias em que os tenentes tomaram a cidade de São Paulo, "O jornal O Estado de S. Paulo foi publicado no domingo, dia 6, e foi o único que se manteve ininterrupto durante a ocupação. Os demais funcionaram precariamente, ao sabor dos bombardeios e ataques que grassavam por toda a Cidade" BORGES, Vavy Pacheco; COHEN, Ilka Stern. A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932. In.: PORTA, Paula (org). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 297.

¹⁷DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

Entendo o jornal como lugar de ação, e embora a maioria das notícias com as quais trabalhei não tenham sido assinadas, essa ação é exercida por pessoas, por um grupo responsável pela linha editorial. Por isso é importante, antes de passar a análise mais consistente das notícias, conhecer a dinâmica que envolvia a produção desse material. Em sua capa, consta ser de propriedade anônima, tendo como diretor geral Flaminio Ferreira Pinheiro Machado, como redator político, Paulo Menotti del Picchia, e como gerente, Edgard Nobre de Campos¹⁸. Sobre o posicionamento político, em estudo sobre a história da imprensa, Nelson Werneck Sodré afirma que “O *Correio Paulistano*, fundado o Partido Republicano Paulista em 1872, tornara-se seu órgão”¹⁹. A historiadora Tânia de Luca, ao abordar este vínculo do *Correio Paulistano* com o PRP, acrescenta que fez oposição a esse jornal o *Diário Nacional*, órgão oficial do Partido Democrático (PD), ambos, jornal e partido, fundados em 1927, portanto, depois do Levante Paulista.²⁰ Integraram o PD tenentes como João Alberto, presente no Movimento Tenentista desde o Levante dos 18 do Forte de Copacabana, e também João Cabanas, além de outros simpatizantes da pauta tenentista²¹.

O *Correio Paulistano* representava diretamente o presidente do estado de São Paulo, Carlos de Campos, do PRP, e o presidente da República Arthur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro (PRM). Além do ataque promovido pelo jornal ao Levante, membros do *Correio Paulistano* cuidaram pessoalmente de apoiar a ação das tropas legalistas. O diretor chefe e o redator político estiveram na organização do combate ao

¹⁸ Ainda na edição do dia 06 de julho de 1924, o jornal mencionou alguns jornalistas, dentre as muitas pessoas que teriam comparecido no Palácio dos Campos Elíseos para prestar solidariedade a Carlos de Campos por conta do Levante, conforme cito: "Flaminio Ferreira, diretor geral do *Correio Paulistano*; com Mário Guastini, diretor do *Jornal do Comércio*; dr. Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita, secretário e gerente do *Estado de São Paulo* (...) Menotti del Picchia, redator político do *Correio Paulistano*." Flaminio Ferreira e Menotti del Picchia. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21912, Ano 1924, quarta-feira, 30 de julho de 1924, p. 1.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994, p. 225.

²⁰ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 162.

²¹ Sobre a fundação do *Diário Nacional*, o *Correio Paulistano* publicou em 13 de novembro de 1927, a matéria “Laboratório de oposição técnica”, criticando o jornal pela oposição que fazia ao governo. Nessa matéria, Cabanas é citado, e o trecho alude às palestras proferidas após seu retorno do exílio. De acordo com o jornal, “[...] enviam o heroico Cabanas como caixeiro viajante de nosso civismo e... não produzem nada de útil e de real”. MATTO, Gregório do. Laboratório de oposição técnica. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23057, domingo, 13 de novembro de 1927, p. 3. Como o foco desse trabalho recai sobre o livro, o *Diário Nacional* não será estudado, tendo em vista que sua fundação data de 1927, apenas foi citado para demonstrar as rivalidades políticas entre os jornais paulistas e como Cabanas aparece nesse cenário de disputas. A ironia utilizada pelo *Correio Paulistano* para se referir a Cabanas, já que o adjetivam ironicamente de “heroico”, demonstra uma continuidade em relação às representações elaboradas nos anos anteriores sobre ele por esse jornal. Tal como em 1924, Cabanas não representaria a nação, o “civismo”, e o Partido Democrático e o *Diário Nacional* não fariam nada além de “discursos”.

movimento, retornando a São Paulo no dia 30 de julho, após o fim dos conflitos armados na cidade. A notícia a seguir circulou logo após a retomada das atividades no jornal, cuja produção esteve interrompida desde o dia 06 de julho de 1924 até o dia 29 de julho daquele ano:

Regressaram ontem, de Itapetinga, em trem especial, o sr. Flamínio Ferreira e o nosso redator político, Dr. Menotti del Picchia. Nossos queridos companheiros de trabalho estiveram naquela cidade, junto do quartel general das forças legais, componentes da coluna do Sul, auxiliando o sr. coronel Fernando Prestes, vice-presidente do Estado, dr. Washington Luis, senador Ataliba Leonel e deputado Júlio Prestes, na organização da reação legalista em todo o sul do Estado.²²

O retorno de Flamínio Ferreira e Menotti del Picchia²³ correspondeu à retomada das atividades no jornal. Quanto à ação direta na organização da Coluna do Sul, esse envolvimento dos jornalistas esclarece que, antes de ser materializado em folhas impressas, o jornal existia enquanto grupo político atuante, representando em diferentes espaços os interesses do governo. Isso instituiu uma dinâmica de elaboração de notícias que priorizava a desmoralização das pautas tenentistas e da atuação na luta em São Paulo. O jornal estruturou uma cobertura dos eventos levando ao conhecimento do público leitor quem eram os apoiadores do governo. Logo depois de retomados os trabalhos, as notícias

²² Flamínio Ferreira e Dr. Menotti del Picchia. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21912, Ano 1924, quarta-feira, 30 de julho de 1924, p. 3.

²³ São escassas as informações sobre Flamínio Ferreira Pinheiro Machado e Edgard Nobre de Campos. Paulo Menotti del Picchia, por pertencer à literatura modernista, teve trabalhos acadêmicos dedicados a pensar a sua trajetória intelectual. Para conhecer melhor o pensamento político e literário de Menotti del Picchia, recomendo a leitura dos seguintes trabalhos: CAMPOS, Maria José. **Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento**: estudo sobre a trajetória e as obras de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945. 371 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. ARIENTI, Douglas Pavoni. **Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia**: trajetórias intelectuais, projetos políticos e função social da inteligência. 330 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Além desses dois trabalhos, o verbete do Dicionário Biográfico auxilia, mais resumidamente, a compreender a trajetória do autor: "Em 1924, quando irrompeu na capital de São Paulo o movimento revolucionário tenentista, liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, Menotti del Picchia se manteve fiel ao governo do estado. Deixando o jornal, uniu-se às forças legalistas. Em seu livro de memórias *A longa viagem* (1972), narra a campanha: 'Foi em Itapetinga que se nucleou a força que junto com as que cercavam a capital pelo setor de Quitaúna, fechava, num anel de ferro, o bando revolucionário. O comando dessa praça, até a chegada do general Artur Costa, o qual encabeçou a Coluna do Sul, estava a cargo de Ataliba Leonel, tendo como ajudantes Júlio Prestes, Flamínio Ferreira Pinheiro e eu. Dias depois juntava-se a nós Washington Luís... Flamínio Ferreira e eu fomos destacados para aliciar voluntários nas cidades da Alta Sorocabana. As dramáticas e cômicas peripécias dessa caçada aos ariscos caboclos com tão poucos pendores guerreiros, narrei-a minudentemente no meu romance *A tormenta*. Ali se retrata, na sua trágica verdade, todo o horror da Revolução de 24.'"MAYER, Jorge Miguel. Menotti del Picchia. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, e o jornal manteve um emissário junto às tropas legalistas para repassar as informações.

No livro *A Coluna da Morte*, Cabanas demonstrou preocupação com o que escreviam sobre ele nos jornais. Frequentemente respondeu a notícias veiculadas pela imprensa, porém, sem citar títulos de periódicos aos quais se referia, generalizados por meio do termo “imprensa governista”, que indica a referência a mais que um periódico. Não é possível precisar como ou que periódicos chegavam às suas mãos em meio aos conflitos armados ou no exílio. O que fica evidente na escrita de Cabanas é que ele rebateu no livro críticas feitas por essa imprensa e lidou com ideias pejorativas construídas a seu respeito.

As primeiras notícias sobre o Levante Paulista no *Correio Paulistano* não mencionaram Cabanas. Como ele não fez parte do grupo que articulou o movimento, inicialmente outros tenentes apareceram. Na matéria *Revolucionários, não; rebeldes mercenários*, de 4 de agosto de 1924, João Francisco, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa tiveram destaque, conforme segue:

A quem conhecesse a fama de João Francisco, o sanguinário castilhista do Cati; a de Isidoro Dias, o maragato federalista de 93; a de Paulo Oliveira, o militar insubordinado protegido por flácido nepotismo, que nos envergonha; a de Miguel Costa, argentino naturalizado, cujo único valor intelectual era o de montar a cavalo como um profissional de circo de cavaleiros, a quem conhecesse a fama intelectual dessa corja de apóstolos de ideais políticos, não poderia ocorrer o pensamento de os considerar revolucionários²⁴.

A menção à participação em conflitos políticos anteriores pretendia demonstrar a prática recorrente de seu envolvimento em questões políticas, um tema polêmico ao se tratar da função dos militares na sociedade. João Francisco Pereira de Souza havia exercido o comando da 32ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, na comarca de Livramento, no Rio Grande do Sul, e em função da violência que teria exercido próximo ao arroio Cati, foi chamado de "Castilhista do Cati"²⁵. Em 1924 lutou com os tenentes ao

²⁴ Revolucionários, não; rebeldes mercenários. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21917, segunda-feira, 4 de agosto de 1924, p. 1.

²⁵ João Francisco chegou a ser filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, mantendo estreita relação com Júlio de Castilhos. O verbete de Regina da Luz Moreira sobre João Francisco informa que "Após a morte de Castilhos, em 1903, tiveram início as divergências de João Francisco com alguns elementos do PRR, entre os quais José Antônio Flores da Cunha, que em 1905 publicou um manifesto contrário à sua atuação. Flores da Cunha acusaria ainda João Francisco de diversos crimes no livro *Perfídias de um bandido* (1911). Este, por seu lado, se defenderia das acusações publicando em 1934 *Noventa e três: acontecimentos*

lado de Isidoro Dias Lopes, que em 1893, deixou o Exército para apoiar os rebeldes na Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, portanto, contra o grupo político no qual na época João Francisco era ligado²⁶. Na Revolução Federalista, os opositores de Floriano Peixoto receberam apoio da Argentina e do Uruguai, e isso, para o jornal, deslegitimava a reivindicação pretensamente nacionalista de Isidoro Dias Lopes em 1924. Miguel Costa, segundo a representação feita pelo jornal, sequer era brasileiro, e o jornal fez chacota de suas habilidades militares e posicionamento político. Essas referências aos “insubordinados”, que nem eram de São Paulo, serviam para mostrar que eles portavam um passado questionável, que eram todos integrantes de uma “corja de apóstolos de ideais políticos”, e ao invés de revolucionários, deveriam ser chamados de “rebeldes mercenários”. Por isso, os integrantes do movimento são identificados enquanto “rebeldes”, “revoltosos”, não “revolucionários”. Destaco aqui a força das representações sociais, que conforme Roger Chartier evidenciou em seu livro *A História Cultural entre práticas e representações*, tem como base esquemas intelectuais que dão sentido ao presente. Para Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza²⁷.

As denominações e os sentidos propostos para as ações dos tenentes presentes no *Correio Paulistano* são calcadas nos interesses dos legalistas. As representações sociais elaboradas pelo jornal utilizaram, como no caso da alusão ao “castilhistas do Cati”, figuras possivelmente já conhecidas pelos leitores. O jornal atendia, portanto, à construção de

que engendraram a luta de noventa e três e as consequências que acarretaram até o presente". MOREIRA, Regina da Luz. João Francisco Pereira de Souza. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br.>>.

²⁶ KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias>. "Com a deflagração da Revolução Federalista em fevereiro de 1893, Isidoro abandonou o Exército e se juntou às forças rebeldes que combatiam o governo estadual de Júlio de Castilhos e o governo federal de Floriano Peixoto, passando a atuar como chefe do estado-maior das tropas lideradas pelo caudilho Gumerindo Saraiva. A guerra civil envolveu numerosos contingentes militares locais e se estendeu ao Paraná e a Santa Catarina, terminando em agosto de 1895 com a assinatura da chamada Paz de Pelotas, que selou a derrota dos rebeldes. Isidoro partiu então para o exílio em Paris, de onde retornou, anistiado, em 1896. No ano seguinte, foi reincorporado ao serviço ativo do Exército e prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal."

²⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

representações sociais vinculadas a posição ocupada pelo grupo político que representavam. Por isso, interessava publicar a naturalidade dos líderes tenentistas que não eram paulistas e mostrar o envolvimento deles em outros conflitos, como estratégia para desabonar suas críticas naquele momento.

Quanto à origem, nada foi dito sobre o paulista João Cabanas, que desempenhou um papel fundamental na manutenção do Movimento Tenentista em São Paulo. Sob a repressão da parte legalista do Exército e da Força Pública, os tenentes deixaram São Paulo, criando uma configuração particular para aquela resistência. Desse movimento surgiu um terceiro momento dos conflitos, com a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes, marcando a junção da Coluna Paulista com a Coluna de Prestes do Rio Grande do Sul, entre março e abril de 1925. Os tenentistas se encontraram em Santa Helena, Paraná, de onde articularam os passos seguintes do movimento²⁸.

O *Correio Paulistano* havia noticiado as Revoltas Tenentistas desde o Levante dos 18 do Forte de Copacabana em 1922. O movimento era de organização exclusivamente militar, e mesmo não tendo êxito no conflito armado de 1922, consistiu em uma importante manifestação da contestação ao poder político da época. O evento em Copacabana inaugurou o conjunto de confrontos armados que compõem as Revoltas Tenentistas, tendo importante valor simbólico para a reorganização do movimento e a continuidade das críticas que fazia ao governo.

Sem antever que dois anos depois São Paulo seria palco de um Levante com proporções ainda mais significativas que as enfrentadas no Rio de Janeiro, o *Correio Paulistano* imprimia nas suas páginas o total apoio do “povo paulistano” ao “governo constituído” de Epitácio Pessoa por conta do Levante dos 18 do Forte de Copacabana. No dia 5 de julho de 1922, apesar de situadas na primeira página, há duas pequenas notas com os títulos *No Forte de Copacabana*²⁹ e *O levante em Copacabana não teve importância nem repercussão*³⁰. No dia seguinte, o discurso que minimizava aquela revolta ganhou corpo. Se o conturbado dia 5 não permitia maiores esclarecimentos ao leitor, com o título *Movimento Sedicioso no Rio*, a edição do dia 6 de julho de 1922

²⁸ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 56.

²⁹ No Forte de Copacabana. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21190, quarta-feira, 5 de julho de 1922, p. 1.

³⁰ O Levante em Copacabana não teve importância nem repercussão. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21190, quarta-feira, 5 de julho de 1922, p. 1. Resumidamente essa notícia informou que o Capitão José da Silva Barbosa, comandante do Levante do Forte de Copacabana, foi assassinado, e que o número de soldados envolvidos no movimento era de 76, estando a cidade em “perfeita calma” e “o Governo está senhor do movimento e as tropas se acham de prontidão”.

anunciava em sua primeira página a reação do governo diante daquele movimento, bem como incitava os leitores a repudiá-lo:

Desprovida de ideais, não encontrando outra repercussão no país se não a justa repulsa de todos os patriotas, empenhados em ver garantida a existência do nosso regime, sobre o qual repousa a nossa liberdade e a nossa honra, teve a **sedição** a sorte que devia ter, isso é, a vida instantânea das **atitudes artificiosas e condenadas** ³¹.

Nas linhas acima estão alguns dos principais argumentos contrários à Revolta Tenentista, desqualificada aqui como “sedição”, de “atitudes artificiosas e condenadas”. O jornal não deixou em aberto a interpretação ao leitor, apontando as atitudes do movimento como “condenadas”. Essa forma de apresentar o movimento como uma ameaça para a República e sem qualquer fundamento válido de reivindicações é uma estratégia utilizada depois, novamente, ao noticiar o Levante Paulista em 1924. O texto acima insere personagens na narrativa, evocados como “patriotas”, que sentiriam pela “sedição” uma “justa repulsa”. No jogo de palavras a favor dos legalistas, o primeiro argumento apresentado na citação é de que o Levante seria “desprovido de ideais”, pois baseado em ideias vazias, antipatrióticas, que não convinham ao regime republicano. O fato de o movimento ser uma contestação à forma pela qual a República era conduzida e não ao regime político em si não é mencionado. Uma vez consolidada a República, atribuir ao Levante Paulista o ataque a essa forma de organização, significava imprimir marcas negativas ao movimento, e conseqüentemente, a seus líderes. A exemplo disso, o jornal sugeriu a validação da morte dos combatentes na praia de Copacabana como uma ação em defesa da República e a condenação dos propositores do movimento para garantir a estabilidade do regime republicano. Assim, o *Correio Paulistano* lançava no imaginário social, além da desordem associada ao Levante, a insegurança diante da possível desestruturação do modelo político no qual se projetava o compromisso com a cidadania e os direitos civis. Era o regime republicano que garantiria a “honra e a liberdade”. Atacá-lo seria, portanto, uma forma de atacar o próprio povo.

Essa notícia do *Correio Paulistano* seguiu com outra estratégia importante para atacar os tenentes de 1922. Segundo o jornal, “Em São Paulo, a notícia dessa condenável atitude reuniu em torno dos poderes constituídos todos os paulistas, numa só vontade e

³¹ Movimento sedicioso no Rio. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21191, quinta-feira, 6 de julho de 1922, p. 1. (Grifos meus).

numa só decisão, isto é, a de defender a ordem e a legalidade”³². A afirmação de forma alguma significava a real unanimidade na opinião dos paulistanos, haja vista a posterior adesão de paulistas àquele movimento em 1924. Há a investida do jornal em elaborar essa unidade, em incentivar o apoio “dos paulistanos” ao governo. A “condenável atitude” praticada no Rio de Janeiro, naquele momento, parecia aos olhos do jornal uma ação isolada e distante da realidade dos paulistanos. O discurso que pregava uma coesão na opinião dos paulistas se estendeu até 1924, e mesmo com o protagonismo de parte da Força Pública e do Exército de São Paulo no movimento de 1924, esses combatentes foram excluídos dos enunciados supostamente associados ao “povo paulista”.

Para reafirmar a existência de uma unidade na opinião pública em São Paulo sobre o ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, o jornal utilizou a publicação de telegramas enviados ao Secretário de Interior de São Paulo, Oscar Alarico da Silveira³³, manifestando o apoio de diversas cidades paulistas ao governo. Dentre elas, destacou Ribeirão Preto, Lorena, Piracicaba, Santos, São Bernardo, Campos, Taubaté, Sorocaba, etc. Os remetentes são sempre o prefeito ou vice-prefeito³⁴. Citar a cidade e seus líderes políticos era uma forma de personificar e dar legitimidade a essa oposição aos tenentes. Ao atribuir nome e local em que o movimento encontrava resistência, era criada a imagem de um Estado capaz de manter a ordem. Os possíveis simpatizantes dos tenentes nessas localidades foram silenciados.

O *Correio Paulistano* abordava seus leitores esperando deles um posicionamento de apoio. Incitava a repulsa aos tenentistas e fornecia argumentos para a construção de um pensamento favorável ao governo. Para isso, explorou em seus discursos o nacionalismo, a defesa da manutenção da ordem e do regime republicano. Seus redatores fizeram dele um dos lados do campo de batalhas, o lado que lutava contra os tenentes, e entre eles estava Cabanas.

³² Movimento sedicioso no Rio. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21191, Ano 1922, quinta-feira, 6 de julho de 1922, p. 1.

³³ Alarico da Silveira assumiu a referida secretaria em 1920. Ele havia trabalhado como secretário e redator-chefe do *Correio Paulistano* em 1909 e 1910. Essas informações constam em: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silveira-alarico-da>.

³⁴ Solidariedade das municipalidades paulistas aos poderes constituídos. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21192, sexta-feira, 7 de julho de 1922, p. 1.

1.2. O “famigerado” tenente Cabanas

No decorrer dos conflitos armados iniciados em 1924, emergiu com frequência o nome de João Cabanas no *Correio Paulistano*, nas matérias publicadas a partir de 6 de agosto de 1924. Enquanto no livro autobiográfico Cabanas se mostra atuante desde o início do Levante, e discorre sobre seu protagonismo na capital paulista, no jornal ele é mencionado principalmente após a retirada dos tenentes daquela cidade.

Cabanas teve seu nome citado três vezes no *Correio Paulistano* antes do Levante Paulista de 1924. A primeira notícia data de 1920, quando o Curso Especial da Força Pública de São Paulo, festejou o dia 12 de outubro na presença de suas autoridades e demais praças. A breve nota não deixa claro o motivo da comemoração, que provavelmente estava ligada à devoção à Nossa Senhora Aparecida. De acordo com o *Correio Paulistano*, na ocasião “[...] foi feito uma longa e interessante preleção alusiva à data, pelo aluno do segundo ano João Cabanas, previamente sorteado. O orador, ao terminar, foi vivamente aplaudido por todos os presentes”³⁵. Assim, assinalava como, já naquele momento, Cabanas se destacou perante os demais fazendo uso da palavra. O orador, na ocasião “vivamente aplaudido”, veio a ser nos anos seguintes vivamente atacado pelo mesmo jornal que havia publicado esta nota elogiosa.

Cabanas voltou a ser mencionado no *Correio Paulistano* mais de um ano depois, em dezembro de 1921, numa coluna intitulada *Notas*, quando, aos 27 anos, foi apresentado como segundo-tenente pelo Coronel Quirino Ferreira ao secretário de Justiça e Segurança Pública³⁶. Naquele período, as referências a Cabanas ainda não faziam dele um homem público, mas indicavam sua ascensão na carreira, informação que atesta o progresso obtido na Força Pública de São Paulo. Nos anos 1920, a Força Pública contava com intensa visibilidade no jornal³⁷. As comemorações, a ascensão dos militares e outros informes eram comunicados, levando para o espaço público os acontecimentos daquela instituição.

Em 1922 Cabanas novamente apareceu nas páginas do *Correio Paulistano*, numa notícia intitulada *Vida Militar*. O primeiro subtítulo trata da Força Pública e em seguida do Concurso regional de tiros. A nota do jornal exprimia a aptidão do tenente com armas:

³⁵ 12 de outubro. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 20576, quarta-feira, 13 de outubro de 1920, p. 3.

³⁶ Notas. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21000, terça-feira, 20 de dezembro 1921, p. 2.

³⁷ Com ocorrências em quase todas as edições, de 1920 até 1929, são contabilizadas 20.295 aparições para a busca com o termo Força Pública.

“João Cabanas foi classificado em segundo lugar num concurso regional de tiros”³⁸. Essa performance na prática do tiro, evidenciada pela referida competição, vem a ser somada depois às suas habilidades nos campos de batalha e na movimentação da coluna, momentos em que usou estratégias que lhe permitiram vencer em situações de desvantagem, alcançando status entre os combatentes e provocando momentos de apreensão entre os legalistas.

Antes mesmo do início dos combates de 1924, portanto, o *Correio Paulistano* apresentou, embora não de forma intencional, três elementos relacionados posteriormente ao tenente Cabanas. Na primeira notícia, evidenciou que era um bom orador; na segunda, sua ascensão na carreira; na terceira e última notícia, suas qualidades técnicas de militar, ao lhe apresentar sua precisão ao atirar. Esses traços da trajetória do tenente ganharam outras nuances depois, em meio à sua atuação no Levante e na Coluna Paulista. A imagem positiva de quem tem boa retórica, que ascende na carreira militar, que é exímio e premiado atirador, se modifica no jornal partir de sua adesão ao Levante em 1924.

Cabanas, associado ao Levante Paulista, apareceu pela primeira vez no jornal quando por conta de sua passagem por Pirassununga, São Paulo. Em depoimento, o delegado daquela cidade, Cornello França relatou:

Pela autoridade foi dito que lavrava um solene protesto contra a usurpação, feita a mão armada e imposta pelo poder da carabina, na manhã de 28 próximo findo, em que foi aquela delegacia tomada de assalto, bem como a cadeia local, sendo ao mesmo tempo maltratado o carcereiro, sr. Antônio Francisco de Paulo, e presos José Benedicto, José Cerqueira Pinto e Almiro da Silva, que abnegadamente estavam montando guarda à cadeia, em substituição às praças do destacamento, que foram tomar parte da coluna de ataque aos sediciosos que marchavam contra a cidade em Mogi Mirim, **sob o comando do tenente João Cabanas**, um dos traidores ao juramento prestado, como soldado, de servir a pátria e defender a legalidade³⁹.

Aqueles que de fato efetivaram o saque à delegacia de Pirassununga não tiveram os seus nomes identificados. O jornal usou o termo "usurpação", palavra que se refere à ação de se apoderar ilegalmente de algo, motivo pelo qual chamaram Cabanas e os que estavam com ele de "sediciosos", cujo significado designa aquele que “se revolta contra

³⁸ Vida Militar. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21280, terça-feira, 3 de outubro 1922, p. 6.

³⁹ Na delegacia de polícia de Pirassununga. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21919, quarta-feira, 6 de agosto de 1924, p. 2.

a autoridade ou a ordem instituída”⁴⁰. Não consta exatamente quais objetos foram levados, mas pelos locais citados, provavelmente os tenentistas pegaram armas. O delegado França atribuiu esse fato à ausência das praças. As defesas estavam fragilizadas, nas mãos de voluntários, enquanto as praças combatiam Cabanas, que se deslocava em direção a Mogi Mirim. Cabanas foi o único com o nome citado na queixa apresentada pelo delegado, mesmo estando ausente do local em que foi praticada a “usurpação”.

Observo que ocorre, no jornal e no livro, a utilização das mesmas palavras em contextos e sentidos diferentes. O *Correio Paulistano*, na primeira menção a Cabanas no contexto do tenentismo, se referiu a uma marcha "sob o comando do tenente Cabanas". Dois anos depois, no livro lançado por Cabanas, ele repete essa expressão “sob o comando do tenente Cabanas” no próprio título (*A Coluna da Morte sob o comando do tenente Cabanas*). Nos enunciados, as ações de outros soldados são centralizadas em Cabanas, e enquanto o jornal apresentou e produziu aspectos negativos para as ações conferidas a Cabanas, ele, ao narrar suas ações, mostrou que fora decisivo para a sustentação dos tenentes em 1924 e 1925.

Cabanas é representado como “um dos traidores ao juramento prestado, como soldado, de servir à pátria e defender a legalidade”, ou seja, contrariando o que significaria ser um bom soldado. O tenente pertencia à polícia, que havia passado recentemente por um processo de militarização. A defesa da ordem e da legalidade, concebida como um dever do soldado, seria a regra transgredida por ele e que causara, por exemplo, prejuízos em Pirassununga. Se nessa cidade Cabanas teria facilitado, com a presença e tumulto causado por ele e seus soldados que estavam indo em direção a Mogi Mirim, que se cometessem delitos, em Jaguari, São Paulo, ele mesmo praticou saques e depredações segundo o jornal. A nota a seguir, reproduzida de um jornal de Campinas, reforçava Cabanas como soldado insubordinado e lhe atribuiu outros adjetivos ainda mais pejorativos:

O **famigerado** tenente Cabanas, da Força Pública, que esteve em serviço dos revolucionários nesta cidade, sob as ordens de Álvaro Ribeiro, cometeu uma série de **vandalismos** em diversas localidades do nosso município, **profanando igrejas, assaltando lares e arrancando a vida** de muitos sitiados das redondezas de Campinas.

Em Jaguari aquele revoltoso penetrou na residência do subdelegado Sr José Ferreira da Silva Gordo, que se notava ausente, subtraindo dali tudo que foi encontrado, sendo que os objetos que não podiam ser

⁴⁰ Para a compreensão do termo “sedicioso”, ver o verbete disponível em <https://www.dicio.com.br/sedicioso>

carregados foram queimados. Na igreja daquela localidade **quebraram imagens**, saquearam os cofres e **transformaram o templo religioso em reduto dos revoltosos**⁴¹.

Primeiramente, é sublinhada a audácia de entrar na casa de uma autoridade, o subdelegado. O argumento de que tal ato ocorreu enquanto o subdelegado estava ausente, reforçava a imoralidade de ali adentrar e roubar objetos. E por fim, atear fogo ao que não pôde carregar, teria como justificativa somente o caráter perverso de Cabanas, e, por conseguinte, do movimento. Associando-o ao vandalismo, a narrativa é construída como se não houvesse alternativas para recuperar a imagem como homem público. Embora as duas notícias citadas estejam na primeira edição na qual Cabanas aparece no *Correio Paulistano* depois do Levante em São Paulo, ao chamá-lo de “famigerado tenente Cabanas”, indicando que ele já era reconhecido enquanto líder tenentista. Nesse interstício se acumulavam significados fortes dados aos seus atos violentos, com base nos quais se sedimentava aquele epíteto.

A desqualificação das ações de Cabanas no jornal propõe aos leitores uma interpretação do tenente enquanto um criminoso, o qual viabilizava e protagonizava ações maléficas para a sociedade. Ao abordar as atitudes de Cabanas, o *Correio Paulistano* atacava o tenentismo e nesse caso, pontualmente, o Levante Paulista. O Levante deveria ser combatido não só com armas, mas também pela opinião pública. Afinal, como pretendiam a salvação do país com tamanha imoralidade por parte dos líderes do movimento? Cabanas seria aquele que profanou um lugar sagrado. Para a cultura religiosa católica, da qual os signos eram compartilhados por uma grande parcela da população, era inadmissível desrespeitar as imagens de santos ou outros símbolos sagrados. O valor da imagem consistia em conter um vínculo direto com o sagrado. Além do saque e depredação, a igreja foi usada como alojamento e fazer da “casa de Deus” abrigo de “desordeiros” seria uma afronta à população cristã. Assim, pela pilhagem, insubordinação ou afronta à igreja, em várias perspectivas o jornal oferecia elementos para incitar a opinião pública contra Cabanas e demais tenentes. A defesa do governo federal e do governo de São Paulo passou pela tentativa de legitimar os ataques dos legalistas que atingiram a população paulista, e o caminho para essa defesa esteve atrelado a construção de um inimigo em comum entre essa população e o governo.

⁴¹ Em Campinas Vandalismo dos revolucionários. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21919, quarta-feira 6 de agosto de 1924, p. 2. (Grifos meus).

Entendo que não foi somente a experiência do Levante Paulista que estava sendo comunicada pelo *Correio Paulistano*. A construção de sentidos perpassa a experiência e se faz ação através da linguagem, que produz uma determinada narrativa sobre os acontecimentos. Utilizo aqui a noção de narrativa proposta por Verena Alberti:

A passagem da experiência - daquilo que foi vivenciado - a linguagem recebe muitas vezes um nome de *narrativa*, entendendo-se narrativa como a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhe é conferido. Evidentemente experiência sozinha, pura e simples, não é capaz de ser comunicada; comunicar experiências pressupõe sua organização de acordo com o sentido⁴².

O trabalho realizado com a narrativa do jornal, como vemos, é uma estratégia que, ao imprimir sentidos negativos aos autores do Levante, incita o “povo paulista” contra “aquele bando de soldados insubordinados”. A busca pela cooptação da opinião pública não se fez apenas através dessa narrativa que afirmava e produzia um inimigo. Valores já constituídos são evocados, como, por exemplo, o trabalho. A estratégia de falar do trabalho assume dupla função: de ser elemento para afirmar uma identidade em comum e para afirmar que estava diretamente afetado pelo caos da cidade. Assim, o enfrentamento aos tenentes se respaldou, de acordo com o *Correio Paulistano*:

Pelo brilho de São Paulo, pela salvação de sua riqueza a tanto custo acumulada, pela honra da nação, é mister dar combate, sem tréguas, a esses insubordinados, sem lei nem ideal, que não hesitaram em assassinar crianças e mulheres, metralhando uma cidade enorme.⁴³

Não há informações precisas sobre a morte de civis naquele primeiro dia de combates, nem sobre a autoria dos disparos que os atingiu. A ausência de dados sobre a violência consiste em um silêncio proposital, de modo a conferir aos tenentes toda a responsabilidade pela morte de “crianças e mulheres”. A categoria evidenciada de vítimas – mulheres e crianças – é carregada de sentidos, afinal seriam as pessoas com menos possibilidades de se defender na sociedade.

Chama atenção outra notícia nessa mesma primeira página. Com o título *Ao Povo Paulista*, reproduziu o boletim espalhado pela cidade no dia anterior, fazendo um apelo para os paulistanos se recusarem a auxiliar os revoltosos e para combatê-los. O Boletim

⁴² ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 92. (Grifos da autora).

⁴³ Ao povo paulista. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21910, domingo, 6 de julho de 1924, p. 1.

informava sobre os reforços enviados pelo Exército de outros estados e o texto encerra com a seguinte frase: “Levantemo-nos, pois, como um só homem e saibamos afrontar os mazorqueiros”⁴⁴. São Paulo, enquanto uma unidade caracterizada no masculino - “um só homem” – era convidada a se levantar para defender a população, entre eles “crianças e as mulheres”. Aqui percebo uma leitura que mistura elementos militares, patrióticos e representações associadas à masculinidade, tais como virilidade e o papel de protetor dos homens.

No dia 1 de setembro, consta no *Correio Paulistano* a transcrição de uma notícia publicada no jornal *A República*, de Curitiba, sobre a atuação do 1º Batalhão de Polícia do Paraná, que se deslocou para Cerrinho e Salto Grande, estado de São Paulo, em perseguição aos revoltosos. Na notícia, assim trataram de Cabanas: “O Batalhão Paranaense, ao chegar em Salto Grande, ainda ouviu os últimos tiros dos legalistas contra o último trem dos revoltosos, o chamado 'Trem da Morte' do famoso desordeiro Tenente Cabanas”⁴⁵. Embora seja chamado de “famoso desordeiro”, essa fama negativa estava apenas começando no jornal. Muito ainda seria dito sobre o tenente. O adjetivo “famoso” aparece desde as primeiras notícias sobre Cabanas vinculadas ao Levante. Provavelmente, a popularidade de seu nome entre os combatentes e a população que vivenciava os conflitos antecedeu a divulgação de seu protagonismo em jornais.

Em meio a notícias sobre a sessão do Senado de 4 de setembro, o *Correio Paulistano* publicou que o “revoltoso” Aurélio Cruz esteve em Mogi Mirim, São Paulo, em 18 de julho e conseguiu que o prefeito daquela cidade, fazendo uso de um jornal cujo nome não foi revelado, lançasse um edital através da câmara chamando os reservistas para o serviço militar. O texto havia sido elaborado pelo “governo provisório revolucionário” de São Paulo e era acompanhado de um artigo editorial para acalmar a população, publicado em 9 de julho de 1924. O *Correio Paulistano* acusou o jornal de compactuar com os revoltosos, pois não ofereceu resistência à publicação, nem emitiu nota posterior criticando o movimento. Observo que a referida nota datava de 9 de julho, nos primeiros dias da tomada de São Paulo. A reprodução do texto visando o alistamento em Mogi Mirim no *Correio Paulistano*, praticamente um mês depois do ocorrido, indicava a preocupação em organizar a narrativa sobre o Levante Paulista, por vezes

⁴⁴ Insubordinação contra a legalidade. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21910, domingo, 6 de julho de 1924, p. 1.

⁴⁵ As operações da Coluna Sul. **Correio Paulistano**, São Paulo, Edição 21945, Ano 1924, segunda-feira, 1 de setembro de 1924, p. 1.

sendo retrospectivo, para dar conta dos detalhes não abordados nas edições anteriores. A seguir, destaco uma parte do texto *Ao Povo*, assinado pelo Governo Provisório:

O movimento revolucionário vencedor, em seu primeiro ato de governo, com absoluta preocupação de restabelecer a vida moral da cidade, tomou providências enérgicas no sentido de garantir a população a maior segurança, ordem e paz. Recomenda a todos que se recolham em suas residências e se mantenham em calma, evitando distúrbios, correria, aguarde com inteira confiança ação do governo provisório, já constituído, a fim de que as cousas voltem aos seus lugares no menor tempo possível. O policiamento de São Paulo será restabelecido imediatamente, sendo a guarda da cidade feita por soldados de cavalaria. Aquele que for apanhado em atitude desordeira, fazendo depredações, será incontinentemente preso e punido... Os Srs negociantes estão obrigados a manter os preços comuns: caso contrário novas providências serão tomadas nesse sentido. S. Paulo, 9 de julho de 1924.⁴⁶

Se nas publicações produzidas pelo *Correio Paulistano* aparece o termo “revoltosos”, nesse texto assinado pelo “governo provisório” a palavra usada para definir os tenentes era “revolucionários”. A intenção do jornal *Correio Paulistano*, ao mostrar as recomendações feitas pelos tenentes, seria de exemplificar o caos instaurado, visto que era preciso “restabelecer a vida moral da cidade”, diante dos preços abusivos aplicados nos armazéns, desordem, saques e furtos. O pedido de calma alude à dificuldade de garantir segurança à população diante daquele conflito político e militar. Naquela edição está o questionamento do porquê, em Mogi Mirim, ter havido a organização de uma guarda de soldados de polícia justamente quando as forças que a defendiam se retiraram. Sobre isso, o *Correio Paulistano* afirmou:

Infelizmente não podemos argumentar com a prova dos Autos do inquérito, mas a consideração de que os soldados que se achavam escondidos nessas redondezas da cidade, também faziam parte da citada guarda, o mais que todos esses soldados foram levados por Cabanas para Pinhal, onde combateram contra os legalistas, obriga a conclusão de que houve negligência da parte da prefeitura ou conivência dos soldados com Cabanas.⁴⁷

O jornal estava atento à recepção dos ideais tenentistas. A suposta aceitação passiva ao alistamento para lutar ao lado de Cabanas é colocada como uma conivência

⁴⁶ Ao Povo. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21948, Ano 1924, quinta-feira, 4 de setembro de 1924, p. 2.

⁴⁷ Sem título. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21948, Ano 1924, quinta-feira, 4 de setembro de 1924, p. 2.

dos soldados e das autoridades. Não são discutidas as possíveis pressões exercidas pela presença das forças revoltosas no local, mas sabe-se que Cabanas utilizava, dentre outros meios, a coerção para inserir combatentes em sua coluna⁴⁸.

Com o título *Nas pegadas dos Rebeldes*, o *Correio Paulistano* de 5 de setembro de 1924 imprimiu reportagens especiais sobre *As operações das forças do General Azevedo Costa no interior do Estado*. As informações eram fornecidas por um enviado especial junto às Forças do General, identificado posteriormente como Plínio Reys. O texto menciona as dificuldades do enviado especial em chegar ao seu destino devido ao congestionamento no trem, ocasionado pela movimentação de tropas dos tenentes e pela depredação realizadas por eles. Se referiam especificamente à ponte sobre o Rio Capivara, dinamitada por Cabanas. Sobre este mesmo fato, o tenente Cabanas assim escreveu em seu livro: “[...] destruí a ponte sobre o rio Capivara, dinamitando os alicerces. Desta forma, a estrutura metálica não sofreu danos, tanto que o inimigo, mais tarde, dela se serviu, levantando-a com pilhas de dormentes”⁴⁹. Além da ponte, o jornal assinalou a destruição de meios de comunicação, saques e apropriação de dinheiro público e privado⁵⁰.

O *Correio Paulistano* publicou textos diversos sobre os tenentes, incluindo, mais tarde, declarações prestadas no inquérito sobre o “Movimento Subversivo” e documentos arrolados como provas nesse Processo. Já durante o Levante divulgava telegramas interceptados, com o intuito de dar credibilidade ao jornal em sua narrativa depreciadora sobre as práticas dos tenentes. Com a reprodução dos telegramas, a própria escrita dos tenentes – elaborada originalmente para a comunicação interna – é exposta para reforçar aos leitores a conduta agressiva que usavam. No caso abaixo, o chefe da estação de Cervinho, Benedicto Torres dos Santos, obteve cópia dos telegramas que transitaram pela estação no dia 10 de agosto, cópias essas entregues ao General Azevedo Costa. Segue abaixo um dos telegramas endereçado a Cabanas e que foi publicado:

Do 'coronel' Miguel Costa ao 'capitão' Cabanas
O nosso general não está satisfeito com as destruições postas em prática, por que não são completas, de acordo com as suas instruções.

⁴⁸ Um exemplo de recrutamento por coesão foi o do ex-combatente legalista Herculano Pernambuco, que será analisado mais adiante.

⁴⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 114.

⁵⁰ Nas pegadas dos rebeldes. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21949, Ano 1924, sexta-feira, 5 de setembro de 1924, p. 2.

Deveis providenciar para que tudo seja destruído sistematicamente, especialmente o que pertence ao governo e a Estrada Sorocabana.⁵¹

Miguel Costa, ao mencionar “o nosso general”, se referiu ao General Isidoro Dias Lopes. A instrução enviada demonstra que as ações de Cabanas passavam pela autorização de outros líderes e seus atos poderiam ser censurados. Miguel Costa o repreendeu e cobrou que sua ação fosse mais eficaz. Em certa medida, esse telegrama expõe Cabanas como incapaz de realizar a contento as destruições que foram ordenadas.

Novamente chama a atenção a relação estabelecida com o tempo. O jornal, em geral ocupado com notícias recentes, publicou um telegrama datado de cerca de um mês. Outra semelhança com a nota *Ao Povo* é o fato de o telegrama expor a violência empreendida nas ações dos tenentes. Ao publicar esse material, que originalmente era de circulação restrita, em um dos jornais mais importantes de São Paulo, o significado do texto assume novas nuances. A informação contida no telegrama é a de que Miguel Costa repreende Cabanas e solicita eficiência nas estratégias de defesa dos tenentes. Uma vez posto em outro lugar, o texto indica o atentado ao patrimônio público e privado por parte dos tenentes. Como esses homens poderiam moralizar a nação, tal qual propunham, se o líder ordenou destruir o que pertencia ao povo? Tal reflexão está implícita na publicação dos telegramas e explícita em outros textos do jornal.

No telegrama em resposta, publicado no jornal, Cabanas se mostra consciente das ordens recebidas e justifica o porquê das destruições “não completas”: “Não estou fazendo destruição sistemática, de acordo com as ordens recebidas, falta de tempo, por a cavalaria do Governo estar atravessando o Rio Pardo a vau, pondo as nossas alas esquerda e direita em perigo. De Cervinho em diante as destruições serão completas”⁵². A narrativa do jornal, ao expor a resposta, divulgava o sucesso da perseguição dos legalistas, e ao mesmo tempo mostrava aos leitores que os tenentes causavam danos premeditadamente.

A comunicação por telégrafo auxiliou na organização do movimento das colunas e nas estratégias dos tenentes, aspecto por vezes revelados pelos legalistas com as interceptações. Cabanas justificou não ter cumprido as ordens e admitiu a situação de risco, mas pelo que consta, passou a cumprir a determinação de seu superior de forma veemente. Outro telegrama publicado versava sobre o enviado especial ter conseguido

⁵¹ A cumplicidade de Isidoro Lopes nas depredações - Telegramas que revelam os instintos do chefe revoltoso. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21949, Ano 1924, sexta-feira, 5 de setembro de 1924, p. 2.

⁵² Nas pegadas dos rebeldes. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21949, Ano 1924, sexta-feira, 5 de setembro de 1924, p. 2.

cópia de telegrama escrito pelo General Isidoro ao Capitão Coriolano, censurando por não ter prestado apoio devido ao Tenente Cabanas, para que este pudesse efetuar as destruições. Os telegramas foram entregues ao General Azevedo Costa.

Ao escrever seu livro, Cabanas empreendeu uma contra narrativa para a descrição e caracterização a seu respeito nos jornais legalistas. Se nos telegramas reproduzidos no jornal *Correio Paulistano* estava presente a questão da destruição do patrimônio em prol da causa tenentista, ação da qual ele se encarregara, a primeira imagem sua em *A Coluna da Morte* apresentava um Cabanas formal, mais afinado com a postura de autor de livro. A seguir disponibilizo a fotografia, na qual aparece com cabelos alinhados, vestido de terno e gravata e olhando para o horizonte:



Imagem 2. Fotografia de João Cabanas.

Esta fotografia, disponível no blog *História de São Paulo*⁵³, é a mesma presente na quarta edição de seu livro e também na versão publicada pela Unicamp em 2014. Na imagem encontrada na internet, é possível identificar a escrita à mão, mostrando que a foto foi enviada às suas irmãs Mercedes e Cacilda. Cabanas parece estar olhando para o horizonte, ou talvez para o futuro, e o registro de sua imagem compõe a apresentação que criava.

O jornal de 5 de setembro de 1924 tratou da saída dos tenentes da cidade de Assis em um trem que continha trinta e seis vagões. De acordo com o emissário: “E assim desfilarão macabramente esses comboios com diferença de alguns dias. O último deles, o da retaguarda, era o famoso trem do tenente Cabanas. Na frente da locomotiva, traçada a giz, lia-se a legenda diabólica: Coluna da Morte”⁵⁴. Na mesma matéria, essa denominação atribuída à coluna conduzida por Cabanas recebeu outros adjetivos:

Bem apropriado dístico, mas que deve ser aumentado, traduzindo melhorar suas características: “Coluna da Morte, da selvageria, do saque e da escória”, pois de fato esse comboio transportava o que de pior havia nas hostes dos masorqueiros⁵⁵.

O jornal acrescentou mais atributos negativos àquela denominação. O enviado especial do *Correio Paulistano* ainda afirmou que num dos vagões desse trem foram vistos dezenas de relógios surrupiados das estações, hotéis e casas particulares. Enquanto para os tenentes a Coluna da Morte valorizava a eficácia da retaguarda da Coluna Paulista, para o jornal, carregava o nome apropriado por conter ali “o que havia de pior nas hostes dos masorqueiros”. Os sentidos propostos para os mesmos atos e as mesmas palavras estão relacionados não exatamente à informação levada aos leitores, mas às intencionalidades dos enunciadores.

Quase duas semanas depois, o jornal faz menção ao telegrama de Cabanas afirmando a Isidoro Dias Lopes que de Cervinho em diante as depredações seriam completas, e cita os locais onde as ordens foram efetivamente cumpridas:

E assim foi.
Cardoso de Almeida, Paraguaçu, Sapezal, Quatá, João Ramalho,
Laranja Doce, José Theodoro, Indiana, Presidente Prudente, Álvares

⁵³ Disponível em <http://historiadesaopaulo.blogspot.com/2012/10/rua-coronel-joao-cabanas.html>

⁵⁴ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21949, Ano 1924, sexta-feira, 5 de setembro de 1924, p. 4.

⁵⁵ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21949, Ano 1924, sexta-feira, 5 de setembro de 1924, p. 4.

Machado e Presidente Bernardes (antigo Guaruaia) foram a formal confirmação dos prognósticos do **malfeitor**.

A devastação foi completa e sistemática.

Santo Anastácio não poderia, tanto, constituir uma exceção no plano anteriormente delineado pelo **bandido da 'coluna da morte'**, que desse modo ele próprio é denominado ao realizar suas torvas façanhas⁵⁶.

A citação dos nomes das cidades permite ao leitor dimensionar os danos causados. Além dos locais mencionados, é possível observar o itinerário aproximado de Cabanas observando o mapa abaixo:

Imagem 3. Fonte: Mapa interativo com locais por onde passou Cabanas, produzido por Bruna Silva e Caroline Tecchio. Disponível em https://www.google.com/maps/d/u/3/edit?hl=pt-BR&mid=1yVdZckNvcE_jBjuhijkRGJ5XUgRrtqRP&ll=0.05913363206634159%2C-01.754847020688728-2

⁵⁶ Nas pegadas dos rebeldes. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21962, Ano 1924, quinta-feira, 18 de setembro de 1924, p. 6 (Grifos meus).

Ontem, à tarde e à noite, prestaram depoimento os engenheiros da São Paulo Railway, Joaquim Vallengo; Virgílio Rebello, da contadoria da Estrada; Agostinho Santiago, chefe do serviço de mercadoria; o proprietário do restaurante da estação, Caetano Villiengo, alguns de seus empregados e diversos funcionários da Instituição.

O restaurante da luz foi, de todos os departamentos da estação, o mais cobiçado pelos rebeldes, chefiados pelo Tenente Cabanas, e, depois, pelo Tenente Ary... Acabaram com tudo. Vieram abaixo as latarias e esvaziaram-se todas as garrafas.⁵⁷

Esse trecho está elaborado em uma estrutura discursiva que mais uma vez induz o leitor à crítica aos tenentes. A informação, baseada em testemunhas ouvidas pelo delegado, de que “O restaurante da Luz foi, de todos os departamentos da estação, o mais cobiçado pelos rebeldes”, de que haviam se “esvaziado todas as garrafas”, é vinculada aos rebeldes “chefiados pelo Tenente Cabanas”. Este fato é associado à “cobiça”. A afirmativa de que esvaziaram as garrafas contrapõe a proposta dos tenentes de moralizar a nação. A notícia segue apontando os prejuízos, em decorrência do consumo do estoque durante a ocupação e os saques.

Em oposição a essa imagem de desordeiros, o *Correio Paulistano* apresentou outra imagem em relação aos governistas. Como exemplo, há uma matéria referente à cidade de Presidente Prudente, São Paulo, onde na véspera da partida de Azevedo Costa⁵⁸ e da oficialidade do seu Estado-Maior “foi oferecido no cinema local um espetáculo de gala ao senhor comandante da coluna de operações do Sul e a sua brilhante oficialidade”⁵⁹. A chegada em Santo Anastácio ocorreu em 7 de setembro e no dia seguinte procederam uma homenagem no túmulo dos soldados legalistas mortos em combate. No discurso, Azevedo Costa pronunciou algumas palavras, conforme segue:

Essas pobres e modestíssimas flores, as únicas que o nosso carinho logrou ter nessa povoação que apenas esboce nessas terras longínquas e virgens o território Paulista, são homenagem simbólica da nossa saudade, que o comando da coluna do Sul, em nome de seus comandados e do seu próprio, presta a esses heróicos defensores da legalidade tombados no campo da honra e no cumprimento do nobre dever de soldados.

[...]

⁵⁷ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21960, Ano 1924, terça-feira, 16 de setembro de 1924, p. 4

⁵⁸ O General João Alvares de Azevedo Costa foi um dos principais legalistas que combateu os tenentes no Paraná. Cabanas (2014, p. 141) reconhece em seu livro a “competência e envergadura” do general, reconhecendo a dificuldade que apresentava a sua tropa.

⁵⁹ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21960, Ano 1924, terça-feira, 16 de setembro de 1924, p. 4.

Guardaremos sempre viva em nossa memória lembranças desses denodados companheiros, que, com sacrifício de suas vidas preciosas, contribuíram para cimentar a obra da reintegração do solo paulista, um trecho, portanto, do solo da Pátria na vida normal da nação, dentro das seguranças constitucionais da República.⁶⁰

O túmulo, assim, é transformado em “lugar de memória”⁶¹, um espaço destinado a simbolizar – e também construir – a memória coletiva. Esse lugar de memória serviu para o pronunciamento de Azevedo Costa, um espaço no qual buscava sensibilizar os demais soldados e a população. Importante notar o lugar de fala que Azevedo Costa toma para si, pois usou a palavra em nome dos demais legalistas, conforme as expressões usadas de “nosso carinho” e “nossa saudade”. No enunciado ele reivindicava, portanto, sua autoridade militar e de representante das demais vozes ali presentes. A construção do herói passa pela imagem do soldado que cumpriu seu dever, ou seja, aquele que lutou pela legalidade mesmo que lhe tenha custado a vida. São esses os que “tombaram” pela pátria, expressão usada pelo jornal exclusivamente para os soldados legalistas e que carrega um sentido que associa a sua morte a um ideal maior, no caso, “a reintegração do solo paulista” à nação. O orador evocou ainda a manutenção da memória dos que morreram em defesa do “solo paulista”, sendo este parte da nação. Encerrou seu discurso trazendo à tona a defesa da República, que conforme analisado anteriormente, consiste em importante argumento de cunho legalista.

A fala do comandante legalista carregou como argumento um discurso nacionalista por meio do qual os soldados mortos em combate, sem o nome revelado, são utilizados para cooptar os sentimentos do leitor. A não identificação dos soldados transfere o que seria um sentimento pessoal para um sentimento coletivo de perda, afinal, eles morreram defendendo a nação. A respeito de túmulos de soldados desconhecidos, o historiador Benedict Anderson, assim reflete em seu livro *Comunidades Imaginadas*, sobre os nacionalismos modernos:

Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna nacionalista do que os cenotáfios e túmulos dos soldados desconhecidos. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente porque estão vazios ou porque ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro

⁶⁰ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21960, Ano 1924, terça-feira, 16 de setembro de 1924, p. 4.

⁶¹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

no passado. [...] dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais⁶².

Azevedo Costa, ao fazer uma cerimônia pública em reverência aos soldados legalistas mortos, reforçou um discurso nacionalista que associa a defesa da legalidade como defesa da própria nação. E o jornal reproduziu essa compreensão e ampliou o alcance desse evento ao publicar a fala do general, chegando então até seus leitores. Para este intuito, não importava quais os nomes dos soldados, ou talvez fosse melhor não os dizer, mantendo o sentimento de uma perda coletiva, de modo que a não identificação dos corpos que ali jaziam pudesse representar o ataque dos tenentes à nação.

1.3. “O governo senhor absoluto da situação”: as notícias de vitória legalista

No dia 6 de julho de 1922 o *Correio Paulistano* noticiou a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana usando o título *Movimento sedicioso no Rio*, seguido pelo subtítulo *O governo da República está senhor da situação*⁶³. Em 1924, enunciados semelhantes foram usados ao longo de todo o conflito entre tenentistas e legalistas em São Paulo. Exatos dois anos depois da notícia sobre a situação no Rio de Janeiro, o título principal da primeira matéria sobre o Levante Paulista foi “Insubordinação contra a legalidade”. A palavra insubordinação, como vimos, é carregada de significados negativos associados diretamente ao universo militar e remete o leitor a pensar na contestação da ordem que se manifestava naquele ato. Ao título segue uma série de subtítulos, dos quais destaco os primeiros: “O governo senhor absoluto da situação - Bando de impatriotas, fora da lei, agriquem a família paulistana”⁶⁴. O governo, novamente apresentado como “senhor da situação”, não obteve a mesma eficácia da repressão no Rio de Janeiro no controle dos “insubordinados” em São Paulo. Mesmo assim, a afirmação de que a situação estava sob controle se repetiu nos títulos e no conteúdo das matérias desde a tomada da cidade de São Paulo pelos tenentes até quando o Levante e a Coluna Paulista se dispersaram, e as tropas reconfiguradas, serviram de base para a organização da Coluna Miguel Costa-Prestes.

⁶² ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 35.

⁶³ Movimento sedicioso no Rio. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21191, quinta-feira, 06 de julho de 1922, p. 1.

⁶⁴ Insubordinação contra a legalidade. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21910, domingo, 06 de julho de 1924, p. 1.

Nos títulos sobre o Levante Paulista e a Coluna Paulista, predominou o enunciado que intitula uma das matérias, *A Legalidade Restabelecida*⁶⁵. Com essa chamada, geralmente o texto não indicava a autoria, e quando havia essa indicação, era do redator político do *Correio Paulistano* Menotti del Picchia. Foram 22 dias seguidos com esse título geral na capa, permanecendo até 21 de agosto, o que denota a centralidade do tema para o periódico e a intenção de criar uma sequência que pudesse ser acompanhada pelos leitores, num espaço facilmente identificado. Em seguida, *A legalidade restabelecida* passou para a segunda ou terceira página, e eventualmente as últimas páginas. Ao todo, foram 76 dias ininterruptos utilizando esse título⁶⁶, e a mudança na página na qual a notícia esteve vinculada e na sua extensão, que diminuiu gradativamente, teve relação com o deslocamento da Coluna para o Paraná. O interesse pela temática diminuiu quando os tenentes não estavam mais no estado de São Paulo, assim como a distância pode ter dificultado o envio de notícias mais recentes.

Durante a perseguição à Coluna Paulista, que passou a se chamar assim quando entrou no Paraná, o jornal chegou a afirmar que os revoltosos estavam desorganizados e que não havia sequer necessidade de combatê-los. Durante a movimentação constante, a desvantagem da coluna se relacionava, dentre outros fatores, a terem menos possibilidades de recrutamento de novos soldados. Em função disso, em várias ocasiões, evitavam o enfrentamento armado, e a resistência através do deslocamento das tropas servia para minimizar essa desvantagem.

Observo que nesse processo de deslocamento da Coluna Paulista, três situações tiveram grande impacto no movimento e em condicionar os locais para onde os tenentes seguiram. São elas a retirada da cidade de São Paulo, a tentativa frustrada de chegar ao Mato Grosso e consequente descida para o Paraná e a junção da Coluna Paulista com a Coluna Prestes, seguido de um exílio temporário dos tenentes até a retomada da Coluna Miguel Costa-Prestes. Passo a discorrer sobre como esses momentos foram retratados no *Correio Paulistano* e sobre os sentidos atribuídos a eles.

⁶⁵ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21912, quarta-feira, 30 de julho de 1924, p. 1.

⁶⁶ Após esse período, as notícias com o título "A Legalidade Restabelecida" são espaçadas e perdem a centralidade. Seguindo um formato semelhante a outros jornais do período, os títulos e subtítulos no *Correio Paulistano* faziam uma espécie de resumo do conteúdo das matérias, que por vezes se apresentavam com um título geral e vários subtítulos. Esse padrão de recurso editorial servia para apresentar os pontos principais a serem observados pelos leitores e demais pessoas que olhassem o jornal nas bancas, fazendo com que a leitura apenas desses enunciados possibilitasse acessar as principais informações vinculadas no texto.

O momento em que os tenentistas deixaram a cidade de São Paulo, na noite do dia 27 para o dia 28 de julho, deu lugar à sistemática vinculação de informações sobre a vitória da legalidade. Embora continuasse a perseguição à coluna, o fato de não ocuparem mais a capital foi bastante comemorado. Nas notícias, dedicadas a desqualificar o movimento e dar credibilidade às ações do governo, o discurso enalteceu as ações especialmente do presidente do Estado, Carlos de Campos. No dia 31 de julho de 1924, o jornal noticiou as visitas realizadas aos feridos da seguinte maneira: “O sr. dr. Carlos de Campos, presidente do Estado, dedicou a tarde de ontem a visita dos feridos no recente levante de que foi teatro a nossa capital e em tratamento na Santa Casa de Misericórdia e no Hospital Militar”⁶⁷. Nessas visitas, Carlos de Campos teria prestado solidariedade aos feridos, tendo entre eles legalistas, civis e “pertencentes ao bando revoltoso”. Esse é um exemplo de como a influência do PRP se manifestava no jornal, buscando construir uma imagem positiva de seu principal líder no estado. Ao divulgar e visitar as vítimas dos conflitos armados, contemplando civis, legalistas e “revoltosos”, a imagem de um governo zeloso pelos paulistas e benevolente até com os inimigos feridos estava sendo trabalhada. Em oposição a essa imagem, além de serem os causadores dos conflitos, os tenentistas deixavam para trás seus feridos, que por fim contavam com a solidária visita de Carlos de Campos.

Tendo atravessado parte do território paulista com destino ao Mato Grosso, os tenentes foram impedidos de entrar naquele estado pelas tropas do general Nepomuceno Costa, para o qual o *Correio Paulistano* prestou homenagem. No subtítulo de *A Legalidade Restabelecida*, a notícia do dia 4 de setembro de 1924 contém a seguinte afirmação: “Espera-se que dentro de dez dias estejam concluídas as operações militares, com a captura dos sediciosos”. O governo, representado como “senhor absoluto da situação” desde julho, continuava, portanto, lutando pelo efetivo e total controle das ações dos tenentes. O novo anúncio do fim das operações militares seria o resultado das ações do general, conforme a notícia vinculada em 4 de setembro de 1924:

Tal situação é apenas o resultado da atividade, do trabalho e da ponderação do sr. general Nepomuceno Costa que, assim, mais uma vez firmou os seus créditos de militar brioso, capaz e valoroso, fiel à

⁶⁷ A Legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 21913, quinta-feira, 31 de julho de 1924, p. 1.

dignidade do Exército, fiel à lei, fiel à ordem, fiel à República na salvação da nossa democracia e da nossa integridade.⁶⁸

O general que comandou o combate aos tenentistas em direção ao Mato Grosso recebeu repetidas vezes o adjetivo de fiel – lê-se, fiel à ordem política estabelecida. Conforme exposto no trecho citado acima, o *Correio Paulistano* apresentou uma sequência que expressa o discurso direcionado ao leitor, a quem pretendia fazer acreditar que a legalidade já estava de todo restabelecida. A fidelidade de Nepomuceno Costa às instituições e aos valores que elas representavam faziam dele um legítimo defensor da República, pois a ação dos tenentes era vista como uma ameaça para a democracia recém conquistada.

Outro momento significativo para o percurso dos tenentes comemorado no *Correio Paulistano* foi quando deixaram o estado de São Paulo e chegaram ao Paraná. Uma semana depois de anunciar que as operações militares em breve teriam fim, no dia 11 de setembro o jornal levou aos leitores a seguinte afirmação: “As vitoriosas armas legais acabam de varrer do nosso glorioso Estado os últimos contingentes rebeldes sob o comando de Isidoro Lopes”⁶⁹. Na expressão “varrer” está explícita a concepção de estar limpando o território, tirando dali o que consideravam sujo e indesejado. O trecho abaixo faz parte da mesma notícia e complementa essa discussão:

Desde que as gloriosas forças legais, compostas por uma fraterna aliança do Exército, da Marinha, das Brigadas Policiais e dos Patriotas acossaram de perto os rebeldes, **fazendo sentir nos seus flancos as baionetas vingadoras**, começou a fuga desabalada.

Mentiram, para cobrir a vergonha dessa corrida, os impatrióticos chefes do sinistro bando, dizendo que era essa uma deslocação estratégica, guerra de movimento, necessária a seu trágico instante. E, de noite, velocíssimos e desorientados, começaram a cirandar pelo interior de São Paulo, então desarmado e surpreso, sem nenhum objetivo, aos azares da derrota, evitando sempre o contato com as forças legais mandadas em seu encalço.

Espremidos, finalmente, contra as barrancas do rio Paraná, nos confins do Estado, junto de Mato Grosso, sua única salvação residia em atravessar o rio e perder-se e diluir-se nos ínvios sertões mato-grossenses. Mas, na outra margem do rio, esperavam-nos os soldados de Nepomuceno.

(...)

⁶⁸ A Legalidade restabelecida. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21948, quinta-feira, 04 de setembro de 1924, p. 5.

⁶⁹ A Legalidade restabelecida. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21955, quinta-feira, 11 de setembro de 1924, p. 3.

Lá segue, rio abaixo, destroçada, desmoralizada, desfeita a caravana fluvial dos últimos rebeldes, que conseguiram escapar após tantos desbaratos, rumo do Paraná, onde se alinham novamente as **punitivas armas legais**. É o último e já desinteressante ato da sangrenta tragédia⁷⁰.

O caráter punitivo da ação das forças legais estava atrelado a uma proposta de vingança. Qual seria o sentido dessa vingança? Com que propósito o jornal expõe aos seus leitores que as forças legais dispunham de "baionetas vingadoras"? Diante de um movimento recorrente e que havia impactado São Paulo, a legitimidade de ações violentas dentro de um regime democrático passava por imputar a culpa pelos danos causados ao longo dos conflitos aos tenentes. Eram eles os transgressores das normas, os que ameaçavam a República e que finalmente deixavam o estado de São Paulo. Ainda assim, o controle que o governo propunha demandava a punição para assegurar que aquele movimento, já recorrente em 1924, pois estava vinculado à 1922, fosse enfim contido e dissipado.

A representação de que o movimento, ao chegar no Paraná, contava com poucos recursos para seguir contradiz a evidência apresentada pela manutenção dos embates armados entre legalistas e tenentistas nesse território. Os últimos rebeldes ainda demandaram esforços do Exército para combatê-los pelos sete meses seguintes, além da Coluna Miguel Costa-Prestes, que seguiu até o ano de 1927.

No intento de afirmar que o governo se mantinha forte e estável, apesar dos contratempos, o jornal omitia as incertezas comportadas por aquele cenário político e de conflitos armados. Ao *Correio Paulistano* interessava mostrar para a população que o Estado cumpria seu papel de manutenção da ordem e validar o exercício de poder consolidado na repressão aos tenentes. A afirmativa do fim da revolta objetivava produzir a sensação de normalidade à população.

A circulação dessa informação tinha o objetivo de intervir na percepção da opinião pública frente ao Levante, bem como servia de instrumento para inibir o apoio de políticos e comerciantes à causa revolucionária. Se a “guerra” estava na iminência de acabar, provavelmente essa suposição abalava a confiança de possíveis aliados dos tenentes. Além disso, a censura imposta pelo DEOPS e a sistemática divulgação de quem eram os apoiadores do governo, divulgando notas de apoio de prefeitos e outras autoridades

⁷⁰ A Legalidade restabelecida. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21955, quinta-feira, 11 de setembro de 1924, p. 3. (Grifos meus).

paulistas, criava um clima, ao menos de jornal, que validava a vitória da legalidade. Nesse processo, o *Correio Paulistano* se apresentava atuante, presente ao lado do governo no combate aos tenentes.

Exercia a liderança da Coluna do Sul o general Azevedo Costa, e o percurso dessa coluna contou, por algum tempo, com a presença do enviado especial do *Correio Paulistano*, Plínio Reys. Em 24 de setembro de 1924 o jornal divulgou uma foto desse emissário montado em seu cavalo com a seguinte legenda:

O nosso prezado companheiro de trabalho Plínio Reys, enviado especial do 'Correio Paulistano' junto às forças do general Azevedo Costa, cujas correspondências têm espelhado fielmente os mais importantes fatos ocorridos na perseguição da Coluna do Sul aos amotinados chefiados por Isidoro Lopes.

A fotografia acima foi tirada em Presidente Epitácio, término da linha Sorocabana, apanhando Plínio Reys no desempenho de sua árdua função.⁷¹

⁷¹ Nas pegadas dos rebeldes. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21968, quarta-feira, 24 de setembro de 1924, p. 3.



Imagem 4. Plínio Reis, redator político do *Correio Paulistano*

A noção de verdade presente no texto do jornal aparece, assim, reforçada por meio da presença deste testemunho ocular. Embora a função de Plínio Reis fosse escrever, o retrato o mostra numa imagem muito semelhante à dos combatentes em movimento, expressando que o jornal atuava nos espaços de enfrentamento. A fotografia sugere que o próprio Plínio Reis, ao acompanhar a operação de Azevedo Costa, estava a postos montado em seu cavalo para perseguir os tenentes. Sua imagem era a imagem do *Correio Paulistano*.

Nas felicitações pelo aniversário de Plínio Reis, em 29 de setembro de 1924, o jornal assim anuncia seu retorno: “Ainda a pouco esteve ele, em comissão do 'Correio Paulistano', junto às forças do general Azevedo Costa, enviando-nos uma série de

interessantíssimas reportagens sobre as operações contra os rebeldes no sertão paulista”⁷². Até o final de setembro, ele parece ter sido o maior responsável pela produção de conteúdos sobre os conflitos armados.

Reys deixara de acompanhar os legalistas, mas o combate continuava. Posto isso, observando as matérias e seus contextos, convém perguntar: a insistência em um fim próximo para as batalhas não entraria em descrédito pela sua própria repetição? Ou estariam os legalistas realmente sempre a um passo de findar o movimento? A última notícia com o título *A legalidade restabelecida* data de 02 de novembro de 1924⁷³, sendo recorrente também nos meses de setembro e outubro. Apesar da alteração no enunciado, o sentido de que a legalidade sempre vencia continuou sendo projetado pelo jornal.

Sobre a situação durante os enfrentamentos no Paraná, segue um trecho reproduzido de um jornal do Rio de Janeiro no dia 20 de novembro de 1924:

Rio, 19 (especial). Agravava-se cada vez mais a situação em que se encontram os rebeldes do Paraná, agora sob o comando do tenente Cabanas, elevado ao posto de Coronel, por uma disposição do General Isidoro.

[...] a proporção que as forças legais avançam em direção aos redutos por eles ocupados, nota-se que a resistência vai sendo amortecida pouco a pouco, de onde concluo que está próximo ao fim da luta.⁷⁴

A mesma notícia que anunciou a ascensão do “malfeitor” Cabanas do posto de tenente a coronel, promovida pelo General Isidoro, apregoava novamente que a luta estava próxima do fim, diante do agravamento da situação para o lado dos rebeldes. Segundo o *Correio Paulistano*, os soldados feitos prisioneiros pelos legalistas informavam sobre a desordem e a falta de alimentos entre os revoltosos. Esses prisioneiros teriam ficado para trás na fuga de Cabanas na localidade de Santo Anastácio, São Paulo. Disseram ainda que o próprio “Coronel” alertara o general Miguel Costa sobre a impossibilidade de manter aquela posição.

⁷² Plínio Reys. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21973, segunda-feira, 29 de setembro de 1924, p. 2.

⁷³ A Legalidade Restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22007, domingo, 2 de novembro de 1924, p. 2.

⁷⁴ A situação no sul. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22025, Ano 1924, quarta-feira, 20 de novembro de 1924, p. 6.

Semelhante a essa informação veiculada em novembro de 1924, a edição de 18 de março de 1925⁷⁵ utilizou o título *Os últimos dias de um movimento fracassado*⁷⁶. Contudo, somente em maio de 1925 a vitória das tropas legalistas em Catanduvas, no Paraná, levou à saída das tropas tenentistas do país. Ao fracassarem na tentativa de tomar Guaíra, Paraná, restou-lhes aquela opção para não serem presos. O jornal trabalhou com a ideia de que o exílio fora a única alternativa e não uma opção ou tática dos “rebeldes” para manterem o movimento:

Foi o que resolveram fazer, obrigando o vapor Paraguaio 'Bell' a transportá-los com armas e material que não quiseram abandonar, passando assim para o porto Adela, a margem do Paraná, na República vizinha. Naquele vapor já se achavam cento e tantos revoltosos, remanescentes da rebelião de São Paulo, entre os quais o célebre Cabanas, os capitães Jesus e França e o alemão, antigo comandante de batalhão que, desanimados, abandonaram a luta; foram então intimados a se entregarem, sendo saqueados pelos seus ex-companheiros, travando luta, da qual resultou o ferimento de Cabanas pelo Capitão Távora e a morte de alguns.

Confirma-se assim a notícia de não existir mais bando revoltoso armado em território brasileiro. Todas as medidas em execução agora são de guarnição das nossas fronteiras, com o fim de evitar novas incursões dos Rebeldes.⁷⁷

O jornal informou sobre um desentendimento no qual Cabanas teria sido ferido pelo Capitão Távora. Não há referência a esse ferimento na bibliografia ou outras fontes consultadas. Para o *Correio Paulistano*, finalmente os tenentes estariam em seu lugar, ou seja, fora do território brasileiro. Caberia agora apenas proteger as fronteiras para que não retornassem. Sobre o exílio de Cabanas e a retirada de outros tenentes do país, o historiador Daniel Aarão Reis afirma:

A travessia entre Porto Mendes, no Brasil, e Porto Adela, no Paraguai, foi empreendida entre 27 e 29 de abril, através de um lanchão brasileiro, o *Assis Brasil*, e o vapor paraguaio, o *Delta*, abordado e capturado por João Alberto. Em carta a autoridades paraguaias, os rebeldes afirmavam estar recorrendo à 'legítima defesa' e prometiam não desrespeitar as leis do país vizinho enquanto atravessassem seu território. Além disso, mais

⁷⁵ Existe um considerável espaço de tempo no qual o *Correio Paulistano* não publicou nada específico sobre Cabanas, que durou exatamente de 20 de setembro de 1924 até 31 de março de 1925. Apenas em fevereiro de 1924, encontra-se a informação de que ele foi convocado para depor. Os acontecimentos de Julho. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22118, Ano 1925, domingo, 22 de fevereiro de 1925, p. 3.

⁷⁶ Os últimos dias de um movimento fracassado. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22141, Ano 1925, quarta-feira, 18 de março de 1925, p. 2.

⁷⁷ A situação no Sul. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22186, Ano 1925, domingo, 3 de maio de 1925, p. 4.

perdas - dois oficiais expulsos, em atos oficiais, das fileiras rebeldes. Filinto Muller, em 19 de Abril, 'por haver covardemente se passado para o território argentino - com armas e munições pertencentes a revolução - deixando abandonada localidade de Foz do Iguaçu, que se achava sob sua guarda'. Humilhado, o expulso remoeu rancores, e procuraria vingar-se mais tarde. Uma semana depois, em 26 de abril, João Cabanas também seria excluído: 'Desertou de nossas fileiras - Fazendo constante propaganda de dissoluções, tendo por meio escuso - obtido deste comando um salvo-conduto, a fim de tratar de sua saúde no estrangeiro'. João Cabanas deve ter sido um baque. Ao contrário de Filinto, ele era o chefe guerreiro e, paradoxalmente, naquele mesmo dia 26, assinara com os demais chefes rebeldes, e com a patente de coronel, como a de Prestes, a carta as autoridades paraguaias⁷⁸.

O suposto ferimento, a doença e o desentendimento com os demais tenentes são silenciados em *A Coluna da Morte*. No livro, Cabanas escreveu apenas o seguinte: “Minhas energias estavam esgotadas. Fazer uma marcha atravessando lugares desertos e sem esperança de receber no caminho os cuidados que minha saúde requeria, seria um sacrifício inútil e sem proveito para a revolução”⁷⁹.

A escrita do livro se fez em uma condição a ser considerada: no exílio. Para pensar a construção de efeitos de sentido é imprescindível considerar as condições de produção dos discursos e o “lugar” que ocupa o sujeito. Como aponta Orlandi, o sujeito “não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”⁸⁰. Dessa forma, a teoria discursiva desloca o conceito de sujeito empírico para analisar como um sujeito do discurso se constrói/é construído na/pela linguagem. Cabanas, na condição de sujeito do discurso, utilizou o exílio enquanto espaço para se fazer sujeito do que diz. É no exílio que ele reelabora suas vivências e se reposiciona, já que naquele momento, além de alvo do discurso pejorativo dos legalistas, enfrentava a ruptura em relação a alguns dos tenentistas.

Como visto, o *Correio Paulistano* serviu como meio de propagar, atendendo às intencionalidades do PRP, a ideia de que o Movimento Tenentista era inconsistente, e que sempre esteve sob o controle das forças governistas. Cabanas, imerso nesse contexto, por meio do jornal, saiu do quase anonimato para personificar as ações mais polêmicas da

⁷⁸ REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 60.

⁷⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 246.

⁸⁰ ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 49.

passagem da Coluna Paulista. No livro *História & História da Cultura*, Sandra Pesavento explica que “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade”⁸¹. Em consonância com a afirmação desta autora, observo a força da representação em lutas políticas. O *Correio Paulistano*, ao atuar na criação de uma imagem que personifica em Cabanas o discurso de desqualificação do movimento, também fez parte da construção da fama imputada ao tenente, que por sua vez, criou a partir dela outras diferentes representações. A violência frequentemente associada a seu nome o colocava em uma situação bastante complexa na tarefa que assumiu como autor, ao tentar assim se inserir na disputa pela opinião pública que se formava a seu respeito. Seu destino não estava determinado e ele reconhecia o espaço de negociação.

1.4. A imagem pejorativa de Cabanas nas narrativas sobre violência

As mulheres presentes em notícias no *Correio Paulistano*, especificamente nas páginas dedicadas ao enfrentamento entre tenentes e legalistas, geralmente foram associadas pelo jornal a condições de vulnerabilidade. Elas eram viúvas de soldados legalistas ou mulheres envoltas em contextos de violência durante a trajetória da Coluna Paulista. No jornal, a tentativa de estupro ou o estupro praticado, ações essas atribuídas a soldados tenentistas, apareceram vinculando Cabanas, mesmo que indiretamente, a esses crimes. Essa foi mais uma das estratégias discursivas na composição de uma imagem depreciadora do tenente, que irei abordar neste item.

Com base nas situações acima citadas, observo que as relações de gênero⁸² também compõem as narrativas do *Correio Paulistano* e do livro *A Coluna da Morte*, atendendo a objetivos diferentes, e as representações das mulheres constituíram um

⁸¹ PESAVENTO, Sandra J. **História & História cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 41.

⁸² Sobre a categoria gênero, Joan Scott afirma que “[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

recurso discursivo de legitimização e deslegitimação. Ao problematizar as representações em torno das mulheres, tomando gênero enquanto categoria relacional, observo que os sentidos propostos às relações de gênero no *Correio Paulistano* e em *A Coluna da Morte*, constituíram um dos caminhos para a elaboração de outras representações, como da imagem construída sobre Cabanas. Evidenciar a forma pela qual as mulheres são abordadas – pelo jornal e pelo livro – permite identificar a presença de mulheres em cenários de conflitos armados. A historiografia até o momento escrita sobre as Revoltas Tenentistas, parece ser protagonizada quase exclusivamente por homens⁸³.

Diante das evidências presentes nas fontes, interessa a este estudo analisar o modo pelo qual o *Correio Paulistano* produziu representações sobre algumas mulheres em episódios narrados para criminalizar o movimento e, sobretudo, João Cabanas. O tenente, sabedor das narrativas depreciadoras sobre ele também a esse respeito, buscou se referir a esses acontecimentos em seu livro, expressando sua leitura e positivando suas ações.

Início pela menção às viúvas dos soldados legalistas no *Correio Paulistano*. Elas compõem, segundo a narrativa do jornal, um grupo homogêneo; nomes próprios ou histórias de vida são silenciados. As viúvas são representadas no jornal como mulheres sobre as quais o estado civil parecia dizer tudo. O mesmo ocorreu com uma mulher que acompanhava o revoltoso Tenente Metz, cujo nome não consta na narrativa. Sua existência somente é conhecida por ela ser apontada como motivo de desavenças entre os tenentes. Nos casos específicos de violência estão duas jovens. Uma delas não tem o nome divulgado, apesar da repercussão do caso, pois teria conseguido se defender de dois soldados que tentaram estuprá-la. Diferente desta primeira jovem, outra moça ganhou destaque no jornal e também no livro de Cabanas pelo nome. Trata-se de Rosalina Turmam, vítima de estupro praticado por soldados tenentistas. A partir dessas diferentes situações, avalio a seguir as implicações das narrativas sobre essas mulheres para as representações sobre Cabanas.

As viúvas dos soldados legalistas mobilizaram uma interação entre paulistas adeptos à legalidade e ações do *Correio Paulistano*. A arrecadação de fundos para as viúvas e órfãos de legalistas partiu de uma sugestão solicitada por Menotti del Picchia a

⁸³ Uma das poucas referências encontradas que destoam dessa perspectiva de abordagem nas Revoltas Tenentistas é: CARVALHO, Maria Meire. Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contaram. *OPIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 356-369, 2015. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11187/1/Artigo%20-%20Maria%20Meire%20Carvalho-%202015.pdf>

Mozart Monteiro, que estava em São Paulo representando o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, para onde retornaria para escrever sobre o Levante Paulista. Em sua carta, escrita com a finalidade de ser noticiada, afirmava:

A mim, um de vós (um belíssimo talento que tendes em vossa casa, esse brilhante escritor que é Menotti del Picchia) me pediu no momento uma ideia.

Que lembraria eu, assim de repente, sabendo, como sei, que São Paulo fará tudo?

Mas eu desejo também lembrar - e eu lembraria, com a alma inundada de civismo, como a sinto agora - que em todo o Estado de São Paulo se fizesse uma subscrição, eminentemente popular, em benefício das viúvas e órfãos dos que morreram aqui pela Pátria; e que nessa linda capital de São Paulo se levantasse oportunamente, em logradouro público, um monumento à Fraternidade Brasileira, em homenagem aos que deram aqui sua vida pela integridade e pela grandeza da Pátria.⁸⁴

Na carta, Mozart Monteiro se preocupou em nominar seu colega redator, conferindo a ele o mérito em pensar que medidas poderiam ser tomadas para recuperar a cidade de São Paulo. As sugestões de uma subscrição “eminente popular” possibilitaram ao *Correio Paulistano* atuar em favor de parte das vítimas, articulando o recolhimento das doações e a divulgação dos nomes dos doadores e doadoras. Além da subscrição, é interessante pensar na função do monumento, ao qual não encontrei referência além da carta de Monteiro. Por esses dois meios, a subscrição e o monumento, São Paulo seria lembrada pelo exercício do civismo. Mais do que efetivamente prover as famílias, a sugestão de Monteiro se pautou em seu “desejo de lembrar”, e a forma que pretendia dar a essa lembrança.

Ao pensar a carta de Monteiro na perspectiva da análise do discurso, entendo que há um movimento para sensibilizar os leitores através do não-dito. Ao tratar das vítimas, o jornal ocultou as especificidades das situações das famílias, que aparecem homogeneizadas pelo uso da generalização “viúvas da revolução e seus órfãos”. A sociedade paulistana acolheria assim as vítimas do Levante, representadas como um sujeito coletivo e anônimo, considerando apenas as famílias dos que lutavam pela legalidade. Faço aqui a ressalva de que o próprio jornal divulgou a existência de vítimas entre a população civil. Entretanto, se dentre essa população houve viúvas, as mesmas não foram visadas pela campanha de arrecadação de fundos de amparo às vítimas. A

⁸⁴ Em prol das viúvas e órfãos dos bravos defensores da legalidade. **Correio Paulistano**. São Paulo: Edição 21917, segunda-feira, 4 de agosto de 1924, p. 2.

campanha acionada pelo jornal, desconsiderava, ao menos em seus enunciados, a população civil.

Mensurando o quanto São Paulo sentiu os efeitos do conflito, cinco ou seis dias depois do início do Levante Paulista, o governo começou a usar a artilharia contra militares e civis, levando a população ao pânico e à fuga desordenada. Soely Queiroz afirma que “Segundo os jornais, enquanto os prédios ruíam e os incêndios alastravam, as vítimas civis cresciam, o número de mortos aumentava, sem que os cadáveres pudessem ser removidos. Nos hospitais, era febril atividade de médicos e enfermeiros”⁸⁵. Assim como Queiroz, a historiadora Ilka S. Cohen atribuiu a situação que atingiu civis e militares em São Paulo aos bombardeios protagonizados pelos legalistas. Ela caracteriza a ação dos legalistas da seguinte maneira:

Pouco eficiente, criticado pela desconsideração com a população civil e pela falta de pontaria, o bombardeio legalista cumpria, entretanto, a função primordial de exercer pressão psicológica sobre o comando revolucionário. Nesse sentido, nem os bairros residenciais mais elegantes - Campos Elíseos, Higienópolis, Cerqueira César, Santa Efigênia - foram poupados, ainda que os estragos tenham sido bem menores do que nos bairros operários, como Mooca, Brás e Ipiranga, entre outros. Nesses lugares a destruição foi maior, sobretudo em decorrência das posições ocupadas pelos combatentes: as tropas legalistas acampadas na periferia enviavam patrulhas que encontravam a resistência das formações revolucionárias entrincheiradas nos descampados dos arrabaldes, nas vias de acesso ao centro da cidade e ainda nas fábricas, cujas chaminés serviam de excelente posto de observação.

Pesados bombardeios, ataques aéreos e tiroteios violentos quase não davam trégua à população, que procurava abandonar a cidade; bairros como Mooca, Belenzinho, Ipiranga e Cambuci foram duramente atingidos, deixando grande quantidade de feridos e desabrigados.⁸⁶

Não há dados exatos sobre o número de mortos em São Paulo. Enquanto o trabalho de Ilka Cohen indica aproximadamente 720 mortos, o artigo *Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social*, de Carlo Romani, menciona mais ou menos mil mortos, conforme o trecho a seguir:

A reação governista fez com que se seguissem 18 dias de contínuo bombardeamento aos bairros centrais e operários de São Paulo. A ação

⁸⁵ QUEIROZ, Soely. Polícia e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In.: PORTA, Paula (org). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 31.

⁸⁶ COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 80-81.

realizada pelas tropas federais provocou, segundo as agências internacionais, por volta de 1.000 mortos e 4.000 feridos, quase todos civis. Tratou-se, seguramente, do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos e praticado na capital bandeirante, o centro industrial do país⁸⁷.

Diante desse cenário, a ação proposta pelo *Correio Paulistano* de uma campanha “eminentemente popular” apelava para sentimentos de caráter nacionalista, incitando a participação dos paulistanos para resolver um problema causado, ao menos em parte, pelo próprio governo, o qual o jornal representava. Esse movimento de compartilhar com os leitores o dever de amparo às viúvas e órfãos pode ser exemplificado com um trecho do texto intitulado *Uma dívida a pagar*:

Quanta esperança sadia e nobre atrozmente crestada pelo fogo do excídio brutal, inclemente! Quanta clareira de alegria fechou o seu esplendor na fuligem da viuvez. Quantas flores de inocência esmigalhadas nos calcantes de brutamontes lascivos! E todos esses golpes ferinos de consequências angustiosas foram desferidos pelo bando selvagem, que, saído, das cavernas, empunhando a clava dos trogloditas, só arremeteu, numa fúria desalmada, contra a grandeza do trabalho diuturno de tantas gerações!

Deixemos, porém, o fragor da caravana sinistra e enxuguemos as lágrimas dos órfãos e das viúvas dos que morreram heroicamente⁸⁸.

O jornal compartilhava com os leitores a função de amparar financeiramente as viúvas daqueles que teriam chegado ao auge do patriotismo, perdendo a vida na defesa da nação. Sobre a arrecadação de fundos, agradecia pública e nominalmente aos contribuintes. A ação apelava para a caridade do povo paulistano, conforme observo na informação veiculada em 16 de setembro de 1924:

A grande subscrição em favor das viúvas e órfãos dos soldados que morreram defendendo a legalidade, e que é patrocinada pelas senhoras paulistas, continua alcançando grande êxito, sendo digna de regozijo com nobre manifestação do **sentimento paulista**.

Contribuíram para a lista da exma. Sra. Carlos de Campos, mais os srs. deputados estaduais drs. Vicente Pinheiro, L. P. Campos Vergueiro, A. P. Whitaker, J. R. Machado Pedrosa e Trajano Machado, com 200\$000 cada um, ou seja, um total de 1:000\$, importância essa ontem entregue

⁸⁷ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 162-163.

⁸⁸ Lima, Alvino de. Uma dívida a pagar. *Correio Paulistano*, São Paulo, Edição 21945, Ano 1924, segunda-feira, 1 de setembro de 1924, p. 1.

à generosa patrocinadora da grande subscrição, por intermédio da redação desta folha⁸⁹.

O provimento daquelas famílias não era entendido pelo jornal como um dever do Estado, e sim uma responsabilidade acarretada à população pelos combatentes que promoveram o Levante. O jornal se refere ao protagonismo de mulheres, “senhoras paulistas”, portanto, “mulheres respeitadas”. O chamado se direcionava às senhoras da sociedade paulista, mas na maioria das vezes, era o nome de homens o publicado ao lado da quantia doada. O jornal mostrava a ação dos políticos que combatiam os tenentes, associando esses homens não diretamente à caridade, que nas representações de gênero da época competia às mulheres, mas a possibilidade de prover as famílias de outras mulheres, naquele contexto desestruturadas economicamente pela morte de seus maridos. O próprio presidente do estado, Carlos de Campos, por exemplo, foi um dos doadores mencionados através de sua esposa, a “Sra. Carlos de Campos”.

A doação para as viúvas e crianças órfãs reforçou a criminalização do movimento. Assim como são os “rebeldes” que não permitem que São Paulo continue em harmonia, produzindo bens através do trabalho, são também eles que deixam à mercê da própria sorte as mulheres viúvas e seus filhos. Ao fazer um apelo para que o povo paulistano ajudasse essas mulheres, o jornal conclamava a unidade da população e entrevistava na construção de uma memória sobre o Levante Paulista. A memória das marcas de destruição deixadas pelos rebeldes remete à necessidade de ajuda valorosa às mães desamparadas. O lamento se transformaria em ação e ganharia uma conotação positiva. Além disso, a ação posicionava uma parcela da sociedade paulistana junto ao governo, reparando os danos causados pelo Levante.

Após o início da campanha de arrecadação de fundos para as viúvas, o jornal iniciou a chamada para a criação da Legião Paulista, uma organização pautada nos valores legalistas, cujo objetivo era “a defesa da Pátria honrando São Paulo”⁹⁰. Nessas duas frentes a população foi convidada a agir para minimizar os efeitos dos conflitos e se posicionar ideologicamente. Fazendo doações ou discutindo sobre as ações dos tenentes, o jornal oferecia mecanismos de ação àqueles que se alinhavam ao pensamento político do Partido Republicano e dos demais legalistas, possibilitando participarem efetivamente

⁸⁹ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21960, Ano 1924, terça-feira, 16 de setembro de 1924, p. 4. (Grifos meus).

⁹⁰ A legalidade restabelecida. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21960, Ano 1924, terça-feira, 16 de setembro de 1924, p. 4.

de atos que incriminavam os tenentes. Além da menção às viúvas dos soldados legalistas da Força Pública, o jornal se referiu à violência sofrida por mulheres no percurso da Coluna Paulista atribuindo-a a soldados tenentistas, para evidenciar a insegurança à qual o povo estava exposto por conta dos desdobramentos do Levante.

A historiadora Cristina Scheibe Wolff, em seu estudo sobre mulheres que participaram ativamente de conflitos armados à frente de combates, tais como Maria Quitéria e Anita Garibaldi⁹¹, evidenciou o fato de que geralmente as mulheres só aparecem quando são vítimas de violência, ou como mães de soldados ou enfermeiras dedicadas⁹². Constatamos que essa afirmação também se aplica em relação ao *Correio Paulistano* e *A Coluna da Morte*⁹³. As formas de representação das mulheres são limitadas e encaixam as narrativas aos padrões de gênero⁹⁴. Quando associadas à legalidade, eram senhoras benevolentes capazes de zelar pela família de outras mulheres. Em outros momentos da Coluna Paulista, esses padrões seguem a ideia de heroína, de mártir e de meretriz, conforme vemos adiante.

No jornal, existem três situações instigantes em que violências envolvendo mulheres são profícuas para análise. São elas um caso ocorrido em Indiana, onde uma jovem deixou dois soldados feridos por conta de uma tentativa de estupro; o estupro de Rosalina, em Pequerobi; e o fuzilamento de dois soldados por conta do que ocorreu com uma “mulher de conduta duvidosa”, segundo o jornal. Em todos os casos a referência às mulheres está condicionada à atuação de homens envolvidos nos conflitos da Coluna

⁹¹ Maria Quitéria de Jesus Medeiros se vestiu como homem para lutar a favor da independência do Brasil em 1822 contra tropas portuguesas na Bahia. Anita Maria de Jesus Ribeiro, posteriormente conhecida como Anita Garibaldi, lutou na Revolução Farroupilha (1835-1845) contra as tropas imperiais.

⁹² WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In.: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 444.

⁹³ No *Correio Paulistano* há uma nota elogiosa a uma mãe de soldado. Matilde de Andrade Leão, mesmo tendo perdido dois filhos num combate em Pelotas, RS, na Revolução de 1923, manifestou seu apoio ao filho Carlos de Andrade Leão, que foi enviado para lutar pela legalidade em São Paulo. Além da nota, o jornal publicou a carta que Matilde escreveu se despedindo do filho, cujo conteúdo é de forte teor nacionalista. A abnegação de uma gaúcha. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21923, domingo, 10 de agosto de 1924, p. 1.

⁹⁴ Embora a historiografia referente ao tema aponte para a possibilidade de diferentes vivências de feminilidade para o período estudado, seguimos a definição de Suean Caulfield (2000) de que existiam padrões normativos seguidos, ao menos discursivamente, pelas diferentes classes sociais. Tais padrões indicavam que a feminilidade estava associada a eixos fundamentais de comportamento como: maternidade, caridade, honra moral vinculada ao comportamento sexual regrado pelo casamento ou pela castidade, reclusão ao espaço privado, o que denotava a não participação ativa no mercado de trabalho formal, na política ou na guerra, pelo cuidado representado pela mãe e a enfermeira e pela capacidade educativa, responsável pela continuidade dos padrões morais vigentes. CAULFIELD, Suean. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1908-1940)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2000.

Paulista. Assim como as viúvas dos soldados legalistas, representadas como mulheres patriotas e honradas, citadas pelo jornal apenas a partir da morte dos seus maridos soldados, as mulheres envoltas em contextos de violência chegaram às narrativas em estudo a partir de estratégias discursivas cujos significados demandam análise.

A tentativa de estupro em Indiana foi noticiada no *Correio Paulistano*, comentada no livro de Cabanas e mereceu atenção em um texto publicado por Monteiro Lobato. Trago primeiro a narrativa do jornal. Na edição do dia 13 de setembro de 1924, o título *Trágico episódio* veio seguido do subtítulo *A luta de uma jovem em defesa da sua honra*. Destaco um trecho:

Em Indiana, isso é fato positivo e bem averiguado, um sargento isidoriano, simpatizando com uma **pobre moça**, uma espanhola, que foi obrigada a ir buscar água na caixa da estação, marcou-a bem e, a meia noite desse dia, dirigiu-se, acompanhado de outro inferior - ambos armados de fuzil, faca e revólver - à casa da moça, um casebre tosco de madeira numa baixada atrás da estação.

Bateram. Pediram água. Na casa havia só mulheres, um velho, e crianças. Não quiseram abrir. Arrombaram a porta. **O mulherio tomou-se de pânico**. Foi uma tragédia. O sargento queria dar espanado aos seus instintos. Houve luta. As crianças desandaram em choro, eles pretenderam dar-lhe dinheiro para não gritarem. **Por fim as mulheres dominaram os selvagens**, arrebatando-lhes as armas. E a moça, com a própria faca do sargento, vibrou-lhe um golpe mortal. Fugiram os dois, mas o sargento caiu adiante e morreu.

O mulherio pôs-se em debandada para o mato, temendo uma reação ainda mais violenta. E até agora não apareceram. Daí, porque não vai o nome dela. Todos, porém, de Indiana, sabem do trágico episódio. **Espanhola admirável**⁹⁵.

É interessante o percurso narrativo no qual a "pobre moça" do início do texto acaba por se tornar, ao final, "espanhola admirável". Os adjetivos – “pobre” e, mais adiante, “admirável”, - foram ajustados na narrativa conforme o desenrolar da história e o sentido dado a ela. A notícia leva à compreensão de que o sargento foi morto, e que a resistência se deveu a presença de mais mulheres no casebre.

Cabanas também registrou esse evento em seu livro. Quando o general Miguel Costa visitou a Coluna Cabanas em Indiana, São Paulo, o general teria ordenado que, devido a sua visita, fossem postos em liberdade os presos correccionais. Essa informação, constatada no livro *A Coluna da Morte*, evidencia o uso de formas de coerção para com

⁹⁵ Nas pegadas dos rebeldes. Trágico episódio. *Correio Paulistano*, São Paulo: Edição 21957, sábado, 13 de setembro de 1924, p. 4. (Grifos meus).

os soldados. Demonstra a autoridade dos líderes tenentistas, a manutenção da hierarquia e alguns dos percalços enfrentados para além das batalhas. A Coluna se mantinha com regras e punição aos transgressores. Diante da solicitação de Miguel Costa, somente um preso não foi libertado. Era José de Souza, um velho cabo que havia participado da tentativa de estupro em Indiana. Conforme a narrativa de Cabanas:

O cabo José de Souza, em companhia do corneteiro Ary Rosa dos Santos, saíram na noite anterior a visita do General, em passeio de **pirataria** pelos arredores de Indiana, e chegaram em uma choupana solitária. Armados de facão e revólver, entraram resolutos na modesta morada, abrigo de uma pobre septuagenária e de uma moça de porte elegante e uma **robustez de atleta**. Os soldados, inspirados pelo **amor selvagem**, dirigiram a nossa heroína palavras por eles consideradas doces no momento. Mas não lograram comover o coração que se aninhava em tão **robusto peito**. Das doçuras, cujo vocabulário era escasso, passaram as ameaças e destas a **violência**, atacando a moça que julgavam incapaz de resistir em razão do sexo. Ela, porém, ergueu-se **altiva e sublime** enfrentando os dois **miseráveis**, estabelecendo-se uma luta terrível, a qual teve por epílogo o desarmamento dos agressores, **que receberam graves ferimentos de facão** feitos pela agredida que tão brilhantemente **defendeu sua honra e seu sexo**⁹⁶.

Nada foi dito por Cabanas sobre o sargento morto no casebre. Também há divergências sobre quem estava presente na residência. Enquanto o *Correio Paulistano* indicou a presença de mais mulheres e até crianças, Cabanas se referiu apenas à moça e a uma “septuagenária”. Chamada por Cabanas de “valente rapariga”, a moça lutou contra os agressores e, obtendo êxito, entregou dois soldados ao tenente, que a convidou para assistir no dia seguinte ao castigo que iria aplicar. A população também foi convidada e esteve presente, porém Ary Rosa precisou receber sangue no Hospital de Santo Anastácio e por isso a punição coube apenas a José de Souza. Segundo Cabanas, não era possível castigá-lo novamente, para além do que a moça havia feito, sem que corresse riscos. A ideia de que a moça surpreendeu os soldados, “sendo mais forte do que o seu sexo permitiria”, está alinhada com a concepção de que a violência e a força são características potencialmente masculinas.

Ao trabalhar sobre a inserção das mulheres na polícia e problematizar o corpo feminino e a virilidade militar, a historiadora Rosemeri Moreira infere que

⁹⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 126. (Grifos meus).

A capacidade guerreira é uma das principais características históricas da percepção sexual dimórfica do corpo no mundo ocidental: ser homem ou ser mulher se inscreve de forma excludente na sua presença ou ausência. O mundo da guerra e o mundo da rua são produtores de referências normativas da masculinidade(s) e também de seu avesso, a feminilidade(s). As identidades de gênero se constituíram e se sedimentaram em torno da questão da violência coletiva, e os usos sociais da violência formam um núcleo central na estrutura das relações hierárquicas de gênero. Nessa leitura, a capacidade de infligir violência se encontra encarcerada no corpo de homens⁹⁷.

A violência que, nas palavras de Moreira, se faz “encarcerada em corpo de homens” teria sido possível no caso da moça mencionada por Cabanas, em razão de outra feminilidade, a da mulher que defende sua honra. Na narrativa de Cabanas, ela é representada como “moça de porte elegante e uma robustez de atleta”, “heroína”, “valente rapariga”, “brava”, alguns atributos em geral associados a homens em combate. Aos olhos de Cabanas, ela teria superado a valentia e a bravura que deveria ser cara aos soldados, sendo considerada superior a eles. Cabanas identificou nela valores condizentes com a conduta de um bom soldado. Contudo, a moça, de quem o nome novamente é ignorado, seria uma exceção à regra e o incidente é mais uma forma de demonstrar a importância desses valores para a própria tropa, diante da qual os soldados transgressores foram humilhados não somente por praticarem uma tentativa de estupro, como também por, como resultado disso, terem recebido golpes de facão de uma mulher.

Tanto no jornal quanto no livro, a estrutura da narrativa é semelhante. Basicamente uma moça pobre conseguiu se defender de uma tentativa de estupro, entrando em luta corporal contra os tenentistas. No entanto, Cabanas mencionou o castigo dado aos transgressores, o que não apareceu na narrativa do jornal. É preciso considerar o sentido que o discurso assume ao trazer tais acontecimentos para o livro. Cabanas é enfático na explicação de sua conduta diante da tentativa de estupro. Não admitia, castigou, repreendeu e tornou público o caso para demarcar sua posição. Era necessário mostrar que mantinha a ordem.

Sobre esse mesmo evento, localizei um texto de Monteiro Lobato, publicado numa edição do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, de 9 de janeiro de 1927. Em um texto intitulado *A pucella de Indiana*, que inicia elogioso a Cabanas e seu livro, Lobato escreveu o seguinte:

⁹⁷ MOREIRA, Rosemeri. A invenção da mulher policial no Paraná. In.: MOREIRA, Rosemeri; SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Gênero e instituições armadas**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016, p. 63.

Saíram a aventura armados de facão e revólver, e depois de algum caminhar deram com um casebre retirado e oculto entre arvoredos.

Moravam ali duas mulheres, uma pobre e velha de 70 anos e uma jovem de compleição robusta e olhar firme, dessas que arregaçam as saias treinam os músculos no rude mourejar das roças.

Viram-na e incendiaram-se da velha concupiscência bíblica. Foi obra de um só momento. Os piratas arregalaram os olhos e lamberam os beijos. Era justamente a caça que procuravam, e surgira melhor que o sonhado, pois a moça de fato tentava. Um pedaço, como se diz em gíria pirata.

Rodearam ambos com palavras doces e propostas amáveis, sem nem por sonhos admitirem que poderia estar ali uma padeira de Aljubarrota.

E estava. (...).

Este episódio merece divulgação para escarmento dos piratas e lição às mulheres. Mostra que uma criatura do sexo fraco pode resistir a duas do forte quando em vez de fanico recorrem a uma arma qualquer - pá de forno ou facão. Se cedem tão facilmente, será talvez que encontre um secreto deleite na derrota. Mistérios do masoquismo⁹⁸.

Para falar do caso de Indiana, Lobato recorreu à história da padeira de Aljubarrota, que se passou por volta de 1385. Uma mulher portuguesa teria matado soldados espanhóis que invadiram sua casa usando uma pá de forno. Lobato conhecia o caso de Indiana pela narrativa exposta em *A Coluna da Morte*, citado na primeira parte de seu texto, e considerava o livro um importante relato da verdade. Em seguida, tratou do evento usando termos semelhantes aos de Cabanas – “jovem de compleição robusta”. Mas há diferenças nas narrativas, sendo que Lobato usa figuras de linguagem, como “lamber os beijos”, além de contrapor o “sexo forte” e o “sexo frágil” de forma mais marcada que Cabanas. A lenda da padeira de Aljubarrota complementou o texto de Lobato, e serviu ao argumento de que as mulheres são capazes de se defender de estupradores em posse de uma arma qualquer. Para argumentar, usou uma figura literária – escritor como era – já que a padeira de Aljubarrota se defendeu com uma pá de forno. A interpretação proposta por Lobato insinua que algumas mulheres encontravam “um secreto deleite na derrota”. Ao encerrar o texto dessa maneira, registrou sua intenção de que o caso de Indiana servisse de “lição às mulheres”, o que desqualifica a condição de vítimas cuja história não teve o mesmo desfecho.

⁹⁸ LOBATO, Monteiro. A pucella de Indiana. **A Manhã**. Rio de Janeiro: 00322. Domingo, 9 de janeiro de 1927, p 3

Se a moça de Indiana conseguiu combater sozinha dois soldados, diferente foi a sorte de Rosalina, vítima de estupro, crime que o *Correio Paulistano* narrou da seguinte maneira:

Assassinos e ladrões da honra

Em Piqueroby, pequeno povoado que começa a surgir, como por encanto, no âmagô do sertão agreste e que pertence ao distrito de paz de Santo Anastácio, distante 14 km dessa localidade, a passagem tumultuária da **farândola sinistra** do 'coronel' Cabanas foi tristemente assinalada, tal qual sucedeu em Indiana, por uma cena de **banditismo** que revolta a todos os espíritos, ainda aos mais indiferentes a dor e o sofrimento alheio.

Dois **malfeitores da quadrilha assaltante da 'Coluna da Morte'**, um **truculento cabo negro** e um **soldado cafuza**, possivelmente libertados das **galés** pelas **mãos criminosas dos sediciosos** de São Paulo, ali chegando, encaminharam-se para um pequeno sítio existente a 4 km de extensão, de propriedade de Miguel Calmone.

Depois de tudo depredarem, coerentes com o torvo programa delineado por seu chefe, investiram contra o casebre do colono italiano Antonio Turman, casado há apenas um ano com Rosalina Meneghette, de 23 anos de idade, filha de italianos, natural de Santa Catarina.

Foi isso na madrugada de 25 para 26 de agosto.

Armados de fuzis, de facas e revólveres, atiraram-se a **jovem indefesa** para a satisfação dos seus **desejos bestiais**. Antônio Turman, fortemente enlaçado pelos **braços musculosos do cafuza**, assim mesmo, numa luta titânica, heroica, entendeu por uma barreira ao nefando **atentado à honra do seu lar**.

Nada, entretanto, conseguiu, para a realização dos seus infames desígnios não encontravam obstáculos os dois celerados. Turman ali mesmo caiu, parado com tiro de fuzil no ventre.

E consumara-se a obra dos **bandidos**.

Não tardou que a revoltante notícia quase do fundo do sertão chegasse aos centros populosos.

Dela tivemos conhecimento muito antes de chegarmos a Piqueroby. Todavia, necessitamos de **provas** que a autenticasse. Sem dificuldades vamos encontrá-las em Santo Anastácio, em cujo Cartório de Registro Civil, do Senhor Orlando de Souza, figura morte de Antônio Turman por hemorragia abdominal traumática consequente a ferimento de arma de fogo. E, como complemento, deparamos igualmente com o registro da entrada de Rosalina Meneghette no hospital provisório de Santo Anastácio, com a nota de **'vítima de estupro'**, para o tratamento de **repugnante as moléstias** de que fora contaminada pelos **selvagens**.

Rosalina estava grávida de poucos meses.⁹⁹

O primeiro item a ser analisado é o próprio subtítulo, *Assassinos e ladrões da honra*, termos cuja conotação não se refere apenas aos dois soldados envolvidos no crime.

⁹⁹ Nas pegadas dos rebeldes. *Correio Paulistano*, São Paulo: Edição 21962, Ano 1924, quinta-feira, 18 de setembro de 1924, p. 6. (Grigos meus).

O uso no plural para assassinos e ladrões não está vinculado somente ao fato de serem dois soldados, e sim por estender esses adjetivos aos demais revoltosos.

A narrativa inicia apresentando o lugar. A descrição do cenário corrobora com a ideia de um crime que não dá chances de defesa à vítima, tornando-o ainda mais cruel. Um povoado pequeno e pacato, em pleno desenvolvimento por romper com o suposto “vazio do sertão agreste”, surgindo “como por encanto”, cuja tranquilidade foi roubada pelo assalto dos soldados. Esse lugar teria ficado marcado não apenas pela passagem dos soldados e sua atitude ilícita, mas pela “farândola sinistra do coronel Cabanas”.

Assim, é um grupo de indivíduos de má conduta chefiados pelo coronel que se tornam metaforicamente personagens da cena protagonizada pelos soldados tenentistas. Logo no início, o leitor é incentivado a criar empatia com o caso, afinal “até os mais indiferentes ao sofrimento alheio se sensibilizaram com a história da jovem”. Percebo que toda narrativa anterior constrói culpados para além dos soldados que são citados a seguir, e quando mencionados misturam-se aos demais justamente por compor a Coluna da Morte. Alguns dos adjetivos utilizados para descrevê-los não os caracterizaram a partir do estupro e sim pela questão racial (“truculento cabo negro”, “soldado cafuza”). A ação deles no crime é posta como se a raça, termo proposto pela fonte, propiciasse tal comportamento. Corrobora com essa ideia a passagem em que o *Correio Paulistano* presume, com base na informação sobre a cor, uma provável procedência de reclusão de soldados, associando raça ao crime, pois seriam esses soldados tenentistas “possivelmente libertados das galés pelas mãos criminosas dos sediciosos de São Paulo”. Em suas memórias, Juarez Távora explicou que os tenentes não tinham a intenção de libertar os presos da Cadeia Pública, porém o fizeram devido aos bombardeios dos governistas:

Seria, nessas condições, uma desumanidade, conservar ali, encarcerados expostos a um extermínio sumário, aquele grupo de detentos.

Resolveu-se então libertá-los, como se teriam libertado os próprios sentenciados da penitenciária, se até lá houvesse chegado morticínio dos bombardeios do governo. O fim dessa libertação não foi, porém, obter para causa revolucionária o concurso pouco valioso daqueles 50 presos. Foi antes uma questão de humanidade¹⁰⁰.

Adiante, Távora afirmou que apenas um dos presos seguiu com a coluna. Não há um número preciso sobre os presos libertos durante o Levante que tenham acompanhado

¹⁰⁰ TÁVORA, Juarez. *À guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: Ed. O Combate, 1927. V. 1, p. 245.

os tenentes, e entendo que a suposição feita pelo jornal acrescentava mais responsabilidade aos líderes tenentistas ao crime, afinal, libertaram criminosos e práticas como o estupro poderiam, conforme a suposição do jornal, ser antevistas.

A descrição do casal atacado e do crime induz o leitor a relacionar o fato com a convivência de Cabanas, principalmente ao afirmar que a atitude dos soldados era condizente com o programa delineado pelo seu chefe. A juventude da moça, o casamento recente e o fato de serem imigrantes são evidenciados, bem como o trabalho e a cor branca do casal, em oposição aos soldados rebeldes negros de Cabanas. A notícia informou primeiro a depredação ocorrida no sítio, que não era de propriedade dos Turmam, e depois a entrada dos soldados na casa. O emissário do *Correio Paulistano* detalhou o atentado. No texto é possível identificar comportamentos de certa forma estabelecidos como padrão na cena de estupro. Há uma jovem “indefesa”, sozinha com dois soldados armados, e um homem que luta pela honra de sua família. Esse homem não é posto inicialmente enquanto uma das vítimas da violência, e sim como um defensor de sua esposa que levou a situação até a última consequência, sua própria morte.

Observando os detalhes da narrativa do ataque, é preciso considerar que Turmam morreu e Rosalina estava internada, não havendo indícios na fonte de que ela fez qualquer declaração ao jornal. Então, em quais evidências se baseou o emissário para afirmar que houve uma “luta titânica”? De que forma saberia que o “cafuzo” segurou pelos braços o “italiano” impedindo que reagisse? Como diz a notícia, Turmam foi parado com tiro de fuzil no ventre, feito isso, consumou-se o estupro. A parte do texto que antecede a morte de Turmam caracterizava os soldados e o casal. O crime de estupro somente se efetivou com a morte do homem que defendia aquela casa, momento que no texto funcionou como marco divisor da estrutura narrativa.

O emissário advertiu que sabia dessa notícia muito antes de chegar em Piquerobi, porém desejava recolher provas que a comprovasse. Essas provas se restringiram ao registro de óbito de Antônio Turmam e ao registro de entrada de Rosalina Meneghetti no hospital. Seria evidenciado no registro de entrada de Rosalina que ela precisava tratar de moléstias pelas quais havia sido contaminada pelos “selvagens”. Conforme posto pelo jornal, o termo parece ter sido usado no prontuário, porém faz mais sentido pensar que o próprio emissário inseriu a palavra ao texto criando essa impressão no leitor. Os documentos consultados pelo emissário do jornal, tomados como provas, assumem a função de legitimar o discurso e autorizar a fala do testemunho que esteve no local e conferiu a veracidade dos fatos.

Por fim, uma frase de efeito completa a indignação sugerida aos leitores: Rosalina estava grávida de seu marido. O atentado não teria sido cometido simplesmente a uma mulher, mas a uma mulher que estava gerando uma vida e que tem um marido, o atentado é contra a família. Essa compreensão em torno do estupro se vincula à legislação vigente na época. O Código Penal de 1890 tratava o estupro, em seu Título VIII, como “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”¹⁰¹. O corpo violado representa, na perspectiva apresentada pelo *Correio Paulistano*, as mazelas causadas pelos rebeldes ao povo brasileiro.

O mesmo evento é narrado por Cabanas em seu livro, no item intitulado *Crime de Piquerobi*¹⁰². Cabanas objetivou explicar o crime que o *Correio Paulistano* indica como autores os soldados da sua Coluna, atribuindo a culpa a homens que pertenciam a outra coluna, a saber, do General Mesquita. Ao escrever sobre esse estupro, Cabanas afirmou responder a informações que circularam em um livro sobre a “revolução”, não citando propriamente jornais. Não sei precisar até o momento a qual livro ele pretendeu responder. Segue o texto de Cabanas:

Estava acampado em Piquerobi a coluna do general Mesquita, enquanto a 'Coluna da Morte' se mantinha íntegra em Indiana. Apesar das ordens do general Mesquita, dois soldados conseguiram **iludir a vigilância do guarda**; transpuseram a linha do acampamento e, após vagarem pela povoação de Piquerobi, visitando as casas de bebida que encontravam, dirigiram-se, já **bastante alcoolizados**, para os arrabaldes. Aí encontrando uma casa isolada, nela penetraram e pediram ao respectivo morador que fosse acompanhado de um deles buscar água no poço. Atendido, o seguiu o morador, Antônio Furman, para o poço, perto do qual seu companheiro, sem motivo algum, desfechou-lhe um tiro, caindo morta vítima.

Voltou o **assassino** à casa e, junto com outro que lá ficara, violentaram a esposa de Furman. A cena revestiu-se de tal **brutalidade** que minha pena se nega descrevê-la minuciosamente.

E a senhora, em deplorável estado, **foi enviada pelo general Mesquita para o Hospital de Santo Anastácio**.

Descobertos os autores do crime, que tanto horrorizou o exército em peso, **foram presos e passados pelas armas**¹⁰³.

No livro, a narrativa do crime é composta de uma forma extremamente diferente que a do jornal. A primeira observação diz respeito ao superior hierárquico dos soldados

¹⁰¹ BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

¹⁰² O sobrenome Turman foi escrito no livro como Furman, todavia o jornal e o livro se referem à mesma pessoa.

¹⁰³ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 136-137. (Grifos meus).

em questão, que no caso de Pequerobi seria Mesquita e não Cabanas. O tenente não descreveu o cenário, nem as características da família atacada. O fato de serem jovens recém casados e descendentes de imigrantes são aspectos que não interessaram ao sentido atribuído ao crime no livro, no qual o autor privilegiou mostrar a postura adotada ao tomar ciência do fato.

A brutalidade do crime não é negada por Cabanas, e ao afirmar que sua pena se nega a descrever tamanha brutalidade, admite a violência, mas também silencia. Ao não dizer, deixa espaço na narrativa para as justificativas - a bebida, a fuga do acampamento - e as medidas tomadas para punir os culpados. A narrativa de Cabanas estava em consonância com discussões propostas em sua área de formação acadêmica, o direito. Nas discussões dos juristas, o Direito Positivo passava a considerar aspectos psicológicos e o comportamento que os acusados apresentavam antes do crime¹⁰⁴.

Os escritos do jurista brasileiro Francisco José Viveiros de Castro, que em 1897 escreveu sobre a nova forma como deveriam ser avaliados os crimes sexuais certamente eram conhecidos por Cabanas, pois sua obra teve grande repercussão, especialmente entre os bacharéis em direito. Segundo Viveiros de Castro:

É necessário em todos os casos bem avaliar as forças respectivas do homem e da mulher. Se é certo que um homem fraco não pode violar uma mulher robusta, não se pode negar que um homem fortemente constituído não possa subjugar uma mulher pouco desenvolvida e forçá-la ao ato genésico¹⁰⁵.

Podemos aproximar o olhar de Cabanas e o de Viveiros de Castro ao observar o vocabulário empregado, ao usarem os termos “moça robusta” e “mulher robusta” e discorrer sobre a possibilidade das mulheres se defenderem do estupro. No entanto, o jurista acreditava que, em todos os casos, a mulher tinha possibilidade de se defender. No caso apresentado por Cabanas anteriormente, a moça “robusta” venceu a suposta força física superior masculina e lutou em defesa de sua honra. Outra consideração posta por Viveiros de Castro pode ser percebida na punição dada por Cabanas. Castro escrevia que, em sua opinião, “Para o estupro, para o gozo da mulher sem seu consentimento, maior ou menor, virgem ou não, todo o rigor da pena, toda a severidade da lei, qualquer que seja a

¹⁰⁴ MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 171.

¹⁰⁵ CASTRO, Viveiros. Os delictos contra a honra da mulher: Adulterio- Defloramento. Estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: João Lopes Da Cunha editor, 1897, p. 92.

modalidade da violência empregada”¹⁰⁶. Em condições normais, “todo o rigor da pena” significaria submeter os acusados a um julgamento. Durante a Coluna da Morte, os crimes de estupro eram punidos, segundo Cabanas, com fuzilamento. Foi esse o desfecho das vidas dos soldados que violentaram Rosalina Turmam.

No livro de Cabanas chama atenção a ausência de alusão à cor dos soldados, tal qual fez o *Correio Paulistano*, característica que em outras passagens do livro é levada em conta. Cabanas ressaltou que o general Mesquita socorreu Rosalina levando-a para o hospital e que, depois de atribuída a autoria do crime, os soldados foram fuzilados. Esse não foi o único caso de fuzilamento ordenado por Cabanas. Em outros momentos e circunstâncias, a prática é apresentada no livro como sinônimo de fazer justiça. Cabanas expôs que agia com autonomia, sem recorrer ao aparato jurídico do Estado, mesmo em crimes fora do espaço de sua coluna.

Cabanas, ao negar o registro de detalhes do crime, indica seu intuito de reforçar que essa não era a postura dos combatentes, e utilizou o texto com o objetivo de defender que tanto Mesquita, quanto ele próprio, adotaram uma conduta que imprimia castigos a tais crimes, que neste caso foram aplicados por Mesquita. Entendendo o livro como uma narrativa autobiográfica e levando em conta as motivações expressas por Cabanas para escrevê-lo, cabe refletir que:

Em cenários de luta política, o critério de atribuição de verdade a um texto é a expressão de um posicionamento dentro da luta. A autobiografia pode assumir um papel de mediação, de instrumento de confronto, em que a experiência individual atua como fundamento para interpretar e discutir a experiência coletiva¹⁰⁷.

A verdade parece legitimada pela experiência individual e os desdobramentos da narrativa trabalham na discussão da experiência coletiva. O tenente afirmou entender aquele ato como um crime brutal, posicionando-se contra o estereótipo de criminoso imputado aos revoltosos. Sobre a organização e conduta dos soldados, Cabanas ressaltou que apenas saíram porque “conseguiram iludir a vigilância do guarda”. Era feita a vigilância quanto às ações dos soldados, e a primeira transgressão às normas ocorre quando enganam o vigia e se afastam do acampamento. Com isso, Cabanas busca afirmar

¹⁰⁶ CASTRO, Viveiros. **Os delictos contra a honra da mulher**: Adulterio- Defloramento. Estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: João Lopes Da Cunha editor, 1897, p. 109.

¹⁰⁷ GINZBURG, Jaime. Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema da teoria da autobiografia. In.: GALLE, Helmut. (org) **Em primeira pessoa**: abordagens de uma teoria autobiográfica. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009, p. 124.

a existência de ordem e controle sobre as tropas. Soma-se a isso estarem “bastante alcoolizados”, em estado de percepção alterada, propícios a cometer atos ilícitos. Na condição de autor, Cabanas usou uma justificativa, em partes socialmente aceita, a do crime cometido por embriague. Por fim, não seria a condição de revolucionários que os incitaria à prática do crime, e sim o desacordo com as normas por ele instituídas¹⁰⁸.

Passo agora para o caso de uma mulher chamada no *Correio Paulistano* de “meretriz”. Uma breve passagem sobre ela foi escolhida aqui para tratar de hierarquia, autoritarismo e violência dentro da organização dos tenentes. O caso versa sobre o tenente revoltoso Rafael Metz e é narrado, segundo o jornal, por um prisioneiro. A autoria das palavras é atribuída a testemunhas, na tentativa de conferir mais plausibilidade às notícias, conforme segue:

Uma companhia chefiada pelo Tenente Rafael Metz, mercenário de nacionalidade belga, teve de embarcar em fuga precipitada, com metralhadoras (ilegível) no vagão que se achava na frente da locomotiva, no intuito de cortar qualquer embaraço que porventura sobreviesse durante a retirada: que ciente do ocorrido, o General Olinto de Mesquita, reunindo seu estado-maior, determinou que seguisse uma companhia bem de encontro da que, aterrorizada, se revoltara, sendo intenção dos Sargentos abandonar seus companheiros de luta. Os referidos Sargentos foram aprisionados e levados a presença do General, que, sumariamente, mandou fuzilá-los, por exemplo da tropa, pois como se dizia, qualquer arrefecimento por parte da coluna teria castigo idêntico.

Outro fato que provocou o **terror** dos chefes - continua o declarante - foi o fuzilamento de dois soldados pelo simples motivo de provocarem uma meretriz, que mantinha relações com o tenente Metz.

A **coluna da morte**, chefiada por João Cabanas, deixava vestígios de sua passagem por todas as cidades, fazendo requisições e implantando o **terror** no espírito da população. Em Presidente Prudente, depois de saqueada a residência de José Giorgi, e ela incendiada, bem como toda a madeira de lei que se encontrava na estação aguardando embarque em Paraguaçu, os depósitos da companhia Marcondes também foram varelados, sendo de notar-se que nessa ocasião o Coronel Paulo de Oliveira, teve forte discussão com o General Isidoro Dias Lopes, por

¹⁰⁸ Lembro que, além de uma “justiça militar” própria no campo de batalhas, existia o Tribunal Superior Militar, destinado a julgar crimes militares. Adriana Barreto Souza e Angela Moreira Domingues da Silva esclarecem que “A promulgação da primeira Constituição republicana previa a existência de um foro especial para julgar os delitos militares, cometidos por “militares de terra e mar”. Assegurava a existência de conselhos voltados para a formação de culpa e julgamento dos crimes e, também, de um Supremo Tribunal Militar (STM)”. SOUZA, Adriana Barreto; SILVA, Angela Moreira Domingues da. A organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 361-380, maio-agosto 2016, p. 371.

isso que aspirava a ser reconhecido pelas forças revoltosas como seu chefe supremo.¹⁰⁹

A narrativa inicia pela ordem de fuzilamento de sargentos desertores emitida pelo General Olinto de Mesquita. Esse fuzilamento, que aparentemente atingiu mais combatentes do que o acontecimento narrado a seguir, não aborda detalhes, nem sequer se sabe quantos eram os envolvidos. Os chefes teriam ficado aterrorizados mesmo com o fuzilamento de dois soldados que teriam provocado uma “meretriz”, que provavelmente se relacionava com o tenente Metz.

Analisando a forma como os fatos são descritos, embora em ambas as situações tenha ocorrido fuzilamento, a morte dos desertores é descrita com naturalidade. Os excessos cometidos, as punições são mesmo evidenciadas pelo fato de punir soldados por mexerem com uma “meretriz”. É difícil precisar o que aconteceu, ou em que circunstâncias ocorreu esse desentendimento com o tenente Metz. Também não há informações sobre a mulher. Diferente de Rosalina que recebe vários adjetivos em seu favor, tais como “jovem, filha de imigrantes, casada, grávida, indefesa”, a outra mulher sequer recebeu um nome foi definida em uma palavra: “meretriz”. Tal característica lhe confere todas as demais que se possa supor, e o fuzilamento dos dois soldados não teria justificativa, justamente por ter ocorrido pelo “simples motivo de provocar essa mulher”.

Retomo aqui um questionamento. Se no caso de Indiana, onde ocorreu uma tentativa de estupro, não houve execução dos culpados, porque no que se refere a Metz os dois soldados foram fuzilados? Isso teria relação com o posto ocupado por Metz como sugere o jornal, ou há de se considerar a possibilidade de ter ocorrido outro estupro? Na impossibilidade de responder a essas indagações com base nas evidências, resta ao menos supor que o tratamento dado ao caso de uma mulher representada como “meretriz” deve ter sido diferente ao que foi feito com Rosalina, que era casada e vivia de acordo com os padrões aceitos naquela sociedade.

Dentre as representações sobre a violência, mulheres, soldados, nação e outras apresentadas nesse capítulo, houve divergências, mas também semelhanças, entre os discursos do tenente Cabanas e do *Correio Paulistano*. Sobre as semelhanças, destaco que ambos legitimaram a violência, desde que atendesse ao seu ideal político e se enquadrasse em padrões socialmente aceitos; bem como se consideraram defensores da

¹⁰⁹ Sensacionais revelações de um desiludido. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22141, Ano 1925, quarta-feira, 18 de março de 1925, p. 2. (Grifos meus).

nação, portadores de verdades e autorizados a propagar suas ideias; e por fim consideraram as mulheres complementares aos homens, propondo a padronização e ajustando nos seus discursos os papéis de gênero de acordo com o sexo biológico.

Ao observar como Cabanas foi representado no jornal, foram identificadas várias estratégias de desqualificação para as suas ações. Adjetivos e narrativas que o associavam com a violência e outras práticas imorais, como saques e depredações, compõem o rol de elementos citados pelo *Correio Paulistano* para depreciar o tenente.

CAPÍTULO 2

EMBATES EM TORNO DO LEVANTE PAULISTA: JOÃO CABANAS E ABÍLIO DE NORONHA ENTRE A JUSTIÇA E A HISTÓRIA

Os estudos sobre o *Correio Paulistano* revelaram o empenho em divulgar informações sobre os combates entre tenentistas e legalistas nos anos de 1924 e 1925. Assim como esse periódico, no mesmo período, outros escritos em forma de livro versaram sobre aqueles acontecimentos, entre os quais destaco o relatório da comissão de inquérito publicado em forma de livro, *Movimento Subversivo de Julho*, de 1924 e os livros de Abílio de Noronha: *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*, de 1924, e *O Resto da Verdade*, de 1925¹. Com o objetivo de explorar as representações sobre Cabanas nessas fontes, neste capítulo serão evidenciados os embates perante a justiça e a história em torno da memória do Levante Paulista e da participação de Cabanas e Noronha no evento já durante o ano de 1924. O foco da análise recai sobre João Cabanas e Abílio de Noronha, já que este, apesar de ter sido comandante das forças legalistas, também foi indiciado no inquérito e réu no processo. A apreciação das fontes mencionadas traz elementos importantes para entender as condições de produção de *A Coluna da Morte*, cuja análise mais detalhada segue no terceiro capítulo.

Durante o Processo do Levante Subversivo de 1924, depoimentos de acusação contra Cabanas e Noronha foram compilados. O relatório sobre o inquérito, com o título *Movimento Subversivo de Julho*, foi concluído em 25 de dezembro de 1924² e disponibilizado para venda nas livrarias paulistas. De alguma forma Noronha e Cabanas dialogam, em seus escritos, com esse Processo, seja por meio da recepção das notícias dos jornais atreladas às ações da justiça ou pelo acesso ao relatório publicado.

Em seus livros, Abílio de Noronha e João Cabanas produziram memórias que interseccionam o que Maurice Halbwachs definiu como memória autobiográfica e memória histórica³. Maurice Halbwachs definiu a memória autobiográfica como a memória individual, e a memória histórica como a memória social. A memória

¹ Alguns dos outros livros publicados nos anos 1920 sobre essa temática estão listados no Anexo I. A escolha dos escritos de Abílio de Noronha, em detrimento de outros textos que certamente são importantes para estudos sobre o tenentismo, se justifica pelas questões postas às fontes. Por sua condição enquanto militar e características dos textos, tornou-se profícuo relacioná-lo a Cabanas.

² Assinam o relatório as seguintes autoridades: Raphael Cantinho Filho, primeiro delegado auxiliar; Virgílio do Nascimento, segundo delegado auxiliar; Octávio Ferreira Alves, segundo delegado de polícia; Alfredo de Assis, oitavo delegado de polícia e Achilles Guimarães, delegado regional em comissão em São Paulo.

³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55.

autobiográfica se ampara na memória histórica, uma vez que fazemos parte da história, e esta memória histórica é mais ampla, mais complexa. Noronha e Cabanas, ao trabalharem suas memórias autobiográficas, realizam inferências sobre a memória histórica, construindo e resignificando suas experiências por meio de narrativas que passaram a ser acessíveis ao público-leitor ainda durante o andamento do processo nos quais suas ações foram julgadas.

Assim, tanto o relatório do processo como os livros estenderam as narrativas sobre o Levante Paulista para a esfera pública. No caso dos livros de Cabanas e Noronha, eles adentraram noutro espaço de combate, não envolvendo agora um confronto pelas armas, mas pela memória a ser construída sobre o evento. Na intenção de intervir na construção da memória histórica no espaço público, estabeleceram embates em torno das representações e interpretações sobre o passado recente, configurando autodefesas em seus livros escritos.

Para compreender as narrativas em questão, me aproprio das considerações de Tzvetan Todorov, que ao tratar das implicações em se trazer o passado para o presente através da memória, divide esse processo em três etapas, sendo elas: o estabelecimento dos fatos, a construção do sentido e o aproveitamento⁴. Todorov entende por “estabelecimento dos fatos” o processo de seleção e hierarquização dos eventos passados; a etapa seguinte, a “construção do sentido”, sugere a interpretação para esses fatos; finalmente chega-se ao “aproveitamento”, que é quando o fato está estabelecido, tem um sentido proposto e o passado é usado com alguma finalidade. As disputas entre a narrativa de Cabanas, de Abílio de Noronha e do Estado - representado aqui pela Justiça – se voltavam para a construção de sentidos sobre o passado. Geralmente, os fatos tratados por eles eram de conhecimento público e muitos coincidem nas narrativas, as diferenças estão nos sentidos propostos para os fatos. Assim, empenhados em construir uma memória histórica sobre os eventos, emergiram diferentes formulações da verdade.

Acusado de cooperar com os tenentistas, o General Abílio de Noronha, que ocupava o posto de comandante da 2ª Região Militar, utilizou os documentos que compilou em sua defesa, já que precisou responder ao inquérito usado para o Processo do Levante Subversivo de 1924, para escrever seus dois livros. O de publicação mais imediata foi *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*, lançado ainda em 1924. Esse imediatismo revela a busca do autor por meios que lhe

⁴ TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002, p. 142.

permitissem argumentar com o público sobre as notícias recentes que envolviam o seu nome. Nele, o autor enfatizou sua postura de defesa da legalidade e procurou esclarecer a tentativa de negociação da qual fez parte, intermediada pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, para conciliar legalistas e revolucionários. Neste intento, Noronha tornou públicas cartas assinadas pelos envolvidos na negociação e outras circunstâncias sobre o desfecho de sua história. Entre esses envolvidos estão o líder tenentista Isidoro Dias Lopes e o civil José Carlos de Macedo Soares⁵.

Ao final, depois de ser indiciado, Abílio de Noronha foi considerado impronunciado⁶ no Processo do Levante Subversivo⁷. Apesar disso, publicamente ele ainda estava em suspeição, quando lançou mais um livro, *O resto da Verdade*, no qual trazia uma análise mais detalhada dos conflitos em São Paulo e respondia às críticas que seu primeiro livro suscitou.

Dadas as circunstâncias de vida no exílio, João Cabanas levou um pouco mais de tempo, se comparado a Abílio de Noronha, para organizar sua narrativa em formato de livro. A publicação de *A Coluna da Morte* ocorreu em 1926, em Assunção, no Paraguai e, apesar disso, revigorou a presença dele nas discussões sobre os recentes eventos históricos. Ainda exilado, contou com o auxílio do irmão Arthur Cabanas para difundir os exemplares do livro no Brasil. Em sua narrativa, o autor rememorava eventos de um passado recente, mas também tratava de acontecimentos em curso.

Ambos os autores partilhavam a experiência de protagonizar um mesmo evento histórico. Contudo, eles buscaram transcender essas vivências, ao deixar suas narrativas para aquele presente e também para a posteridade. Na contracapa de *Narrando a Verdade*, Abílio de Noronha assim advertiu: “Este livro não é a nossa defesa, porque a mercê de

⁵ No ano de 1925, José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, também publicou suas memórias. Com o título *Justiça*, o livro foi escrito e publicado durante seu exílio em Paris, na França. Macedo Soares chegou a ficar preso acusado de conivência com os tenentes, especialmente por conta das doações em dinheiro feitas pela Associação Comercial e por intermediar as negociações entre os tenentes e legalistas. Apesar de ocupar um lugar significativo no relatório do processo, nesta análise me restrinjo aos militares Cabanas e Noronha. SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça**. Revolta Militar de São Paulo, Paris, s.c.e., 1925.

⁶ A condição de impronúncia significa que não houve provas suficientes contra o acusado, não sendo este levado a julgamento. O Dicionário Online de Português define da seguinte forma: “Decisão através da qual um tribunal ou júri perde a competência para julgar o réu que está sendo acusado; Sentença que afirma ser improcedente as acusações direcionadas ao réu.” Impronúncia. Dicionário Online de Português, 2021. Disponível em <https://www.dicio.com.br/impronuncia>. Acesso em 25/02/2021.

⁷ Em *O Resto da Verdade*, Abílio de Noronha apresenta trechos da sentença a seu respeito. Ele já se apresenta como inocentado pela justiça, mas não indica em qual data isso aconteceu. Mas sabemos, pelo conteúdo presente, que isso antecedeu a publicação desse segundo livro.

Deus, temos a consciência tranquila de nunca nos termos desviado um só instante da ideia do cumprimento do dever, desde o primeiro dia em que envergamos a farda de soldado”. Certo de que essa verdade seria provada, disse que sua pretensão era de que um dia outros homens pudessem, a partir de seu testemunho, “escrever a história verídica do que foi a sedição militar que enlutou São Paulo”.

Ordenar, selecionar e dar sentido ao passado foi um trabalho exercido pelos autores Cabanas e Noronha. Os denomino autores partindo de reflexões expostas pelo historiador Roger Chartier no livro *O que é o autor? Revisão de uma genealogia*. Nesse livro Chartier trata de objeto em comum com o filósofo Michel Foucault, a “função autor”, que este denominou como “a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente”.⁸ Assim esclarece Chartier:

(...) a “função autor” é pensada à distância da evidência empírica, segundo a qual todo o texto foi escrito por alguém ou por várias pessoas. Aquele que assina uma carta privada ou um documento legal e aquele que inventa uma publicidade não são autores, mesmo tendo sido eles os produtores dos textos. A “função autor” resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito⁹.

Assim, o fato de escrever um texto não faz do sujeito que executa essa ação um autor. Para que exista o autor, é necessário o exercício da “função autor”, que só é possível após a criação do texto e todo o processo que o relaciona a um sujeito. Cabanas e Noronha são autores, não somente porque escreveram seus livros, mas por terem “a unidade e a coerência de alguns discursos” relacionados a seus nomes.

Passo agora a analisar a presença de João Cabanas e Abílio de Noronha no relatório do processo sobre o Levante.

2.1. Cabanas e Abílio de Noronha no relatório *Movimento Subversivo de Julho*

Ainda em 1924 uma batalha paralela e ligada àquela dos tenentes e legalistas que lutavam no oeste paranaense passou a ser travada na Justiça em São Paulo. Ao final do ano, a comissão do inquérito designada pelo Secretário de Justiça e de Segurança Pública

⁸ FOUCAULT (O que é um autor?) apud CHARTIER, Roger. **O que é o autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, São Paulo: UFScar, 2012, p. 27.

⁹ CHARTIER, Roger. **O que é o autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, São Paulo: UFScar, 2012, p. 27-28.

de São Paulo, Bento Bueno, e pelo Delegado Geral da Polícia, João Batista de Souza, divulgou o relatório intitulado *Movimento Subversivo de Julho*. Os integrantes da comissão, Raphael Cantinho Filho, Virgílio do Nascimento, Octávio Ferreira Alves, Alfredo de Assis, Andreolino de Assis e Achilles Guimarães, assinaram o relatório¹⁰. A publicação desse material cumpria a função de demonstrar o empenho do Estado em punir os culpados pelo Levante. Ao publicarem o livro, influenciavam a opinião pública enquanto o movimento ainda estava acontecendo no Paraná. O trabalho da comissão permitiu ao Procurador Criminal da República, Carlos Costa, apresentar denúncia ao juiz federal Washington de Oliveira, da 1ª Vara em São Paulo, e, posteriormente, foram ouvidas as testemunhas para elaborar o sumário de culpa.

O relatório *Movimento Subversivo de Julho* teve como objetivo sistematizar e resumir as acusações contra os tenentes e seus apoiadores, atendendo aos ritos da Justiça que compunham as etapas para promover a punição dos que fossem considerados culpados. Diante do volumoso trabalho realizado pela comissão de inquérito, o relatório resumia e viabilizava o trabalho do procurador criminal e amparava o juiz para que pudesse decidir contra quem a denúncia se sustentava, averiguando os que seriam considerados pronunciados ou impronunciados. Em novembro de 1924 o *Correio Paulistano* assim noticiava:

Os trabalhos de inquérito instaurado sobre a rebelião, que é presidido pelo procurador criminal da República, Sr. Dr. Carlos Costa, prossegue com toda a regularidade, esperando-se que até meados de dezembro seja dada a denúncia contra os implicados no movimento de julho. Os autos do processo compõem-se de cerca de 100 grossos volumes. Os inquéritos instaurados sobre as ocorrências no interior já estão concluídos¹¹.

Desse volumoso material resultou a produção do relatório, depois publicado. Em fevereiro de 1925, o *Correio Paulistano* divulgava a venda do "relatório geral dos acontecimentos ocorridos em todo o Estado de São Paulo, apresentado pela comissão de inquérito"¹², disponível nas livrarias da cidade. Estando o movimento ainda em curso, levar ao conhecimento do público as acusações contidas no inquérito, mesmo que de

¹⁰ Não localizei a publicação da primeira edição, mas a segunda edição foi publicada pela Casa Garraux em 1925.

¹¹ Inquérito sobre o motim. **Correio Paulistano**. São Paulo: Edição 22027, Ano 1924, sábado, 22 de novembro de 1924, p. 4.

¹² Movimento Subversivo de Julho. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22118, Ano 1925, domingo, 22 de fevereiro de 1925, p. 1.

forma bem resumida, significava mostrar para a população o trabalho da polícia na investigação daquele evento tão marcante, e a imprensa legalista repassava isso aos seus leitores.

Conforme nota explicativa que precede o conteúdo propriamente dito do livro *Movimento Subversivo de Julho*, os trabalhos da comissão tinham iniciado em 21 de agosto e terminaram em 25 de dezembro de 1924, resultando na produção do referido relatório e no inquérito. Além de discriminar a sistematização de dados no inquérito, na nota explicativa incluída no livro, os relatores indicam:

Pelo processo adotado torna-se fácil, em inquérito de tão vastas proporções e que indubitavelmente é o maior organizado no Brasil, a verificação de qualquer fato e respectivos pormenores, bem como o nome de seu autor ou autores.

Dos volumes constam 5.676 documentos e 170 fotografias, sendo inédita a quase totalidade delas. Foram tomadas por termo 2.217 declarações e 1.693 depoimentos, sendo lavrados 400 autos diversos. As folhas dos 107 volumes atingem o total de 18.715¹³.

Na forma de livro, a apresentação de um resumo do relatório geral ao público permitia o acesso ao vasto trabalho realizado pela comissão de inquérito. Além dos jornais governistas, agora a comissão de inquérito impunha, com toda a força reivindicada pela formalidade dos ritos jurídicos, uma proposta para caracterizar os homens tidos culpados pelo “levante subversivo”. É inerente a isso a legitimação do trabalho do Estado, por meio de um inquérito, que buscava demonstrar seu poder no espaço público.

A escrita do texto é coletiva, sendo que o inquérito e o relatório contaram ainda com a assistência do Procurador Criminal da República Carlos Costa. Diferente de Cabanas e Noronha, não tomo os escritores do relatório como autores, pois a unidade do discurso estava vinculada ao exercício de suas funções na polícia, no entanto, compreendo que mesmo discorrendo sobre um trabalho burocrático exercido pela polícia os escritores deixaram ali marcas de seu posicionamento sobre o ocorrido a partir das escolhas que fizeram ao resumirem o processo. Nenhuma escrita é isenta de parcialidade. Para compreender a estrutura do andamento do Processo, recorro ao texto *A história nos porões dos arquivos judiciários*, de Keila Grinberg, no qual a autora esclarece:

De maneira geral, um *processo criminal* origina-se a partir de uma queixa ou denúncia de um crime, quando se institui o *sumário de culpa*.

¹³ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925.

Antes dele, tem lugar um *inquérito policial* (denominado dessa maneira desde 1871), para comprovar a existência do crime ato verificado, a denúncia é feita por inspetores de quartirão, promotores, delegado ou subdelegado de polícia, ou então pela própria vítima, segundo que estipula a legislação em cada momento. A partir daí, face o *auto de corpo de delito*, a *qualificação do acusado* e as partes envolvidas, bem como as testemunhas por elas arroladas são interrogados. O sumário termina com o cumprimento de todas essas fases, quando a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia, dependendo da época) considerar que existem informações suficientes para pronunciar o acusado. Caso não existam, ou caso o juiz municipal não aceite as acusações, o processo é encerrado¹⁴.

O relatório se refere a primeira etapa, quando realizado o inquérito policial. A comissão de inquérito inicia o texto do livro com uma introdução intitulada *Pródromos da rebelião*, na qual foram apresentados os envolvidos nos eventos que antecederam o Levante Paulista. As partes seguintes são intituladas: Explosão da rebelião, A resistência, Aviação revoltosa, Os indiciados, Cooperação dos estrangeiros, Estatística (referente a capital), Ação no interior do estado, Conclusão e Índice. Nas 263 páginas do livro, *Ação no interior* ocupou a maior parte do texto, iniciando na página 81 e terminando na página 262. Nessa parte estão os indiciados, com uma breve descrição de suas ações e indicação de páginas e volumes nos quais foram mencionados no inquérito, ordenados de acordo com as ocorrências em cada cidade. O relatório, portanto, elaborado nessa fase inicial do processo, foi um resumo do andamento do inquérito e produziu um conteúdo sistematizado sobre as ações dos tenentistas, já quase antecipando, ao menos textualmente, alguns dos julgamentos.

Logo no início do relatório está explícita a intenção de difundir parte das informações do inquérito e precaver a população sobre os anseios de poder que permaneceriam nos tenentes. Na parte intitulada *Pródromos da rebelião*, os relatores da comissão de inquérito afirmaram que “Não se apagará da mente doentia desses maus brasileiros a ideia de dominar a nação, submetendo-a a ditadura de meia dúzia de militares sem tradições, sem popularidade e conseqüentemente, sem autoridade para lances dessa natureza”¹⁵. Esse trecho revela o cuidado diante da instabilidade que aquela situação suscitava. Compreendo que precaver os leitores da probabilidade de continuidade do

¹⁴ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 122. (Grifos da autora).

¹⁵ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 8.

movimento reforçava o valor do trabalho da comissão, que visava cumprir os trâmites para apurar os culpados para frear os impactos daquele movimento. A reincidente tentativa de fazer uma revolução possibilitava prever que aqueles homens envolvidos na Revolta dos 18 do Forte em Copacabana em 1922 e que retornaram reestruturados em 1924, não deixariam de intervir na política tão facilmente.

Naquele momento, Abílio de Noronha era considerado um conspirador tenentista e, portanto, se encontrava numa situação parecida com a de Cabanas. O adjetivo de “mau brasileiro” trazido no texto *Pródromos da rebelião* foi metaforicamente aplicado a Abílio de Noronha e a João Cabanas. O relatório não se refere direta ou somente a eles, mas se aplicava a todos que, no entendimento da comissão de inquérito, corroboraram com as ações dos tenentes. Eram eles considerados homens carentes de valores que lhes dessem a legítima “autoridade” para atuar politicamente. Chamo a atenção para a própria intenção do relatório em desautorizar as práticas dos acusados. O impedimento a esses homens era construído na narrativa proposta naquele material, e o relatório oferecia para a população uma leitura negativa sobre Cabanas e Abílio de Noronha, antecipando o próprio julgamento.

Aquela argumentação em torno da legítima autoridade para ações políticas passou pela construção de um modelo de militar/cidadão. Segundo a narrativa do relatório, o bom militar não se opunha ao governo e era eficiente na manutenção da ordem para com seus subordinados. Por isso, Abílio de Noronha não se encaixaria nesse perfil, pois havia criticado técnicas de militares legalistas na defesa da cidade de São Paulo e não teria garantido a sua segurança, “deixando-se prender”¹⁶ pelos tenentes. Foi acusado de negligenciar indícios de que o Levante estava sendo organizado, e depois até de ser conivente com o movimento.

Abílio de Noronha apareceu como um dos militares de grande destaque no relatório, também em razão do posto ocupado por ele e sua função de comando no combate ao Levante. Contudo, é acusado de não se portar de acordo com o cargo e de se manter inerte diante da ameaça de revolta, o texto explora a linguagem jurídica ao expressar que “não lhe era lícito ficar indiferente, antes e no decurso dos sucessos, assistindo impassível à insana investida de seus comandados”¹⁷. O general do Exército,

¹⁶ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 59.

¹⁷ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 1.

portanto, assumia uma atitude ilícita por negligenciar indícios da conspiração e por ter subordinados aderindo ao movimento¹⁸. O relatório citou *Narrando a Verdade* e fez alusão aos documentos compilados no livro, evidenciando que o material foi cuidadosamente lido e avaliado por aqueles que se ocupavam do inquérito. Conforme o relatório,

No seu recente livro *Narrando a Verdade*, excluídas as demasias que a longa investigação criminal constante dos inquéritos categoricamente desmente, encontramos a prova da sua atitude comprometedora. Ali está estampada a carta do Marechal Carneiro da Fontoura, chefe de polícia do Distrito Federal, que o avisa do plano sedicioso, concitando-o amistosamente a que abraze os olhos; mas o Marechal fechou os de vez e mergulhou os seus bordados no agitado mar da rebeldia¹⁹.

Essa carta tem cópia anexada entre as páginas 98 e 99 do livro *Narrando a Verdade*. No contexto em que é apresentada no livro, figura como prova do trabalho de Abílio de Noronha em alertar sobre a provável conspiração. Segundo ele, no mesmo dia que recebeu a carta, dirigiu-se ao Palácio e comunicou o presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, que teria lhe respondido para “ficar tranquilo, porque durante seu governo não haveria nenhuma perturbação da ordem em São Paulo”²⁰. O mesmo texto, portanto, é apresentado com sentidos opostos. A carta de Fontoura basicamente comprova que o general recebeu um alerta sobre o movimento, mas ao ser realocado em outros espaços, ganha status de prova que o incrimina ou inocenta. No livro *Movimento Subversivo de Julho*, a função da carta é mostrar que Abílio de Noronha tinha conhecimento da conspiração e negligenciou a informação. No livro *Narrando a Verdade*, a carta serviu para introduzir a narrativa na qual o autor se defendeu da acusação explanando a prova - no caso, a carta - e afirmou ter procurado naquele mesmo dia o presidente do Estado. Assim, há uma transferência (pelo menos textual) dessa responsabilidade imputada a Abílio de Noronha. Discursivamente, a negligência ou mesmo a incapacidade de conter os tenentistas é dividida com uma autoridade maior, no caso, Washington Luís.

¹⁸ No relatório o coronel Domingos Quirino Ferreira, comandante da Força Pública de São Paulo que foi preso pelos tenentes, também foi acusado de incompetência para exercer sua função. Mas, não recaiu sobre ele a acusação de convivência com o movimento.

¹⁹ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 11-12.

²⁰ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, p. 98.

Além desse aviso, o general teria sido alertado na madrugada que antecedeu o Levante Paulista. A informação que era conhecida através dos jornais e pelo afastamento de Abílio de Noronha do cargo consta no relatório, conforme segue:

O general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, também foi avisado, pela madrugada, do levante do 4º batalhão de caçadores, de Sant'Ana, e para lá partira de automóvel; inteirado do que ocorrera e ao invés de reunir a maioria da unidade que lá permanecia, num total de mais de cem praças, e a sua frente iniciar a reação, veio ter ao quartel da Luz, desacompanhado de força, e, de passagem, penetrou no quartel do 4º batalhão, determinando que os soldados do Exército, que montavam guarda, se retirassem; a seguir partiu para o Corpo Escola, pouco distante e, sendo preso pelos tenentes Gwyer e Afilhado e pelos capitães Juarez e Joaquim Távora, dirigentes das guarnições rebeldes²¹.

A falta de precaução indicada no trecho acima reforçava o argumento de que Abílio de Noronha facilitou para que os tenentes executassem seu plano, acusação essa negada veementemente pelo general.

Na parte do relatório em que há um resumo sobre os indiciados, novamente encontro um conjunto de palavras propício para detalhar aos leitores a ação da comissão de inquérito, bem como as características de Abílio de Noronha que faziam dele, de acordo com o relatório, merecedor de condenação. Segue a parte do relatório reafirmando que o general era culpado por ter sido prisioneiro dos tenentes:

Já frisamos, embora ligeiramente, que atitude do general Abílio de Noronha denunciava franco apoio a rebeldia e não nos é lícito silenciar a respeito de um dos fatos, concludentemente apurado, que gera **convicção** de que o comandante da 2ª Região Militar está **irmanado** aos rebeldes e com eles fazia causa comum.

No dia cinco de julho, o general era preso em condições que desabonavam a sua **argúcia** e **atilamento**; a narrativa do ocorrido importa na conclusão de que o chefe das forças militares de São Paulo **se deixou prender**, provocando ele próprio essa situação. Recolhido ao Corpo Escola, ali permaneceu detido, juntamente com os demais prisioneiros²².

Ao dizer que “não nos é lícito silenciar a respeito dos fatos” os relatores objetivam transmitir a ideia de compromisso com a justiça e com a verdade, afinal, esses fatos

²¹ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 30.

²² Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 59. (Grifos meus).

havia sido apurados. As condições de sua prisão serviam de aval para questionar o seu comportamento como militar, já que se mostrou desprovido de astúcia para antever aquela situação. O relatório do inquérito direciona ao entendimento de que o general seria culpado. Ao menos em 1925, ainda que sob a vigência do frágil Código Penal de 1890, cujo texto fora reformulado às pressas para atender as necessidades da República, a “convicção” não serviu de argumento diante da Justiça. Mas Abílio de Noronha sabia, assim como sabemos atualmente, do poder de convencimento para com a opinião pública de uma convicção formulada pela Justiça ou seus representantes. Mais que isso, o general presumia os efeitos prolongados daquela imagem que se fazia dele. Diante desse cenário, continuou sua intenção de intervir na história e preparou o livro *O resto da verdade*. As conclusões de que foi negligente em sua função militar, efetivamente, não foram suficientes para que o general fosse indiciado. Em sua dissertação de mestrado em história, Francisco Moacir Assunção Filho citou um outro relatório, elaborado após a apreciação do juiz Washington de Oliveira:

O Relatório Geral do Inquérito, assinado pelo procurador criminal da República Carlos de Costa e dirigido pelo juiz federal Washington de Oliveira, cita um total de 702 pessoas (outras 16 foram acrescentadas depois) para ser juntado ao inquérito, já em curso, sobre a sedição. Formalmente concluído em 27 de junho de 1925, o inquérito recomendava o indiciamento de 688, já que 30 dos nomes eram repetidos. Foram pronunciados como "cabeças" do movimento 19 pessoas e 100 como coautores. Para 569, no entanto, não houve condições de denúncia, porque o procurador criminal não obteve elementos nestes casos. O entendimento do supremo tribunal federal (STF) só considerava puníveis com autores de crimes que efetivamente, de acordo com o artigo 18, tivessem "concorrido com proteção aos revoltosos, auxílio sem o qual o crime não seria cometido"²³.

Abílio de Noronha estava entre as 569 pessoas para as quais não havia condição de denúncia, um número bastante expressivo para os quais não foi possível atribuir crimes de acordo com o Código Penal.

O relatório segue dizendo que major Antônio Barbosa da Silva, da Força Pública²⁴, que foi feito prisioneiro junto com Abílio de Noronha, reuniu um pelotão de

²³ ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. 1924 - Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas. **Dissertação** (Mestrado em História). São Paulo: 2014. 181 f, p. 95.

²⁴ “O pânico suscitado pela rebelião militar provocou uma devassa nas fileiras da Força Pública. Foram expulsos da tropa todos os oficiais e praças suspeitos de participar da sublevação. O contingente da Força foi drasticamente reduzido de 14.079 para 8 mil praças. Os soldados leais, entretanto, foram homenageados

50 homens e tentou libertar Abílio de Noronha, porém, o mesmo não aceitou. Em *Narrando a Verdade*, o general contestou a forma como se sucedeu esse acontecimento:

A meia noite do dia 5, quando repousávamos em companhia dos nossos oficiais, fomos despertados por um capitão da Força Pública que se fazia acompanhar do comandante da guarda. Não havia luz no aposento, visto a energia elétrica ter sido cortada. A luz de um fósforo, não nos foi possível distinguir a fisionomia desse oficial que nos declarou estar com 50 praças prontas para nos acompanhar, sem dizer para onde. Pensando com justa razão tratar-se de uma cilada visando nos conduzir para o quartel do 1º Batalhão da Força Pública, respondemos a esse oficial que: - 'já tínhamos declarado que dali não sairíamos'. O oficial em questão se retirou e o resto da noite passou sem outro incidente digno de nota²⁵

Para a acusação que havia sido determinante em seu afastamento do Exército por não ter aceitado ajuda para se libertar da prisão efetuada pelos tenentistas, Abílio de Noronha lançou mão de um recurso muito interessante. Se ele estava em suspeição, imputou ao major Antônio Barbosa da Silva a mesma condição. Como poderia saber de que lado o major lutava? E se fosse uma emboscada? Apesar do esforço visível no relatório para incriminar Abílio de Noronha, o juiz federal Washington de Oliveira o considerou impronunciado em 1925, e seu segundo livro já foi publicado nesta nova condição. Para o juiz, as provas contra ele eram insuficientes, e não era possível enquadrá-lo de acordo com o Código Penal. As ações dele não indicavam que tivesse oferecido proteção aos tenentes. Restava, entretanto, para Noronha, reparar a sua imagem pública e se consolidar como um dos portadores da verdade.

Sentindo-se encurralados pelas acusações que sofreram, Abílio de Noronha e Cabanas prestaram seus testemunhos para a história por meio de seus livros. A historiadora Eugênia Meyer no artigo *O fim da Memória*, partindo da experiência de entrevistar partícipes da Revolução Mexicana, assim problematizou o lugar do testemunho:

Certamente, o testemunho individual é, por definição, subjetivo; não escapa à nossa atenção que, por isso, ele é também parcial, em algumas ocasiões até partidarista e volúvel. Igualmente, isso requer de antemão

com a medalha da legalidade”. MARTINS, Marcelo Tadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República velha 1889 1930. **Tese** (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo, 2012, 319 f., p. 72.

²⁵ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, p. 64-65.

a cautela com que deve ser conduzido esse material: o esquecimento voluntário ou involuntário, a difícilíssima reconstrução de certos fatos passados, que constituem elementos cuja natureza é conveniente estudar com discrição e prudência.²⁶

Nesse complexo processo subjetivo, algo em comum parece prevalecer. Há provas iguais usadas para a defesa e para a acusação, alterando, como visto, o sentido conferido a elas. Cumprido o processo de estabelecimento dos fatos, o empenho de Abílio de Noronha e Cabanas recaía no processo de dar sentido ao passado. Sobre isto, conforme Todorov:

O estabelecimento dos fatos pode ser definitivo, ao passo que a significação deles é construída pelo sujeito do discurso e, portanto, suscetível de mudar. A atestação de um fato é verdadeira ou falsa. Uma interpretação dos fatos pode ser insustentável e, portanto, refutável, mas não possui, no extremo oposto, um limiar superior.²⁷

Os fatos e os sentidos propostos a eles em outros espaços não impediram os autores de compartilhar sentidos propostos por eles. Isso foi potencializado em seus textos porque esses sentidos versavam sobre as suas condutas e tinham implicações jurídicas. Os esforços de Abílio de Noronha e Cabanas sem dúvida precisam ser avaliados levando em conta que escreveram enquanto enfrentavam problemas com a Justiça. Buscando o estabelecimento dos fatos, reivindicaram para si o direito de falar sobre a história da qual eram personagens. Mas, foi na construção de sentidos que se deu o esforço maior dos trabalhos de Cabanas e Abílio de Noronha. Aqui, a vida do passado no presente se refere à temporalidade em que os livros foram lançados. Era um passado recente, a partir do qual os acontecimentos foram rememorados e reelaborados.

Analisando a participação de João Cabanas, o relatório é condizente com as afirmações dele de não envolvimento na preparação do Levante Paulista, conforme expôs posteriormente em seu livro. Os oficiais da Força Pública indiciados como partícipes até o dia 5 de julho de 1924 foram os “tenentes Thales do Prado Marcondes, Arlindo de Oliveira, Otaviano Gonçalves da Silva e João Batista Nitrini, todos do regimento de cavalaria e o capitão Índio do Brasil, do 4º batalhão”²⁸. Esses oficiais, que haviam entrado

²⁶ MEYER, Eugenia. O fim da memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 31-44, set. 2009. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1543>>. Acesso em: 20 Abr. 2020, p. 39.

²⁷ TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002, p. 145.

²⁸ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 10.

"de corpo e alma", são assim elencados para diferenciar quem eram os conspiradores e quem entrou no movimento posteriormente. Isso importava porque no Código Penal de 1890, vigente na época, em seu artigo 39º, que trata das circunstâncias agravantes, o parágrafo segundo determinava como agravante: "Ter sido o crime cometido com premeditação, mediante a deliberação criminosa e a execução no espaço, pelo menos, de 24 horas"²⁹. Isso, contudo, não excluiu a indicação de outros crimes, e a primeira menção a Cabanas no relatório mostra que ele foi destacado para ocupar a Estação da Luz³⁰.

No relatório, João Cabanas é descrito, assim como nos jornais governistas, como um homem de caráter e práticas violentas. Em Campinas ele teria procedido da seguinte maneira:

Chegou no dia 18 com uma coluna para enfrentar as forças legais, e no mesmo dia mandou cortar as linhas telegráficas da companhia Mogiana e guarnecer a respectiva repartição, ao mesmo tempo que, em público, **ameaçou mandar fuzilar sumariamente** qualquer empregado desleal a rebelião, e que o abandono dos postos seria considerado deslealdade. Fez imposições sobre o tráfego de trens à companhia paulista.³¹

No trecho acima aparece um dos principais traços que norteou a construção da imagem de Cabanas: a violência. A ilegalidade de levantar qualquer bandeira contra o regime instituído e a coerção pretendida com as ameaças, bem como as depredações e apropriação de bens, rendeu a Cabanas, junto aos legalistas, as narrativas depreciadoras. Conforme o relatório, afirmou que se os funcionários da estrada Mogiana abandonassem o posto, seriam considerados desleais. Para Cabanas, os trabalhadores da estrada de ferro agiriam como traidores da pátria, passíveis de fuzilamento, caso não cooperassem com a luta dos tenentes. A violência estava assim autorizada, porque Cabanas relativiza a violência afirmando que a causa pela qual lutava estava acima de quaisquer outros princípios.

Sobre a cidade de Amparo, São Paulo, o relatório informa que Cabanas, "comandando uma força de cerca de 200 homens, tomou militarmente a cidade, apoderou-se da cadeia, soltou presos, forçou a adesão do destacamento, fez requisições e praticou

²⁹ BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: abril de 2020.

³⁰ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 31.

³¹ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 98. (Grifos meus).

inúmeras violências"³². Apontado como "um dos mais conhecidos chefes do movimento sedicioso"³³, a soltura dos presos era um dos fatos que contribuía para uma imagem pejorativa do tenente. No artigo 137 do Código Penal de 1890, estava previsto como crime a soltura de presos cuja condição tenha sido legalmente posta. Como advogado de formação, não era a falta de conhecimento o motivo para proceder de tal maneira. O tenente tinha conhecimento dos efeitos de suas práticas e das possíveis consequências, contudo, ao se posicionar politicamente reivindicando a pauta tenentista, agia de acordo com sua própria lei.

Cabanas foi citado trinta e duas vezes no relatório, no qual é considerado “um dos mais indignos revoltosos”³⁴. Isto é escrito em trecho que relata a passagem de Cabanas por Avaré – SP, onde saqueou a agência da estação. Ou seja, além da alcunha, por si só negativa, de revoltoso contra a República e a ordem, se acrescenta outro adjetivo negativo, o de indigno. Percebo que a depreciação de Cabanas não se restringia aos termos para o enquadramento dos crimes contra a República, e acrescentava termos não passíveis de punição. Ser indigno não era crime, mas evidenciar essa característica para o tenente expressava aos leitores uma caracterização de cunho moral que reforçava o apelo pela condenação. No trecho a seguir, após a breve definição de quem era Cabanas, o relatório informava da seguinte maneira:

Segundo tenente do Regimento de Cavalaria da Força Pública do Estado. Foi a **figura sinistra** da retirada. Comandando o último comboio das forças em fuga - que ficou alcunhado "**o trem da morte**" - ia praticando **danificações** na linha, com objetivos militares, mas, sobretudo, e acometendo as maiores **depredações e extorsões**, incitando o grupo de soldados que guiava, a praticar toda a espécie de **selvageria**. É o autor de incêndios e **roubos** verificados em Manduri; foi o continuador dos **danos vultuosos** levados a efeito em Cardoso de Almeida. Em Santa Lina chegou ao **assassinato** e as maiores **indignidades** contra os lares dos colonos, esse **grupo assolador**. As referências registram a espantosa atuação desse **grande delinquente**. Por isso, ascendeu rapidamente de posto, pois já aparece em Presidente Prudente com as insígnias de major. É também de seu punho a requisição feita em Ipaussú. Figuram ainda nos autos, duas requisições

³² Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 111.

³³ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 114.

³⁴ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 238.

suas, feitas em São Manuel e ainda uma terceira apresentada em Rubião Júnior.³⁵

As acusações sobre Cabanas no relatório – reforçadas pelo uso de diversos substantivos e adjetivos negativos, acima grifados - atribuem a ele a responsabilidade pelos atos de seus comandados. Na representação elaborada para Cabanas, os sentidos propostos a seus atos o definem como um “delinquente”, que mata, rouba e destrói o patrimônio. Chama a atenção, por exemplo, a estrutura da seguinte frase: “Em Santa Lina chegou ao assassinato e as maiores indignidades contra os lares dos colonos, esse grupo assolador”. Primeiro vem a acusação de assassinato, e somente depois a indicação de que o crime foi cometido pelo grupo. Posto dessa forma, noto que Cabanas, neste relatório, aparece personificando a prática de violência de todo um grupo que era responsável por manter a retaguarda dos tenentes.

Cabanas, o comandante do “trem da morte” teve lugar de destaque nas narrativas dos legalistas no relatório. Sobre sua passagem por Rio Claro, São Paulo, o relatório diz o seguinte: “Tenente da Força Pública de São Paulo, foi um dos mais temíveis elementos da rebelião. Sem escrúpulos algum praticou os atos mais indignos que registrará a história do período revolucionário. Em Rio Claro, Cabanas assaltou as coletorias”³⁶. Nesta caracterização, foram usados também superlativos para representar Cabanas, intensificando-se assim, ainda mais a sua depreciação – “um dos mais temíveis”, “atos mais indignos”.

Os membros da comissão de inquérito, ao continuarem chamando Cabanas de tenente, não reconheceram o título de major dado a ele pelos tenentistas. Em *A Coluna da Morte*, apesar de informar suas ascensões de posto concedidas naquele momento de exceção, Cabanas se apresentou como comandante da Coluna da Morte, ocupando o posto de tenente. O título de seu livro exemplifica isso: *A Coluna da Morte sob o comando do tenente Cabanas*, pois foi publicado depois que o movimento se dissolveu e, assim, tornaram-se sem efeito as ascensões de posto proclamadas pelos tenentistas.

Cabanas foi protagonista de depredações, ameaças e assassinatos durante o Levante Paulista. Mas o inquérito o apontava, assim como aos demais, como participante de crimes contra a República, contra a ordem estabelecida pelo regime em vigência desde

³⁵ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 254. (Grifos da autora).

³⁶ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 132.

1889. Na parte do relatório com o título *Explosão da rebelião*, o primeiro parágrafo diz o seguinte:

Assentadas as bases do grande movimento militar, cujo eixo seria a capital de São Paulo, irradiando-se pelo centro e sul do Brasil, visando a posse do Rio de Janeiro, seguida da prisão do dr. Arthur Bernardes, presidente da República, da dissolução do parlamento e da implantação de um triunvirato, para reger os destinos do país, fazendo dele parte dois militares, fixaram afinal os implicados, após longas cogitações e entendimentos, a data de 5 de julho para o seu início³⁷.

De acordo com o Código Penal e as acusações do relatório, Cabanas era um criminoso e, dentre tantos outros acusados, é tachado como um dos piores. O resultado do processo saiu nos jornais. Em julho de 1927 o *Correio Paulistano* anunciou a sentença do juiz federal da 1ª Vara da seção de São Paulo Washington Oliveira, que condenou, dentre outros acusados, João Cabanas a dois anos de reclusão. Estariam os condenados "incursos na sanção do artigo 111, combinado com os artigos 13 e 63 do Código Penal"³⁸. O crime do artigo 111 é definido no Código Penal de 1890 assim:

Opor-se alguém, diretamente e por fatos, ao livre exercício dos poderes executivo e judiciário federal, ou dos Estados, no tocante às suas atribuições constitucionais; obstar ou impedir, por qualquer modo, o efeito das determinações desses poderes que forem conformes à constituição e às leis³⁹.

Tratava-se, portanto, de crime de atentado contra o livre exercício do poder político. O conteúdo do artigo 13 definia o que era considerado crime: "Haverá tentativa de crime sempre que, com intenção de cometê-lo, executar alguém atos exteriores que, pela sua relação direta com o fato punível, constituam começo de execução, e esta não tiver lugar por circunstâncias independentes da vontade do criminoso"⁴⁰. O artigo 63 trata das penas e de sua execução, e determina que "A tentativa do crime, a que não estiver imposta pena especial, será punida com as penas do crime, menos a terça parte em cada

³⁷ Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 19.

³⁸ A Revolução de 1924. **Correio Paulistano**. São Paulo: Edição 22949, Ano 1927, segunda-feira, 11 de julho de 1927, p. 4.

³⁹ BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: abril de 2020.

⁴⁰ BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: abril de 2020.

um dos graus".⁴¹ Cabanas foi preso logo ao retornar do exílio, em 1927, mas acabou pagando fiança e não cumpriu pena.

Na conclusão, a comissão de inquérito reforçou o empenho empreendido naquele trabalho com a seguinte afirmativa:

O presente relatório abrange, como se vê no seu contexto, o estudo exaustivo do que se passou em mais de uma centena de localidades e, portanto não comportava análise completa, do que há nos autos. Todavia, em seus rapidíssimos conceitos sobre cada indiciado, foi escrupuloso na verificação rigorosa da prova.⁴²

Ao reafirmar todo o trabalho da polícia, a comissão de inquérito pretendia passar ao público, no livro, a credibilidade dos ritos seguidos na investigação. Informar, naquele momento, sobre o andamento das investigações, cumpria a função para a qual Keila Grinberg chama a atenção, a de fazer dos processos mecanismos de controle social:

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão⁴³.

No relatório do inquérito, a publicidade dada às etapas que antecederam o processo também funcionou como mecanismo de controle social. Informar sobre a conduta de Cabanas e Noronha, por exemplo, consistia em uma tentativa de criar uma imagem depreciativa de suas ações. A escrita dos livros dos acusados implicou em reflexão intelectual e posicionamento político. Noto que os eventos debatidos nos jornais, nos livros e mesmo no relatório do inquérito são em geral os mesmos, o que muda é a ação política assumida por esses diferentes personagens e o esforço em se reposicionar após os eventos de 1924, propondo sentidos para as suas atuações.

Outro tempo se desenhava com o desfecho do Levante em São Paulo. As narrativas sobre o Levante não estavam destinadas apenas a cumprir um papel naquele

⁴¹ BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: abril de 2020.

⁴² Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925, p. 262.

⁴³ GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 122.

instante, projetavam um futuro. No relatório, a narrativa sobre o passado evidencia disputas pela memória efetivadas em diferentes espaços de expressão de ideias. O relatório investia na construção dos sentidos e ainda projetava elementos para o julgamento dos nomes ali expostos. Ao impor inúmeros adjetivos depreciativos aos indiciados, o relatório buscou atribuir sentidos ao passado recente e também marcar a posição dos escritores. Esse mesmo movimento pode ser observado nos livros de Noronha e Cabanas, publicados depois do livro *Movimento Subversivo de Julho*.

2.2 Os militares de 1924 e escrita da história: a repercussão de livros sobre o Levante Paulista na imprensa

Na disputa pelo estabelecimento dos fatos, o Estado, representado pela Polícia e pela Justiça, construiu narrativas que pesavam sobre Cabanas e Abílio de Noronha. Eles, que já não representavam oficialmente nenhuma instituição - estando Abílio de Noronha afastado do Exército e Cabanas no exílio - recorreram a si próprios na empreitada de reaver suas imagens redigindo os livros *Narrando a Verdade* (1924), *O resto da Verdade* (1925) e *A Coluna da Morte* (1926).

O conteúdo dos livros chegou aos leitores dos jornais de diferentes formas: anúncios de venda, críticas literárias, publicações de partes do texto. Trechos foram citados até mesmo em discursos na Câmara dos Deputados, sendo posteriormente reproduzidos nos jornais. Neste suporte, as palavras presentes nos livros mudaram de lugar e, de acordo com a posição política dos jornais, os conteúdos e intencionalidades de seus autores foram resignificados. As notícias e anúncios em periódicos foram o principal meio pelo qual os leitores tiveram o primeiro contato com os livros. Por isso, analiso as apreciações da imprensa a esses livros, especificamente o *Correio Paulistano*, *O Combate*, ambos de São Paulo, e *O Paiz* e *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro.

Os livros, cartas e notícias sobre os envolvidos no Levante Paulista eram assuntos publicados na imprensa, às vezes até estampados em manchetes em primeira página. A exemplo disso, a respeito da recepção do livro *A Coluna da Morte* nos primeiros anos de circulação, a *Revista da Semana*⁴⁴ do Rio de Janeiro destacou que em 1927 os livros de maior sucesso nas livrarias eram os de “literatura revolucionária”, termo utilizado para designar os livros sobre os conflitos entre tenentistas e legalistas. O assunto mobilizava a produção por partícipes desses conflitos, gerando um volumoso material sobre aquele

⁴⁴ Vida Literária. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro: Edição B00002, 1927, p. 20.

momento. A *Revista da Semana* citou os livros de autoria de Cabanas e de outros dois revolucionários ligados ao tenentismo, a saber, *História de uma covardia*, de Maurício Lacerda⁴⁵ e *A margem de um Depoimento*, de Juarez Távora⁴⁶. Os legalistas também publicaram seus livros obtendo sucesso de vendas, como atesta o caso de Abílio de Noronha que teria vendido, somente na primeira semana, segundo o jornal *Correio Paulistano*, 20 mil exemplares de *Narrando a Verdade*⁴⁷.

Com diferentes posicionamentos políticos, os militares se dedicaram a escrever sobre história há muito tempo. Em seu estudo sobre militares que escreveram sobre a guerra do Contestado (1912-1916), o historiador Rogério Rosa Rodrigues esclarece que nas primeiras décadas do século XX, não existiam fronteiras muito claras entre o trabalho de escritores, jornalistas, literatos, advogados⁴⁸. Assim, era possível reivindicar um lugar de historiador, mesmo que esses autores militares não se ocupassem prioritariamente desse ofício. Rodrigues estudou autores militares que se faziam valer de metodologias utilizadas pela História para escrever. O autor criou um termo para designar os militares que se debruçaram em arquivos para escrever a história da Guerra do Contestado (1912-1916), chamando-os de “historiadores de farda”. Conforme Rodrigues:

Os historiadores de farda eram intelectuais. Como quase todas as outras categorias, eram também representantes do mundo em que viviam. Suas ideias atravessavam as barreiras institucionais, ao imiscuir-se nos debates nacionalistas, políticos e sociais do seu tempo – e não apenas

⁴⁵ Maurício Lacerda era formado em direito e chegou a ser deputado pelo Partido Republicano Fluminense no Rio de Janeiro, mas foi expulso em função de seu forte vínculo com operários. Participou das Revoltas Tenentistas em 1922 e 1924, nesse último ano assumindo a função de buscar apoio de políticos civis e do movimento operário. Essas informações sobre Maurício Lacerda encontram-se em ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 23/09/2019.

⁴⁶ Juarez Távora foi um dos principais líderes do tenentismo. Atuante desde 1922, esteve a frente do Levante Paulista, integrou a Coluna Paulista e a Coluna Miguel Costa-Prestes. Para saber mais sobre a trajetória de Juarez Távora, ver ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 23/09/2019. Sobre os livros citados, a revista não acrescentou outras informações.

⁴⁷ Contribuição desnecessária. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22032, quinta-feira, 27 de novembro de 1924, p. 4.

⁴⁸ Segundo escreve o autor: "Outra questão que merece destaque é o fato de que a História está se profissionalizando no Brasil no momento da produção dos historiadores de farda, acerca da atuação militar na Guerra do Contestado. Não temos nesse período ainda uma firmada separação entre os intelectuais e o Estado, ao menos entre os que se dedicam à História; tampouco entre a História e o jornalismo, uma vez que muitos historiadores, assim considerados pelo suplemento literário de Autores e Livros e pela revista *Cultura Política* – ambas em circulação entre 1941-1945 –, analisados por Ângela de Castro Gomes (1996), iniciaram suas atividades intelectuais nas páginas dos jornais, tal como José de Alencar, João Francisco Lisboa, João Ribeiro e Gonçalves de Magalhães". RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, p.101-102.

no atinente ao mundo militar –, mas também eram representativas da instituição à qual estavam ligados. As obras dos historiadores de farda são, desse modo, produções situadas numa encruzilhada, pois apontam para várias direções: as trilhas do jornalismo, da história, do oficial do Exército, do literato, do cientista político e do etnógrafo. Uma produção de fronteira, sem dúvida, mas não alheia às demais produções intelectuais do seu próprio tempo.⁴⁹

O tenente João Cabanas e o general Abílio de Noronha “atravessaram as barreiras institucionais” do Exército e da Polícia, respectivamente, ao exercerem a função de autores. Em decorrência disso, criaram também interação com os jornais que, por meio das notícias de seus livros, os colocavam em diálogo - direto ou indireto - com o seu público leitor. Não foram eles historiadores, pois não atendiam ao critério de se dedicarem à pesquisa em acervos documentais com o objetivo de escrever história como conhecimento científico. Abílio de Noronha até usou de documentos pessoais para provar as informações que transmitia por seu livro, ainda assim, não realizou um trabalho equivalente ao dos historiadores de farda citados por Rodrigues. Entretanto, essa reflexão instiga a observar a produção dos autores aqui analisados na “encruzilhada” de trilhas apontada pelo autor.

Ambos compartilhavam o fato de precisarem defender suas reputações e imagens. Tanto Cabanas como Noronha haviam protagonizado os eventos sobre os quais escreviam na condição de líderes, um tenente revoltoso, outro general legalista. Baseavam-se, portanto, em suas experiências na construção de narrativas que também eram narrativas de memória. E ao terem sido protagonistas, testemunhas e indiciados no inquérito, suas narrativas concorrem com as representações sobre o Levante no espaço público. Segundo Todorov, no discurso da testemunha é o interesse do indivíduo que preside à construção da imagem de si mesmo⁵⁰.

Na latente disputa pela memória sobre os acontecimentos recentes, Abílio de Noronha e João Cabanas escrevem sobre história com base em seus testemunhos - já que a verdade que advogavam era fundamentada no fato de terem participado diretamente dos eventos - e não no exercício do ofício de historiador. Sobre isso, é importante situar, do ponto de vista teórico, a diferença entre a verdade reivindicada pelos autores que eram testemunhas oculares e protagonistas das histórias que contavam - e a verdade histórica,

⁴⁹ RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. *Tese* (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. p.104.

⁵⁰ TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX. São Paulo: ARX, 2002, p. 151.

com a qual trabalham os historiadores. No livro *História e Verdade*, Adam Schaff afirma que “(...) a verdade histórica, se bem que relativa, é sempre uma verdade objetiva na medida em que reflete, representa a realidade objetiva”⁵¹. Esse argumento de Schaff chama a atenção para a particularidade da verdade histórica, que sendo uma verdade que representa a realidade objetiva, não está em oposição à subjetividade das fontes, nem à subjetividade dos historiadores, pois se assume que a subjetividade presente na verdade histórica compõe a própria objetividade, que parte de uma realidade objetiva. Nos livros de Cabanas e Noronha não houve o esforço sistemático de uso de métodos caros à disciplina histórica. Eles estavam interessados em deixar um testemunho útil para a história como acontecimento, experiência vivida e narrativa exemplar para o futuro.

Os autores projetaram uma expectativa de futuro - tendo como finalidade mais imediata o processo -, para o qual tinham a esperança de que seus livros servissem como material no qual havia sido impressa a verdade sobre os acontecimentos, tentando assim formar sua posição como autêntica, empurrando a versão dos opositores para a margem. Na época, o predomínio de uma visão positivista da história levava ao centro das discussões a ideia de verdade. Imersos nessa perspectiva de função da história, os autores atribuíam a si próprios serem portadores das condições ideais para levar ao público a verdade.

Enquanto em aspectos militares a Revolução de 1924 ou o Levante Paulista teve continuidade com a Coluna Prestes, a disputa política se estendeu para o espaço da escrita. Cabanas e Abílio de Noronha levaram ao público suas produções e os jornais governistas se valeram da crítica literária para desqualificar narrativas de seus opositores, pretendendo convencer os leitores de que aquelas narrativas não eram válidas. As críticas sofridas por eles atendiam às especificidades de cada um, sendo Cabanas um combatente tenentista e Noronha, um legalista autodeclarado, mas acusado de agir em prol dos tenentes.

No final de novembro de 1924, o *Correio Paulistano* publicou em seu editorial uma crítica ao livro *Narrando a Verdade* expressa já no título *Contribuição desnecessária*. Abílio de Noronha teria pretendido, segundo o jornal, “dar a sua contribuição para a história daqueles tristíssimos acontecimentos”, afirmação essa encontrada no próprio livro. Conforme o jornal

É o próprio autor que declara, com data do 23 do corrente, que vendeu

⁵¹ SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 303.

em uma semana 20.000 exemplares. Críticas e referências o livro já despertou várias e determinou um discurso na Câmara Federal. O sucesso literário é, pois, dos mais evidentes e incontestáveis.

Apenas não nos parece razoável apresentar, por semelhante ao sucesso, felicitações ao senhor general Abílio de Noronha, embora reconhecendo que o seu livro tem uma utilidade: a de recapitular os movimentos subversivos que nestes últimos anos tem ocorrido, mostrando como jamais tiveram eles qualquer justificativa aceitável. Sempre foram atos de baixa demagogia de espírito mazorqueiro. Fizeram vítimas inocentes, cobriram-nos de vergonha, imenso prejudicaram ao país⁵².

A utilidade do livro é reduzida ao fato de ser um testemunho sobre as ações prejudiciais dos tenentes, e ter um caráter de denúncia quanto às práticas efetivadas por eles. O *Correio Paulistano*, associado sempre à visão legalista e, mais especificamente, a dos legalistas que não estavam em suspeição, não se curvava ao sucesso de vendas do livro. O único espaço de conciliação entre o jornal e Abílio de Noronha residiu na apreciação da crítica aos tenentes, o que parece não ter sido suficiente para reaver a imagem de Noronha como defensor da legalidade.

O Deputado Federal que citou o livro em seu pronunciamento na Câmara Federal foi Vicente Ferreira da Costa Piragibe⁵³, um civil acusado por Abílio de Noronha de ter influenciado militares na Revolta da Armada em 1915. No primeiro capítulo de *Narrando a Verdade*, Abílio de Noronha escreveu o seguinte:

Pelo exposto deduz-se que o maquiavélico 'projeto-melhoria', como era chamado aquele, visando melhorar a situação dos inferiores do Exército, foi a semente da mazorca projetada, e, em ocasião bem aproveitada pelos deputados Maurício de Lacerda, Vicente Piragibe, Pedro Moacyr, Raphael Gabeda e outros.

Vendo os políticos, envolvidos na rebelião, o grande interesse que despertou na classe dos sargentos tal projeto, foram-se valendo da oportunidade e paulatinamente encorajando-os na prática da sedição. Para que esta se estendesse às corporações da Brigada Policial e dos

⁵² Contribuição desnecessária. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22032, Ano 1924, quinta-feira, 27 de novembro de 1924, p. 4.

⁵³ Vicente Piragibe foi Deputado Federal e jornalista. Cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1897. "Foi revisor de provas e secretário do jornal Cidade do Rio, dirigido por José do Patrocínio, e redator de A Imprensa, então dirigido pelo senador Rui Barbosa, e do Correio da Manhã, dirigido por Edmundo Bittencourt. Neste jornal, em que trabalhou desde o primeiro número, ocupou sucessivamente os cargos de secretário, redator-chefe e diretor interino na ausência do efetivo. Após deixar o Correio da Manhã, fundou a Folha do Dia e, posteriormente, A Época. Por conta da oposição que fazia neste último ao Partido Republicano Conservador e a seu principal representante, o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), sofreu perseguição política e foi preso por 60 dias durante o estado de sítio decretado pelo presidente no final de 1913, em retaliação às greves operárias na capital federal e outras manifestações de oposição ao governo deflagradas nos estados". SILVA, Isabel Pimentel da. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01/05/2020.

Bombeiros, apareceu imediatamente no Congresso uma emenda subscrita pelo deputado Vicente Piragibe, tornando extensivo aos inferiores da Brigada Policial os proveitos do projeto apresentado pelo deputado Maurício Lacerda⁵⁴.

Na proposição de sentidos dada por Abílio de Noronha, a Revolta da Armada teve como motivação o apoio dos deputados citados acima, e em decorrência disso aconteceram outros eventos sediciosos, como o Levante Paulista. Diante da acusação, Vicente Piragibe sugeriu para o livro o nome de *Fantasiando a Verdade*, negando assim sua associação com a Revolta da Armada. A narrativa que Noronha pretendia emplacar como testemunho para a história, Piragibe reduziu a ficção mal intencionada⁵⁵.

A prisão de Abílio de Noronha pelos tenentes no início do Levante, da qual ele próprio é considerado culpado pelo *Correio Paulistano* e pela comissão de inquérito do Processo do Levante Subversivo de 1924, o deixou em uma situação peculiar. Em sua ação política, era contra os tenentes, mas, assim como eles, precisou se defender das acusações que sofreu de seus até então colegas de farda. Para o jornal, sua inércia diante do Levante que se desenhava a sua frente lhe impediu de alcançar conquistas militares.

Na sequência do artigo *Contribuição desnecessária*, o *Correio Paulistano* defendeu os legalistas das críticas feitas por Noronha e repreendeu a postura elogiosa do autor sobre estratégias militares dos tenentes, tal como as de Isidoro Dias Lopes, um dos líderes do Levante Paulista, conforme segue:

E, quanto a ação dos defensores da legalidade, sobre o aspecto militar, merece tantas recriminações, a de Isidoro e seu bando, sob o mesmíssimo aspecto, é considerada como melhor orientada, como relativamente mais eficaz...

Nada disso está certo. Por isso, repetimos: o sucesso de venda do livro não é de molde a suscitar felicitações. Melhor fora que não tivesse vindo a lume. A história passaria muito bem sem essa contribuição.⁵⁶

Nesse trecho, o texto confere sentido ao título *Contribuição desnecessária*. Teria sido melhor Noronha manter o silêncio⁵⁷. Segundo esse texto, não havia necessidade de

⁵⁴ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 15.

⁵⁵ Para mais informações sobre a Revolta dos Sargentos de 1915, ver: SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. A Revolta dos Sargentos de 1915: memória e interpretações. In.: XIX Encontro Estadual de História da Anpuh-Rio. História do Futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020.

⁵⁶ Contribuição desnecessária. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22032, Ano 1924, quinta-feira, 27 de novembro de 1924, p. 4.

⁵⁷ Interessante observar que dias depois o *Correio Paulistano* divulgou em seus anúncios a venda do livro. "Sr J. Silveira Machado - Sapucaí - temos a informar-lhe que o livro do general Abílio de Noronha custa

tecer inoportunas críticas aos legalistas que combateram os tenentes. O autor de *Narrando a Verdade* buscou para si uma outra posição diante dos fatos. Não aceitou ser afastado de seu posto no Exército⁵⁸, nem a desconfiança com a qual precisou lidar mesmo depois de ser inocentado, muito menos o silêncio que lhe era sugerido. Partindo do princípio de que a verdade é sempre argumentada, havia para Abílio de Noronha e João Cabanas espaço para inserir novos elementos, favoráveis para si. Dar sentido aos fatos não dependia somente dos fatos, era necessário argumentar em torno deles.

Outra menção ao livro no jornal *Correio Paulistano* também foi veiculada por conta de um discurso na Câmara dos Deputados. O deputado Júlio Prestes citou a página 111 de *Narrando a Verdade*, na qual Abílio de Noronha apontava como falha a escolha do General do Exército Estanislau Pamplona de se deslocar aos Campos Elíseos, ao invés de organizar o ataque aos tenentes. Nesse local estava Carlos de Campos, o presidente do Estado de São Paulo, e por isso Abílio de Noronha considerou pouco estratégica a ação de Pamplona. Para rebater essa crítica, Júlio Prestes saiu em defesa de Pamplona e questionou a condição de produção da narrativa de Noronha. Segundo ele: “O general Abílio de Noronha presta um depoimento de prisioneiro, cujas informações eram fornecidas pelos revoltosos; o seu livro não passa de impressões de revoltosos através de seu estilo e de seu temperamento”⁵⁹. Conforme sua compreensão, as informações contidas no livro perdiam seu status de verdade, pois estavam impregnadas do olhar dos próprios tenentes, que contavam a Abílio de Noronha o que estava acontecendo. O descrédito a ser dado ao livro, assim, estava associado às condições do depoimento, que ao ser prestado por um prisioneiro, seria condicionado ao olhar dos tenentes. Esse lugar de fala, pouco honrado para um general, anularia a confiabilidade de seu livro. As críticas sobre os outros legalistas, seriam na verdade a visão dos tenentes que teria ganhado lugar nas páginas do livro de Abílio de Noronha, que apenas lhes emprestou seu estilo de escrita.

Em defesa de sua atuação militar, Abílio de Noronha dizia que sempre comunicava ao presidente do estado Carlos de Campos quando recebia avisos de suspeita de conspiração. Isso teria sido dito no livro e em uma entrevista dada pelo general a um

6\$000, com porte; o doutor Aureliano Leite, custa 6\$000, com porte, e o Sobre a Metralha 13\$000, com porte”. Seção de Informações. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22051, Ano 1924, terça-feira, 16 de dezembro de 1924, p. 4.

⁵⁸ Abílio de Noronha exerceu a função de General de Divisão de 28 de agosto de 1922 até 05 de julho de 1924. Eduardo Arthur Sócrates foi designado para substituí-lo, e Noronha não retornou ao cargo. Ver <http://www.2rm.eb.mil.br/2rm/index.php/antigos-comandantes>

⁵⁹ Os debates de ontem na Câmara dos Deputados. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22057, Ano 1924, segunda-feira, 22 de dezembro de 1924, p. 4.

jornal vespertino. Para rebater esse argumento, o *Correio Paulistano* usou as palavras do próprio autor na referida entrevista: “E ainda bem que na sua entrevista o general Abílio de Noronha iniciou frases como esta: 'É possível que a minha memória esteja um tanto enfraquecida’”.⁶⁰

Se Cabanas foi considerado pelo *Correio Paulistano* um famigerado tenente, inescrupuloso e violento, sobre Abílio de Noronha se imprimiam outras características, mas igualmente desfavoráveis perante a opinião pública. O general é representado como um militar incompetente, autor de um texto em que a visão dos próprios tenentes estaria presente e que ainda admitia a possibilidade de estar se utilizando de uma memória “um tanto enfraquecida”. Essa expressão, descontextualizada da narrativa original, expõe a relação que se tem com a memória e visa a desqualificar o livro. Ou seja, a impressão é que o jornal critica, nesse momento de disputas sobre a memória da revolta, narrativas como as de Noronha que pudessem provocar fissuras numa memória que pretendia enaltecer a vitória triunfante dos legalistas e se tornava oficial. Para tanto, estava interessada em manter a polarização - revoltosos mazorqueiros versus legalistas defensores da ordem. Na luta pela pena efetivada pelo *Correio Paulistano*, o ataque era voltado a quaisquer críticas que o governo recebia.

A memória emerge então como componente do debate público. Os interlocutores mostraram-se atentos aos efeitos sugestionados pela memória junto à opinião pública, e no *Correio Paulistano*, a frase de Noronha sobre sua memória “enfraquecida” serve para desautorizar o que dizia. Nesse caso, estava em jogo a força da expressão da memória individual com a pretensão de se construir uma memória coletiva que estava em disputa. A noção de memória coletiva proposta pelo historiador Maurice Halbwachs em seus manuscritos em 1925, publicados postumamente no livro *A memória coletiva*, consiste em uma importante contribuição sobre a interação entre memória individual e coletiva. No início do texto, Halbwachs assim trata dos testemunhos:

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora algumas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, a qual podemos sempre apelar, é a nós mesmos.⁶¹

⁶⁰ *Correio Paulistano*, São Paulo: Edição 22087, Ano 1925, quinta-feira, 22 de janeiro de 1925, p. 1.

⁶¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25.

Enquanto Cabanas e Noronha apelavam a si mesmos, associaram também às suas memórias individuais elementos da memória coletiva, afinal, em consonância com a argumentação de Halbwachs, quando o indivíduo recorre à memória, o contexto social sempre se manifesta, não sendo possível uma memória individual dissociada da coletiva. Tanto Abílio de Noronha como João Cabanas produziram livros que buscavam, no espaço de seus textos e nos confrontos em torno de suas publicações, validar seus testemunhos e manifestaram preocupações ligadas aos seus respectivos grupos sociais. Cabanas articulou sua memória autobiográfica com uma memória de um grupo - os revoltosos; e Noronha estava afinado aos legalistas, mas se manteve extremamente crítico a algumas práticas deles.

A respeito das considerações de Halbwachs sobre a memória coletiva e individual, cabe observar que os livros escritos sobre o Levante Paulista tratados aqui relacionam essas duas modalidades da memória num contexto de contestação sobre o passado. Existia, certamente, uma memória que foi veiculada pela imprensa favorável à causa legalista e ao governo republicano que intervinha no processo de expressão da memória dos autores. Eles não poderiam simplesmente desconsiderar as notícias que circulavam nos jornais, o fato de serem mencionados no relatório do processo e a opinião pública que era construída a partir disso. A memória individual é construída em fluxo com a memória coletiva, e Halbwachs esclarece que

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda conforme as relações que mantenho com os outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social⁶²

O lugar ocupado pelos autores, Cabanas e Noronha, é evidentemente atrelado às narrativas que produziram e, mais que isso, ao próprio fato de se sentirem motivados a escrever e publicar. Conforme o efeito causado por seus textos, assumiram lugares no espaço social, recorrendo aos jornais ou mesmo fazendo conferências, como fez Cabanas ao voltar do exílio. Um exemplo de repercussão da obra de Abílio de Noronha é a publicação de uma resposta a ele na forma de outro livro, intitulado, *Narrando a Verdade: resposta que a Abílio de Noronha, General, dá Adoasto de Godoy, paisano*, que foi

⁶² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990, p. 51.

noticiado pelo *Correio Paulistano* por meio da matéria *Novo livro de Adoasto de Godoy*⁶³. Nesse livro, o jornalista Godoy compilou artigos seus publicados na imprensa para fazer críticas ao livro de Abílio de Noronha⁶⁴. A dedicação em rebater o general indica o impacto de sua obra e sua relevância, e Noronha, provavelmente motivado por essa repercussão, continuou escrevendo.

Apesar da contribuição de Halbwachs para pontuar a interação entre o que o autor define como memória individual e memória coletiva, cabe considerar a análise de Michael Pollak, que em seu texto *Memória e identidade social* trata a memória como algo em disputa⁶⁵. João Cabanas, Abílio de Noronha, Adoasto Godoy, o *Correio Paulistano* e outros vivenciaram essa disputa, fazendo constantes esforços para que suas narrativas fossem validadas com o público que os lia.

O segundo livro de Abílio de Noronha, *O resto da Verdade*, não teve o mesmo alcance que o primeiro. Talvez, porque o debate mais acalorado em torno do autor havia cessado. Ele já não era mais réu, então parte do seu destino estava resolvido. A expectativa projetada no novo livro era a de aprovação social, mas a imprensa continuou retrucando o posicionamento do general, e isso com bem menos atenção do que o fez sobre *Narrando a Verdade*. Sobre *O resto da Verdade*, o *Correio Paulistano* reproduziu a notícia originalmente publicada no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, a pedido do marechal Carneiro de Fontoura, chefe de polícia do Distrito Federal.

Diz não ser verdade que tenha recebido de Abílio de Noronha convite para exercer o cargo de chefe de polícia. Diz também não ser verdade que se opôs à autoridade militar de Setembrino de Carvalho, pondera, contudo, que tinha sim divergências com o ministro da guerra na apreciação da revolução de São Paulo.

'O senhor general Abílio de Noronha, na impossibilidade de justificar o seu estranho procedimento, por ocasião daquele movimento revolucionário, procura, em vão, na intriga soez, criar

⁶³ Novo livro de Adoasto de Godoy. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22179, Ano 1925, domingo, 26 de abril de 1925, p. 24.

⁶⁴ Um exemplo dos textos de Adoasto de Godoy sobre Abílio de Noronha foi publicado no jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro. Godoy afirma que depois de desmascarar as hipocrisias do livro de Abílio de Noronha, o general também foi denunciado pela justiça federal pela sua conduta em 1924. E diz: "Nessa qualidade o papel do Sr. Abílio de Noronha devia ser a do homem discreto, do homem sereno que prepara a sua defesa. Diversamente entende o trêfego general. E entra pelos jornais e dá entrevistas de inconveniências tão palpáveis que, ainda absolvido pela justiça, o tornam inteiramente incompatível com qualquer posto de comando ou de confiança do governo". Em entrevista ao jornal *O Combate*, Abílio de Noronha teria afirmado que continuaria com seu posto no exército, já que sua compulsória levaria ainda seis anos. O texto termina dizendo que o tenente seria um "Ximeno de Villeroy da ativa", um General do Exército envolvido no episódio das "Cartas Falsas" e no movimento de 1924. O Ximeno da activa. **O Paiz**. Rio de Janeiro: Edição 14718, Ano 1925, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1925, p. 4.

⁶⁵ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.10, 1992.

incompatibilidades para com o atual chefe de polícia que em 53 anos de vida pública, sem ambições, tem servido, modesta mas lealmente, o seu país, em todos os postos que ele tem indicado a confiança dos governos, dos quais nunca os solicitou.

Essa declaração somente a faço para evitar, de vez, as explorações de contumazes adversários, pois repugna-me crer que haja quem, de boa fé, dê crédito às inverdades que entendeu o Sr. general Abílio de Noronha escrever em seu livro a meu respeito, sem ter em consideração nem a paz das sepulturas para emprestar, ao meu amigo general Philadelpho Rocha, que não pode mais contraditá-lo, intuítos que nunca teve e palavras que nunca proferiu'.⁶⁶

O general Philadelpho Rocha faleceu em março de 1924⁶⁷, antes da eclosão do Levante Paulista. A menção a “paz nas sepulturas” trazia para o leitor a interação com o sagrado. O que Fontoura e o jornal apresentavam era um general desmoralizado. Primeiro, foi facilmente preso pelos tenentes. Em seguida, denunciado pela comissão do inquérito do *Movimento Subversivo de Julho*. Ainda assim, ao invés do “silêncio que lhe seria recomendado”, ele teria procurado os jornais e continuou se manifestando, além de publicar livro de conteúdo duvidoso. Para encerrar essa desqualificação da fala de Abílio de Noronha, Fontoura se referiu ao caráter sagrado da sepultura, que teria sido desrespeitado pelo autor Noronha ao citar Philadelpho Rocha. Como dar crédito a um general que não respeita os mortos? O espaço sagrado da sepultura e tudo o que ela representa foi violado com as acusações de Abílio de Noronha.

Se Abílio de Noronha, tão criticado pelo *Correio Paulistano*, chegou a ter um anúncio da venda do livro nesse mesmo jornal, *A Coluna da Morte* parece ter chegado ao Brasil pelo Rio Grande do Sul, e antes mesmo de receber o livro, o jornal *O Combate*, de São Paulo, alinhado à causa tenentista, publicou a nota a seguir em junho de 1926:

Os acontecimentos de 1924 nesta cidade já deram origem a vários livros narrando os fatos que então se verificam neste estado. Agora vai surgir mais um, de que é autor o tenente João Cabanas, cujo nome teve muito em evidência, desde o 5 de julho em São Paulo até a evacuação da zona do Iguaçu.

Ao que noticia um jornal do Rio grande do Sul, esse livro, intitulado 'A Coluna da Morte', foi impresso em país estrangeiro. A primeira edição, de 25.000 exemplares, já foi quase toda vendida para livrarias rio-grandenses, que esperam grande êxito na venda, mercê da curiosidade que a narrativa despertará.

⁶⁶ Carta do senhor Marechal Fontoura, rebatendo insinuações do ex comandante da 2ª Região Militar. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22305, Ano 1925, domingo, 30 de agosto de 1925, p. 1.

⁶⁷ Missas. **O Paiz**, Rio de Janeiro: Edição 14417, Ano 1924, quinta-feira, 10 de abril de 1924, p. 5. A nota anuncia a missa de um mês pelo falecimento de Philadelpho Rocha.

Cada exemplar, que terá cerca de 500 páginas, com numerosas gravuras, custará 10\$000, sem contar a despesa com o correio.⁶⁸

O texto evidencia a efervescência de publicações sobre o Levante de 1924 e a expectativa em relação ao livro de Cabanas. A possibilidade oferecida pela indústria gráfica e o interesse por esse tipo de leitura certamente potencializou o volume de impressos, assim como estimulou as produções.

Levou um tempo para que o livro *A Coluna da Morte* circulasse livremente em São Paulo, o que teve a ver, pelo menos em parte, com a ação do Estado com vistas a controlar a memória coletiva, como fica claro na notícia abaixo. Embora alguns trechos já estivessem disponíveis em jornais, foi a partir de janeiro de 1927 que o livro passou a ser comercializado. *O Combate* explicou que cumpriu devidamente a orientação da polícia de São Paulo, e com a suspensão da censura, iniciava as vendas:

Há seis meses, seguramente, o tenente Cabanas fez oferta, a 'O Combate', de alguns exemplares do seu livro - 'A Coluna da Morte', por intermédio de um portador especial, encarregando-nos de sua distribuição, com direitos para os Estados do Sul.

Foi quando, chamado a presença do Sr. Dr. Achilles Guimarães, um dos diretores desta folha teve ciência, por essa autoridade, de que o governo havia apreendido os exemplares de tal livro aqui aparecidos, proibindo que de qualquer forma sua divulgação se fizesse.

Suspensa agora censura, e devidamente autorizados, vamos dar início a publicação de tão interessante obra⁶⁹.

Além da divulgação da venda do livro, o jornal publicou naquela edição integralmente o sumário do livro⁷⁰, bem como a imagem de Cabanas e de parte da capa, que aparece em uma montagem feita pelo jornal, na qual se sobrepõe uma parte do sumário, conforme a reprodução a seguir:

⁶⁸ Várias Notas - um livro de tenente Cabanas. **O Combate**, São Paulo: Edição 04178, Ano 1926, terça-feira, 29 de junho de 1926, p. 1.

⁶⁹ A situação do país. **O Combate**, São Paulo: Edição 04296, Ano 1927, segunda-feira, 10 de janeiro de 1927, p. 1.

⁷⁰ Assim como fez o jornal *O Combate* de São Paulo, outros jornais que apoiavam os tenentes também publicaram trechos de *A Coluna da Morte*. A seguir disponibilizo referências de alguns dos jornais que publicaram partes do livro. **Pequeno Jornal**. Recife: Edição 00215, Ano 1926, terça-feira 21 de setembro de 1926, p. 3. *A Coluna da Morte*. **O Estado do Paraná**. Curitiba: Edição 0059, ano 1926, domingo, 12 de setembro de 1926, p. 1. **O Estado**. Florianópolis: Edição 03759, ano 1926, terça-feira, 14 de dezembro de 1926, p. 2. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: Edição 09811, ano 1927. Quarta-feira, 12 de janeiro de 1927, p. 1.



Imagem 5: João Cabanas e o livro *A Coluna da Morte*

O jornal *O Combate* exemplifica as diferentes repercussões do livro. Enquanto o *Correio Paulistano* se empenhava em desqualificar Cabanas, *O Combate* lhe fora favorável. A ação dependia da postura política da imprensa. Assim, o mesmo livro que é considerado “interessante” para esse jornal, para os legalistas consistiu em uma verdadeira afronta.

O que os jornais inegavelmente fizeram, sendo eles simpáticos ou não aos autores, foi divulgar os livros ao público, indicando seu conteúdo e principais discussões. Para além disso, concederam espaço de resposta aos acusados nos livros - especialmente no caso de Abílio de Noronha - e também souberam manusear as palavras dos autores para, quando realocadas no jornal, compor o sentido que lhes interessava. Esse processo expressa o trabalho do *Correio Paulistano* no enquadramento da memória, termo usado por Michel Pollak para se referir à prática de disputas em torno de uma memória oficial. Pollak afirma:

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo⁷¹.

O enquadramento da memória corresponde, portanto, ao ajustamento dos fatos num processo que envolve tensões e conflitos. E o *Correio Paulistano* foi assíduo na investida para determinar os acontecimentos a serem lembrados pelo povo e constitutivos da memória oficial, para a qual sugeriam que o governo era atacado por tenentes sem ideais e promotores de desordens injustificáveis. O enfrentamento a Cabanas era óbvio, dadas as diferentes orientações políticas. Já a narrativa de Noronha complexificava e questionava aquela memória oficial, pois seguiu afirmando ser legalista e ao mesmo tempo tecendo críticas ao desempenho das forças legalistas.

2.3 General Abílio de Noronha: um legalista sob suspeição e seu livro *Narrando a Verdade*

Somos acusados de não termos previsto a sedição e, assim, não tomarmos as necessárias providências para que ela abortasse. Os fatos que vamos narrar, e todos eles documentados, destruíram por completo essa opinião que, veladamente, procura atirar aos nossos ombros a inteira responsabilidade dos primeiros sucessos da rebelião.⁷²

Na epígrafe acima elementos centrais da discussão do livro *Narrando a Verdade* são apresentados. O trecho citado inicia o capítulo 4 do livro, parte dedicada à argumentação e exposição de provas sobre as providências tomadas pelo autor para evitar que ocorresse qualquer movimento contestatório ao governo. E como forma de materializar e preservar no tempo suas ideias, tal qual João Cabanas, Abílio Augusto de Noronha e Silva também levou a sua autodefesa ao público por meio de livros.

Esses livros elaboraram as experiências daqueles homens que se enfrentavam com armas para defender e decidir o futuro da nação, e marcaram seus lugares em meio a disputa política e de representatividade, já que eram autores que se propuseram a pensar

⁷¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.10, 1992, p. 203.

⁷² NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 95.

suas trajetórias. A grande produção, a venda dos livros e as notícias que circulavam sobre eles demonstra o interesse que esse tipo de material suscitou naquele período, do qual considero representativos os livros aqui estudados para se pensar a repercussão do Levante de 1924. *Narrando a Verdade*, *O resto da Verdade* e *A Coluna da Morte* seguiram em suas narrativas alguns caminhos que se assemelham ao historicizar os fatos, reconstituindo diálogos, acontecimentos e decisões.

Cabanas e Noronha não foram os únicos a escrever sobre o Levante, mas no caso do livro de Cabanas, seu livro se destaca como uma narrativa audaciosa, principalmente por confirmar a violência que usou enquanto cobriu a retaguarda da Coluna Paulista. Assim como Cabanas, que fez de seu livro a defesa de um julgamento do qual estava ausente por viver o exílio, Abílio de Noronha também considerou se defender publicamente, e usou para isso seus livros como se fossem seu direito de resposta. Partilhando de experiências provenientes de um mesmo conflito armado, a publicação dos livros Abílio de Noronha e João Cabanas imprimiu marcos em suas vidas públicas. As opiniões expostas em suas obras rapidamente transcenderam os limites de seus textos e passaram a ser debatidas em outros espaços. O fato de tratarmos de livros de um autor legalista crítico aos tenentistas e aos próprios legalistas e de um tenentista exilado após atuar nos combates, faz deles obras significativas para a análise sobre os embates não só interpretativos, mas também a respeito do estabelecimento dos fatos sobre as Revoltas Tenentistas. Esses militares encontraram para suas publicações terreno propício, uma vez que a verdade em torno daqueles acontecimentos estava em disputa.

Um elemento em que as narrativas se relacionam diz respeito às estratégias militares. João Cabanas foi reconhecido por ter desempenhando um papel fundamental no caminho percorrido pelo interior de São Paulo e do Paraná. Ele havia cumprido com êxito a tarefa de proteger e viabilizar a movimentação da Coluna Paulista. Por sua vez, Abílio de Noronha tratou de estratégias militares, inclusive criticando a lentidão dos legalistas e falta de estratégias viáveis, sendo esse o ponto mais polêmico de seus dois livros. Para isso, nomeou os comandantes que considerou incompetentes, criticando detalhadamente suas escolhas. Parte da literatura sobre estratégias militares produzida em decorrência da Primeira Guerra Mundial foi usada para validar essa contestação imposta pelo General, conforme tratarei adiante.

O livro *Narrando a Verdade* foi publicado em 1924 pela então recém fundada *Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato*⁷³, uma importante empresa do ramo editorial no Brasil⁷⁴. *Narrando a Verdade* teve um número expressivo de vendas⁷⁵. Talvez, o interesse do público leitor se explique pela excepcionalidade da postura do autor, de ser um legalista que criticou duramente os legalistas. Abaixo está uma imagem da quarta edição do livro, ainda em 1924, impresso em capa brochura, que é bastante simples, sem imagem, com destaque para o título que está em vermelho e subtítulo, com letras serifadas:

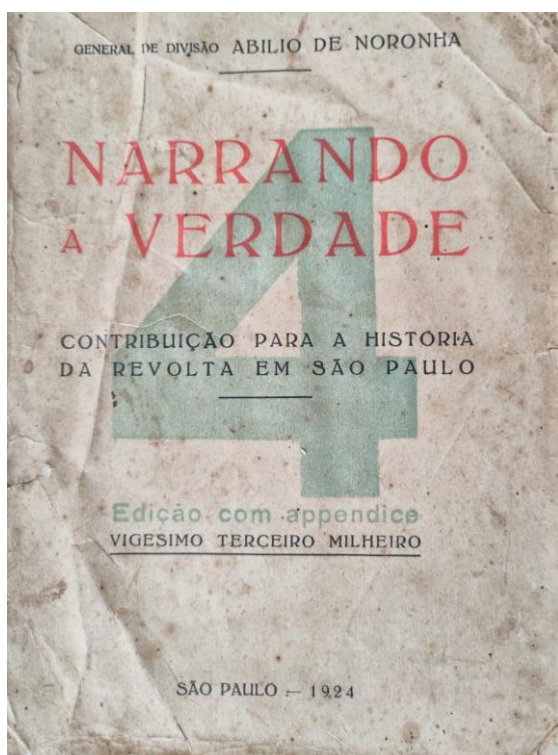


Imagem 6: Capa de *Narrando a Verdade*

⁷³ Após a falência da editora *Monteiro Lobato e Cia*, o autor e editor Monteiro Lobato, junto a outros sócios, fundou em junho de 1924 a *Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato*. BIGNOTTO, Cilza Carla. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Tese (Doutorado em Letras). Campinas, SP : [s.n.], 2007, p. 265-266.

⁷⁴ Em um artigo sobre aspectos gráficos de livros nos anos 1920, a pesquisadora Milena Ribeiro Martins explica que Monteiro Lobato investiu em divulgação e distribuição dos livros, e esse investimento também variava entre a grande tiragem de livros ou mesmo em capas mais modernas. Nos dois casos, a intenção era chamar a atenção do leitor. MARTINS, Milena Ribeiro. O livro brasileiro nos anos 1920: aspectos gráficos e atuação dos escritores. **O Eixo e a Roda**: Revista de Literatura Brasileira, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 222, mar. 2020. ISSN 2358-9787. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/15614/1125613073>.

Acesso em: 20 abril 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.29.1.218-236>.

⁷⁵ Contribuição desnecessária. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 22032, Ano 1924, quinta-feira, 27 de novembro de 1924, p. 4.

Apesar de exonerado do cargo que ocupava no Exército para responder ao inquérito do Processo do Levante Subversivo de 1924, aparecia na capa do livro o título de General de Divisão à frente do nome Abílio de Noronha. Ou seja, ele assim contestava a exoneração e, ao mesmo tempo, usava seu posto militar para legitimar seu discurso.

Ao analisar a escrita da história, o historiador Michel de Certeau afirmou que a escrita é sempre composta de um “lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. Estendendo essa concepção para outros tipos de escrita, pode-se relacionar a escrita de Abílio de Noronha com o lugar social por ele anteriormente ocupado no Exército. Sobre o lugar social a partir do qual se escreve, diz Certeau, “É em função deste lugar que se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”⁷⁶. A identidade constituída pelo posto que Noronha ocupava no Exército estava diretamente relacionada ao conteúdo do livro e aos temas nele tratados.

Cabanas também não deixou de citar sua graduação militar, o posto de tenente, na capa de seu livro. É interessante notar que dentro do movimento já havia sido promovido a major durante a campanha no Paraná, mas no livro preferiu se valer de sua antiga condição oficial na Força Pública, a de tenente. Ele escolheu para seu lugar social o cargo a ele atribuído dentro da legalidade.

O *Correio Paulistano*, que comumente notificava as mudanças de cargos militares, havia publicado em nota no dia 5 de agosto de 1924 a exoneração de Abílio de Noronha, cujo decreto era de 31 de julho⁷⁷. No dia seguinte, esse jornal o colocou publicamente na condição de réu. Com o título *Inquérito Militar*, a notícia avisava que

Ontem, à noite, prestou seu depoimento senhor general Abílio de Noronha, ex comandante da 2ª Região Militar, que se acha preso, sob palavra, em sua residência.

O auditor, major doutor Lima Júnior, ouvirá segundo fomos informados, todas as pessoas que desejarem fazer declarações sobre as ocorrências de julho. Sabemos que, nessas 24 horas, serão efetuadas prisões de pessoas de alta representação⁷⁸.

Quando Abílio de Noronha se apresenta como General de Divisão na capa do livro, assinala a não aceitação da condição de exonerado pelo Exército que lhe havia sido

⁷⁶ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 66.

⁷⁷ Exoneração de generais. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21918, Ano 1924. Terça-feira, 5 de agosto de 1924, p. 2.

⁷⁸ Inquérito Militar. **Correio Paulistano**, São Paulo: Edição 21919, Ano 1924. Quarta-feira, 6 de agosto de 1924, p. 2.

imposta pela Justiça e referendada pelo *Correio Paulistano*. Ele não escrevia como um ex-general, tal como o jornal passava a se reportar a ele. Abílio de Noronha agiu, pela atitude e teor do livro, como um depoente que tomou para si a tarefa de denunciar e levar a público as falhas dos legalistas.

Quanto à organização do conteúdo do livro, *Narrando a Verdade* é dividido em cinco capítulos que não receberam títulos, são separados apenas por números e com uma breve descrição do conteúdo. Noronha inicia com uma narrativa do passado na qual seleciona datas, nomes e eventos para dar sentido a ele. Atribui a esse passado motivos que teriam culminado na Revolta de 1924, sugerindo que residiam em contestações anteriores a possibilidade de os militares questionarem o governo. No capítulo 2 o autor trabalha com a Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana de 1922, com ênfase no episódio das cartas falsas⁷⁹, e explana sobre a rejeição da candidatura de Arthur Bernardes à presidência, postura essa criticada pelo general Abílio de Noronha. No capítulo 3, aborda pontualmente a Revolta de 1924. Para isso, explica como aconteceu a sua prisão e em que circunstâncias se propôs a dialogar com Macedo Soares, o então presidente da Associação Comercial de São Paulo. Foi em sua interação com Macedo Soares que conjecturou a possibilidade de intermediar uma negociação com o governo, e a partir desse capítulo, cópias das cartas são anexadas aos seus escritos. Observo aqui a ideia de verdade sendo exposta no livro a partir da comprovação do testemunho que está sendo dado. No capítulo 4 o autor investiu na defesa em torno da acusação que recebeu de não ter tomado as devidas providências para evitar a revolução. Para isso, compilou documentos, os quais entendia provar suas ações no intuito de alertar outras autoridades sobre a rebelião. No quinto capítulo, Noronha acentua a crítica à ação dos legalistas e argumenta que sua prisão evitou que pudesse conter os tenentes, e os militares que o substituíram falharam nas estratégias, além de bombardearem desnecessariamente a cidade.

Sobre a seleção de eventos históricos que, no entendimento de Noronha, culminaram no Levante Paulista, mais do que buscar no passado as causas do presente, o autor teve por objetivo articular a discussão sobre o papel dos militares na sociedade, o lugar do Exército na manutenção da República e mencionar nomes de militares envolvidos em outras ações subversivas, e que por terem continuado em suas funções,

⁷⁹ O episódio das cartas falsas ficou assim conhecido após a publicação de duas cartas no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, contendo ofensas aos militares e à Nilo Peçanha. A autoria foi atribuída a Arthur Bernardes, e apesar de comprovada a falsificação, gerou polêmica entre os militares.

puderam efetuar outras ações de contestação ao governo como as de 1922 e 1924. Ao trazer à tona esses militares do passado, argumentava aos leitores que a ele não se podia imputar a acusação de insubordinação. Logo no início do livro, Abílio de Noronha assim expôs sua proposta argumentativa para pensar o Levante Paulista e seus desdobramentos: “Vejam os em síntese, o que foi essa revolta, porque, a sedição que enlutou esta bela capital por espaço de 23 dias, nada mais é do que o reflexo dos fatos passados no mesmo mês e em 1922, na capital federal e Mato Grosso”⁸⁰. Neste trecho, fica evidente a perspectiva da escrita de Noronha. A localização da causa no passado, a noção de fato e compreensão de que determinaram aquele presente exemplificam seu pensamento, segundo o qual ao recorrer ao passado e às provas de sua conduta, oferecia a verdade com precisão.

Depois da longa explanação que seguiu a ordem cronológica, afirmava que em 1922 diversos oficiais envolvidos no Levante dos 18 do Forte confessaram ter apoio da guarnição do Exército de São Paulo. No trecho a seguir, Noronha mencionou um de seus antecessores como General de Divisão:

Comandava a 2ª Região Militar, com sede em São Paulo, quando se iniciou a campanha de difamação contra o senhor doutor Artur Bernardes e mesmo quando surgiu a questão da carta falsa insultuosa aos bríos do Exército, o senhor general de divisão Idelfonso Pires de Moraes Castro, revoltoso de 1893. Este general, contra todas as expectativas, negava-se a manifestar apoio a qualquer iniciativa visando prestigiar o governo da República e desse modo permitia que os oficiais sobre o seu comando, também fossem contaminados com a **leitura dos jornais subversivos da ordem pública** e que, pouco a pouco, a conspiração invadissem os quartéis. As coisas estavam nesse pé, quando o referido general faleceu no hospital militar, em consequência de uma enfermidade que adquirira.⁸¹

A Revolta da Armada de 1893, por ter entre seus objetivos retirar do poder o presidente Floriano Peixoto, foi considerada por Abílio de Noronha uma ação contra a própria República. De acordo com os valores de Noronha, pautados na subordinação e hierarquia são transferidos da esfera militar para a pública, não convinha aos militares contestar o poder que o presidente representava⁸². Noronha se colocava como defensor

⁸⁰ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 19.

⁸¹ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 48-49. (Grifos meus).

⁸² A Revolta da Armada exigia o cumprimento da Constituição de 1891, que previa eleições, visto que Deodoro da Fonseca renunciou antes de completar dois anos de mandato. Floriano Peixoto descumpriu a lei e assumiu a presidência.

da ordem pública, e para isso projetou em seu antecessor de cargo um exemplo de insubordinação, representando-o como revoltoso de 1893. Idefonso Castro, aos olhos de Noronha, se opunha ao regime republicano.

Abílio de Noronha procura achar culpados para o Levante Paulista no período anterior a ele. A insubordinação dos soldados, vistos como manipuláveis, começaria pela leitura de jornais subversivos, que eram incentivados a isto pelo fato de Idelfonso Castro não prestigiar o governo da República. O equívoco dos governos republicanos seria, conforme sua argumentação, manter em postos de comando no Exército oficiais partícipes de movimentos contra o governo, como no caso de Idelfonso Pires de Moraes Castro⁸³. Rememorar 1893 assume esse sentido no texto de Noronha. Ele pretendia, com o passado, evidenciar a presença de militares já envolvido em insubordinações, construindo o argumento de que a presença deles na instituição explicava a organização das insubordinações vivenciadas naquele momento.

Abílio de Noronha via na imprensa um espaço eficaz de formação de opinião e capaz de influenciar o posicionamento político de seus leitores. Se a leitura de jornais considerados subversivos influenciava a opinião e conduta dos militares que o liam, reconhecia implicitamente a importância de rebater as críticas que sofria nesses periódicos.

Em *Narrando a Verdade*, Abílio de Noronha escreveu sobre sua suposta influência sobre outros militares, ao convencer, em 1922, possíveis adeptos da causa tenentista a se desviarem desse caminho: “Com firmeza, com energia, mas também sem humilhar os nossos camaradas, fomos pouco a pouco conquistando a amizade de cada um deles e com conselhos e mesmo com argumentos convincentes, desviando-os do mal caminho, desfazendo dúvidas”.⁸⁴ E se não pôde fazer o mesmo em 1924, foi porque o destino não lhe teria permitido: “O furacão de 1922 passou sem nos ter causado mal algum, ao passo que o de 1924, quis o destino, nos privou de mais uma vez, pôr os nossos limitados préstimos a serviço da República”⁸⁵. Prisioneiro dos tenentes e exonerado de seu cargo no Exército, Noronha estava impossibilitado de agir tal qual fez em 1922, convencendo os simpatizantes do tenentismo de que deveriam permanecer na legalidade.

⁸³ Mesmo tendo participado da Revolta da Armada, ocupou o cargo de General de Divisão, sendo sucedido por Eduardo Sócrates e em seguida Abílio de Noronha.

⁸⁴ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 51.

⁸⁵ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 51.

Para o general, se não fosse o infortúnio de sua prisão, poderia evitar, ao menos em partes, a adesão que os tenentes tiveram em 1924.

Enquanto Cabanas tinha elementos para uma construção de si pautada em ações de protagonismo nos embates de 1924, Abílio de Noronha recorreu a eventos passados e projeções do que teria feito para afirmar que, sob sua liderança, os legalistas estiveram melhor amparados. Contudo, há uma semelhança entre os livros *A Coluna da Morte* e *Narrando a Verdade*: cada uma das narrativas apresenta um marco que é estabelecido pela reconstituição de momentos em que foram inquiridos por líderes tenentistas. No livro *A Coluna da Morte*, o autor insere a indagação de Miguel Costa sobre Cabanas ser "brasileiro" enquanto mantinha um revólver apontado para ele, ato que lhe serve para indicar precisamente o momento de inserção de Cabanas no movimento, pois ele responde afirmativamente. Cabanas explica que não foi por medo e sim por concordar com a "revolução" que se inseriu imediatamente no movimento. Abílio de Noronha também vivenciou uma cena sob a mira de um revólver, que no livro marca o desfecho de toda a atuação dele em 1924. Mesmo coagido, escreve ele, se recusou a receber ordens dos revoltosos. Na ocasião, Juarez Távora estava acompanhado do coronel João Francisco e deram voz de prisão ao general Noronha. Ou seja, enquanto que para Cabanas o ato de coação é narrado enquanto o marco inicial de sua participação no movimento, momento de decisão frente a uma consciência revolucionária com a qual ele já compactuava ideologicamente, para Noronha a coação sob o revólver narrada em seu livro significa ato de resistência.

Abílio de Noronha havia então se dirigido ao Corpo Escola com o coronel Martins Cruz e o capitão Euclides Espindola. Ao receber voz de prisão, Abílio de Noronha relatou ter tido a seguinte conversa com o capitão Juarez Távora:

- Não o conheço; quem é o senhor? Dissemos.
- Pois eu conheço bem a vossa excelência: - Sou o capitão Távora.
- Pois se nos conhece, deveria saber que não recebemos ordem de capitão. Se sua intenção com esse revólver é matar-nos, mate-nos porque nós, General do Exército, não nos sujeitamos a tal ignomínia.⁸⁶

Nesse trecho, um dos valores mais evidentes entre os militares é reforçado: a hierarquia militar. O autor se colocava enquanto um oficial que, mesmo ameaçado por uma arma de fogo, não se sujeitou a um militar de menor patente. A morte aparece nesse

⁸⁶ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p.59-60.

trecho como uma opção mais nobre que se subordinar a militares em condição de inferioridade hierárquica, assim como apresenta um general já exonerado que, durante os conflitos, foi capaz de oferecer a própria vida a favor da legalidade. O leitor, ao se deparar com essa cena, poderia avaliar o tratamento dado a Noronha. O diálogo citado acima continuou com a afirmativa de que não reconhecia aquela ordem por partir de revoltosos. Isso evidencia a intencionalidade de demonstrar que não praticava o que considerava uma desobediência à ordem estabelecida e de forma arbitrária. A não sujeição praticada nesse gesto, da forma como foi explanada no livro, representa a oposição aos tenentes, mas também a reafirmação de seu posto de General de Divisão.

É interessante que logo depois Abílio de Noronha recebe voz de prisão de outro general, o líder dos rebeldes, general reformado Isidoro Dias Lopes, a quem ele novamente teria respondido:

- Vossa Excelência, senhor General, dá-nos ordem de prisão... mas aceite o nosso protesto e mate-nos se assim for do seu agrado, e esse capitão que ainda mantém o gesto de atirar-nos com o seu revólver ainda em punho e apontando para o nosso peito, mate-nos se esse é o seu desejo...⁸⁷

Diferente na narrativa do *Correio Paulistano*, de que Noronha chegou a ser conivente com essa prisão, o livro mostra que se tornou prisioneiro após impor resistência e sugerir a própria morte. Para criar o efeito de veracidade de seu testemunho, utilizou como recurso narrativo o discurso direto, recriando ou reelaborando, as falas e gestos da cena vivenciada por ele. Ao contrário do desconhecido capitão Juarez Távora, o tratamento dado ao general no texto é de chamá-lo de “vossa excelência”. Reafirma, contudo, oferecer a vida em “protesto” àquela prisão. Diante dessa configuração do testemunho, proponho relacioná-lo com a ideia de testemunha enquanto sobrevivente.

Ao refletir teoricamente sobre a função da testemunha no mundo contemporâneo, o historiador François Hartog em seu livro *Evidências da História*, ressalta que um processo crescente nas últimas décadas de reconhecimento e valoração das testemunhas de catástrofes do século XX, chamadas de “testemunha como sobrevivente”⁸⁸. No caso de Noronha, percebe-se como, por meio do discurso direto, ele se colocava enquanto testemunha como sobrevivente. Embora o contexto ao qual o autor se refere seja diferente

⁸⁷ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 60.

⁸⁸ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 204.

e posterior ao contexto em que se insere Abílio de Noronha e João Cabanas, essa reflexão nos remete a olhar para eles como autores/narradores, personagens e ao mesmo tempo testemunhas do Levante Paulista e da Coluna Paulista. Eles não se posicionam apenas como observadores comuns, mas também reivindicam para si o fato de terem vivenciado situações extremas. Ao enfatizar os diálogos nada amistosos que tiveram enquanto eram ameaçados com armas, os autores buscam dar legitimidade a suas narrativas por serem também testemunhas. Assim como Cabanas que descreveu várias situações em que esteve em perigo, essa cena da prisão de Abílio de Noronha reivindica que sua fala seja valorizada. Os autores, ao elaborar uma imagem de si, descrevem-se como homens que colocaram em risco a vida para defender seus ideais. Nessa construção de si enquanto "sobreviventes", lançaram mão de valores afinados a padrões de masculinidade e virilidade que permeavam a sociedade da época e aos padrões vigentes entre militares.

Outro recurso usado por Abílio de Noronha na construção narrativa foi tratar de valores associados aos paulistanos, como o “trabalho honesto” que é ligado ao progresso de São Paulo. Assim, na continuidade de sua conversa com Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora, ele teria argumentado:

-E V. Excia. julga contar com elementos? V. Excia., não vê que esse **povo laborioso** de São Paulo não deixa seu trabalho honesto para se envolver em revoluções? V. Excia. não sabe que as revoluções só são legítimas quando partem do povo apoiado pelas classes armadas e quando há um **ideal sagrado**?⁸⁹

Segundo ele, o povo paulistano não apoiaria a revolução justamente porque não deixaria de trabalhar para se envolver em política. A associação entre trabalho e progresso foi um dos pilares da argumentação do presidente da Associação Comercial de São Paulo Macedo Soares, que teve um polêmico papel diante do Levante Paulista. Esses mesmos valores que associavam a São Paulo uma índole pacífica e laboriosa serviram ao *Correio Paulistano* e outros governistas para negar, e também propor a negação ao movimento. Sem dúvidas, paralelo ao jogo político, havia o interesse relacionado ao capital, o qual prezava mais pela normalidade que quaisquer questões debatidas sobre a política nacional. Não havia um ideal sagrado. A luta armada e a paralisação dos trabalhos nas fábricas devido ao bombardeio da cidade precisavam cessar. Somente assim o progresso caminharia a passos largos.

⁸⁹ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 61. Grifos meus.

Para Abílio de Noronha, a legitimidade de qualquer ação militar exigia que a demanda surgisse do povo, e somente assim recebesse o apoio dos militares. Ele admitia a possibilidade de revolução legítima com o apoio das forças armadas, afinal, considerando o tempo histórico, era recente a Proclamação da República. Não era possível para ele ser radicalmente contra a interferência do Exército, mas deveria haver critérios convenientes para que essa intervenção fosse legítima. A ação política do Exército seria assim condicionada, e a República, enquanto demanda do povo, poderia ter o apoio do Exército. O mesmo não se aplicaria ao Levante Paulista. José Murilo de Carvalho, no livro *Forças Armadas e Política no Brasil*, tratou da adesão aos movimentos militares: “As adesões não se materializaram em 1922 e foram parciais em 1924 e 1930. A causa disso estava nas diferenças em relação à conjuntura de 1889. Em 1922, o Exército já era uma organização muito mais complexa e estruturada”⁹⁰.

Apesar das alusões ao "povo laborioso", cabe salientar que nem os legalistas, nem os tenentistas, cujas obras aqui analisamos, se referem aos direitos dos trabalhadores. A menção ao povo laborioso de São Paulo servia para evocar o conservadorismo e a afinidade com um discurso de ordem que emergia, embora isso pareça contraditório, em ambos os lados da batalha. A segurança pleiteada para que pudessem continuar a trabalhar se referia à segurança para continuar a produzir, a gerar riquezas.

Negando-se a sair de onde estava, Abílio de Noronha ficou preso no Corpo Escola. Pelo que descreve, sua prisão teve muito mais uma conotação de interdição do que de uma prisão. Apesar de não negar a violência, com a ameaça diante de armas de fogo, a comunicação demonstrava que os tenentistas viam na figura de Abílio de Noronha uma possível utilidade. Além do diálogo com os próprios tenentes, recebeu visitas e pôde enviar cartas. No Corpo Escola, Abílio de Noronha se informava do que estava acontecendo na cidade através do contato com os tenentes, como, por exemplo, nas visitas feitas pelo tenentista Índio do Brasil⁹¹, que foi o porta voz de outra informação muito

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 50.

⁹¹ Segue um trecho que trata de um dos referidos momentos: "Como pretexto de visitar o seu cunhado Tenente Nitrini, comandante da guarda que nos conservava preso, apareceu várias vezes o capitão da Força Pública de nome Índio do Brasil, o qual contava, nessa ocasião, os serviços que estava prestando aos rebeldes, as vitórias destes e outras novidades, de modo que ficamos sabendo que as providências que tomamos no quarto batalhão da força pública, isto é, libertando oficiais e praças das sentinelas de armas embaladas do quarto de caçadores e determinando ao oficial mais graduado, que lá se achava, que fechasse o portão e prendesse qualquer oficial que aparecesse, aconteceu que agiu incontinentemente, armando todas as praças e dispondo em lugares convenientes as metralhadoras". NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 65.

relevante para a narrativa de Abílio de Noronha. No dia 9 de julho, quando os rebeldes estariam prestes a se entregar, ocorreu o seguinte:

Eram já 9 horas da manhã, quando os coronéis Paulo de Oliveira e João Francisco e mais os maiores Miguel Costa e Mendes Teixeira se preparavam para a fuga, quando um soldado de cavalaria entra em disparada e entrega uma comunicação firmada pelo capitão Estilac Leal, comandante das forças rebeldes, que agia no centro da cidade, dizendo que o governo e as forças legais haviam se retirado da capital, achando-se o Palácio Presidencial e dos Campos Elíseos abandonados. Estes fatos nos foram narrados pelo capitão Índio do Brasil e pelo filho do Coronel Paulo de Oliveira, este quando nos foi comunicar que o quartel general da região tinha sido saqueado.⁹²

O abandono desses espaços públicos pelos legalistas, justificado por eles por conta de um bombardeio que atingiu uma janela do Palácio da Justiça, no entendimento de Abílio de Noronha, foi uma falha que custou aos legalistas a continuidade do Levante Paulista e seus desdobramentos. Com esse argumento, Noronha expôs aos leitores a fragilidade do desempenho militar dos legalistas, a ação precipitada do presidente do estado, reafirmando que suas escolhas teriam sido outras, mais adequadas, evidentemente. Sobre esse acontecimento, a historiadora Suely Queiroz assim menciona a trégua entre os combatentes:

Quando Carlos de Campos se retirou dos Campos Elíseos, inexplicavelmente os legalistas também abandonaram as linhas que ocupavam no centro da Cidade, deixando-a à mercê dos revoltosos. Estes, por sua vez, surpresos, só tomaram conta da situação muitas horas mais tarde, havendo, pois, uma trégua não convencionada que revela a precária organização dos beligerantes.⁹³

Outro aspecto interessante da prisão de Abílio de Noronha foi a forma de comunicação que, segundo o livro, foi solicitada por ele próprio a Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo. Os tenentistas reconheciam a representatividade do nome de Noronha e vislumbravam a possibilidade dele intermediar a negociação com o governo. Para demonstrar ao público a cordialidade dos tenentes para com Abílio de Noronha - imagem essa que certamente pesou para as acusações que sofreu

⁹² NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 72-73.

⁹³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954**. In.: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 31.

no *Processo* - o tenente Nitrini o avisou que Isidoro Dias Lopes tinha permitido aos jornais *A Capital* e *Piccolo* entrevistá-lo. Ao receber os jornalistas, contudo, Noronha se negou a falar, afirmando apenas para o redator de *A Capital* que não sofreu violência e, ao *Piccolo*, que esse jornal era publicado em língua estrangeira e que, portanto, não considerava necessário lê-lo. Além desses jornalistas, Noronha foi autorizado a receber visita de Macedo Soares, para o qual solicitou que a comunicação fosse formalizada através de cartas.

A escolha por trocar cartas tem suas implicações e há particularidades a serem consideradas sobre essa solicitação de Abílio de Noronha. A relação entre remetente e destinatário era peculiar, afinal, escreviam pensando nos destinatários e na repercussão, visto terem certeza da publicidade que tais documentos rapidamente alcançariam. Assim, mesmo que Abílio de Noronha remetesse suas cartas a Macedo Soares ou Isidoro Dias Lopes, escrevia ciente de que produzia um documento, com o qual seguiria dialogando depois.

Nesse caso, a carta não era um documento privado. Ao contrário do caráter presumidamente sigiloso desse tipo de escrita, as cartas trocadas naquele contexto eram antes de tudo um documento público, e de conhecimento e interesse direto dos intermediadores dessa comunicação. Por isso, ao invés de uma comunicação verbal, mesmo recebendo a visita de Macedo Soares, a conversa dos dois foi balizada pela escrita. As palavras escritas validam e perpetuam determinados posicionamentos, e a requisição de Abílio de Noronha para que a negociação fosse tratada com a troca de cartas demonstra desde sua prisão uma preocupação com a sua imagem no presente e no futuro, pois ao escrever cartas, ele estaria documentando algo que poderia usar depois. Ciente de que, independente do desfecho do Levante, aqueles documentos seriam públicos, elaborou uma posição ponderada diante das solicitações que lhe eram feitas, sem se comprometer efetivamente com nenhum dos lados.

Na primeira carta, Macedo Soares alertava para o fato de que São Paulo estava nas mãos dos rebeldes e de que a vitória legalista seria possível, mas custaria o bombardeio na cidade. Os interesses que o motivaram também são esclarecidos, conforme fica evidente no trecho a seguir:

Não nos movem os soluços das nossas mulheres e dos nossos filhos, que estão sofrendo resinados e finalmente, as agruras de uma situação, que não foi por nós criada, nem merecida. O nosso apelo é feito a razão de vossa excelência para que, pesadas todas as gravíssimas

consequências de uma violência executada, seja evitado o aniquilamento econômico e financeiro do Estado de São Paulo, a unidade mais próspera da federação". 16 de julho de 1924.⁹⁴

Macedo Soares expressa que o sacrifício da população não seria argumento para cessar o conflito, mas o sacrifício da capital sim. A necessidade de resguardar as propriedades e manter as atividades econômicas justificavam o "apelo para a razão" de Abílio de Noronha. O empenho em resguardar as propriedades paulistas do bombardeio também é abordado pela historiografia. Sobre esse tema, a historiadora Ana Maria Martinez Corrêa escreve em seu livro *A rebelião de 1924 em São Paulo*:

A rebelião, restringindo-se inicialmente à cidade de São Paulo, atingia mais de perto os elementos cujos interesses estavam nela situados. Comerciantes e industriais foram por isso mesmo os mais visados. Suas manifestações antes de serem propriamente políticas, e isto é, relacionadas com a manipulação do poder político, revelaram sua preocupação fundamental - a proteção a seus bens localizados na cidade de São Paulo. Desde os primeiros instantes, a Associação Comercial se fez ouvir, apesar de inicialmente ter apoiado o Presidente Carlos de Campos. A saída de Carlos de Campos da cidade obrigou-a a nova tomada de posição, o que não significou incoerência. Pelo contrário, a atitude assumida pela Associação Comercial foi sempre coerente com os interesses de seus integrantes, ou seja, a defesa da propriedade.⁹⁵

A autora segue discorrendo sobre a ação do jornalista Júlio Mesquita, um dos sócios do jornal *O Estado de São Paulo*, o qual foi "militarmente requisitado pelo general Isidoro para publicação dos atos do governo provisório"⁹⁶. A postura desse jornal era de que o país precisava de uma revolução, mas não concordava com a ação dos tenentes.

No mesmo dia o General respondeu a carta, validando os argumentos apresentados por Macedo Soares

Adivinhareis quanto exaltarei como o brasileiro se minha voz for ouvida para a cessação dessa luta, para o desaparecimento dessa calamidade, para o restabelecimento da paz em nosso querido Brasil. Nutro todas as esperanças de que o Governo da República e os nossos irmãos em armas saberão aquilatar das consequências para o Brasil do não atendimento do apelo que de bom grado me faço eco.⁹⁷

⁹⁴ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 77-78.

⁹⁵ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 155.

⁹⁶ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 155.

⁹⁷ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 79.

Apesar da solicitude, afirma que precisava saber qual era a proposta de Isidoro Dias Lopes, para que assim pudesse se dirigir ao presidente da República. No dia 17 de julho o próprio Macedo Soares entregou a carta de resposta com as condições dos rebeldes.

Abílio de Noronha reproduz o documento que recebeu de Isidoro Dias Lopes com as exigências solicitadas. Entre elas estava a de formar um governo provisório logo que possível. Em resumo, essas exigências continham a forma de governo federativa, a separação da Igreja e do Estado, proibição de impostos interestaduais, proibição da reeleição de presidente da República e presidentes dos Estados e o voto secreto.⁹⁸

Quando procurado novamente por Macedo Soares, Abílio de Noronha respondeu que havia enviado a resposta pelo sargento da guarda. Na carta, ressalta considerar legítimo o anseio de Macedo Soares, e sua intervenção junto ao governo seria para "cessar essa luta pelo receio de transfigurar numa guerra civil, que fatalmente seria a causa de pilhagem nos bancos, as casas de comércio e da indústria, e depois talvez do massacre da população inerme indefesa".⁹⁹ Fala do documento que recebeu, sobre o qual disse que para intermediar as negociações com o governo, precisava saber quais eram as pretensões dos revolucionários e continua: "A entrega imediata do governo da União implicaria um golpe na soberania nacional pelo gume das baionetas e roncar dos canhões, implicaria no cerceamento de um direito conseguido pelo povo de 1889".¹⁰⁰

Quanto às condições propostas por Isidoro Dias Lopes, Abílio de Noronha critica a publicidade daquele documento em disparidade com o silêncio sobre a resposta que ele, a quem solicitaram intermediar a negociação, deu ao líder do movimento. Abílio de Noronha diz que:

E o notável, foi que a imprensa toda desta capital transcreveu na íntegra a carta do general Isidoro com as exigências impostas ao governo da República e muito de propósito não publicou a nossa resposta, limitando-se apenas a noticiar 'que o general Abílio se negava a intervir junto ao governo da República por se achar preso e ser legalista'¹⁰¹.

Vale lembrar que naquele momento a imprensa estava sob a censura dos rebeldes, mesmo assim Abílio de Noronha teria solicitado a Macedo Soares que a sua carta enviada

⁹⁸ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 81-82.

⁹⁹ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato: 1924, p. 84.

¹⁰⁰ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato: 1924, p. 85.

¹⁰¹ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato: 1924, p. 86.

ao general Isidoro fosse publicada também pela imprensa. A carta não foi publicada na íntegra. Na noite do dia 24 de julho os legalistas presos no Corpo Escola foram transferidos para a 2ª Região Militar por conta dos tiros que poderiam alcançá-los. Nesse mesmo dia ele recebeu outra carta do Isidoro Dias Lopes pedindo novamente para que intermediasse as negociações com o governo, dizendo que a condição para cessar a luta seria armistício de 24 horas e anistia ampla para os revolucionários. Abílio de Noronha então respondeu que somente após o armistício é que ele poderia levar ao governo essa solicitação da anistia para os revoltosos, os atuais e os de julho de 1922.

Em *Narrando a Verdade*, o autor se mostra bastante atento ao teor das notícias que envolveram seu nome. O livro foi um espaço para reconstruir as notícias e informações como a que foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo* no dia 28, que reproduziu e deu acesso aos leitores a uma carta de Macedo Soares endereçado ao general Eduardo Sócrates no dia 27. Na carta, Macedo Soares diz que "o general Isidoro tinha resolvido aceitar o reinterado oferecimento do senhor general Abílio de Noronha para negociar a paz mediante uma anistia ampla".¹⁰² Sobre esse aspecto o autor apresenta divergência e confronta essa afirmação, dizendo que Macedo Soares e Isidoro Dias Lopes pediram sua interferência, não tendo partido dele essa ação.

Além de expor os documentos que, em sua apreciação, provavam não ter colaborado com os tenentes, Abílio de Noronha teceu duras críticas ao bombardeio de São Paulo praticado pelos legalistas. E somou a isso a crítica contra a imprensa governista, conforme o trecho a seguir:

Durante os quatro anos da Guerra Mundial de 1914-18, a imprensa, em quase todos os países do universo, gastou toneladas de tinta e o melhor de sua flor de retórica, para pregar o ódio contra os alemães, qualificando-os de piratas e hunos, porque atiravam com a sua artilharia contra as cidades abertas; os grandes diários do nosso país, afinaram o seu diapason pelo dos aliados e raro foi o jornal que não lançou o anátema contra aqueles **vulgares assassinos**, destruidores de cidades, monumentos e templos.

Se considerarmos o emprego da artilharia da divisão em operações contra os rebeldes de São Paulo, no período de 10 a 28 de julho, temos que constatar, com a máxima tristeza, que a artilharia não fez outra coisa senão atirar sobre a capital paulista, cidade aberta por excelência, e ocupada por número pequeno de rebeldes, sem fortificações que requeressem destruição a longa distância.

Atirou-se a esmo, sem objetivo rigorosamente determinado, sem que soubesse os pontos exatos da resistência dos revoltosos.¹⁰³

¹⁰² NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 90-91.

¹⁰³ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 125-126.

Noronha evidenciou nas palavras acima a Primeira Guerra enquanto referência para os militares brasileiros e ao abordar os bombardeios, criticou o apoio irrestrito da imprensa aos Aliados. Primeiro, o autor explicou a postura tomada pela imprensa nacional diante do bombardeio a cidades abertas. Os alemães, odiados por tal estratégia, encontraram nos jornais brasileiros o ódio e repúdio por essa prática, ao serem vistos como “vulgares assassinos”. Para ele, nos combates em 1924 os legalistas também teriam sido “vulgares assassinos”, pois fizeram o mesmo em São Paulo. E argumenta: Com tão pouco tempo entre a Primeira Grande Guerra e o Levante Paulista, como poderia a imprensa aceitar o bombardeio de São Paulo? Dessa forma, Abílio de Noronha põe a imprensa e os legalistas em uma situação delicada diante dos leitores: “Serviu a sedição militar de São Paulo, ao menos, para revelar as grandes falhas do nosso preparo militar, e proveitosos ensinamentos receberam aqueles que acompanharam em todas as suas interessantes fases”¹⁰⁴.

Assim, o autor consolidou seu posicionamento político de militar crítico à grande imprensa, contrário às escolhas dos legalistas no combate aos tenentistas e ao mesmo tempo contestador dos ideais dos tenentes. No último trecho de seu livro, tomado aqui como exemplo desse posicionamento, o autor escreve:

Oxalá que, com a retirada dos rebeldes de São Paulo na noite de 27 para 28 de julho, tendo eles levado consigo, a fim de afogarem para sempre, nos pantanais das regiões inóspitas das margens do rio Paraná, a ideia maldita da rebelião contra o governo da República.¹⁰⁵

Ao encerrar o livro ainda estava em aberto o desfecho da revolta. Os tenentes, já em “terras inóspitas”, estavam longe de São Paulo e sem perspectiva de retornar. A distância foi sugerida pelo autor também em relação a seus ideais, que, segundo ele, não seriam comportados por aquele Estado. A resistência dos tenentes por meio da Coluna Paulista e mesmo a eclosão do movimento em outros estados não possibilitou a rearticulação dos avanços, no sentido de tomar o poder, que tinham alcançado naqueles 23 dias em São Paulo.

¹⁰⁴ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 108.

¹⁰⁵ NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924, p. 141.

2.4. *O Resto da Verdade*, a justiça e a história

Neste item trabalho com o segundo livro que Noronha publicou sobre o Levante Paulista, *O Resto da Verdade*, publicado em 1925, observando a motivação de Noronha para a publicação, as condições de produção e o lugar da obra no combate pela interpretação sobre o conflito. Elementos do livro *O resto da Verdade* serão relacionados com trechos de *A coluna da Morte* por se tratarem dos mesmos eventos e questões, para focar a discussão nos embates sobre o Levante Paulista em meio ao inquérito e processo.

Uma questão deste item é pensar a motivação de Noronha para publicar esse novo livro. É certo que o autor viveu circunstâncias significativamente diferentes entre a publicação de um livro e outro. Se no primeiro respondia a um processo movido pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo e era acusado de subversão, no segundo escreveu na condição de inocente, ao menos perante a Procuradoria Criminal da República, porque ele continuava tendo suas práticas questionadas pelo *Correio Paulistano* e pelo Exército, que manteve sua exoneração. Ainda assim, a absolvição encorajou uma nova escrita em um interstício curto de tempo.

O Resto da Verdade foi editado e publicado em 1925 pela *Empresa Editora Rochéa* de São Paulo, que usava o slogan "Única distribuidora para todo o Brasil"¹⁰⁶. O livro é dedicado aos amigos que "nunca duvidaram da retidão do seu caráter". Com data de junho de 1925, *O Resto da Verdade* traz a informação de que *Narrando a Verdade* teve uma tiragem de 30.000 exemplares. No verso da contracapa estão os títulos de outros dois livros do autor, sem a indicação da data de publicação: *O Reservista de Manobras*, cuja tiragem foi de 5 mil exemplares, edição esgotada, e *Diretivas para a instrução das tropas*, descrito como um trabalho reservado publicado na Imprensa Militar. Esses livros demonstram que Noronha já era um autor, porém com produção específica sobre seu ofício e voltada para um público militar.

A capa de *O Resto da Verdade*, em formato brochura, possui uma imagem bastante significativa para quem dizia não ter feito - nem estar fazendo - uma autodefesa. O escudo, no qual está escrito o título, evoca que o seu conteúdo está resguardado das críticas

¹⁰⁶ No ano de 1925, com a falência da *Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato*, que investira na distribuição do primeiro livro de Noronha, abriu-se espaço para a ascensão de outras editoras. O fato é que com a grande produção de livros e o aumento do público leitor nos anos 1920, a dinâmica de distribuição de livros havia mudado consideravelmente.

lançadas sobre *Narrando a Verdade*, que, pela afinidade entre o conteúdo dos livros, provavelmente seriam repetidas, mas em vão, sobre o novo livro. Na imagem da capa é possível visualizar o movimento das flechas intituladas “falsidade, despeito, hipocrisia e conveniências”, lançadas de muitos lados, com as pontas entortadas ao atingirem o forte escudo do “resto da verdade”:



Imagem 7: Capa de *O Resto da Verdade*

A legitimidade das críticas ao autor, diante da sentença dada à Noronha, estaria vulnerável, por isso as flechas se entortavam ao colidir com o escudo. A imagem sugere que Noronha ainda se põe em uma posição de defesa, mas os ataques não poderiam mais feri-lo, pois o escudo vermelho quebrou aquelas flechas da falsidade, das conveniências, da hipocrisia e do despeito. A simbologia militar – ataque e defesa - remete a um momento de combate. O escudo e as flechas mostram ao leitor que a batalha seguia no campo das letras e da publicação de narrativas sobre o levante.

Em *O Resto da Verdade* Abílio de Noronha retoma trechos de *Narrando a Verdade* e responde a algumas das acusações que sofreu em razão de seu primeiro livro

em jornais. Os livros lhe cumpriam o papel do escudo, muito embora isso não apareça na capa de *Narrando a Verdade*. Contudo, quando escreve o segundo livro, ali se mostra fortalecido, diante do parecer favorável da Justiça. Nesta investida no sentido de demarcar sua nova condição perante a Justiça, a de impronunciado, reproduziu a parte que diz respeito a seu nome na denúncia apresentada pelo Procurador Criminal da República, Carlos Costa, os depoimentos presentes no sumário de culpa, a defesa produzida por seu advogado, José Adriano Marrey Júnior e a sentença do juiz federal, Washington Osório de Oliveira. A dinâmica dos fatos que seguiram o livro lhe fez sentir que ainda tinha o que dizer.

De certa forma, Cabanas fez o mesmo em seu livro publicado depois, em 1926, como veremos em mais detalhes no capítulo 3. Em seu caso, não chegou a escrever um segundo livro especificamente sobre 1924, mas também já tinha acertado suas contas com a Justiça quando lançou a quarta edição, em 1928, na qual anexou as conferências que foi impedido de realizar, mesmo estando em liberdade¹⁰⁷. Contrariando os que lhes acusavam, esses homens falaram e criaram novas expressões para a análise de suas participações na vida política dos anos 1920.

Cabanas e Noronha cumpriram o que Michel Foucault e Roger Chartier denominaram de função autor. Ao retomar as discussões de Foucault, que destacou a diferença em atribuição de autoria em textos literários e científicos, sendo importante conhecer a procedência dos escritos para validar textos científicos, Chartier argumenta que

Esse quiasma somente interessa por permitir reconhecer na perspectiva de Foucault a presença de uma “função autor” não apenas ligada à propriedade literária, não somente ligada ao mecanismo e aos dispositivos da censura, mas também à certificação, à atribuição da verdade a alguns discursos e não a outros¹⁰⁸.

Essa importância em relação à autoria se estendeu para os textos que não eram classificados como científicos, associando a referência da autoria à valoração dos discursos. A verdade validada a alguns discursos e não a outros somou-se a propriedade literária como componente da função autor. Assim, a posição tomada por Abílio de Noronha em *Narrando a Verdade* e *O Resto da Verdade* diferencia ele como autor em

¹⁰⁷ O segundo livro - que não é trabalhado nesta tese - veio apenas em 1932 com o título *Os Fariseus da Revolução*.

¹⁰⁸ CHARTIER, Roger. **O que é o autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, São Paulo: UFScar, 2012, p. 40.

relação aos seus outros livros que tinham orientações militares. O prólogo do livro *O Resto da Verdade* revela a intencionalidade do autor e sua compreensão sobre o seu papel enquanto militar e cidadão. Noronha era, afinal, um defensor da República e da legalidade. Abaixo, segue um trecho do prólogo do livro:

Neste livro, escrito sem ter pretensões de erudição, sem a pureza do vernáculo dos filólogos, abordo alguns assuntos de palpitante interesse neste momento, **esclareço fatos e situações**, destruo certas acusações tendenciosas contra a minha classe, **digo mais verdades** e, depois, para terminar, publico tudo que se relaciona com o meu papel na revolta que explodiu em São Paulo.

Como acabo de ser impronunciado, visto ter ficado **plenamente provado** não ter eu a menor participação na revolta e, ao contrário, tudo haver feito para sufocá-la, isso de acordo com a promoção do senhor doutor procurador criminal da República, que, por dever de sã justiça, pediu a minha impronúncia, este livro não pode ser um brado de desespero de um despeitado, mas a exposição serena de quem tem a consciência tranquila, e portanto, de quem pode **com imparcialidade** expender opiniões.

Neste momento em que atravessamos um período agitado da nossa vida política e mesmo econômica, o silêncio é sinal de pusilanimidade. Cada qual deve escrever ou falar sem reboço, a fim de que, nesse conjunto de opiniões, possa resultar alguma coisa útil para **orientar os nossos guias** e, na pior das hipóteses, **servir de lição a juventude que amanhã** será chamada a dirigir os destinos da nossa grande e amada pátria¹⁰⁹.

Abílio de Noronha e Cabanas, ameaçados pelo inquérito e processo, recorrem à história como um caminho para reaver suas imagens. Confiam na história, confiam na ação do tempo. O dever de escrever ou falar mencionado por Noronha deixa clara a sua concepção de história. Para o futuro, conforme os preceitos da *história magistra vitae*, o autor acreditava ser possível deixar um testemunho que “servisse de lição à juventude”. Assim, olhando para o passado, sua escrita seria tomada de exemplo para a pátria¹¹⁰.

Como resposta às críticas que sofreu e apesar da recomendação de que ele deveria se calar, visto que estava sob investigação, Abílio de Noronha afirma: "digo mais verdades". Ao se referir a imparcialidade, o general evidentemente não assegura para si a função de ser neutro. Talvez, a evocada imparcialidade se remeta ao deslocamento do

¹⁰⁹ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925.

¹¹⁰ A concepção de *História Magistra Vitae* predominou nas discussões em torno da história até a Revolução Francesa, momento em que fica evidente a ausência de eventos que pudessem ser tomados de exemplo, pois não havia precedentes para tão abrupta mudança. Para uma leitura mais apurada sobre a *História Magistra Vitae*, ver: HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 103.

autor que não encontrava nos grupos um lugar confortável. E para trabalhar com esse deslocamento de sua fala que não se encaixava no discurso oficial alinhado ao governo, tampouco aos rebeldes, restou a ele a concordância com a Justiça e o apelo aos manuais de estratégias militares, usados para validar sua opinião. Na Justiça, esfera legítima para exercer julgamentos, a denúncia contra ele fora considerada improcedente. Noronha estava apto a reafirmar o conteúdo de *Narrando a Verdade* e também autorizado a escrever ainda mais. Além disso, a afirmação dele no prólogo de que "cada qual deve escrever ou falar sem reboço", e o conjunto de opiniões teria a função de orientar os líderes da nação naquele momento e os jovens que futuramente a dirigiriam. Não era preciso cobrir o rosto, afinal, tratava ele da verdade.

A intenção de provar aos leitores suas condutas tem no livro de Cabanas e no de Noronha procedimentos diferentes. Muito embora os dois compreendessem que suas ações eram de conhecimento público – pois os telegramas de Cabanas estavam reproduzidos em jornais e as cartas trocadas entre Abílio de Noronha e Macedo Soares também eram divulgadas – ambos procuravam resignificar o passado para melhorar suas imagens perante os leitores. Noronha pôde expor documentos aos quais atribuía a qualidade de prova de sua lealdade ao governo, enquanto que Cabanas, como veremos em mais detalhes no capítulo seguinte, apenas apostava na resignificação dos fatos pautado na coerência de seus ideais e na excepcionalidade de suas ações dentro do contexto que vivia. Noronha reservou a última parte de *O Resto da Verdade* a reprodução de partes do processo, usando o título *Perante o tribunal da opinião pública*. Evidentemente sua intenção permitia ao leitor acompanhar as fases de acusação, os depoimentos prestados sobre ele e a sentença que recebeu. Cabanas procedeu de outra forma, tendo feito menção a documentos sem citá-los de modo direto ou reproduzi-los na íntegra¹¹¹. É o caso dos boletins do general Rondon, cujo conteúdo relatava a morte de Cabanas nos conflitos na Serra Medeiros. Em suas palavras, o autor diz:

Conforme meu costume, depois dos cumprimentos à oficialidade da brigada que operava no setor de Catanduvas, fui visitar a tropa, penetrando nas trincheira. Os soldados, ao avistarem-me, manifestaram grande alegria. Com eles conversei carinhosamente e compreendi a

¹¹¹ Faço a observação de que Cabanas reproduziu trechos de jornais, como pode ser observado na página 185, quando usou o jornal *El Diário*, de Assunção, no Paraguai, datado de 25 de outubro de 1913, para afirmar que Quincas Nogueira, que auxiliava os legalistas, já era considerado um criminoso na região do Paraguai e Rio Grande do Sul. O documento com valor de prova não tem na escrita de Cabanas a mesma função assumida na escrita de Noronha, autor esse que se amparou mais frequentemente nos documentos e teve a preocupação centrada em provas que envolviam seu nome.

razão do desânimo reinante, e paciente demonstrei-lhes, em palestras mantidas de grupo em grupo, a real situação das tropas revolucionárias, desmentindo os boletins do general Rondon, tarefa que se tornou fácil pela minha presença ali, atestado vivo da falsidade de tais boletins, que me davam como morto em combate¹¹².

Enquanto Noronha se pautou no estatuto do documento como prova, Cabanas mencionou os documentos, porém seguiu um estilo de escrita que mitificava ainda mais sua própria figura. O comandante da Coluna da Morte, dado como morto pelos legalistas, se apresentava como prova de que o documento oficial ao qual fez menção era equivocado. Entendo a validação de sua presença diante dos soldados comprovando que estava vivo como uma metáfora para o leitor, de um autor que atribuía a sua palavra o peso da verdade e ao mesmo tempo negava o conteúdo que circulou pelos boletins.

Semelhante à estrutura apresentada em *Narrando a Verdade*, Abílio de Noronha inicia com um capítulo sobre os políticos e as revoltas na República, no qual segue a ordem cronológica dos acontecimentos e chega até 1924. Ao segundo capítulo, deu o título *Páginas avulsas*, dedicado ao Levante Paulista e os demais eventos atrelados a ele. O terceiro e último capítulo não é um texto autoral seu, pois, conforme mencionado, Noronha criou o título *Perante o tribunal da opinião pública* para reproduzir trechos de processo.

Ao abordar as revoltas contra a República, Noronha mencionou o conflito de Canudos, do qual foi partícipe:

Embora tivesse eu tomado parte da campanha de Canudos, seria grande audácia da minha parte querer com detalhes narrar os episódios dessa luta, uma vez que Euclides da Cunha, meu companheiro de barraca nessa época, enriqueceu a nossa história, a nossa geografia-etnográfica e mesmo a nossa geologia, com essa obra prima que é 'Os Sertões'. Por outro lado, Canudos não tem ligação alguma com as revoltas visando sempre um fim político, assunto principal, senão único destas desprezíveis narrações históricas. Por isso, muito de indústria, limita a uma simples sinopse, em se tratando de tal campanha.¹¹³

A alusão a Canudos no texto, informação que não estava em *Narrando a Verdade*, enaltece o Exército para salvaguardar a República. O autor não se propôs a discorrer sobre os ideais daquele grupo de pessoas, chamado por ele de fanáticos. A sua intenção era

¹¹² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 189.

¹¹³ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 31.

mostrar a necessidade do Exército defendendo o poder constituído, e não avaliar a estrutura desse governo e as motivações das críticas.

Após a explanação sobre os aspectos históricos que, para Noronha, culminaram em 1924, passou a tratar do Levante Paulista. Ele, que havia estado em Canudos e abrigou o escritor Euclides da Cunha em sua barraca, talvez, além de projetar sua defesa, tivesse pretensão de ganhar as páginas da história como um autor reconhecido, mesmo que em seu livro tenha afirmado fazer “despretensiosas narrações históricas”. Possivelmente, venha de *Os Sertões* a inspiração de deixar um registro que servisse à história.

Depois de citar eventos históricos que envolveram a contestação da República, tais como Canudos, o Contestado e a Revolta da Armada, o autor inicia no capítulo *Páginas avulsas* a principal crítica retomada de seu livro anterior: as estratégias falhas escolhidas pelos legalistas. E, logo na primeira página desse capítulo, cita a atuação de João Cabanas, conforme segue:

Porque os rebeldes se retiraram de São Paulo de um momento para o outro, inesperadamente? Essa pergunta é feita insistentemente por todos e cada qual procura dar uma explicação, conforme o seu modo de raciocinar.

Deixando de parte o humanitário procedimento do general Isidoro que, segundo dizem, se retirou para evitar que a luta se generalizasse pelas ruas de São Paulo e que, portanto, a população inerte fosse vítima inocente de uma revolta que não provocou nem participou; não levando em conta a retirada dos 1.200 homens sob o comando do general Martins Pereira, quando em marcha para Campinas se viram atacados pelos 180 homens da 'Coluna da Morte' chefiados pelo **franzino Tenente Cabanas**: resta apenas analisar, com ânimo sereno, a apregoada pressão exercida pelas forças sob o comando em chefe do senhor general Eduardo Sócrates.¹¹⁴

Noronha diz que os revoltosos saíram de São Paulo "na mais perfeita ordem". Levaram tudo que necessitavam, desde gêneros alimentícios até o material bélico, e "até vivandeiras para confortarem nos momentos de tédio os oficiais"¹¹⁵. Em meio a desastrosa defesa dos legalistas durante o levante, Abílio de Noronha concluiu: "Para mim, quem de fato obrigou os revoltosos a uma retirada, embora em ordem, mas inesperada, foi a aproximação de legalistas da denominada Coluna do Sul, sob as ordens do senhor general Azevedo Costa".¹¹⁶ Se em *Narrando a Verdade* Noronha ainda advogava em sua própria defesa contra as acusações de legalistas, neste trecho de *O Resto da Verdade* o autor se

¹¹⁴ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 75.

¹¹⁵ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 76.

¹¹⁶ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 76.

colocou como uma voz autorizada a opinar a respeito da vitória dos legalistas em São Paulo, garantida não pelos seus colegas do Exército de São Paulo, nem pelo seu substituto no cargo de general de divisão, mas sim por uma coluna vinda para oferecer reforços. Azevedo Costa chegou em São Paulo com essa coluna em 28 de julho, o que foi decisivo aos legalistas. O bombardeio da cidade, cuja execução foi atribuída ao general Sócrates, não era suficiente contra os rebeldes, pois não os atingia, a não ser a pressão exercida para que poupassem a cidade.

Após citar um trecho de *Narrando a Verdade*, no qual afirmava ser um erro a saída de Carlos de Campos de São Paulo nos primeiros dias de combate, Abílio de Noronha argumentou que

Esse tópico do meu livro foi alvo dos mais formais desmentidos, dos mais veementes protestos, isso porque daqueles que, para bajular, não trepidam em adular a verdade. Até no Congresso Federal veio à baila essa passagem no meu trabalho e não faltou quem me acusasse de ter escrito o meu livro com impressões fornecidas pelos revoltosos.¹¹⁷

No trecho o autor se referia ao fato de criticar os legalistas por terem deixado de combater os revoltosos, mas reforçava que corroborou com a sua versão o depoimento do Coronel Pedro Dias de Campos, comandante geral da Força Pública do Estado, que no sumário de culpa dos denunciados como autores e coautores da revolta de São Paulo, também declarou que foi desnecessária a retirada das tropas legais da cidade. Noronha buscou na documentação produzida pela Justiça elementos para referendar seu discurso.

Mesmo dispensado do peso da acusação, Abílio de Noronha foi chamado por duas vezes para se apresentar ao Ministro da Guerra Marechal Setembrino de Carvalho, no Rio de Janeiro, isso em dezembro de 1924 e maio de 1925, quando circulava por São Paulo boatos de uma ação dos tenentes. Segundo ele: "Só um ingênuo não perceberá o fato de coincidir sempre a minha chamada urgente à capital federal com as notícias de que em São Paulo se tramam revoltas".¹¹⁸ Livre de responder ao processo, Noronha mostrou aos leitores que continuava sofrendo com a desconfiança vinda dos altos escalões do Exército. No livro, a reclamação por ser chamado para conversar com Setembrino de Carvalho antecedeu um dos trechos em que Noronha expressou mais uma vez, de modo enfático, a sua posição de legalista, conforme segue:

¹¹⁷ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 84.

¹¹⁸ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 86-87.

Oxalá que não se repita em São Paulo e em outro Estado, o triste episódio que assistimos em julho de 1924, de ver um governo estadual gastar por espaço de mais de uma dezena de anos avolumadas somas a fim de instruir a sua polícia e até dotá-la de uma missão militar francesa, para mais tarde ter um grande desgosto de assistir ao prolongamento de uma revolta, justamente devido ao fato dessa polícia assim tão bem instruída e armada ter dado mão forte aos revoltosos.¹¹⁹

Nessa parte do texto a crítica recaiu sobre a Força Pública. A instituição se valeu da formação militar proporcionada pelo próprio governo para depois atacá-lo. Noronha não considerou que os “revoltosos” por ele citados eram também da Força Pública, então, não se trata de oferecerem apoio, e sim por serem da própria instituição. Ao mesmo tempo em que o autor refutou a ação dos tenentes, não cessou suas críticas ao bombardeio que os legalistas fizeram na cidade. Ele citou os dados estatísticos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo escrevendo que

O número de civis vítimas do bombardeio é muito elevado e aquele de rebeldes insignificante. Dos 802 feridos internados nesse hospital, 161 eram do sexo feminino e 641 do masculino. Dos 641 homens, 441 eram civis e apenas 200 eram militares. Faleceram nesse hospital 110 feridos, assim discriminados pelo sexo: masculino 87 e feminino 23. Dos homens, 61 eram civis e apenas 26 eram militares. Foram conduzidos ao hospital, já mortos, 153 pessoas. Desse número, 114 eram do sexo masculino e 39 do feminino. Dos 114 homens, eram civis 78 e militares 36. Esta grande disparidade que se observa entre o elemento civil e o militar vítima do bombardeio, em se tratando do movimento da Santa Casa de Misericórdia, é patente nos demais hospitais de sangue improvisados pela humanitarista Cruz Vermelha.¹²⁰

Para exemplificar a imprudência do Exército legalista, Abílio de Noronha se mostrou um leitor de estratégias de guerra e fez frequentes alusões à Primeira Guerra Mundial. Ele citou como exemplo, o livro *Cours de tactique générale d'après l'expérience de la grande guerre*, do tenente Coronel F. Culmann,¹²¹ pois, de acordo com as instruções do referido livro, procurou argumentar que o combate corpo a corpo seria o mais recomendado para situações como a que ocorreu em São Paulo. A presença dos civis e as batalhas em meio à cidade exigiam alvos certos e não bombardear a esmo. Exonerado do Exército, o general, que fez de si um autor, buscou nas referências de sua atuação

¹¹⁹ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 89.

¹²⁰ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo, Editora Rochéa, 1925, p. 97-98.

¹²¹ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 91.

profissional os argumentos para uma escrita combativa ao exercício militar dos legalistas, sem, contudo, expressar qualquer apoio às reivindicações políticas dos tenentes.

João Cabanas também criticou os bombardeios. Em *A Coluna da Morte*, o tenente narra um conflito com o general Potiguara, no dia 15 de julho de 1924: "Se existe qualquer coisa capaz de imunizar um homem em combate, essa qualquer coisa estava comigo e me protegia escandalosamente"¹²². Essa evocação à proteção sobrenatural funciona no discurso como uma referência a capacidade de sobrevivência de Cabanas. Na sequência, ele narrou o bombardeio que atingiu uma residência nas ruas Visconde de Parnaíba e Caetano Pinto, vitimando toda a família. Os vizinhos, ao procurarem abrigo, se aglomeraram em uma calçada e justamente sobre eles caiu outra granada. Nas palavras de Cabanas, "Gemidos, gritos, lamentos, elevavam-se de entre a rubra sanguenta e corpos despedaçados que ali jaziam"¹²³. Essa seria a vingança do governo pelo apoio que os rebeldes estariam recebendo. O bombardeio sem alvo certo, criticado por Cabanas, o levou novamente a validar a reflexão já proposta por Abílio de Noronha:

Grande era o alvo: todo o perímetro da cidade de São Paulo. A revolução estava dentro desse alvo; logo, as balas que nele acertasse, atingiriam a revolução. Tal raciocínio serviu de guia ao supremo comando das forças do governo. Daí esse despejar de balas de grosso calibre sem eficiência militar e que tantas censuras recebeu do general Abílio de Noronha.¹²⁴

Esses bombardeios, coordenados pelos generais Potiguara, Villa Lobo e Eduardo Sócrates, foram duramente condenados tanto por Abílio de Noronha quanto por Cabanas. Os autores usaram a mesma crítica para validar as suas atuações: o general para dizer que teria usado outra estratégia e o tenente para expor a ineficácia daquele método, que também atingira civis.

Na sequência dessa crítica apresentada por Cabanas, outro trecho de *A Coluna da Morte* demonstra a familiaridade desse autor com os argumentos usados nos livros de Abílio de Noronha. Cabanas escreveu o seguinte:

¹²² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44.

¹²³ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44.

¹²⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44.

O povo brasileiro, que tanto se comoveu e indagou contra a ação da artilharia alemã sobre as cidades abertas da Europa, não pode levantar um brado de protesto contra o bombardeio de uma das principais cidades da América do Sul. Intimamente esse protesto existia no peito de cada cidadão, mas impossível de irromper. Onde houvesse um grupo de dois ou mais cidadãos, existia também a dois passos um representante da polícia secreta. Nem passageiros nos automóveis de praça podiam fazer comentários desfavoráveis ao governo; quem a isso se aventurasse era logo levado à delegacia mais próxima e metido no xadrez; cada chofer, com raras exceções, era um rafeiro policial mantido pela verba secreta.¹²⁵

Embora Abílio de Noronha tenha visto semelhanças entre os bombardeios em São Paulo e os bombardeios feitos pela artilharia alemã durante a Primeira Guerra Mundial para criticar os legalistas e os jornais, e Cabanas também o tenha feito e se refira à censura depois, o modelo narrativo é bastante similar. Certamente os livros aqui estudados não foram os únicos espaços nos quais se fez tal analogia, mas a recente referência de João Cabanas a Abílio de Noronha permite afirmar que sua explanação foi inspirada nas considerações de Noronha, que ele mostra ter lido.¹²⁶ O fato de Abílio de Noronha, que era defensor dos legalistas, ter feito críticas aos legalistas encorajou ainda mais Cabanas em suas afirmações publicadas no ano seguinte ao segundo livro de Noronha.

É interessante perceber que, como estratégia discursiva, o general reproduziu as duras palavras que foram proferidas contra ele na denúncia. Um dos exemplos é esse: "o general Abílio de Noronha foi, pela sua inexplicável consendência e criminosa tolerância, o grande incentivo dos conspiradores aqui em São Paulo. Da sua tortuosa atitude há nos autos farta documentação".¹²⁷ Essa farta documentação era composta de acusações em torno da falta de providências do General, o que poderia, eventualmente, ter evitado o Levante. Noronha assim comenta:

Efetivamente, o sumário demonstra a correção desse oficial, que se manteve sempre fiel à legalidade, sendo as medidas por ele adotadas das mais eficazes para combater o movimento subversivo. Se não fosse preso em condições de se tornar impossível a resistência teria seguramente dominado a revolta dentro de pouco tempo, como afirmam testemunhas do sumário. A defesa produzida pelo ilustrado Dr. José Adriano Marrey Júnior e os documentos oferecidos afastam qualquer

¹²⁵ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 45.

¹²⁶ Foge aos limites desta tese investigar mais demoradamente as relações entre Abílio de Noronha e João Cabanas. Observei que, para além do fato de um ser legalistas e o outro revolucionário, não há desavenças entre eles que tenham sido transpostas nos livros. Apesar de Abílio de Noronha se referir à Cabanas como o "franzino tenente", o contexto dessa afirmação era de desvalorização do general Eduardo Sócrates.

¹²⁷ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo, Editora Rochéa, 1925, p. 117.

dúvida sobre sua conduta não se lhe podendo atribuir nem mesmo culpa ou negligência no desempenho de suas altas funções.¹²⁸

Levando em conta que Noronha foi inocentado frente ao Processo do Levante Subversivo de 1924 e Cabanas pôde pagar fiança e não ficou preso após retornar do exílio, os dois tiveram pelo menos parte de suas intenções correspondidas. Disputar a opinião pública, deixar um testemunho para a história e reabilitar seus nomes para a vida pública foram algumas das intencionalidades em comum entre os autores.

Diferente dos depoimentos prestados na Justiça, que tinham como fim o julgamento ao final do processo, e também diferente dos jornais que eram um produto de consumo diário, o livro não é uma fonte periódica cuja notícia logo se torna efêmera, mas uma referência mais perene com uma narrativa mais elaborada que, depois da publicação, compõe bibliotecas e pode ser consultado como fonte. Ao publicarem livros, Abílio de Noronha e João Cabanas fixaram discursos na forma escrita. No livro *Interpretação e Ideologia*, Paul Ricoeur discute o que ocorre quando o discurso deixa de ser verbal para assumir a forma escrita:

O que acontece com o discurso quando ele passa da fala à escrita? À primeira vista, a escrita parece introduzir um fator puramente exterior e material: a fixação, que coloca o evento do discurso ao abrigo da destruição. [...] a escrita torna o texto autônomo relativamente à intenção do autor. O que o texto significa, não coincide mais com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal, vale dizer, textual, e significação mental, ou seja, psicológica, são doravante destinos diferentes¹²⁹.

Além de fixar o discurso e garantir sua preservação pela materialidade, há implicações assumidas pela nova forma do discurso. Diferente do diálogo no qual há interação momentânea entre os interlocutores, a escrita reforça a ênfase em uma significação que foge ao controle do autor. O objetivo de elaborar e publicar tais discursos de memória tinha em vista interesses pessoais. Esse intuito de produzir uma memória difere, contudo, do trabalho do historiador, que faz dessas memórias seu objeto de estudo.

Os livros de Cabanas e Noronha trazem um caráter de denúncia sobre o que consideravam injustiças praticadas pelos representantes da legalidade, e atribuem a sua escrita o papel de esclarecer uma verdade aos leitores. Cabanas, por exemplo, argumentava que esses prisioneiros eram submetidos a trabalhos forçados, reforçando que

¹²⁸ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 157.

¹²⁹ RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 53.

“Isso ainda não constitui a vigésima parte das barbaridades praticadas por esses *defensores da legalidade*. Já que estou com a pena na mão, não posso deixar de descortinar aos olhos do povo brasileiro mais alguns atos cometidos por esses heróis”¹³⁰. Assim, Cabanas ironizava os legalistas que se propunham representantes da nação, e deixava claro o seu papel de agente da história, mesmo no exílio, por meio de uma pena na mão, o que lhe permitia exemplificar a incompatibilidade das práticas dos legalistas com o heroísmo. Por meio da publicação, Cabanas pretendia amplificar a percepção que teve daquele evento, legitimando-a por meio de uma escrita com características testemunhais.

Se o inquérito policial visa reunir material para comprovar a existências de crimes, ambos os autores usaram a mesma lógica para escrever seus livros – juntaram fatos, documentos e construíram narrativas que visavam criminalizar a ação dos representantes da legalidade. As escritas de Cabanas e Noronha foram constituídas em um caráter de autodefesa, mas também de crítica e denúncia perante a Justiça e a História, estabelecendo entre eles, em alguns aspectos, uma memória compartilhada e não completamente divergente. No texto *O massacre de Civitella Val di Chiana*, Alessandro Portelli questionou a simplificação da polarização das memórias, afirmando que

[...] na verdade, quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas um conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela "oficial" e "ideológica", de forma que uma vez demonstrada esta última, se possa implicitamente assumir autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas¹³¹.

Tanto a narrativa de Noronha, analisada neste capítulo, como a de Cabanas, a ser trabalhada mais detalhadamente no próximo capítulo, indicam a inviabilidade de uma divisão reducionista sobre as memórias em torno do Levante Paulista, que polarize entre memória oficial legalista e a memória revolucionária tenentista.

¹³⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 218.

¹³¹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA; AMADO (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 106.

CAPÍTULO 3

A COLUNA DA MORTE: A ESCRITA DE SI DE JOÃO CABANAS

Ao publicar *A Coluna da Morte*, já circulava uma imagem pejorativa de Cabanas construída pelos legalistas. As reações diante da publicação foram imediatas, motivando notícias nos jornais e comentários em diferentes espaços. Os legalistas rebatiam o conteúdo, e o livro gerava expectativa também entre os adeptos do tenentismo. O interesse dos tenentes sobre o teor do livro pode ser exemplificado com a carta escrita por Cabanas e citada a seguir, endereçada ao tenentista Simas Enéas¹ em 20 de janeiro de 1926:

Infelizmente não posso remeter-te os originais da obra porque isso acarretaria uma demora muito prejudicial aos **meus interesses**; mas se tu tens alguma cousa de interessante **digna de ser relatada** pode mandá-la que tomarei como um obséquio.

Para evitar **murmurações** que já se esboçam, **malignas e caluniosas**, autorizo declarar a quem quer que seja que nas páginas do meu modesto trabalho não há uma só linha em desabono dos companheiros da nossa jornada e nem causa que se pareça com uma leve censura aos dignos chefes que nos guiaram.

O Marechal Isidoro, meu venerado amigo, é tratado com o carinho e respeito dos quais sempre foi e é digno; eu seria e sou incapaz de fazer sequer uma crítica da atuação do ilustre chefe².

Ao escrever essa carta a Enéas, Cabanas reforçava sua fidelidade aos “dignos chefes”, buscando afastar insinuações de que pretendia se desvincular deles por meio das críticas a serem difundidas através do livro. O papel utilizado na carta tem um timbre do hotel e restaurante de José Horne, número 298, de Assunção, Paraguai, país no qual Cabanas estava exilado. Na correspondência, afirmou ter lido com interesse a carta que Enéas enviou a uma pessoa identificada apenas como Léo³, especialmente na parte

¹ Alfredo Simas Enéas também pertencia à Força Pública de São Paulo. Exilou-se em Buenos Aires e manteve estreita relação com o líder tenentista Isidoro Dias Lopes. No acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, na coleção “Cartas da Revolução de 24”, estão disponíveis no acervo digital várias cartas endereçadas a Simas Enéas, muitas vezes solicitando dinheiro para despesas dos exilados.

² Carta de João Cabanas a Simas Enéas, Assunção, 20 de janeiro de 1926, Arquivo Público do Estado de São Paulo, conjunto documental Cartas da Revolução de 1924, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (Grifos meus).

³ A referida carta não está disponível no acervo, e o apelido é a única referência existente sobre o destinatário da carta anterior, sendo que não foi possível identificar seu nome. Sei, pelo contexto, que era um tenentista exilado. Há outras cartas no acervo, identificando o remetente como Léo, e outras cujo remetente era Leônidas de Lima Castro, mas a letra não é compatível, indicando que se trata de pessoas diferentes.

referente ao livro que estava escrevendo. Antes mesmo da publicação, Cabanas se defendeu dos comentários que afirmavam ser o livro uma crítica aos demais tenentes, sobretudo em relação àquele que reconheceu como “chefe supremo da revolução”, o “ilustre chefe” Isidoro Dias Lopes. Fica claro seu interesse em publicar o mais depressa possível o livro. Enviar uma versão a ser autorizada por outros tenentes seria perda de tempo. Cabanas inverte a situação ao ser cobrado por Enéas e o desafia a lhe enviar contribuições, que seriam aceitas caso julgasse “digna de ser lembrada”. Reafirma, portanto, sua autoridade diante do texto, espaço reservado às opiniões dele sobre as experiências que vivenciou.

As intencionalidades e características da escrita de Cabanas são os temas trabalhados neste capítulo, cujas reflexões versam sobre escrita de si, memórias e autobiografia, com o foco na análise sobre as intenções e funções de sua narrativa autobiográfica. Trabalhar nesta perspectiva, em conexão com o tema que perpassa a tese, contribui para entender a ação de Cabanas para além de sua atuação no espaço de conflitos armados em 1924 e 1925. Ao fazer de si um autor, Cabanas transformou a escrita numa das estratégias para a construção de uma autoimagem positiva, expondo, além disto, suas ideias políticas.

Com o objetivo de compreender como e quais representações construiu sobre si, que universo de sentidos produziu ao escrever e selecionar o que gostaria que fosse lido por terceiros, assim como compreender seu posicionamento político, divido a análise em três partes. Trato primeiro da experiência autobiográfica de Cabanas, apresentando as discussões sobre narrativa autobiográfica, escrita de si e memória. Com base na análise de aspectos do livro *A Coluna da Morte*, observo especialmente os recursos dos quais Cabanas se valeu para fazer de si um autor, narrador e personagem principal de seu livro. O segundo item trata do Cabanas herói. Suas histórias, contadas sempre com entusiasmo, projetam em si características de um homem destemido. Observo como Cabanas ressignificou as representações negativas sobre ele, e enalteceu seu papel com as estratégias militares que usou, contextualizando a seu favor o uso da violência. O terceiro e último item aborda o Cabanas republicano. Nele, discorro sobre a construção da República ideal e de um projeto para a nação na narrativa de Cabanas. Sua concepção em torno da democracia e os parâmetros pelos quais a República deveria ser revista são avaliados.

3.1. A experiência autobiográfica de João Cabanas: escrita de si e memória

Ao povo brasileiro, representado dignamente pelos que fizeram a Coluna da Morte, a mais sincera admiração, o mais fervoroso reconhecimento e gratidão.

Àqueles que tombaram heroicamente no campo da honra - uma saudade imorredoura.

E aos que sofreram as duras e intermináveis privações físicas e morais nos presídios governistas - o esforço que fizemos em prol de sua libertação e a nossa solidariedade através do tempo e do espaço.

Às minhas irmãs Cacilda e Mercedes, todo o meu afeto. Sofrestes por minha causa: tivestes largos dias de apreensões e infindáveis noites de vigílias...

Vossas palavras de conforto, ouvidas a 5 de julho, constituíram o talismã que me acompanhou como lenitivo às saudades que sofro por vós e minha pátria.

No fragor do combate ou na calma dos acampamentos, vossas imagens me apareciam, como incitamento ao prosseguimento da luta... E na noite do exílio ainda brilham no céu do Paraguai, durante 11 meses de luta⁴.

As primeiras palavras do livro *A Coluna da Morte* revelam indícios sobre as ideias apresentadas no texto e a quem ele se dirigia. O discurso direcionado ao povo brasileiro explicava as motivações da luta armada empreendida pelos tenentes. No trecho citado, observo que Cabanas já começou com uma narrativa retrospectiva, característica da autobiografia⁵. O povo brasileiro, a luta dos tenentes e as consequências sofridas pelos insurgentes, temas anunciados na dedicatória do livro, são recorrentes no decorrer da narrativa. Os excertos acima são seguidos da reivindicação por liberdade de expressão, sob a justificativa de que “Dentro ou fora da lei todos somos brasileiros”⁶. Ao expressar seu pertencimento à nação sem que isso fosse condicionado ao cumprimento da lei, Cabanas sugere ao leitor a pensar nele como um compatriota. Ciente de ser um fora da lei, optou por expor que sua transgressão não se sobrepunha ao fato de ser brasileiro.

⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 1.

⁵ ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 75.

⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 2.

O autor estava sendo acusado no Processo instaurado pelo governo para apurar e responsabilizar os culpados pelo Levante – cuja sentença foi concluída em 1927 e revista em 1929 – no qual a Justiça procurava sistematizar provas que dessem conta de criminalizar a "revolução". Os saques a espaços públicos e privados e a depredação do patrimônio figuravam entre as principais acusações. Cabanas atribuiu sua conduta ao seu senso de justiça peculiar, condizente, segundo ele, com seus ideais para construir uma República íntegra. Por isso, o patriotismo de suas práticas estaria acima dos valores pelos quais seus atos eram julgados como ilícitos.

Na dedicatória, o primeiro tributo prestado foi ao povo brasileiro, um público a princípio muito amplo. Dada a realidade da falta de alfabetização de parte da população brasileira e de acesso à leitura no período, a recepção daquele tipo de texto se reduzia, na verdade, a um grupo bem mais restrito e específico, incluindo o público leitor dos jornais que o atacavam. Em sua escrita, Cabanas sugeria como singular o que é plural. Esse povo ao qual voltou sua atenção não era homogêneo. A expressão “povo brasileiro”, contudo, era uma abstração que cabia em sua ideia de nação. Além disso, esse povo a quem Cabanas direcionou o discurso não se limitava a seus apoiadores, o autor investiu em mostrar a necessidade de revolução e respondeu às críticas de seus adversários políticos.

Ao analisar a dedicatória de *A Coluna da Morte*, compreendo que elementos importantes do discurso de Cabanas foram logo apresentados. O povo brasileiro, termo que se repete ao longo da narrativa e em outros escritos de Cabanas, é evidenciado no livro como a razão principal da luta que se travava contra o governo. Em suas palavras, esse povo foi “representado dignamente pelos que fizeram a Coluna da Morte”. O livro é uma homenagem ao povo brasileiro, dignamente representado pela coluna que o autor comandou. Portanto, nesse trecho ele se mostra como porta voz do povo. Logo, a conclamada “admiração, reconhecimento e gratidão” propõe uma via de mão dupla: do autor para com o povo, e dos leitores para com o autor, que entende representá-los.

Desde o início do livro, Cabanas procurou criar empatia com o leitor. Mesmo estando fora do país, exilado, projetou expectativas de futuro. Sua narrativa sobre o passado recente remete essa análise ao que Koselleck chamou de *horizonte de expectativa*:

Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os

prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada⁷.

Ainda que o *horizonte de expectativa* de Cabanas lhe estabelecesse um limite bem claro, na condição de exilado político, a intenção de retornar ao país o fez se manter, através do livro e de outros escritos, ativo nas discussões. Por isso, dedicou o texto aos que enfrentaram o poder constituído e sofreram punições. Citou inicialmente os que “tombaram”, palavra que confere um sentido peculiar para a morte. Tombam os que perdem a vida heroicamente. Cabanas utilizou essa expressão ao longo do livro para tenentistas e, esporadicamente, para legalistas que, em seu entendimento, lutaram bravamente pelo seu ideal, portanto, merecedores de seu respeito. O autor aparece como um sujeito que pratica uma ação, pois é ele quem lembra desses “heróis”, que expressa o sentimento de “uma saudade imorredoura”. Cabanas fixou a memória daqueles combatentes já de início, quando principiou uma narrativa memorial e fez do texto, nesse aspecto, um documento-monumento⁸. Contar a história desses heróis, sendo reconhecidamente um líder tenentista, significava para ele contar sua própria história e conferir relevância à sua conduta militar e política, contrapondo as acusações que sofria.

Em seguida, Cabanas fez alusão aos presos políticos da Colônia de Clevelândia do Norte, no Amapá, onde foram submetidos a trabalhos forçados. Talvez, a solidariedade a esses prisioneiros tenha relação com o fato de Cabanas ter se livrado da possibilidade de ir preso praticando o autoexílio. Imaginar-se naquela condição lhe motivara a valorizar a trajetória daqueles prisioneiros, expressar empatia em relação a eles, ação essa que cumpriu com a dedicatória. Os estudos sobre a Colônia indicam que prisões como aquela eram parte de uma política de Estado, que visava retirar do convívio social indivíduos considerados indesejados, como aponta o historiador Carlo Romani:

O recurso à utilização de campos de prisioneiros nas selvas brasileiras, largamente utilizado no início da República, em dezembro de 1924 foi elevado à categoria de política de estado com a transformação da colônia agrícola de Clevelândia do Norte, na fronteira com a Guiana Francesa, em colônia penal⁹.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006, p. 311.

⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: **História e Memória**. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

⁹ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 162.

Diante dessa prática e das condições de vida na colônia, as chances de sobreviver eram escassas. Dos partícipes tenentistas “[...] para lá foram enviados 946 prisioneiros em 1924, sendo que, em 1926, 491 desses presos estavam mortos”¹⁰. Aos prisioneiros, Cabanas dedicou o livro e lembrou os esforços empreendidos por ele para libertá-los, embora não explique que esforços teriam sido esses.

Além desses personagens que estão presentes em sentido genérico no livro, Cabanas se reportou diretamente a suas duas irmãs. A escolha por citar nominalmente as irmãs pode ter sido o resultado da conversa a qual faz alusão, que teria ocorrido em 5 de julho. Contudo, vale indagar o sentido conferido às irmãs Mercedes e a Cacilda no texto. Parece haver uma ordem de importância para as representações criadas por Cabanas na dedicatória. Primeiro o povo brasileiro, que simboliza a motivação para questionar o governo e levantar as armas contra o poder constituído, buscando dar legitimidade e justificação para seus atos e encontrar no interlocutor solidariedade e compreensão. Depois, a dedicatória se dirige aos que “tomaram e prisioneiros”, entendidos como principais vítimas dos conflitos, sendo o seu texto um lugar de memória a eles. Nisto, ele se apresenta como porta-voz desses ex-combatentes, mas que então não tinham o poder de fala. Por último, na dedicatória às irmãs, ainda que Cabanas mencione a afeição por elas, ao expor as saudades que sentia, escreve sofrer de saudades “por vós e minha pátria”, numa clara referência a sua condição de exílio. Portanto, o homem descrito nos jornais governistas a partir da ferocidade e da violência que empregava contra seus opositores, procurou, ao citar as irmãs, a demonstração de sua humanidade, da possibilidade de carinho, afeto, amor, o mesmo amor que dedicaria à pátria. Ao se representar como um irmão zeloso, se opõe à imagem violenta associada a ele. Os vínculos familiares e a capacidade de sentimentos nobres constroem uma ponte entre o amor familiar e o amor à pátria e à luta do movimento. Ao evocar as irmãs, o autor aproveitou para retomar a pátria como elemento central em sua escrita. As irmãs representavam a família, a vida pessoal deixada de lado em função da causa na qual se engajara. Lembrar deste sofrimento conferia valor ao seu exílio e incitava o leitor a perceber seu altruísmo em favor da pátria.

A dedicatória instiga possíveis respostas para a pergunta que irei explorar ao longo deste capítulo: como Cabanas desejava se representar? O prólogo, que segue, também é um pequeno texto que sintetiza importantes representações sugeridas pelo autor.

¹⁰ ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Presídio Maria Zélia: Repressão política no Governo Constitucional de Getúlio Vargas**. 2018. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 82.

Assinado em abril de 1926, na cidade de Assunção, no Paraguai, a mensagem presume a relevância dos conflitos de 1924 e a intenção de verdade do autor ao publicar o livro:

Embora fosse eu **surpreendido**, a 5 de julho de 1924 pelo movimento revolucionário que irrompeu em São Paulo, desde muito já me havia enfileirado na oposição do governo Bernardes, na campanha que levantava contra ele pelos fatos que são do conhecimento do Brasil inteiro. **As páginas que vão ser lidas provam**, à evidência, o grau de **dedicação e sinceridade** com que aderi àquele grandioso movimento de revolta. **Narro, com fidelidade, os fatos que se desenrolaram sobre as minhas vistas e sobre minha ação direta.** Se mais não fiz em prol da vitória revolucionária, a bem da libertação dos briosos e altivos prisioneiros recolhidos às enxovias governistas, é porque me faltou competência militar que, até certo ponto, eu soube suprir, com a **ousadia e destemor** da Coluna da Morte e a **lealdade** com que sempre **obedeci** aos meus superiores hierárquicos¹¹.

A primeira questão posta diz respeito a sua afirmação de desconhecer a conspiração revolucionária. Não chega a ser uma crítica aos líderes que articularam o movimento, mas há a preocupação em demarcar um lugar de fala diferente: o autor é um opositor do governo que foi surpreendido naquele 5 de julho. Sua adesão “sincera” diante daquele movimento “grandioso” lhe permitiria narrar corretamente os fatos. O caráter testemunhal conferido ao livro também é ressaltado. Na frase “As páginas que vão ser lidas provam” está implícita a intenção de verdade que, na concepção do autor, seria materializada pelo seu texto. É a ideia de que sua escrita deveria servir, ela mesma, de prova. Algo que não podia fazer presencialmente, pois vivia o exílio e o processo se desenrolou sem sua presença e o sentenciou *in absentia*. A condição de testemunho ocular reforçava essa ideia de verdade: “Narro, com fidelidade, os fatos que se desenrolaram sobre as minhas vistas e sobre minha ação direta”¹². Tais expressões mostram a intenção de conferir legitimidade ao texto e demonstram como a história era então pensada: como uma marca da verdade, um testemunho para a posteridade que constrói uma imagem do sujeito que escreve, e dos outros em relação a ele. Se coloca, portanto, não só como espectador, mas como agente do processo – contudo, como visto ao final, ele sempre deixou claro que pertencia e obedecia a uma hierarquia militar. Sua noção de testemunho perpassava a intenção de se construir enquanto um homem de ação.

¹¹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 3. (Grifos meus).

¹² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Diante da intenção de validar a sua verdade, Cabanas optou pela narrativa testemunhal, enfatizando que escrevia sobre o que viveu. Ao tratar da escrita de si em cartas, Michael Foucault afirmou que “Escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro”¹³. O livro pode ser aproximado dessa perspectiva de Foucault, considerando a presença de características da escrita de si e do exercício de Cabanas em se mostrar, marcar sua presença diante de seus leitores.

Sobre essa relação entre testemunho e pretensão de verdade, Ângela de Castro Gomes afirma:

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento¹⁴.

Ao analisar o livro enquanto uma escrita de si, tal como aponta Angela de Castro Gomes, noto a forma como Cabanas avalia suas vivências, e como constrói sentidos que propõe compartilhar com seus leitores. Para validar ainda mais a verdade que gostaria que fosse aceita, ressaltava o que aconteceu “sobre suas vistas” e destacava os fatos aconteceram por meio de sua “ação direta”. O autor alerta ao leitor que conta a história que fez com as próprias mãos, se colocando no texto como personagem principal e na história como um líder tenentista. O pensamento de Cabanas a respeito da produção de uma "história" sobre si dialoga diretamente com a forma que se pensou a história nos moldes oficiais brasileiros no século XIX e que ainda possuíam eco nas primeiras décadas do século XX.

Como nos evidencia Maria da Glória de Oliveira, ao falar sobre os discursos produzidos pelo IHGB por ocasião da morte do general Osório em 1879, em sua fala, o deputado mineiro Luiz Francisco da Veiga enunciava os modos de produção da história como ocupando dois lugares distintos: um deles, o ato de escrever sobre a experiência do outro, o segundo, o ato de realizar a própria história como acontecimento. Os dois aspectos são definidos como aquele que escreve a história pela pena e o que a escreve

¹³ FOUCAULT, Michael. A escrita de si. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, (Ditos & escritos V). p. 156.

¹⁴ GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.

pela espada¹⁵. Cabanas vivenciou as duas experiências, escrevendo a história como acontecimento pela espada e compondo uma narrativa de memória pela pena.

Em seguida, Cabanas se desculpou por não ter feito mais pela causa, bem como pelos prisioneiros, a quem ele dedicou o livro. Existe uma aparente contradição que entendo como intencionalidade do autor. Cabanas escreveu não ter conhecimentos militares suficientes para levar adiante a revolução, mas o livro é um empreendimento que buscou mostrar reiteradamente o sucesso de sua liderança à frente da Coluna da Morte. Suas afirmações de obediência aos superiores hierárquicos se referiam aos líderes tenentistas, indicando obedecer a um dos maiores valores dos militares: o respeito à hierarquia. Considerado um bom militar nas práticas com os tenentes e insubordinado para os legalistas, Cabanas rebateu a acusação que sofria dos legalistas de ser insurgente. Há uma crítica implícita a esses superiores, haja vista que ganhou notoriedade com a sua coluna e não concordou com as estratégias traçadas por Prestes. Quando os tenentes comandados por Prestes optaram por sair do país para depois retornar com a coluna, Cabanas não os acompanhou. A historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes, escreveu sobre um trecho de entrevista concedida por seu pai no qual tratou da retirada de Cabanas para o exílio:

Essas revelações de Prestes são, até certo ponto, surpreendentes, pois até hoje a única versão conhecida era a do próprio João Cabanas, em seu livro intitulado *A Coluna da Morte*. O tenente não tinha interesse em contar o que realmente aconteceu naquele momento. Prestes nos dá também sua opinião a respeito do comportamento de Cabanas: 'Ele queria ir embora. O Cabanas era um vaidoso. Ele não podia compreender que a luta continuasse sem ele. Não queria continuar, estava desanimado. Era um elemento que estava mentalmente derrotado. Não queria ir embora e que a Coluna continuasse sem ele.'¹⁶

Além de escrever que Cabanas não teve interesse em “contar o que realmente aconteceu”, a autora inseriu em nota de rodapé que o livro *A Coluna da Morte* foi escrito para que o autor pudesse se justificar. Evidentemente, o livro tem como característica a justificação das ações de Cabanas, contudo, Anita Prestes acaba por reduzir o livro a uma explicação para o fato de não ter acompanhado a Coluna Miguel Costa-Prestes. A

¹⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, Jun 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100003&lng=en&nrm=iso>

¹⁶ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 176.

autodefesa explícita, que não é a única função do livro, se refere aos atos violentos, às acusações de saques, depredações, conduta militar, entre outras questões às quais o autor julgou importante ressignificar. Em contraponto às críticas que Cabanas sofria da imprensa e quicá dos próprios tenentes, visto o exemplo de Luiz Carlos Prestes, os adjetivos com os quais qualifica a si mesmo no prólogo são os seguintes: “dedicado, sincero, fiel, ousado, destemido, leal e obediente”. Cabanas faz de si um homem de ação, que respeitou a hierarquia militar quando havia consonância com os valores que carregava, e se ousou transgredir qualquer norma, o fez em defesa da pátria. Vale lembrar que ao criar sua autoimagem, está também validando e dando legitimidade ao texto que ofereceu aos leitores.

Embora o conteúdo do texto seja profundamente vinculado a trajetória do autor, ele não menciona explicitamente a intenção de produzir uma autobiografia. É o caráter autorrepresentativo de seus escritos que permite associar seus textos a um empreendimento autobiográfico, nos quais Cabanas transitou entre a expressão de si e as questões políticas daquele momento. Sobre a relação entre o âmbito individual e coletivo da escrita de si, Marcelo Pereira destaca que “embora autobiografia e memórias possam ser entendidas como uma glorificação do indivíduo, elas muitas vezes extraem sua força da representação do espaço coletivo no qual o indivíduo se insere e das tensões daí derivadas”¹⁷. Em *A Coluna da Morte*, nas apreensões tratadas pelo tenente, se sobressaíram questões do espaço coletivo nacional. É marcante que o autor priorizava, em praticamente todo o livro, a sua atuação na vida pública. Essa característica se repete em seu outro livro *Os Fariseus da Revolução* (1932). Na frase que encerra a apresentação deste livro, ele afirmaria: “A minha vida, toda ela, portanto, se resume a isso: privadamente, o meu lar; publicamente, a minha pátria”¹⁸. Dois valores são apresentados e presumem outras características vinculadas a eles. Um homem que tem um lar é um homem honrado, de família, atendendo, portanto, às prerrogativas da masculinidade vigente para o período à qual adentrava pelo caminho mais seguro: a honra vinculada à formação de uma família, embora não tivesse filhos e nem mesmo a fidelidade de sua companheira que mais tarde, de acordo com alguns jornais, o denunciou à polícia. Cabanas compreendia os alicerces dessa masculinidade e os reforçava na presença

¹⁷ PEREIRA, Marcelo. DE S. Coração andarilho: escrita de si, escrita da pátria. **Letras & Letras**, v. 26, n. 1, 23 set. 2010, p. 201.

¹⁸ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 32.

familiar muito mais evidente quando falava das irmãs, pois como homem de família, compreendia ser seu dever zelar por elas. O mundo privado aparecia como consoante para a conduta pública. Por outro lado, se publicamente vivia para a pátria, é para a pátria que assumiu seu compromisso de verdade no texto. O autor produziu um discurso que demanda análise para além da classificação dele em grupos políticos. Em sua autorrepresentação, a vida pessoal e suas relações familiares aparecem pontualmente, e sempre vinculadas à abnegação de Cabanas em favor da pátria. Desse modo, a subjetividade do autor se constituiu no jogo entre a vida pública e privada, estando sempre a vida pública em evidência.

Contudo, Cabanas não é simplesmente o autor que conta sua perspectiva sobre a história do Levante e da Coluna Paulista em *A Coluna da Morte*, nem o livro *Os Fariseus da Revolução* consiste unicamente em uma reflexão sobre a Constituinte de 1932. Os dois livros são espaços usados para mostrar um papel ativo do autor na política. Os fatos expostos contam com a apreciação de Cabanas, e soma-se a elas a descrição das ações que tomou diante de tais acontecimentos, assumindo na escrita características de uma produção autobiográfica, já que, como aponta Philippe Lejeune, “[...] autobiografia (que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala”¹⁹. Essas características são encontradas nos dois livros, com a ressalva de que *A Coluna da Morte* e *Os Fariseus da Revolução* possuem um recorte temporal relacionado a um momento da vida do autor, e não sua trajetória completa, como comumente acontece nas obras escritas para serem autobiografias. Cabanas fez da escrita autobiográfica uma resposta imediata aos opositores, que ora enfrentou pelas armas, ora escrevendo pela pena.

Lejeune chama atenção para a importância do pacto referencial na caracterização da escrita autobiográfica. A intenção de fazer uma autobiografia sugere que haja referência com a realidade e com a trajetória do autor. Por isso, Cabanas assim escreve, como vimos: “Narro, com fidelidade, os fatos que se desenrolaram sobre as minhas vistas e sobre minha ação direta”.²⁰ Por meio do pacto referencial, informa ao leitor a existência de correspondência com a realidade. O que pode ser indagado pelo leitor é a parcialidade da narrativa, e não se ela é verossímil. Cabanas cumpre o pacto referencial, possibilitando

¹⁹ LEJEUNE, Phillippe. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.24.

²⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

que *A Coluna da Morte* seja lido como uma narrativa autobiográfica. Conforme a definição de Lejeune:

Empreguei de fato a palavra autobiografia para designar, no sentido amplo, qualquer texto regido por um pacto autobiográfico, em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também [...] uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta 'quem sou eu?' consiste em uma narrativa que diz 'como me tornei assim'²¹.

O livro propõe explicar como Cabanas se tornou o famoso tenente Cabanas. Quando violento, era para fazer justiça. Nas ocasiões de depredação do patrimônio, era pela vitória da "revolução", portanto, o bem da pátria. A intenção de escrever sobre si esteve frequentemente atrelada à ideia de deixar um testemunho sobre o Levante Paulista de 1924, a Coluna Paulista e a sua vivência do exílio.

No texto *A ilusão biográfica*, o sociólogo Pierre Bourdieu avalia a preocupação dos relatos autobiográficos da seguinte forma:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário²².

A intenção do autor e os sentidos que constrói com o texto não são exatamente o que chega ao leitor, pois a apropriação depende de quem lê. Contudo, Cabanas buscava congrega suas representações com a perspectiva de sociedade que almejava, e para isso, buscava dar sentido ao que viveu e projetando o que ainda viveria.

Ao refletir sobre o que ocorre com o *eu* do escritor autobiógrafo, Verena Alberti afirma: "Em princípio, poder-se-ia dizer que, na reconstituição de sua experiência de vida, não cabe ao autor imaginar-se 'outro' e 'irrealizar' um personagem. Nesse sentido, a autobiografia, ao invés de suscitar a dissipação do eu em múltiplos 'outros', parece, ao

²¹ LEJEUNE, Phillippe. *O Pacto Autobiográfico*: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 54.

²² BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. IN FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 184.

contrário, reafirmar sua unidade"²³. Cabanas almejava uma coerência entre uma personalidade representada como revolucionária e um Cabanas na condição de exilado e julgado, entre o humano e o militar, entre o homem do espaço público, que lutava por justiça. Elementos aparentemente contraditórios são elencados em sua narrativa de forma a dar-lhes coesão, indicando sempre a constituição de um *eu* fortemente marcado por práticas de militar e por um posicionamento político.

Escrever sobre si pressupõe o intuito de arquivar a própria vida, conforme proposto por Philippe Artières²⁴. Registrar a própria vida é uma das características do homem moderno, que se utiliza dos mais diversos subterfúgios para, de alguma forma, construir e guardar a sua memória. Cabanas arquivou sua vida oferecendo aos seus leitores a sistematização de suas vivências em seus livros, nas cartas que enviou aos jornais e nas conferências que inseriu no livro em 1928. Compreendo que há intencionalidade na produção e na publicação destas narrativas com o intuito de reelaborar a imagem negativa difundida sobre ele, bem como expor publicamente suas ideias, mostrando-se capaz de reflexões contundentes sobre a política da época e de indicar as soluções para a crise da República.

O caráter retrospectivo do texto evidencia *A Coluna da Morte* também como um livro de memória. Nesse aspecto, convém pensar na apreciação empreendida pelo historiador Michel Pollak sobre a constituição de datas que marcariam a história nacional, uma memória construída e sempre em disputa, visto que a instituição de datas comemorativas implica relações de poder. Cabanas, com o livro, institui 1924 e 1925 como uma data relevante não só para São Paulo e Paraná, mas também para a nação – ele constrói seu empreendimento autobiográfico em torno desse período da história, em meio a uma disputa pela historicização do evento, já em curso, como visto no capítulo anterior. Em diversos livros publicados na época, havia a intencionalidade de cooptar a opinião pública a favor de si e da “revolução”. O caráter imediatista dessas publicações, também encontrado no livro de Cabanas publicado em 1926, pode ser observado em outros livros da época, alguns publicados ainda em 1924, como visto anteriormente. Sobre a organização da memória, Pollak assim aponta:

²³ ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 75.

²⁴ ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n 21, p. 9-34, 1998. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/arquivar_a_propria_vida.pdf.

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento - mostra que *a memória é um fenômeno construído*. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização²⁵.

Essa tarefa de organização implica seletividade. Cabanas escreveu vinculando a sua atuação aos principais acontecimentos daquele período. Ao assumir esse lugar de destaque, sugeriu que o mérito do desfecho do Levante Paulista, culminando na manutenção do movimento pela Coluna Paulista, deveu-se às estratégias militares executadas por ele. Por isso, ao longo do texto, diferentes acontecimentos contados são uma repetição da imagem pretendida, construída gradativamente, de modo a cristalizar a representação que o enunciador do discurso propôs ao interlocutor.

Nessa esteira, outro autor que auxilia a problematização da memória é Paul Ricoeur, que propõe abordar a memória de um modo diferente de autores que partem das deficiências desse conceito. Para tratar da memória a partir da “efetuação bem-sucedida”, portanto, do que é lembrado, o autor trabalha com fenômenos que na vida cotidiana são atribuídos à memória. Ricoeur se empenha em sustentar a memória como o recurso de referência que se tem do passado. A pretensão da memória é de fidelidade ao passado, nesse ponto o esquecimento não deve ser visto como uma disfunção, “mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória”²⁶. É a memória que dá significação, sinalizando que algo aconteceu.

No texto analisado existe a constante preocupação em manter uma narrativa coesa com a realidade, tal como compreendida pelo autor. Os lugares por onde passaram, as batalhas vencidas e as perdas, os fatos do cotidiano são marcados de acordo com um tempo e um espaço. Cabanas situou o leitor temporal e geograficamente. Contudo, seu trabalho de lembrar pressupõe seleção da memória, o *pacto referencial* se cumpre no texto, dentre outros elementos, por estar em consonância com outras narrativas. Lembra-se do que se dá atenção, o que faz sentido. Nesse aspecto, conforme Ricoeur:

²⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.10, 1992, p. 204-205. (Grifos do autor). Disponível em bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/.../1080. Acesso em 30 de agosto de 2018.

²⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 40.

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada a constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação²⁷.

No livro, é através da memória vinculada à realidade que Cabanas instituiu sua identidade enquanto ator social e delineou esses momentos de ação. Assim, esse indivíduo criou a si mesmo “pela escrita de si e pela escrita para os outros”²⁸. A narrativa confere a suas experiências a possibilidade de ressignificação dos sentidos da experiência vivida. Nas palavras de Leonor Arfuch, “enquanto dimensão configurativa de toda experiência, a narrativa, que ‘outorga forma ao que é disforme’, adquire relevância ao postular uma relação possível entre o tempo do mundo, o tempo do relato e o tempo da leitura”²⁹. Cabanas constituiu a si mesmo enquanto sujeito na narrativa. É nesse espaço que diz em que contexto viveu, expressou sua forma de contar as experiências e ofereceu ao leitor a sua versão particular.

Na busca da produção de sentidos em uma narrativa, a linguagem não pode ser ingenuamente considerada um recurso neutro. Em suas ponderações sobre a escrita, o historiador francês Antoine Prost afirma que a história se interessa pelo que está no interior do texto, para além do que o texto diz ou pretende contar. Segundo Prost:

Enunciado por um locutor, individual ou coletivo, é, no entanto, destinado a leitores ou auditores que dão aos termos o mesmo sentido, sem o que ele seria incompreensível. Essa *fala* singular é dita numa *língua* comum que define o espaço dos enunciados possíveis, num dado momento e para um dado grupo. [...] As maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo que, por um processo singular, dele resulta³⁰.

²⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 98.

²⁸ CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR.: Curitiba, n. 59, jul./dez. 2013, p. 116.

²⁹ ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico** - dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 112.

³⁰ PROST, Antoine. “Social e cultural indissociavelmente”. In: RIOUS, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 130.

Das maneiras de expressar linguisticamente o vivido, recorro a um exemplo do livro *A Coluna da Morte*. No sumário, dois subtítulos com palavras antagônicas revelam a intencionalidade do autor Cabanas, são eles: *Fuga do governo e suas tropas*, cujo texto se inicia na página 21, e *Triste retirada*, que se inicia na página 32. As palavras fugir e bater em retirada produzem efeitos de leitura bem diferentes, pois estão relacionadas a dois grupos diferentes e antagônicos. Enquanto fugir soa como um ato covarde, bater em retirada é uma estratégia militar. Naquele episódio, o governo e suas tropas haviam fugido para não enfrentar os tenentes, enquanto a retirada dos revolucionários de São Paulo é descrita como uma decisão acertada para o bem do povo e da própria revolução.

Percebo claramente na narrativa de Cabanas, como a “língua que se fala estrutura as representações do grupo”, no caso, são dois grupos, os representados como os revolucionários e os ligados ao governo. E o sentido que se pretende com a narrativa têm seus destinatários. A construção de si e dos eventos narrados têm como intuito alcançar o leitor e obter junto a ele a aprovação de sua conduta política. Exemplares do livro foram enviados para serem vendidos em diferentes cidades³¹. Para além do livro, o texto do livro foi reproduzido depois em outros espaços, já que partes dos capítulos foram publicados em jornais. Assim, os leitores do texto de Cabanas compunham um público bem diversificado.

Com a difusão dos escritos de Cabanas, ele pretendia levar ao público um texto que o realocasse no cenário político que vivia, demonstrando interesse pela República e reconstruindo sua imagem, tão desqualificada pelas narrativas legalistas. Para isso, ao passo que enalteceu o povo, suas irmãs e os tenentistas prisioneiros, propôs aos leitores uma imagem de revolucionário que lutava pela pátria, um brasileiro abnegado e um líder político e militar com um senso de justiça próprio. Suas qualidades eram apresentadas como uma proposta alternativa diante dos visíveis descontentamentos com a política na época. Ele oferecia, portanto, uma outra possibilidade aos que estavam preocupados com o futuro da nação.

³¹ Em Pelotas, Rio Grande do Sul, o livro *A Coluna da Morte* é anunciado pelo jornal *Ilustração Pelotense*. O anúncio é da Livraria Universal e traz uma lista dos livros chegados na última quinzena, no ano de 1927. O valor do livro era de 10\$000 e foi anunciado ao lado de obras da literatura nacional e internacional, como por exemplo *Angústia de D. João* de Menotti del Picchia e *A Mulher de 30 Anos* de Honoré de Balzac. Livros recebidos na quinzena. **Ilustração Pelotense**. Ano 1927: Edição 00010, 15 de maio de 1927, s/p.

3.2. Cabanas herói: o estrategista militar e a violência em sua autorrepresentação

A violência é frequentemente mencionada por Cabanas em *A Coluna da Morte* e se manifestava nas vivências dos enfrentamentos entre militares, cenário onde a morte era corriqueira. Ele narrou que quando seus soldados tomaram a cidade de Pinhal, em São Paulo, na data de 26 de julho de 1924, os soldados legalistas fugiram desordenados, deixando para trás suas armas, tendo se internado “[...] nos cafezais possuídos de um verdadeiro terror e pânico”³². As figuras aparentemente paradoxais de um herói militar e ao mesmo tempo um homem violento compõe as características que o autor atribui a si. Diante disso, levanto o seguinte questionamento: como é possível a construção de si enquanto herói a partir, entre outros fatores, da violência? O terror que o nome João Cabanas provocava nos legalistas foi enfatizado para marcar a posição que o autor pretendia conferir a si próprio, o de ser uma figura central e decisiva nos confrontos armados e, portanto, para os rumos do movimento.

A violência exercida por Cabanas e exposta em seu livro contém algumas particularidades, pois, na perspectiva do autor, a prática estaria em consonância com o desejo de ordem e cuidado com a nação. A prática da violência, tantas vezes associada de forma intrínseca na caracterização do comandante da Coluna da Morte na imprensa, precisa ser analisada aqui, ao se discutir a narrativa do livro, enquanto uma prática de dimensão concreta, mas também simbólica. No livro *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu tratou da dimensão do simbólico a partir da enunciação. Para o autor,

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (...) O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras³³.

Além da violência enquanto prática, existem os significados atribuídos a ela, e observar essa construção permite perceber outras nuances das expressões de si de João

³² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 76.

³³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 14-15.

Cabanas. Diante da imagem de ferocidade do tenente propagada pelos legalistas, a narrativa dele próprio compõe outros sentidos para a violência, sentidos esses pautados em uma determinada concepção de masculinidade, conforme analiso neste item.

O lugar do discurso positivo sobre a violência de Cabanas compreende o início do Brasil República, numa sociedade patriarcal na qual o papel das mulheres, de modo geral, estava longe da política³⁴. A função de zelar pela nação no âmbito público era relegada aos homens, considerados intelectualmente superiores e capazes de racionalidade, o que era reforçado até mesmo pela legislação brasileira em vigor, visto que o Código Civil de 1916 considerava as mulheres como sujeitos incapazes politicamente, as quais deveriam ser tuteladas por seus pais ou parceiros homens. Além disso, Cabanas compreendia que o zelo pela nação não deveria estar nas mãos de todos os homens, considerando que, para atuar politicamente, uma série de pré-requisitos eram necessários, tais como: masculinidade³⁵ associada à virilidade, honra, brio, credibilidade, lealdade, conhecimento político e jurídico. Essas características Cabanas considerava possuir, de acordo com a representação de si que faz no livro.

Em estudos de gênero, a temática sobre masculinidades vem sendo explorada não apenas para investigar como agiam os homens dentro em padrões de masculinidade, mas também com quais práticas se construíram estereótipos³⁶. A socióloga Raewyn Connell³⁷

³⁴ Embora o personagem não faça referência, já havia no Brasil um movimento articulado de mulheres que exigiam participação política a partir do sufrágio universal já conquistado em outras nações como os Estados Unidos da América e países da Europa. Esse movimento foi conhecido como primeira onda do movimento feminista que, além da exigência sobre a participação política, também reivindicava o acesso ao ensino, uma vez que o voto no Brasil exigia que os eleitores fossem alfabetizados. As primeiras manifestações do movimento datam do início da década de 1920, portanto, contemporâneas de Cabanas. O acesso ao voto só foi permitido à algumas mulheres a partir de 1934 com a reforma constitucionalista de Getúlio Vargas, embora ainda não se caracterizasse pelo sufrágio universal almejado. Sobre o assunto ver: SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 40, p. 169-195, abr. 2016.

³⁵ Para compreender o modelo de masculinidades em voga na época, recomendo a leitura da tese “Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)”, de Vanderlei Machado. O autor destacou que, na imprensa de Florianópolis daquele período, estava em evidência as representações do homem branco, jovem e viril. MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

³⁶ Para uma discussão aprofundada sobre subjetividades masculinas nas relações de violência de gênero, ver MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

³⁷ Por se tratar de uma mulher transgênero, é importante evidenciar que boa parte de sua obra se encontra com o nome de Robert Willian Connel.

(1995) chamou de *masculinidades hegemônicas*³⁸ os modelos de comportamento padronizados para homens a fim de atender a uma demanda de masculinidade própria de uma época e condicionada ao lugar social do agente. Ao discutir relações entre violência e masculinidade, Págés afirma:

La definición de la violencia masculina no debate aislarde del entendimiento de los procesos y relaciones sociales de género (Pineda, 2008). En un mundo construido social y culturalmente para perpetuar la posición privilegiada de los hombres en ese sistema, la violencia ha sido el instrumento mediante el cual estos han ejercido su hegemonia, legitimando el carácter patriarcal de sus sociedades. La violencia se convierte así en una cualidad propia de los hombres, indispensable para el desarrollo del modelo de masculinidad hegemónica, al cual todos los hombres deben aspirar³⁹.

Conforme as reflexões ressaltadas por Pagés, a violência não é uma qualidade inata aos homens, porém se tornou uma forma de exercício da hegemonia masculina nas relações entre os gêneros. A sociedade patriarcal propõe um modelo de masculinidade aos homens no qual a prática da violência pelos homens denotaria superioridade e força. Na interação entre o que determinada sociedade almeja de um homem na condição social e econômica de Cabanas e o esforço da escrita de si de Cabanas, observo a representação de um homem que se empenhou, tanto na luta armada como na escrita, em construir uma imagem de si levando em conta masculinidades hegemônicas. Embora Connell aponte para a impossibilidade da vivência completa do modelo de masculinidade considerado ideal, Cabanas o leva em conta ao representar suas ações, especialmente quando negou o que chamou de distorções e reforçava as aproximações ao modelo.

No livro *A Coluna da Morte* são recorrentes menções a situações de risco de morte e de sofrimento físico, que o autor compartilhava com os soldados de sua Coluna, bem como ações violentas nos ataques que comandou contra os legalistas. A exemplo disso, sobre a rendição de Catanduvas, já nos momentos finais da resistência da sua coluna,

³⁸ Connell propõe a compreensão da masculinidade hegemônica como um padrão idealizado em determinado contexto, levando em conta a interação entre o sujeito e a masculinidade hegemônica. Raewyn Connell é reconhecida por estudos de gênero e feminismo.

³⁹ Tradução de citação feita pela autora: "A definição de violência masculina não debate de forma isolada a compreensão dos processos de gênero e das relações sociais (Pineda, 2008). Num mundo social e culturalmente construído para perpetuar a posição privilegiada dos homens nesse sistema, a violência tem sido o instrumento pelo qual exerceram sua hegemonia, legitimando o caráter patriarcal de suas sociedades. A violência torna-se assim uma qualidade de homens, essencial para o desenvolvimento do modelo de masculinidade hegemônica, ao qual todos os homens devem aspirar". PAGÉS, Júlio César Gonzáles. **Macho, varón, maculino:** estudios de masculinidades en Cuba. Havana. Editorial de la mujer, 2010, p. 47.

Cabanas escreveu: “A noite avançava; os nossos soldados detonavam os últimos cartuchos e a situação era gravíssima. Impossível seria prolongar a resistência”⁴⁰. A exposição ao perigo pela pretensão de reconhecimento da masculinidade também é encontrada em testemunhos deixados por outros combatentes tenentistas. Por exemplo, nas pajadas de um soldado legalista, há a descrição de um jovem sempre disposto a enfrentar o perigo. Dentre outras questões abordadas nas poesias, encontra-se a constante afirmação da busca pelo combate, conforme o trecho a seguir: "Pois se viessem os inimigos, talvez nos divertiria, com o riso da artilharia, e o tufão da metralha"⁴¹ Esse comportamento é informado por uma cultura que acaba por incorporar discursivamente uma naturalização da violência e da coragem, tidas como características essenciais aos corpos masculinos.

Cabanas relatou ter iniciado a função de comandante com um contingente de 95 homens de infantaria, com os quais foi incumbido de impedir a concentração de tropas legalistas em Mogi Mirim, São Paulo, e nos municípios vizinhos. Ao chegarem em Campinas, São Paulo, não prosseguiram pelo trem da Mogiana⁴² porque a linha estava danificada. Ele recebeu notícias de que chegavam forças legalistas de Minas Gerais sob o comando do general Martins Pereira,⁴³ cuja vanguarda, sob o comando de major Amaral, já se encontrava em Mogi Mirim. Esse major enviou telegrama ameaçando o prefeito de Campinas que iria lhe cortar as orelhas por conta do apoio ao movimento tenentista. Cabanas criticou a postura coronelista de Amaral, revidando a ameaça e dizendo que ele mesmo pretendia cumpri-la. Somando esses soldados aos do tenente Inocêncio da Silva, da Força Pública, ao todo os legalistas reuniram cerca de 3.000 homens para formar a resistência e contra-atacar os tenentes em São Paulo. Diante dessa superioridade numérica, Cabanas escreve em seu livro – sem evidenciar que esses soldados ainda estavam espalhados pelas cidades, chegando em trens e articulando as estratégias de combate – que decidiu causar a impressão de contar com uma infantaria maior, bem como dispor de armamento pesado para garantir que esses soldados não chegassem à capital.

⁴⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 232.

⁴¹ Esse verso foi copiado no Caderno de Anotações de Ernesto Baptista Tecchio, que serviu ao exército em Cruz Alta, RS, em 1928. A autoria dos versos não foi identificada.

⁴² A Companhia de Estrada de Ferro Mogiana, com cede em Campinas, ligava ainda Mogi Mirim a Amparo, em São Paulo. O restante do trecho ligava São Paulo à Minas Gerais.

⁴³ O general Martins Pereira foi o responsável pelas forças da polícia de Minas Gerais, enviadas à São Paulo para combater a revolução.

Assim como nessa situação, em outros momentos do texto o autor mostrou como conseguiu ludibriar os legalistas afirmando uma falsa superioridade, seja em relação ao número de soldados ou das armas. Conforme Cabanas, naquela ocasião, sabendo que os telegramas seriam interceptados, “Na falta de força que pudesse contrabalançar a do general Martins Pereira, lancei mão da astúcia apresentando ao inimigo um exército numeroso, existente de fato somente nos telegramas e telefonemas”⁴⁴. Ao se apresentar como esperto, é a astúcia (portanto, a capacidade de raciocinar) que explica seu sucesso. Nesse trecho, evidencia-se que Cabanas assumiu criar realidades com suas palavras. Os telegramas e telefonemas, usados calculadamente, possibilitavam ao tenente antever as situações, fazendo uma espécie de sondagem da reação do inimigo. Em Campinas, não teriam sido os homens dos quais dispunha que definiram o sucesso da missão segundo a narrativa de Cabanas, e sim o efeito criado por sua afirmação de que contava com um contingente amplo. Ao explanar a situação em tais termos, os líderes legalistas são por ele inferiorizados por acreditarem numa informação falsa, e Cabanas assumiu o centro da narrativa daquele episódio, sendo sua iniciativa a ação que produz o desfecho favorável aos revolucionários.

Após espalhar esses boatos, Cabanas cortou a comunicação e impediu a saída de pessoas de Campinas, evitando que os legalistas tivessem ciência da real condição dos revolucionários. Esse relato se refere ao período de enfrentamentos na cidade de São Paulo, e com base na descrição oferecida no livro, se passou por volta do dia 19 de julho de 1924. Era apenas o início dos conflitos, porém, o olhar retrospectivo de Cabanas insere desde o início da narrativa a imagem de um Cabanas enquanto uma figura lendária. Os jornais ainda não noticiavam suas “façanhas”, mas no livro a violência empregada por ele visa a causar um efeito positivo, pois o inimigo temia sua aproximação, e isso lhe garantia alguma vantagem. Ludibriar, enganar, mentir, não faziam parte de um modelo de masculinidade hegemônica vigente em períodos de paz, porém Cabanas se vale desses artifícios construindo uma masculinidade própria atrelada à inventividade e à capacidade de racionalizar ações estratégicas em contexto de tensão e confronto militar. Essa possibilidade é aberta a ele em virtude do lugar social por ele ocupado naquele momento excepcional de confronto militar: ele não era um homem comum, e sim um soldado em batalha, o que lhe conferia uma masculinidade própria que destoa da masculinidade vivida

⁴⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 57.

como exemplo pelos sujeitos comuns, aos quais era incriminada a violência no seu limite mais profundo, a morte do outro, bem como interdito o ato de faltar com a palavra, mentir, já que a honestidade era premissa fundamental.

Dentre os trechos da escrita de si de Cabanas o moldando como um herói, evidencio a interessante história da “capa negra”, que teria acontecido logo após a passagem por Campinas:

Campinas tornou-se um centro de boatos que dali batiam asas e iam pousar avolumados no acampamento inimigo, lançando o **terror** nas tropas.

Entre os soldados mineiros, **meu nome chegou envolto em lendas pitorescas e trágicas**. Narravam de minhas façanhas verdadeiramente assombrosas e tanto cuidado recomendavam os oficiais para evitar uma surpresa de minha parte, que por último meu nome já servia, ele só, de espantinho aos pobres policiais das alterosas montanhas. Chegaram até o cúmulo de incutir no ânimo crente dos mineiros que possui ele uma **capa negra**, presente de **Satanás** e não havia bala que a varasse. Envolto nesta capa, o tenente Cabanas era invulnerável. O meu físico, para aquelas imaginações cheias de prejuízos e superstições era este: o italiano alto, muito alto, barba negra e luzidia, ampla cabeleira, olhar de fera sempre de sobrecenho carregado. Quanto ao meu caráter: **rancoroso e perverso sem limites, degolador e sanguinário** ao extremo; os prisioneiros que me caíram nas mãos sofreram torturas dantescas; o menos que eu fazia era cortar-lhes a língua e arrancar-lhes os olhos na ponta da espada⁴⁵.

Partindo das características que Cabanas sugeriu terem sido atribuídas a ele, o autor trabalhou em sua imagem de modo a aproveitar a condição de lendário e pitoresco para revelar ao leitor que agia com sagacidade e racionalidade frente aos adversários. Descrito como alto, de barba e vastos cabelos, além do “olhar de fera”, Cabanas apresentou aos leitores a imagem de homem forte e atento que conseguiu construir diante dos legalistas, mas contesta não só a representação física, como a de seu suposto caráter. Ele rebaixa e deslegitima a visão criada a seu respeito, desqualificando-a como “lendária, pitoresca, trágica”. Assim, apresentar a questão da capa preta tratou-se de uma estratégia discursiva do autor.

Ser dono de um nome que era associado ao diabo e que servia de espantinho para combatentes legalistas fez parte do processo que levou Cabanas a ser considerado um dos principais líderes tenentistas. Ainda que fosse subordinado diretamente a Miguel Costa,

⁴⁵ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 85. (Grifos meus)

seu nome, construído desde aquele 5 de julho de 1924, o levou a ser um dos responsáveis com êxito pela retaguarda da Coluna Paulista.

Após a primeira referência feita à capa preta, Cabanas narrou o confronto com soldados legalistas na vila de Jaguari, São Paulo. Para esse combate, os soldados de Cabanas andaram a pé por cerca de três quilômetros: "Na perseguição, o inimigo que conseguira juntar-se e ocultar-se na mata opôs séria resistência às minhas patrulhas. Estas, porém, reforçadas por um contingente comandado por mim pessoalmente, desalojaram-no, derrotando-o novamente"⁴⁶. O saldo dessa luta armada seria de quatro legalistas mortos e vários feridos. Dos soldados tenentistas, dois teriam morrido e cinco teriam sido feridos, somando apenas sete baixas para o contingente. Além de reafirmar o perigo constante, o tenente ressaltou que cuidou pessoalmente de recuperar a posição derrotando os legalistas. Assim, Cabanas fez de si um homem de ação, e na escrita, elogiou as conquistas militares do inimigo, para logo em seguida dizer como a sua iniciativa foi capaz de reverter as desvantagens nos combates. Cabanas representava a si próprio como o que se impunha frente aos legalistas. Estes até são representados como fortes, mas a valentia e a coragem do “destemido” comandante tenentista superava os outros “bravos combatentes”.

Após dominarem a vila de Jaguari, se deslocaram para a cidade de Amparo, São Paulo. Cabanas diz que a primeira providência, além de estabelecer seus soldados, foi organizar a vida pública para manter os serviços e oferecer guardas, para evitar saques ou qualquer desordem que pudesse ser facilitada por aquele contexto. A intenção, partindo de Amparo, era atacar Itapira, São Paulo.

Os elementos presentes na narrativa de Cabanas sugerem trabalhar com representações de gênero e masculinidades como um dos aspectos da construção do herói militar. As ações nas batalhas e os ideais que afirmava defender reforçavam o que a sociedade poderia esperar como valores de um homem público militar. Defensor da honra das mulheres, preocupado com a família, disposto a propiciar segurança aos civis das cidades por onde passava e acima de tudo, um comandante a serviço da nação, são estas as representações recorrentes no livro. Compreendendo masculinidade como uma forma de viver e expressar valores, sempre em diálogo com os padrões de uma época e de determinado grupo social e cultural, Raewyn Connel assim afirma:

⁴⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 59.

En lugar de intentar definir la masculinidad como um objeto (un carácter de tipo natural, una conducta promedio, una norma), necesitamos centrarnos en los procesos y relaciones por medio de los cuales los hombres y mujeres llevan vidas imbuidas en el género. La masculinidad, si se puede definir brevemente, es al mismo tiempo la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura⁴⁷.

Consonante com essa proposição teórica, ao invés de afirmar que a descrição da barba, do cabelo e do olhar de Cabanas, assim como o uso da violência e outros atributos seriam indícios de masculinidade, proponho pensar nos artifícios para a elaboração e vivência da masculinidade, que, no caso de Cabanas, foram empregados na escrita do livro. Nele, ele toma para si a função de se constituir, no e por meio do texto, enquanto um herói militar, homem valente, viril, honrado. Faz da escrita de si e sobre a Coluna da Morte uma forma de se relacionar com as representações que foram criadas por outros e de criar sua própria representação de si mesmo. Ele acentua seu comprometimento em cumprir o papel de defensor da pátria, de homem corajoso que não teria se esquivado da luta armada através do posto que ocupava, nem da discussão política. Além disto, ainda teria se mantido firme na defesa dos ideais da revolução, ainda que em condições adversas como nas batalhas quase perdidas ou no exílio. Cabanas estava dialogando ainda com os tenentistas que o acusavam. Não bastava rebater as críticas dos legalistas, era necessário, frente aos próprios tenentistas, reposicionar a sua imagem.

O segundo momento que a capa preta aparece no livro se refere à chegada do batalhão de Cabanas em Itapira, São Paulo, posição essa pretendida desde Campinas. Novamente os legalistas são valorizados pelo modo como combatiam, mas, em seguida, o autor aparece como personagem determinante da vitória tenentista. A resistência oferecida pelos soldados legalistas presentes na Cadeia Pública foi bastante elogiada no livro, eles são descritos como combatentes que não se curvaram às investidas dos tenentes

⁴⁷ Tradução de citação feita pela autora: "Em vez de tentar definir a masculinidade como um objeto (um carácter natural, um comportamento comum, uma norma), precisamos nos concentrar nos processos e relacionamentos através dos quais homens e mulheres levam vidas imbuídas de gênero. Masculinidade, se puder ser definida brevemente, é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com essa posição de gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência do corpo, em personalidade e cultura". CONNEL, Roberto. La organización social de la masculinidad, pp. 31-48. In T Valdés & J Olavarria (eds.). **Masculinidades: poder e crisis. Ediciones de las Mujeres** 24. Isis Internacional, Santiago, 1997, p. 36.

e lutaram bravamente pelo posto. Contudo, a morte do sargento Peres, seu subordinado, teria manchado a honra daqueles combatentes, conforme narra Cabanas:

Ao seguir para Itapira, sabendo que havia legalistas entrincheirados na Cadeia Pública, no edifício do fórum e na Intendência Municipal, dividi a tropa em três grupos e atacaram. Somente a Cadeia Pública ofereceu resistência.

Tomei outras disposições de resguardo à tropa, colocando-me por trás de uns sacos de cereais que retirei de uma casa de comércio. Atrás desse abrigo acompanhava-me o **sargento Peres** do regimento de Jundiá, então já comissionado em segundo tenente. Em dado momento esse malogrado companheiro, que se salientava por sua bravura pessoal, **pediu-me, gracejando, que lhe emprestasse a minha capa preta, porque essa tinha muita sorte contra as balas.** Dei-lhe a ele; vestindo-a, ergueu-se para observar o inimigo, no momento em que na Cadeia içaram uma bandeira branca. **Alegres com esse sinal de paz, nos levantamos todos** quando, da Cadeia, traiçoeiramente, manchando a honra do heroísmo daquela gente, partiu um tiro único e fulminante contra o sargento Peres, prostrando-o morto sem um gemido. **Indignado contra esse proceder tão vil e indigno, carreguei, sem olhar perigos, contra o edifício, e lá entramos em turbilhão** arrombando as portas a coice de carabina⁴⁸.

Naquele momento, a fama de Cabanas com sua capa preta já parecia ser motivo de chacota entre os seus comandados, a ponto de um deles pedir a capa a Cabanas e ele a ter emprestado. O gracejo de Peres teria impedido uma das tantas tentativas dos legalistas em conter Cabanas, já que Peres foi morto em seu lugar. Dessa narrativa, cabe observar que o ato de confiar no sinal emitido pelos legalistas foi descrito como uma atitude coletiva: nos levantamos todos. O texto sugere ao leitor a sincronia nessa ação, dissolvendo a responsabilidade de acreditarem na bandeira branca içada pelos soldados inimigos. Caso essa passagem seja fidedigna, aceitar a rendição não partiria do comandante? Ademais, é estranho pensar que os revolucionários acreditassem nesse sinal de paz, haja vista a recente morte de um dos principais idealizadores do tenentismo, Joaquim Távora, justamente ao atender ao sinal de paz. Távora foi atingido em 14 de julho de 1924, em São Paulo, e faleceu no dia 18 daquele mês. No prefácio à edição utilizada para referenciar esse estudo, José de Souza Martins, ao mencionar a segregação racial e social que se manteve, mesmo no movimento que se propunha revolucionário, menciona a morte de Joaquim Távora. Segundo Martins

⁴⁸ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 61. (Grifos meus).

[...] não é casual que se mencione que o capitão Joaquim Távora, um dos mais importantes comandantes da revolta militar, tivesse sido traído por um negro num combate na Rua Vergueiro. De trás de uma trincheira legalista, um soldado negro ergueu a bandeira branca. Levantou-se Távora para aceitar a rendição e foi metralhado pelo inimigo. Levaria alguns dias para morrer, mas o laudo mostra que teria ficado tetraplégico se sobrevivesse. Ao assinalar que se tratava de um negro, o inquérito ressalta a questão da raça, coisa que em nenhum momento se faz em relação aos muitos brancos que praticaram atos violadores das regras reconhecidas de combate, mesmo em revoltas e revoluções⁴⁹.

Se Cabanas atribuiu a todos terem aceitado a rendição, confere novamente a si o papel de agir com violência para vingar a morte de seu companheiro Peres. "Sem olhar perigos", comandou a invasão da Cadeia Pública, e ao descobrir o culpado, o fez "passar pelas armas sem mais preâmbulos"⁵⁰. Averiguou, porém, que o comandante legalista, um sargento da polícia mineira, ordenou o sinal com a real intenção de se renderem:

Depois soube que, de fato, o comandante, um sargento da polícia mineira, mandou levantar bandeira branca para render-se. Isso feito, o cabo em questão declarou em voz alta que ao **menos o comandante da capa preta necessitava morrer** e, vendo erguer-se da trincheira um homem com a referida capa, contra ele fez fogo, julgando que se tratava de minha pessoa⁵¹.

Esse é um dos trechos emblemáticos do livro. Cabanas associava a intenção dos legalistas em matá-lo com a vontade de findar a “revolução”. Vítima de tentativas de emboscadas, o tenente que sempre atribuiu a preservação de sua vida ao mérito próprio ou ao acaso, sugeriu assim ser o ator principal da resistência tenentista.

A figura do satanás ou diabo e a capa preta retornam em outras histórias que ajudaram Cabanas a falar de si através do que supostamente teriam dito a seu respeito. Incumbido de chegar a Salto Grande, viajava em um vagão após destruir trechos da via férrea e pontes⁵². A capa preta se ausenta da narrativa por mais de 40 páginas do livro. Durante o trajeto, em conversa com um desertor legalista, soube que lhe havia sido

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. Prefácio. In.: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. XXI-XXII.

⁵⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 61.

⁵¹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 61-62.

⁵² A depredação de vias de transporte frequentemente foi ordenada por comandantes tenentistas no intuito de retardar ou impedir tropas legalistas de alcançá-los. Essa função foi cumprida, em boa parte do percurso da Coluna Paulista, pela Coluna da Morte.

organizada mais uma emboscada. O soldado, até então subordinado do capitão Araruama⁵³, seria o coadjuvante da seguinte cena:

Tendo-se malogrado a expedição, voltaram os soldados cheios de surpresa, tal era a surpresa de minha passagem no ponto da emboscada; e sobre isso bordavam pitorescos comentários.

- **O diabo do Cabanas** sumiu-se!

- É a **capa preta** que tem feitiço.

- Qual **feitiço**! Dizia o **baiano**. A capinha preta foi **benzida** por um monge de São Paulo...

- O homem tem o **corpo fechado**.

Essas e outras coisas me contava o cabo, ignorando com quem falava. Em certo momento disse ele:

- Pobre Cabanas, se cai nas mãos dos governistas, está frito, não chega um pedacinho para cada um.

Nesse ponto, desatando eu uma gargalhada, lhe perguntei se tinha algum dia visto Cabanas. Olhou-me detidamente e depois, ex-abrupto, pondo-se em pé, inquiriu-me:

- O senhor é que é o comandante Cabanas, *seu moço*?

- De fato. Sou o tenente Cabanas. Sente-se.

Recusou, desculpando-se, polidamente.

- Estou bem. Não mereço sentar-me diante de um superior!

- Está com medo?

- Medo não tenho, mas dizem que o senhor gosta de degolar e eu não quero morrer na faca.

- Isso é uma fábula, na qual você, como soldado velho traquejado, não deve acreditar. A prova é que, em vez de ser degolado, vai jantar comigo, contar-me que se passa com o inimigo e, depois, posto em liberdade; salvo se quiser servir no meu batalhão voluntariamente.

O cabo aceitou os dois oferecimentos e mais tarde soube enfileirar-se no número dos mais bravos soldados da minha tropa. Chamava-se Herculano Pernambuco⁵⁴.

A capa negra, daquele que era a própria representação do diabo para os legalistas, teria sido benzida. A mesma capa que, nos boatos em Campinas, era um "presente do satanás", ou seja, ao ser benzida, é trazida para o nível do sagrado. Essa combinação de elementos sagrados e profanos organiza a narrativa, cuja experiência pertence ao narrador/autor/personagem, tanto no sentido de ter vivenciado o suposto acontecimento, quanto por ser quem o descreve. Sagrado e profano eram concepções importantes que permeavam o imaginário popular, portanto, são formas de acesso às possíveis representações dos leitores. Em sua narrativa, Cabanas se valeu da construção de um mito,

⁵³ Araruama era o apelido do capitão Agnelo de Souza.

⁵⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 103-104. (Grifos meus em negrito, e do autor em itálico).

no sentido trabalhado no artigo *Em torno do conceito de mito político*, de Luís Felipe Miguel:

Contraposta à noção corrente do mito como ideia falsa ou ilusão, há a categoria do mito na antropologia e na história das religiões, altamente elaborada (e polêmica). Da perspectiva inicial, que via no mito a expressão das ideias falsas em que acreditava a mente primitiva, permaneceu a concepção do mito como uma forma de pensamento oposta ao lógico e ao científico. Mas a ênfase é deslocada para o papel de mediação entre o sagrado e o profano, o tema privilegiado de que se ocupa (o mito como narrativa das origens) e seu uso como elemento de coesão social⁵⁵.

O mito do qual se valeu Cabanas conciliava o profano e o sagrado, e antes de ter uma conotação de mentira, possuía elementos de coesão social. A explanação sobre a capa preta serviu como estratégia discursiva para enaltecer os perigos que o autor enfrentou para defender seus ideais, e também para dizer, em outras palavras, que ele não era o diabo. O encontro de Cabanas com Herculano Pernambuco e a conversa sobre a capa preta precisam ser averiguados como componentes de uma narrativa de Cabanas. O autor reforça que os governistas o perseguiam, relegando importância a si próprio como combatente. Coloca-se, portanto, desde sua adesão ao tenentismo, como um dos principais líderes revolucionários, mostrando para o leitor que o interesse dos governistas em capturá-lo existia por conta da ameaça que seu nome representava. No livro, a caçada empreendida pelos legalistas é tratada com sarcasmo. A gargalhada, tenha ocorrido ela no vagão ou apenas no texto, é um insulto ao inimigo, posto como incapaz de aprendê-lo. Não são os poderes sobrenaturais que são evocados pela suposta gargalhada, e sim a ideia de que Cabanas, enquanto herói revolucionário, saía ileso mesmo diante do perigo que corria. No texto, a morte iminente aparece como uma perspectiva real, porém, o tenente não assume que houvesse uma preocupação em resguardar a própria vida, e usa como um recurso para demonstrar seu empenho em prol da nação e seus valores alinhados com uma masculinidade que, corajosa, nega o medo da morte, e honrada, luta pela pátria com esmero.

Na descrição do encontro com o desertor legalista, a primeira ação de Pernambuco, ao tomar ciência de quem era o moço, foi levantar-se. Ao invés de afirmar que tal gesto se justificava pelo medo, Cabanas negou essa possibilidade e sugeriu que o

⁵⁵ MIGUEL, Luis Felipe. *Em Torno do Conceito de Mito Político*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, pág., 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005&lng=en&nrm=iso>.

soldado inimigo lhe prestara reverência. Levantou-se por entender não ser digno de sentar ao lado de um superior. Ademais, medo não era um valor compatível com um soldado que logo em seguida iria se "enfileirar voluntariamente na revolução". Não há vestígios no texto das razões da deserção de Pernambuco, e ainda que não se saiba as particularidades desse caso, parece evidente a intenção de não mais pegar em armas. O uso da força e do poder determinava quem estaria de armas nas mãos, e qual proposta política defenderiam. No caso da adesão de Pernambuco às forças tenentistas, a interferência do poder atribuído ao comandante que lhe convida é evidente.

A quarta e última menção à capa preta envolve um contexto de ameaças trocadas com o legalista coronel Franco Ferreira. Cabanas enviou um emissário para Ourinhos, São Paulo, que foi preso e logo em seguida enviado para propor a rendição de Cabanas e de seu batalhão. Porém, o emissário compreendeu que Ferreira desejava se entregar, e assim comunicou a Cabanas. A resposta dos tenentes à suposta rendição foi positiva, e o emissário novamente enviado para dizer que os aceitariam na "revolução". Indignado, Ferreira teria dito que os tenentes que caíssem em suas mãos como prisioneiros seriam fuzilados. Sobre esse fato, Cabanas escreve:

Apesar de saber perfeitamente que aquele bravo coronel era e é incapaz (justiça lhe seja feita), de mandar fuzilar inermes prisioneiros e que as palavras acima lhe saíram em um de seus momentos raros de cólera, telegrafei, como resposta à S.S., nos seguintes termos: 'Espero o ataque dos governistas e saiba V.S. que todo aquele que me cair nas mãos, não mandarei fuzilar, e sim degolar'⁵⁶.

Apesar do elogio à índole do coronel legalista, Cabanas assumiu o uso de uma imagem de violência para retrucar, com truculência e virilidade, a ameaça. As frequentes menções a esperar o ataque dos legalistas complementam essa busca por demonstrar valentia, coragem e compor o "destemido" tenente. Seguro, estaria à espera dos legalistas. A ameaça de degolar os inimigos era outra estratégia usada por Cabanas, que de certa maneira chamava os legalistas para o combate, por outro os afugentava causando o terror através das palavras.

Seguido a esse caso, em Palmital, São Paulo, já em agosto de 1924, Cabanas assumiu ter incorporado ao seu batalhão todos os desertores que encontrou, tanto

⁵⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 108.

legalistas como tenentistas. Sobre os voluntários, afirmou que era natural que, naquela condição, também se alistassem maus elementos e com esses novos combatentes

[...] para se manterem dentro da disciplina, necessitavam um rigor pouco comum, às vezes **cruel**. Deve-se ter em vista que em um exército revolucionário o código penal militar é posto de lado, surgindo em seu lugar **leis de emergência** e ditadas pelas circunstâncias do momento. **Na revolução, o soldado, na falta de leis escritas, só teme o comandante.** A severidade deste, aliada à aplicação equitativa de justiça, inspira-lhe confiança. E se o comandante não teme o perigo e lhe dá o exemplo pessoal de afronta ao inimigo, não escolhendo as ocasiões, a soldadesca, então, morre dedicada ao chefe. Existe mais que disciplina. Uma ordem emanada do chefe é executada com alegria e destemor⁵⁷.

Cabanas seguiu escrevendo que os soldados lamentavam a falta de oportunidade de combater, reiterando a afirmação que teria sido feita por ele ao coronel Franco Ferreira. O inimigo teria, enfim, se apresentado em Salto Grande, onde estava, sob as ordens de Cabanas, o primeiro-tenente César, responsável pela retaguarda. Aos ver a aproximação do inimigo, César teria abandonado o posto e se retirado para Pau d'Alho. Cabanas, indignado, seguiu para lá "lançando mão de uma metralhadora e meia dúzia de homens"⁵⁸. Encontrou o inimigo que já havia passado por Salto Grande, e estava na direção ao rio Pardo. Cabanas iniciou então a perseguição, e "Da moita mais próxima poucos sobreviveram, tendo avistado perfeitamente, entre outros, o cadáver de um oficial do exército"⁵⁹. Tomaram o trem, e na parada que fizeram em Salto Grande, novamente Cabanas evidenciou que pessoalmente, junto ao capitão Lyra, resgataram os soldados que não estavam próximos à estação. Para isso, enfrentaram um "chuveiro de balas". Afirmando não ter sofrido na ocasião nenhuma baixa, o evento lhe teria propiciado uma recordação. Cabanas escreveu que: "No trem pude verificar que a minha pobre capa preta ostentava mais dois furos produzidos por bala de fuzil; uma de minhas polainas foi também brindada com outra bala"⁶⁰.

⁵⁷ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 109.

⁵⁸ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 110.

⁵⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.110.

⁶⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 111.

A capa preta desaparece da narrativa após deixarem a cidade de São Paulo. O espaço de construção no qual essa indumentária pareceu importante, talvez, corresponda ao espaço em que os legalistas se reportavam a Cabanas como o tenente que usava capa preta. Ou ainda, passado o inverno de 1924, o acessório não fez mais parte dos trajes, e por isso não foi mais lembrado nas cenas que protagonizou. Esse e outros símbolos aos quais Cabanas recorreu para falar de si representam a busca pelo reconhecimento, valorização e aceitação de seu empenho pela causa tenentista e, por conseguinte, pela nação.

A análise do livro *A Coluna da Morte* de João Cabanas na perspectiva de trabalhar questões sobre masculinidade não visa a reafirmar o estereótipo construído pelo autor, incitando a pensar que os seus traços de virilidade se confirmam através da sua escrita. Ao invés disso, a referência que o autor faz da violência experimentada por ele durante os combates desvenda tentativas de adequação da sua conduta com a masculinidade vigente, muito embora extrapole os limites dessa masculinidade, produzindo outra condizente com o lugar social que ocupava como comandante, a quem a violência correspondia a uma ação maior do que o permitido socialmente a outros homens. Por isso, ressaltou constantemente que suas ações ocorreram num momento “revolucionário”, e, portanto, de exceção. Se palavras como fuzilamento, degola, carnificina, denotam ao autor características compatíveis com a masculinidade, reforçar esses feitos na escrita de si engendrou um processo de construção de um sentido para essa masculinidade. Desse modo, a violência foi enaltecida na escrita de Cabanas, no intuito de reforçar suas qualidades de líder tenentista: aquele que garantiu a retaguarda, desalojou os legalistas em vários de seus postos, permitiu estender a estadia da revolução em São Paulo e fez justiça por onde passou.

A imagem de bravo combatente e o caráter violento que permeia a narrativa pode ser associado aos preceitos de combates trazidos pela Primeira Guerra Mundial. Os valores da masculinidade civil em tempos de paz não são os mesmos que os da masculinidade em tempos de guerra entre os soldados. Na análise sobre o modelo viril em guerras, o historiador francês Stéphane Audoin-Rouzeau afirma que

Desde o início do século XX, como dito, o surgimento da guerra moderna pareceu soar como o fim de muitas pretensões da virilidade guerreira. A partir da grande guerra, o combatente moderno é um homem deitado, e cercado pelo perigo, impotente diante da intensidade do tiro, tentando suportar de alguma forma seu próprio terror. Antes de tudo, é necessário que ele se submeta a uma prova indescritível sobre a

qual não tem controle algum, ou muito pouco. Os termos que passam a povoar tantos testemunhos dos sobreviventes são, nesse momento, "carnificina" ou então "abatedouro" - principalmente os da Primeira Guerra Mundial – a fim de assinalar a novidade dessa desumanização da guerra, onde o corpo do soldado se confunde com uma carne exposta no balcão de açougue⁶¹.

A expressão de João Cabanas “fiz ali uma verdadeira carnificina” revela as particularidades da constituição de sua virilidade guerreira. Ele foi quem promoveu a carnificina, contudo não a compreende como desumanização, afinal era diante da morte que demonstrava bravura. O corpo caído no chão, tão aterrorizante e fato que lembra a condição de todos no conflito, também serviu como alicerce na construção da representação de si. Homem viril, aquele que não teme nem mesmo a morte, é aquele que faz a carnificina e não esmorece por isso.

Sobre os homens nas guerras, o psicólogo Sócrates Nolasco, ao estudar o imaginário masculino e as ideologias de guerra, evidenciou que a luta armada pode ser entendida enquanto uma oportunidade para os homens expressarem sua identidade social, além de que "[...] as guerras põem os homens em contato com uma dimensão irracional deles mesmos"⁶². Nas palavras do autor:

As guerras nos mostram que a irracionalidade masculina, travestida em juízo moral, ganha espaço na consciência dos homens, fazendo-os desempenhar o segmento mais radical de sua identidade social. O esforço emocional exigido dos homens é enorme, na medida em que eles precisam conter todas as contradições que uma guerra encarna para tê-la como situação perfeita e isenta de arestas. Por outro lado, nas guerras os homens têm uma expressão para suas emoções. A agressividade que ela comporta viabiliza, com o consentimento social, a possibilidade de os homens se sentirem. Privados socialmente de todos os afetos oriundos de Eros, crescem acumulando e investindo esta energia, devotando-a a Thanatos. Sem outra expressão afetiva, resta aos homens manifestarem somente o que lhes é permitido socialmente: testemunhar que os afetos emergentes de suas identidades são para servir a Thanatos⁶³.

Assim, em uma guerra os homens compreendem o país como uma fonte ilusória de ordem e prazer. Participar de um conflito armado exigia controle das emoções, das

⁶¹ AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da Virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 240-241.

⁶² NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 77.

⁶³ NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 77-78.

contradições entre o que se espera de um guerreiro e o que se espera de um homem civilizado. Cabanas registrou seu esforço em conter as emoções, que foi também um meio para dizer na escrita que, além de violento, era capaz de ser humano. Na reflexão proposta por Nolasco, a manifestação da identidade social atrelada às questões políticas é analisada da seguinte forma:

Ao zelar pelas fronteiras de um país, fazem-no também pelas suas famílias e consequentemente pelas próprias identidades. Blefam para si mesmos quando no jogo sortido das guerras defendem a utopia de uma coerência política estruturada sobre inúmeras contradições ⁶⁴.

Apesar de Cabanas não defender, naqueles combates, a fronteiras de um país, ele reivindica no livro que teria lutado e realizado suas ações pela sua família – haja vista a dedicatória do livro para as irmãs Cacilda e Mercedes – e por sua própria identidade. Quanto à suposta coerência política, aqui sim várias são as "arestas" (para retomar a expressão usada na citação anterior do próprio Nolasco) deixadas pela sua proposta de República. A justiça não se estendia a todos, cidadania e participação política continuavam restritas a uma elite, e os desencontros de opiniões dentro do movimento podem ser verificados na trajetória do tenentismo.

Sobre a escrita de foro privado, Calligaris afirma que tais textos "respondem a necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido"⁶⁵. Muito embora a escrita de Cabanas no livro não fosse de foro privado, Cabanas tinha vários motivos para escrever e querer publicar rapidamente a obra, entre eles o de justificar e criar sentidos para seus atos. Ele queria processar o que viveu e elaborar para si e para os outros um novo sentido. Queria explicar que, ao lutar em prol da pátria almejada, foram mortos brasileiros. De que forma seus feitos como comandante poderiam ser narrados sem o peso negativo da morte de tantos soldados? Uma das possíveis respostas dadas pelo texto é que o eminente perigo de morte rondava também seus soldados, portanto, matar era uma defesa. Aliás, cabia a ele resguardar a vida dos seus soldados aplicando estratégias militares eficazes. Do ponto de vista militar, não haveria nada negativo nessa prática.

⁶⁴ NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 82.

⁶⁵ CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 22-24, 1998, p. 43.

Após a luta armada que tomou conta da cidade de São Paulo, os tenentes partiram em direção ao interior, segundo Cabanas, porque os legalistas estavam dizimando civis e era preciso evitar que tal situação se prolongasse. Percorridos mais ou menos 200 quilômetros desde a capital, o enfrentamento entre legalistas e tenentes propiciou narrar a seguinte cena:

Alguns corpos **se estorciam nas vascas da morte... Gritos de desespero** e o troar da corneta ordenando o prosseguimento da marcha eram ouvidos intercaladamente... E no meio daquele **quadro tão familiar já aos nossos olhos**, erguia-se a viva visão que me perseguia: Tomar Pinhal⁶⁶.

Naquele momento, diversas outras cidades haviam sido conquistadas durante a passagem da coluna. Através da pilhagem conseguiam mantimentos. Nesses lugares abrigavam os soldados e evitavam confrontos inesperados por estar entre civis. A narrativa de Cabanas é dramática em muitos trechos, de forma a destacar a sua figura no enredo – ele constrói um personagem de si mesmo por meio de uma narrativa heróica – na qual se manifesta a preocupação em se representar como um comandante militar sempre ciente de suas metas, apesar de todo o sofrimento causado nas suas ações. Conforme a narrativa, as decisões sobre o movimento da coluna são de Cabanas, mas a literatura que trabalha com esse tema dá conta de mostrar que os tenentes seguiram sempre pressionados pelos legalistas. As escolhas do comandante da Coluna da Morte eram condicionadas, dentre outros fatores, pela movimentação das colunas legalistas.

A morte cumpria novamente uma função central na narrativa. Se antes foi preciso deixar a cidade de São Paulo para evitar a morte de civis, nas batalhas travadas contra os legalistas, se tornava “um quadro tão familiar”. Naturalizar esses eventos e expor as cenas nas quais “corpos estorciam nas vascas da morte” constituem a estratégia discursiva de atribuir significados diferentes conforme quem e como morreu. Conforme Neitzel e Welzer⁶⁷ o contexto de violência de uma guerra muda os *marcos referenciais* do indivíduo, ou seja, os estímulos sociais, psicológicos e culturais permitem que, por exemplo, a violência antes descabida passe a ser tolerada e até naturalizada. Tal afirmativa permite compreender em que sentido para Cabanas a morte se tornou familiar, quase

⁶⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 75. (Grifos meus).

⁶⁷ NEITZEL, Sönke & WELTZER, Harald. **Soldados – Sobre Lutar, Matar e Morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

natural. O objetivo militar a ser alcançado se sobrepunha ao cuidado com a vida. Os fuzilamentos, degolas, ataques surpresa aos legalistas e outras mortes provocadas pela coluna se justificam em nome da luta dos tenentes. Os que morriam nas frentes legalistas são representados como incompatíveis aos anseios de progresso da nação, pautados no livro.

Após o confronto para tomar Pinhal, Cabanas visitou os feridos no hospital e disse ter ouvido de um jovem soldado prestes a morrer: “- Não se entristeça, seu tenente, sem sacrifício de vidas não há revolução. Morro contente porque vencemos e o senhor siga lutando pela vitória final”⁶⁸. Esse soldado não foi identificado nominalmente no livro e esse detalhe teria sido esquecido, segundo Cabanas, por conta da emoção do momento. Na sequência, Cabanas se comprometeu a averiguar, assim que possível, no prontuário médico. O nome que marcava a identidade da vida que se encerrou ali não ficou registrado na memória de Cabanas. O que interessou para seu registro foi o suposto aval conferido a Cabanas para seguir com a Coluna, mesmo diante de possíveis baixas. O soldado, que continuou anônimo nas edições seguintes do livro, surgiu no texto para sustentar o argumento do autor de que os soldados estavam conscientes e dispostos a pagar com a vida pelo ideal de defesa da nação. O que importa no texto não é o soldado em si, mas o suposto aval dado pelo moribundo, apesar da revolução ter lhe custado a vida, de que o enfrentamento armado continuasse. No curto espaço destinado à voz do soldado, não há resquícios dos ideais políticos que motivaram as Revoltas Tenentistas.

Um dos trechos do livro, em que discorre sobre as más condições enfrentadas por sua tropa para alcançar os legalistas em Formigas, um vilarejo no oeste paranaense, exemplifica como Cabanas compôs a imagem de si como herói. Ao ser informado de que havia dois mil soldados no acampamento onde deveria estar o comandante Rondon⁶⁹, seguiu com um grupo para atacá-los. No trecho a seguir, a ideia de sacrifício dele e de seus soldados vem à tona na narração dos fatos, com detalhes:

De quando em vez, alguns encorajavam os que tombavam, sendo os mais estropiados conduzidos por **valerosos companheiros**, que nessa **dignificante missão** subiam e desciam várias vezes os bordos daquele precipício. Quando a coluna toda transpôs esse vale profundo, tínhamos

⁶⁸ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 77.

⁶⁹ Cândido Mariano da Silva Rondon esteve à frente do combate aos tenentes em Santa Catarina e no Paraná. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>

gasto **12 horas a fio de trabalho incessante**. E os soldados estavam quase irreconhecíveis, tal o estado lastimoso em que ficaram pelo barro que amassaram com os **pés, mãos e corpos**⁷⁰.

As dificuldades impostas pelas características geográficas da região e as condições do tempo foram sentidas pelos militares, e o esforço descrito no trecho acima vem ao encontro da intenção de mostrar aos leitores a legitimidade da luta que se estava fazendo. Afinal, estavam em uma dignificante missão. Tratava-se de refazer a ideia de República, e a exaustão dos corpos e pés que amassavam barro seria recompensada. Naquele momento, restava a Cabanas enquanto autor expor, com o uso de diversos adjetivos, o que considerava a valorosa ação de seus soldados. Seus homens, caracterizados como “valerosos, cumpridores de uma dignificante missão, incessantes, irreconhecíveis e em estado lastimoso” fizeram parte também da construção da narrativa na qual Cabanas fez dele mesmo um herói. Se as ideias não bastavam, seria o sacrifício do corpo que poderia tornar viável a República almejada. Além disso, Rondon era reconhecido por Cabanas como um importante líder legalista. Foi à frente de seu comando que os legalistas obtiveram êxito contra os tenentes, forçando a saída do país para a organização da Coluna Miguel Costa-Prestes. Diante da retirada forçada, frente a Rondon, Cabanas se esforçou para ajustar o discurso valorizando os seus soldados e contrapondo a memória histórica que se construía naquele momento a favor dos legalistas. O herói passou também por situações de mártir, por isso sua narrativa conta seu contínuo sacrifício e alimenta a expectativa do leitor com pequenas e ao mesmo tempo grandiosas vitórias.

Estudar a narrativa de Cabanas faz pensar na relação desse indivíduo com a coletividade. Seu posicionamento político, seu modo de ler o mundo e as percepções que teve dos conflitos convergem com as apreensões de um grupo. É necessário compreender, interpretar e reconstruir a imagem – representação social – do indivíduo em relação a seu contexto histórico, a partir da tensão entre os dois. Sobre a relação entre indivíduo e sociedade do seu tempo, Norbert Elias afirma que

Até no caso daquelas pessoas que estamos acostumados a encarar como as maiores personalidades da história, outras pessoas e seus produtos, seus atos, suas ideias e sua língua constituíram o meio em que e sobre

⁷⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 272. (Grifos meus)

o qual agiram. [...] A crença no poder ilimitado de indivíduos isolados sobre o curso da história constitui um raciocínio veleitário⁷¹.

O autor segue afirmando que é igualmente equivocado pensar que todas as pessoas têm a mesma importância para o curso da história. Nesse sentido, Cabanas leu o conflito no qual estava imerso de acordo com representações constituídas antes e durante o processo, bem como diante da própria escrita. É verdade também que o tenente interveio no processo e procurou, por meio também de seu livro, evidenciar essa intervenção, conferindo a si mesmo um valor de ação histórica, talvez não observado por seus contemporâneos, uma vez que se trata de uma estratégia de convencimento sobre sua importância como sujeito da história nacional, história amparada na perspectiva de que apenas sujeitos notáveis por seus exemplos valorosos poderiam ser eternizados como heróis nacionais, o que certamente não ocorreria com Cabanas se disso dependesse o discurso produzido de modo oficial pelo Estado e pelos jornais governistas da época. Era preciso dialogar com as versões não desejáveis de si para elaborar essa narrativa, reinventando uma história de heroísmo que o exaltasse e legitimasse seus feitos enquanto líder, que tomava decisões e fazia escolhas. Seus ataques aos legalistas e tudo o mais, fazem de Cabanas um ator social que é motivado por um contexto de tensões políticas e que, uma vez imerso nele, nele age e o transforma como sujeito ativo da história, aquele que a produz pela espada e também pela pena.

3.3. Cabanas republicano: um projeto de nação em *A Coluna da Morte*

Deus tenha compaixão do Brasil e que o povo brasileiro, se ainda me resta uma fenda de liberdade para festejar o 13 de maio, aproveite-a, e grite de cabeça alta e soberana: 'Cuidado! a luta não cessou nem cessará nunca enquanto persistir o mesmo estado de cousas! Adiar não é desistir! Os dois '5 de Julho' não nasceram em vão! O sangue, ainda quente que corre pelas ruas de São Paulo e outros estados não foi jorrado inutilmente pelos tenazes lutadores! Os milhares de lares abandonados e esfacelados, as inocentes vítimas dos bombardeios, do despotismo, do cerceamento da nossa liberdade, do desrespeito aos nossos direitos: a afronta a constituição, aos códigos e às leis; a existência de oligarquias estaduais, de camarilhas; o servilismo dos congressistas: os assaltos ao tesouro; as fraudes eleitorais, eleições de presidentes: nomeação de assassinos para o congresso; a existência de latifúndios; as terras abandonadas; os campos emprestados; os

⁷¹ ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. In.: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1994, p. 51.

trabalhadores, operários, funcionários públicos abandonados: a sociedade brasileira insultada e pisada no seu civismo, na sua moral pela tirania inculta que governa o país, clamam e clamarão bem alto a justiça, o castigo e expulsão dessa tirania!⁷²

Em 18 de maio de 1927, o jornal *O Combate*⁷³, de São Paulo, publicou a reprodução da carta enviada por Cabanas ao jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, da qual citei o excerto acima. *O Combate* representava uma imprensa mais afinada aos interesses dos tenentes e se tornou, ao reproduzir a carta e divulgar a venda do livro *A Coluna da Morte*, espaço para a interlocução entre o autor e o público que desejava atingir no Brasil após o exílio. A carta está situada no centro da sexta página do jornal, compartilhando espaço com uma crítica à chegada de Arthur Bernardes ao Rio de Janeiro e a solicitação de arrecadação de fundos para os tenentes exilados. É significativo observar que *O Combate*, tendo São Paulo como local de publicação, faz contraponto à imagem negativa de Cabanas divulgada pelo *Correio Paulistano*, também de São Paulo⁷⁴.

A carta foi escrita durante o exílio no Paraguai, um pouco antes de retornar ao Brasil. A comemoração do dia 13 de maio, data em que a Lei Áurea pôs fim à escravidão no Brasil, em 1888, serviu como metáfora para escrever que o povo brasileiro continuava sendo escravo. Embora as reivindicações dos tenentes em 1922 e 1924 não tenham contemplado os problemas decorrentes da escravidão africana no Brasil, nem nos textos de Cabanas existia menção sobre desigualdades raciais, a apropriação da data comemorativa lhe permitiu expor novamente as ideias propostas nos dois 5 de Julho, dia

⁷² “Temos que destruir tudo para construir tudo” diz o tenente Cabanas em uma carta enviada à Manhã. **O Combate**, São Paulo: Edição 04404, Ano 1927, quarta-feira, 18 de maio de 1927, p. 6. Edições anteriores e essa anunciavam a venda do livro, assim como em uma edição posterior informa, na qual o jornal informa dispor de 200 livros para a venda. Segundo *O Combate*, os livros foram “Trazidos aqui para esse fim pelo sr. Arthur Cabanas, irmão desse heroico soldado, cada um desses volumes, que encerra a história fiel de uma jornada gloriosa custa apenas 6\$000”. A arrecadação serviria para custear uma cirurgia de João Cabanas “A Columna da Morte”. **O Combate**, São Paulo: Edição 04415, Ano 1927, terça-feira, 1 de junho de 1927, p. 6.

⁷³ O jornal *O Combate: Independência, Verdade e Justiça*, de São Paulo, foi fundado em 1924 por Acylio Rangel Pestana. Em 1927, data em que a carta foi publicada, era dirigido por Nereu Rangel Pestana, já que seu antigo diretor, o tenentista Lourenço Moreira Lima, lutava na Coluna Miguel Costa - Prestes. O jornal defendia o Movimento Tenentista. Mais informações em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Louren%C3%A7o%20Moreira.pdf>

⁷⁴ O livro de Cabanas se expandiu para além de suas páginas, sendo divulgado no jornal *O Combate*, instrumento de leitura mais rápida e com potencial para cooptar um público leitor para o livro. O jornal *O Combate* publicou em 10 de janeiro de 1927 uma nota sobre a venda, cujos exemplares aguardavam a liberação para serem comercializados desde a proibição da circulação do livro efetivada pelo Dr. Achilles Guimarães, cerca de seis meses antes. Este acontecimento revela que o livro chegou a ter a circulação proibida pelo poder público, que se valeu da censura vigente. “A Columna da Morte”. **O Combate**, São Paulo: Edição 04296, Ano 1927, segunda-feira, 10 de janeiro de 1927, p. 1.

em que, em 1922, eclodiu o Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e em 1924, o Levante Paulista ou Revolução Brasileira de 1924, em São Paulo. A linguagem utilizada por Cabanas evidencia sua formação em direito, recorrendo ao argumento de que a constituição, os códigos e as leis não estavam sendo respeitados pelo governo. Frente a isso, se posicionou dizendo que era uma "tirania inculta" a que governava o Brasil, e novamente retomou palavras caras ao direito ao afirmar que a sociedade iria conclamar "por justiça, castigo e expulsão" daquela tirania.

Na mesma página, o jornal *O Combate* noticiou uma campanha de arrecadação de fundos em favor da Coluna Miguel Costa-Prestes em matéria com o título “Aos que sofrem as agruras do exílio”⁷⁵. O objetivo era viabilizar a ajuda aos tenentes exilados. Além das doações em dinheiro, outra forma de subsidiar os exilados seria através da compra do livro *A Coluna da Morte*, que estava à venda na administração do jornal. Posto dessa forma pelo jornal, mais que um testemunho, Cabanas oferecia com o livro uma maneira de ajudar os que lutaram pela pátria e, em relação a esses e aos que defenderam o tenentismo, se colocava como um líder cuidadoso e grato. Diante disso, a página inteira serviu para valorizar o livro e divulgar a campanha para prover os tenentes no exílio. Esses fundos arrecadados serviram também ao próprio autor, dada a sua condição de exilado. A divulgação do livro demonstrava que Cabanas cuidou das vendas, enviando o material e estabelecendo redes para que seu produto fosse consumido. Se existiam pessoas interessadas em atender ao chamado de prestar auxílio aos tenentistas exilados com doações, esse mesmo público era em potencial consumidor do livro. Cabanas associou a ideia de comprar e doar, utilizando essa estratégia para sensibilizar os que estavam dispostos a prestar solidariedade e também pretendiam consumir informações produzidas pelo viés tenentista.

Retomando o conteúdo da carta, os “tenazes lutadores”, citados por Cabanas, que não concordavam com os rumos da República, travaram luta armada contra o governo alegando fraudes eleitorais e insatisfação com a política oligárquica, que consistiram nas principais críticas feitas pelos tenentes. A carta, posta ao lado do anúncio de venda do livro, em meio a uma foto de João Cabanas com o deputado Baptista Luzardo⁷⁶, e da

⁷⁵ Aos que sofrem as agruras do exílio. *O Combate*, São Paulo: Edição 04404, Ano 1927, quarta-feira, 18 de maio de 1927, p. 6.

⁷⁶ O deputado Baptista Luzardo foi um dos principais defensores da causa tenentista: "Exerceu na Câmara oposição intransigente ao governo federal, divulgando da tribuna os manifestos e reivindicações da jovem oficialidade - os tenentes - que por essa mesma época combatiam o governo pelas armas. Constituiu-se, assim, na única voz a defender a Coluna Prestes no Parlamento. Em 1925, chegou a ser preso, acusado de conspirar contra o governo. Com a posse de Washington Luís, em 1926, moderou suas críticas, mas

matéria que arrecadava fundos para os exilados, assumiu a função de sintetizar as propostas dos tenentes, bem como divulgar as ideias do autor do livro, e não atendeu ao conteúdo posto inicialmente como tema, deixando de lado a comemoração alusiva à abolição da escravatura e os temas diretamente ligados a esse evento histórico. Segue a imagem de Cabanas e Luzardo:



Imagem 8. João Cabanas e Batista Luzardo

A página inteira, entre texto e imagem, evidenciava Cabanas, servindo como propaganda do livro e do movimento. A ideia de que a luta não havia chegado ao fim é um dos principais argumentos do texto, que aponta os problemas latentes no Brasil e rememora a luta dos tenentes em favor da pátria.

mantteve-se como porta-voz dos revolucionários na Câmara" *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/batista_luzardo

Na carta, o autor se preocupou com a ausência de liberdade política, a sua, inclusive, em razão da condição de exilado. A escravidão foi somente uma metáfora para a crítica que o autor construiu. Era a sua liberdade que estava cerceada, eram seus os direitos negados. A população negra nem chegou a ser citada, apesar da menção ao 13 de maio. Cabanas se referiu e se dirigiu, genericamente, ao povo brasileiro, e a data comemorativa não passou de um pretexto para tornar públicas suas ideias e cooptar a atenção dos leitores. Ele compreendia o peso simbólico do 13 de maio como um momento de reflexão sobre liberdade, não a dos negros a quem considerava inferiores, mas a liberdade que julgava sua por direito e que cobrava da República se assemelhando - como sujeito - à ela como ideal, e se afastando na medida em que ela não cumpria suas funções essenciais. Mesmo defendendo essa forma de governo, procurava legitimar os ataques que fazia com a Coluna da Morte, em virtude de compreender que o governo não atendia à expectativa gerada pelo discurso de democracia consonante com os ideais republicanos.

Dentre as críticas atreladas ao assunto da comemoração da abolição, destaco que o latifúndio, tema presente na carta, já fazia parte da construção da República pensada por Cabanas ainda em seu livro *A Coluna da Morte*. Ao passar pelo Paraná com sua coluna, recebeu instruções para seguir até Piquiri e desalojar os legalistas, caso lá estivessem. Ruy Wachowicz tratou deste momento em um trecho de seu livro *Obrageros, mensus e colonos*:

Em reunião com a oficialidade revolucionária, Cabanas teve sua ideia aprovada, no sentido da necessidade de movimentar as tropas e não esperar o inimigo atacar. Foi então decidido que a Coluna da Morte atacaria as ilhas de suprimento de Rondon, infiltrando patrulhas através das florestas do vale do Piquiri⁷⁷.

Na marcha de sua coluna enquanto se dirigia a referida região, chegou a encontrar com Júlio Allica, argentino que mantinha o domínio de um vasto latifúndio voltado para a extração de erva-mate. Cabanas foi avisado de que Allica recebeu armas para combatê-lo, e que agia em combinação com o governo do estado do Paraná, cujo governador na época era Caetano Munhos da Rocha, do Partido Republicano. Após prender o “capanga geral dos ervais”, conhecido como Santa Cruz, solicitou a presença dos trabalhadores, e diz ter reunido cerca de mil pessoas⁷⁸. Em *A Coluna da Morte*, o autor afirmou que “O

⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy. C. **Obrageros, mensus e colonos**: História do oeste paranaense. 2ª. Ed. Curitiba: Vicentina, 1987, p. 106.

⁷⁸ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 170-172.

trabalhador do erval é, sem dúvida alguma, um verdadeiro escravo olvidado pela lei de 13 de maio de 1888, que dele não cogitou”⁷⁹. Após Santa Cruz falar em guarani ameaçando os homens que pretendiam lutar ao lado de Cabanas, o tenente o deportou, ação que lhe rendeu, de acordo com a informação em seu livro, o alistamento voluntário de “287 homens e 113 mulheres”⁸⁰. O latifúndio e a falta de atenção do governo para com essa realidade brasileira eram fatores que contribuíam para o descontentamento com a República, que para os tenentes precisava ser reestruturada⁸¹.

A relação entre a narrativa do livro e a carta, cujo tema menciona a abolição da escravatura, mostra que Cabanas fez uma analogia de um problema daquele momento presente, indicando que a República, com o governo de Bernardes, não solucionava questões como a dos trabalhadores que ainda viviam em regime de escravidão. Ao fazer tal comparação, Cabanas não diferenciou a escravidão africana da escravidão presente nas obras no oeste paranaense. E se o latifúndio era uma de suas preocupações para a realização da República ideal, o posicionamento do autor tentava a conciliação entre suas noções de civilidade, progresso e justiça social. No livro, Cabanas conta que, já no exílio e ocultando sua identidade, visitou Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e conheceu o povo dali, de “rudimentar cultura”. Após as críticas ao modo de vida daquelas pessoas, concluiu: “Avalie-se o desastre que adviria da divisão em lotes dos ervais, para entregá-los a semelhante gente ou a aventureiros...”⁸². A solução apresentada por Cabanas seria delegar a empresa Erva Mate Laranjeiras os investimentos que o Estado não tinha condições de fazer, oferecendo infraestrutura, saúde e educação.

O estabelecimento da República esteve pautado em promessas de democracia⁸³. Seus principais defensores seguidamente argumentavam que democracia e monarquia

⁷⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 173.

⁸⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 177.

⁸¹ As propostas de reforma agrária no tenentismo, entre os anos de 1930 e 1935, foram objeto de estudo de na Tese de Guilherme Pigozzi Bravo. O autor, ao trabalhar com essa questão no tenentismo dos anos 1920, destacou os diferentes posicionamentos de Luís Carlos Prestes, que entendia ser necessário uma reforma agrária mais radical, e Juarez Távora, que acreditava em uma redistribuição das terras improdutivas. Elencou ainda o posicionamento de João Cabanas, em especial em uma de suas conferências, realizada no Rio de Janeiro em 1926, na qual afirmou ser necessário acabar com os latifúndios ou ao menos taxa-los com pesados impostos. BRAVO, Guilherme Pigozzi. **Em guarda contra o latifúndio: tenentismo e reforma agrária (1930-1935)**. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, p. 96-97.

⁸² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 261.

⁸³ Em seu artigo “A República e o Sonho”, a historiadora Maria Teresa Chaves de Mello analisa como o grupo social que propôs os “sonhos” da República os inviabilizou, por conta dos interesses divergentes com a democracia plena. O projeto democrático da República não significava a igualdade de todos, afinal, seguia

eram naturalmente concepções opostas de governo, e que a possibilidade de instituir um governo democrático estava condicionada ao fim da monarquia e início de um governo representativo, eleito pelo povo. Ao mencionar o despotismo e as fraudes eleitorais, denunciava que os privilégios políticos não se findaram com o início da República, portanto, o recente sistema político já precisava ser reestruturado. Evocar o povo se enquadrava nesse discurso, por ser esse o sujeito que exerce a democracia. Sobre o advento da República, ao analisar o Manifesto de 1870 que fundara o Partido Republicano, o historiador José Murilo de Carvalho afirmou que a República era apresentada pelos defensores da democracia como a forma de governo condizente para exercer a soberania popular: “Logo, democracia e República eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegeisse todos os seus governantes”.⁸⁴ Ao apontar as fraudes eleitorais, Cabanas mostrava que o princípio básico de democracia estaria violado. Para ele, consolidado o fim da monarquia, havia a necessidade de construir uma República de fato. Como essa República demorava a acontecer, suas ideias respaldavam o título dado pelo jornal que divulgou sua carta: “Temos que destruir tudo para construir tudo”.

Quanto às demandas sociais, apesar do apelo presente nos discursos republicanos pela democracia e cidadania, temas caros a esses objetivos ficaram ocultos nas discussões sobre a República, tendo enfoque o debate quanto ao campo político e a estrutura de governo. O sufrágio universal e a ampliação do acesso à alfabetização que permitiria um aumento expressivo de cidadãos brasileiros participantes ativos da política – dentre eles os libertos e seus descendentes, que compunham uma massa de trabalhadores pobres sem acesso a direitos – faziam parte dos discursos, mas não eram empregados na prática política. A ampliação do acesso à cidadania e, por consequência, a direitos sociais nascidos de novas formas de viver a experiência do trabalho e a vivência urbana industrial que começava a emergir, por exemplo, não se faziam interessantes ao pequeno grupo que dominava a cena política nacional, que via essa ampliação como uma ameaça à sua hegemonia.

teorias como o positivismo, o evolucionismo e o cientificismo, concordando que não havia nivelamento entre todos, e a igualdade se restringia, portanto, à liberdade de buscar a evolução. MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. **Varia hist.** [online]. vol.27, n.45, 2011, p. 126.

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pág. 141-157, junho de 2011, p. 146. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso>.

Conforme Carvalho aponta sobre o início do século XX: “Pode-se concluir que, de fato, houve redução do leque de temas dentro do campo republicano. Os textos mais importantes concentraram-se em discutir o regime político e a forma de organização do Estado e da composição do corpo político”.⁸⁵ A carta sobre o 13 de maio de Cabanas segue essa mesma direção, pois tratou mais sobre a organização do Estado. Problemas fundamentais para pensar a igualdade na sociedade brasileira da época foram negligenciados por Cabanas, ao apresentar seus pensamentos sobre a República, bem como o fizera a elite política. Talvez, a explicação para isso seja que ele se amparava em suas narrativas numa República ideal, a qual gostaria de pôr em funcionamento, e nessa República ideal não haveria lugar para os negros, a quem a civilidade não alcançaria⁸⁶. Sua preocupação com a escravidão nos ervaais, por exemplo, estava vinculada a necessidade de levar a presença do Estado e garantir a produtividade daquelas terras.

Para além de discutir seu projeto político, o envio da carta para publicação deve ser visto como uma estratégia de reaparecer na esfera pública brasileira. Cabanas não queria cair no esquecimento, tinha a intenção de ser reabilitado politicamente já que sua imagem pública estava deteriorada. Para isso, é preciso trabalhar com o estigma de homem violento que ele carregava, imagem essa resultante da leitura feita de suas ações e da publicação de notícias nos jornais que o moldaram como tal. O antropólogo e sociólogo Erving Goffman⁸⁷ trabalhou sobre estigma numa perspectiva que auxilia na compreensão sobre a escrita de si de Cabanas. Sobre a relação que se estabelece entre a pessoa estigmatizada e o grupo, Goffman escreve:

Mas todos nós, como afirma às vezes a sociologia, falamos do ponto de vista de um grupo. A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, "diferente", e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo⁸⁸.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, pág. 141-157, junho de 2011, p. 153. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100007&lng=en&nrm=iso>.

⁸⁶ Esse argumento se respalda em trechos do livro que expressam a ideia de superioridade racial dos brancos, conforme será analisado a seguir ainda neste item.

⁸⁷ Uma análise sobre o estigma conferido à Cabanas também segue esta perspectiva no prefácio escrito por José de Sousa Martins.

⁸⁸ GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada Tradução: Mathias Lambert. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1891, p. 106.

Em *A Coluna da Morte*, uma das estratégias de Cabanas para lidar com a diferença que a imprensa legalista lhe imputava, foi mostrar através de seus relatos, que suas práticas violentas não se distanciavam dos legalistas. A exemplo disso, justifica a violência do conflito de Formigas, no Paraná, dizendo que não foi exatamente uma degola, mas sim ferimentos a facão ocasionados pelas circunstâncias da luta que travou⁸⁹. Logo em seguida, expôs ao leitor o quanto a violência era utilizada também pelos legalistas:

Desejava que me dissesse o capitão Alcides Mendonça Lima Filho como qualificar o procedimento do oficial governista que consentiu em Catanduva, que alguns facínoras, vestindo o uniforme do exército brasileiro de tão honrosas tradições, se apossassem de um sargento revolucionário, Manoel d'Oliveira, e depois de fazê-lo prisioneiro, o castrassem, cortassem-lhe as orelhas e em seguida o abandonassem nesse estado, até que a vida lhe esvaísse com a última gota de sangue!...⁹⁰.

Nesse trecho, percebo a tentativa de se reabilitar politicamente assumindo o estigma a ele imputado, e fazendo o contraponto em escancorar quão mais graves e perversas seriam as práticas dos legalistas. Que estranhamento poderia causar a degola diante da castração? Na narrativa, esse jogo de contraponto entre a aplicação da violência dos legalistas e dos tenentes foi recorrente.

A queda da monarquia aconteceu paralelamente com a abolição da escravatura no Brasil, sendo que o imaginário social era permeado pelo preconceito racial e um estereótipo de que o negro representava o atraso da nação. Falar em igualdade de direitos era algo complexo, visto que historicamente havia desigualdades sociais legitimadas pela sociedade escravista. Quanto a isso, a historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que a Constituição de 1824 "[...] também reconheceu como cidadãos brasileiros, para gozo de direitos civis, todos os 'homens livres' nascidos no Brasil, mesmo que 'de cor', não importando se esses homens já tivessem sido escravos ou tivessem apenas ascendência escrava"⁹¹. Assim, pelo menos perante a lei, uma parcela da população negra do país

⁸⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 216.

⁹⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 216.

⁹¹ GOMES, Ângela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 156.

adquiriu igualdade de direitos, mas, na prática, como também afirma Gomes, nem sequer a abolição da escravatura conseguiu modificar consideravelmente a condição social do negro:

[...] sabemos que a abolição não desencadeou um processo que significasse grandes melhorias para a população negra, do mesmo modo que a República, de imediato, não representou a vigência no país de práticas políticas representativas muito diferentes das experimentadas no período imperial⁹².

Mesmo a República não produzindo inicialmente grandes mudanças para a população, a nova perspectiva política colocou em pauta a questão dos direitos no Brasil e é possível encontrar exemplos da busca por espaço de atuação política e cultural. As historiadoras Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas, que analisaram a comemoração dos 21 anos da abolição da escravatura, apontam que os festejos de 1909 na capital federal serviram para a comemoração da entrada de Manoel da Motta Monteiro Lopes na Câmara dos Deputados, um político declaradamente negro. A festa contou ainda com a presença de Eduardo das Neves, o Crioulo Dudu, o qual se destacou no cenário artístico, chegando a ser contratado por importante gravadora da época, a Casa Edison. Uma das principais contribuições do texto das autoras reside em pensar que o exercício da cidadania era restrito, mas a igualdade de direitos assegurada pela constituição gerava uma diversidade de experiências expressas culturalmente e na atuação política⁹³.

Esses dois personagens questionam as desigualdades raciais, o que já deveria ter sido superado por meio da abolição e da República, contudo, caberia ainda tornar efetiva a igualdade desejada. Essa tese se relaciona com essa discussão, afinal trata de um período em que a cidadania estava em evidência nos discursos políticos e as representações sobre o negro não haviam sofrido grandes alterações desde a abolição. Assim, percebo que a igualdade de direitos e deveres é o que garante a possibilidade de cidadania, mas o livro *A Coluna da Morte* e os jornais consultados revelam que a segregação racial esteve presente mesmo em momentos marcados por um discurso de luta por direitos, como é o caso das Revoltas Tenentistas.

⁹² GOMES, Ângela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 157.

⁹³ ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada "a ocasião da negrada bumbar": comemorações da abolição, música e política na Primeira República. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 97-120, jun. 2011, p. 99.

A exemplo disso, em seu livro, Cabanas narrou um fato protagonizado por um soldado negro chamado por ele de feiticeiro. O soldado "de cor preta" teria se infiltrado na Coluna da Morte para envenenar os praças mais proeminentes com uma bebida que lhes causava "loucura temporária".⁹⁴ Dada a recorrência de sinais dessa "loucura" e havendo indícios do envolvimento do soldado, o comandante da Coluna da Morte afirma que, interrogado, o suspeito confirmou sua responsabilidade. Ao chamá-lo de "soldado de cor preta" e "feiticeiro", Cabanas reproduziu preconceitos em relação a religiões afro-brasileiras. Em suas palavras,

Concluindo o inquérito e provada a responsabilidade do Feiticeiro, condenei-o a ser fuzilado, sentença que foi imediatamente executada, e as margens do Paranapanema serviram de túmulo para esse desgraçado que na sua **incôscia bestial de africano**, a quem a **civilização** e os **sentimentos humanos** conseguiram amortecer os **instintos selvagens**, servia miseravelmente de braço executor para outros **instintos ainda mais selvagens**, pois vinham de **civilizados e conscientes**, porém pulhas e covardes que se protegiam com distância em que se achavam⁹⁵.

Nessa descrição, o negro, naturalizado enquanto selvagem e singularizado pela expressão "o africano", teria servido para consolidar os planos de homens "civilizados e conscientes", ainda que demonstrassem, com aquela ação, serem mais selvagens que o próprio "feiticeiro". A denominação empregada no texto remete ao preconceito religioso do termo "feiticeiro", como eram chamados no início do século XX no Brasil os praticantes do candomblé⁹⁶. O negro morto "nas margens do Paranapanema" só teria conseguido enganar os tenentes por ter se passado por soldado. Se o nome lhe é negado, não há no texto alusão ao sepultamento. Pelo relato, o corpo ficou lançado ao chão, nos arredores do rio, do qual as margens lhe serviram de túmulo. A imagem representada textualmente propõe consonância com a descrição do próprio soldado, um "selvagem" a quem o tratamento digno após a morte deveria ser dispensado.

Décadas após a abolição da escravatura e num contexto de luta por direitos, a diferença de cor e o preconceito com religiões não católicas condicionou o discurso na

⁹⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 105.

⁹⁵ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 106. (Grifos meus)

⁹⁶ As acusações por feitiçaria se remetiam principalmente a prática do candomblé. Sobre essa temática, João José Reis escreveu o livro "Domingos Sodré: um sacerdote africano", e analisa a trajetória do escravo liberto que foi preso na Bahia em 1862. Na acusação, um dos motivos elencados para a prisão foi que a polícia encontrou "objetos de feitiçaria". Ver REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

atribuição de características pejorativas àquele soldado negro⁹⁷. Seu "estado mental de africano" lhe imputava um instinto selvagem, que fora amortecido pela "civilização", afinal, o soldado conseguiu se aproximar dos soldados da Coluna da Morte. Cabanas se referiu à condição do soldado como "bestial, de ascendência africana" para compará-lo aos legalistas que lhe incumbiram da função de envenenar revolucionários, dizendo que esses seriam piores ainda, porque seriam "conscientes e civilizados". Dessa forma, o soldado "de cor preta" foi apresentado como condicionado a agir pelos seus "instintos naturais". Se o livro pretendia formular um projeto político para a nação, essa passagem permite inferir que o cidadão ideal na representação de Cabanas não poderia ser negro. Ao contrário, o autor manifestava concordar com as doutrinas raciais do século XIX, a saber, o evolucionismo e o darwinismo social, teorias que afirmavam uma inferioridade racial para os negros, que só poderiam adquirir civilidade a partir do contato com o branco⁹⁸. Nesse caso, a igualdade e a justiça social pretendidas, expressas ao longo do livro, não são estendidas a todos os cidadãos da República.

Desde o século XIX as elites intelectuais e políticas brasileiras tentavam produzir um modelo de nação e, nele, à exceção do que fazia a literatura indigenista⁹⁹, havia o apagamento de indígenas, de negros e de caboclos como sujeitos dessa identidade nacional. Considerando o trajeto percorrido por Cabanas, ocultar a presença da população indígena no Paraná e em São Paulo naquele período indica uma escolha que marca o posicionamento político do autor em torno dessa questão. Assim como em outros espaços de poder, ocorreu aqui o apagamento da presença indígena nessas regiões. No cenário nacional, esse apagamento era visto como necessário para a composição da ideia de nação civilizada e em progresso, uma vez que teorias como a de Auguste Comte (que viria a influenciar de modo direto o movimento republicano brasileiro, ao ser lido especialmente pelas lideranças militares que encabeçaram a proclamação da República, em 1889)

⁹⁷ Em "O espetáculo das Raças", Lilia Schwarcz evidenciou a presença do pensamento positivista e cientificista na sociedade brasileira do século XIX e início do século XX, mais precisamente entre os anos de 1870 a 1930. A autora destacou a formação em Direito oferecida em São Paulo, - onde Cabanas estudou, - como um espaço para a validação do pensamento preconceituoso em relação ao negro implícito nessas teorias.

⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 43.

⁹⁹ A literatura indigenista é compreendida como uma forma de valorização da cultura indígena conferindo ao índio lugar central em narrativas literárias. No Brasil, são exemplos dessa literatura os irmãos Villas-Bôas. Para saber mais sobre essa temática, ler: FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, 26(1):67-76, jan./abr., 2014.

tratavam da desigualdade “inata” das “raças”. Na lei dos três estados, Comte classificava as raças por um ordenamento hierárquico e evolutivo de capacidades e aptidões que relegavam aos homens negros a uma condição inferior na escala evolutiva e marcava para eles a incapacidade de civilidade, maior propensão à violência e à permanência de uma cultura subalterna. Essa teoria, ampliada pela releitura dos estudos de Charles Darwin, possibilitara a autores brasileiros, como o médico Raimundo Nina Rodrigues, desenvolver ampla discussão sobre a inferioridade negra, que seria um dos motivos da dificuldade do Brasil em alcançar o progresso tão almejado. Era necessário subjugar os negros dessa sociedade.

Outras teorias do início do século XX, que ainda bebiam dos debates articulados quando da tentativa de construção de uma identidade nacional no período imperial, apontavam para a capacidade dos brancos em regenerar a sociedade a partir da mistura racial que embranqueceria a nação. Esse debate se estendeu por toda a primeira metade do século XX. Até os anos 1930 esteve em voga no Brasil o movimento eugenista que, articulado ao movimento sanitaria, questionava a mistura racial, condenando, a exemplo do que ocorria no século XIX, a miscigenação. Somente a partir de 1930 o discurso em torno da miscigenação ganhou novos contornos e se transformou na bandeira da identidade nacional: um país múltiplo que a todos aceita¹⁰⁰.

Cabanas esteve em contato com esses debates. Se no livro declarava acompanhar as notícias por meio de jornais, isso indica que estava atento às discussões em voga naquele período. Outro indício que sustenta essa afirmação é a própria concepção que tem acerca do negro, muito condizente com os discursos racialistas e da criminologia forense de autores como Lombroso e Ferri, que ele conhecia a partir de sua formação acadêmica, e que era marcada pelo reforço da inferioridade por meio da observação das características físicas dos negros, associadas à violência e à irracionalidade.

O tenente se representou como militar inteligente, justo como cidadão e destemido como soldado. Apesar da complexa imagem negativa de si com a qual precisava trabalhar, elaborou uma memória projetada para que encontrasse ressonância na coletividade. Sobre a memória enquanto constitutiva da identidade, o historiador Michel Pollak ressalta que:

Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de

¹⁰⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1a - ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si¹⁰¹.

As qualidades que Cabanas atribuiu a si no livro são, antes que características, argumentos constitutivos da imagem que ele buscou criar, buscando por meio da narrativa compor uma continuidade e coerência para sua pessoa. Nesse olhar retrospectivo para os eventos dos anos de 1924 e 1925 e na composição de si enquanto comandante da Coluna da Morte, o autor ao mesmo tempo conectou passado, presente e futuro. A respeito das aspirações que se tem ao se narrar uma história, o historiador Alistair Thomson apontou que nesse processo “identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”¹⁰². Cabanas pretendia, certamente, construir uma imagem pública que lhe permitisse não apenas retornar do exílio, mas também buscava reconhecimento pelo seu esforço em prol da nação. Sendo procurado pelo governo, em razão do processo contra ele e os demais tenentes de 1924, e ainda se encontrando em desacordo com boa parte dos tenentes¹⁰³, o livro foi uma tentativa de perpetuar o seu ponto de vista sobre a própria atuação no movimento.

Ao deixar a Coluna e entrar no Paraguai, a escrita e publicação do livro se tornou para Cabanas uma forma de se manter ativo nas discussões e no cenário de confronto com o governo. Cabanas preparou seu retorno à vida pública e política apresentando uma proposta para a nação e a República, respaldado por seu senso de justiça. Ao analisar o livro, percebo que o projeto de nação de Cabanas estava fortemente amparado pelo discurso de “republicanização” da República. Para ele, os valores não alcançados no início da República precisavam ser revistos e aplicados, garantindo o voto secreto, justiça social e equilíbrio entre direitos e deveres conferidos ao povo. Essa sua República ideal, entretanto, também era marcada pela exclusão, haja vista a representação de Cabanas sobre as mulheres, os negros e a ausência de menção à população indígena.

Nas memórias de Cabanas há a argumentação dos tenentistas em favor de mudanças no governo dos anos de 1920. Os objetivos da “revolução” aparecem paralelamente ao relato de baixas no grupo legalista, de modo a retomar a ideia, embora

¹⁰¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.10, 1992, p. 204. (Grifos do autor). Disponível em bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/.../1080. Acesso em 30 de agosto de 2018.

¹⁰² THOMSON, A. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, v.15, 1997, p. 57.

¹⁰³ Um exemplo disso é o caso do depoimento de Luís Carlos Prestes à sua filha e historiadora Anita Leocádia Prestes mencionado anteriormente.

não tenha usado esse termo, de crime de relevante valor social. Para justificar os legalistas mortos, Cabanas sobrepôs a necessidade de fazer aquela “revolução” para construir uma República de fato, com justiça social e progresso. Havia a propaganda do governo acusando os revoltosos e opondo-os aos soldados legalistas com o discurso de manutenção da ordem vigente, o que mudou a partir dos anos 1930 e a nova posição ocupada por ele em relação ao governo de Vargas. Cabanas apoiou a Revolução de 1930, porém logo em seguida passou a contestar o governo. No livro de 1926, para contrapor as notícias dos jornais governistas e os outros discursos que o atacavam, Cabanas faz de si um mártir, e um exilado cerceado de seus direitos civis, contestando a imagem de líder violento e perigoso à sociedade por seus opositores.

Em seu projeto de nação, Cabanas julgava desempenhar um papel exemplar. O líder da Coluna da Morte propôs um Estado guiado por homens representados como ele, com capacidade de organização, senso de justiça e de sacrifícios imensuráveis em favor da pátria. Em relação aos sacrifícios, a relação estabelecida com a morte tem um papel peculiar. Era necessário coragem diante do risco de morte, renúncia à vida se fosse preciso em “benefício da causa”:

A disposição moral do punhado de bravos que eu comandava era tal, que nenhum soldado tinha sequer a esperança de sair com vida da revolução. Espontaneamente cada um renunciou à vida em benefício da causa que defendia, pedindo sempre ser colocado nos postos de maiores sacrifícios. É por isso que depois da tomada de Pinhal os soldados começaram a chamar de "Coluna da Morte" o batalhão que organizei que estava sobre o meu comando. Essa designação foi aceita por todos e também pelo povo.

"Coluna da Morte", para os maus brasileiros, para o despotismo, para os representantes e defensores do governo que a revolução combatia. E, como sempre estive identificado com os meus soldados, aceitei o título de comandante da "Coluna da Morte", e dispus-me com ela a enfrentar todos os perigos e combater sem consideração de número¹⁰⁴.

Ao contar como seu contingente passou a se chamar *Coluna da Morte*, o autor explicou a quem serviria a qualificação atribuída à sua coluna. Não seriam bons brasileiros os que defendiam o governo. A morte, contudo, se apresentava como um destino possível a ele próprio e seus soldados, característica que enaltece ainda mais a sua narrativa que ressalta o sacrifício. Dizer que seus soldados se dispunham a morrer pela

¹⁰⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 77.

pátria cumpre duas funções. Primeiramente, a de apaziguar, ao menos na narrativa, a tensão diante da morte dos soldados. Outra função é a construção do brasileiro ideal, aquele que colocava sua vida abaixo dos interesses da nação, e aceitava a missão de fazer frente, com armas, aos que se opunham à revolução.

Para alcançar a República ideal, o Brasil precisaria de homens como ele, defensores dos valores que levariam a pátria ao progresso e que priorizavam o bem comum ao invés dos interesses pessoais. Essa abnegação implicaria em se expor aos riscos das batalhas, reagindo com violência caso fosse necessário. Como visto, os atos de violência praticados sob o comando de Cabanas implicaram ações de degola, fuzilamentos, castigos físicos e outras formas de controle sobre o corpo do inimigo e de soldados subordinados a ele, que por algum motivo destoavam parcial ou totalmente das regras por ele estabelecidas. Essa violência se manifestava atrelada à concepção de masculinidade associada a um homem que liderava uma ação militar. Ações truculentas são ressignificadas no livro enquanto atos necessários em prol da revolução. A descrição feita no livro do contexto político em que se inseria mostra uma situação limite, para a qual a solução, no entendimento do autor, seria combater com armas os governistas e, dada a vitória, reestruturar o governo republicano. Ainda no primeiro capítulo do livro o tenente diz que "[...] estava orgulhoso de ser comandante de brasileiros heróicos, ainda que essa luta se travasse, com muito pesar, entre irmãos"¹⁰⁵. Estava em jogo para ele a pátria, a justiça e algumas das demandas sociais da República. Diante disso, as mortes de soldados inimigos ou de seus próprios combatentes são representadas como parte do sacrifício de Cabanas na intenção de regenerar a República.

Outra abordagem significativa presente no livro sobre a violência e a morte ocorre ao se representar a tomada de Santo Anastácio, em São Paulo. Cabanas retomou um recurso usado em situações em que ocorreu violência extrema: afirmou sua impossibilidade de expor os fatos. Nas palavras de Cabanas: "Descrever aquele momento é impossível para minha pena"¹⁰⁶. Essa impossibilidade para efetivar a narrativa parece, antes de tudo, um silêncio proposital. Em seguida Cabanas apresentou as sensações, segundo ele contraditórias, que precisou enfrentar:

¹⁰⁵ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 39.

¹⁰⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 130.

Sentia emoção de alegria e de pesar... Um emaranhamento de sentimentos corria pelo meu íntimo. A **alegria natural de militar e revolucionário** que vê o desenvolvimento de seu plano em todos os seus detalhes acompanhando em todas as suas fases e seguro daquilo que previu. **Pesar por ver que meus irmãos, meus compatriotas**, iam alegres, despreocupados, diretos à nefasta zona que se tornaria para eles em **matadouro e onde ia jorrar o sangue de tantas vidas preciosas e úteis para a Pátria**.

Militar e revolucionário, esperava e desejava ansioso o epílogo do drama de Santo Anastácio. Como **humano**, tinha às vezes ímpetos de gritar para aqueles infelizes: Parai!¹⁰⁷

A dualidade declarada entre alegria e pesar propõe dividir, usando sentimentos como critério, as emoções de um militar e revolucionário e as de um Cabanas humano. Como explicar a alegria diante da morte? Esse sentimento só se torna aceitável para o leitor diante do argumento de separação entre o combatente e o homem. Para contar suas façanhas à frente da Coluna da Morte, as narrativas heroicas que envolvem violência foram indispensáveis, então, fazer um contraponto se mostrando também humano permitiu propor empatia ao leitor. A narrativa heroica se sobressaiu. O lugar dos argumentos no texto importa, e Cabanas expôs primeiro sua emoção de alegria, o seu *eu* militar e revolucionário. Mesmo quando revelou seu "ímpeto humano", recorreu a racionalidade de não desistir de seu plano. A razão compõe a civilidade conferida a si. Novamente os eventos se passam com anônimos. Os soldados, tratados assim de modo tão genérico, não são mais que vidas potencialmente "úteis para a pátria". Os adjetivos usados para os soldados legalistas são de "irmãos" e "compatriotas", ambos se remetendo à nacionalidade. Mas, o projeto dos tenentes precisava ser defendido, então, estar com armas a defender o governo autorizava a morte de irmãos.

No livro, ao aludir aos soldados tanto "legalistas" quanto "revolucionários", geralmente não há referência a nomes, são sempre simplesmente soldados, um, dois, ou oitenta mortos como na retirada de São Paulo. Porém, quando a desventura ocorreu a um comandante, mesmo se tratando de um legalista, Cabanas conferiu atenção aos episódios. A postura do autor expressa, novamente, sua visão enquanto militar. Para aquelas mortes, a repercussão pedia que as mencionasse, afinal, não seriam mantidas de forma anônima em outros espaços. Talvez, lhe pareceu prudente contar a seu modo sobre como aconteceram. O já abordado conflito em Formigas, no Paraná, também foi cenário de

¹⁰⁷ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p.130. (Grifos meus).

mortes, as quais Cabanas se preocupou em justificar de modo mais detalhado, como na morte do comandante legalista Clementino de Oliveira e do médico Baptista Leite¹⁰⁸.

Um caso curioso passou-se no momento da carga. O meu grupo, ao transpor uma pequena elevação de terreno, deu de frente, a uns oito passos, com um oficial sentado em uma metralhadora e que nervoso atirava. Tomado assim de surpresa, foi morto com um tiro de revólver, em pleno coração. Esse oficial chamava-se Clementino de Oliveira. Ao **valente patrício** oficial e àqueles que **heroica e honrosamente** enfrentaram e **caíram** em Formigas à frente das armas do meu batalhão, **a minha homenagem de respeito!... Bravos!** Bravos porque não fugiram e souberam defender denodadamente o seu acampamento¹⁰⁹.

Sobre Oliveira, termos como "carnificina" ou "matadouro" foram substituídos por "caíram à frente das armas". Clementino de Oliveira não era apenas um inimigo da revolução. Como oficial, também exercia função de comando. Cabanas elogiou o que lhe pareceu oportuno, o que assimilava à sua imagem, a saber, a valentia, a honra e a defesa de seu posto. Não conferiu a Clementino de Oliveira o lugar de herói nacional, mas valorizou sua atitude heroica. Não estava como Cabanas defendendo a pátria, estava defendendo seu acampamento. São nesses detalhes que observo estratégias discursivas que permitem uma construção de si e dos outros através da qual Cabanas afirmava cumprir com os preceitos do ethos militar. As características que poderiam ser consideradas inadequadas ao tenente são trabalhadas sutilmente, de tal forma que a justificação de suas escolhas políticas e militares ora estão explícitas, ora diluídas em elogios a outros partícipes das batalhas, como o caso de Clementino de Oliveira.

Sobre a morte do médico Baptista Leite, o autor fez um breve comentário, iniciando o parágrafo com uma informação positiva a seu respeito: ordenou recolher todos os soldados feridos, inclusive os legalistas, e providenciou os cuidados possíveis. Em seguida, atribui ao próprio médico a "imprudência" que lhe causou a morte:

Morrera no ataque o respectivo médico diretor, Dr. Antonio Baptista Leite, por ter cometido a imprudência de abandonar o hospital correndo para o centro do acampamento. A fatalidade fez com que o ilustre facultativo abandonasse o único lugar seguro e perfeitamente garantido,

¹⁰⁸ As mortes desses dois legalistas foram analisadas pela autora em sua dissertação "Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)". Os trechos narrados por Cabanas também foram registrados pelo soldado pajador. Ver Tecchio 2012, p. 100-105.

¹⁰⁹ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 198.

porque minhas ordens para se respeitar a barraca assinalada com o pavilhão da Cruz Vermelha, eram severíssimas e foram cumpridas¹¹⁰.

Ainda que tenha sido uma fatalidade, Cabanas descreveu como uma morte legítima. Ao abandonar o hospital, Baptista Leite teria abandonado também a condição que lhe resguardava a vida. No centro do acampamento, deixava de ser médico e o que os soldados de Cabanas viram era um alvo, um combatente inimigo.

Os adjetivos usados para soldados e oficiais são diferentes. A relevância conferida às mortes integra um processo de construção de si em que Clementino de Oliveira estava próximo a Cabanas. O posto de oficial, a ousadia em permanecer em uma batalha perdida e o desprendimento em relação à própria vida são qualidades que Cabanas reivindica a si ao longo do texto. Já o soldado visitado no leito do hospital é lembrado não por quem era, mas por falar por outros soldados e aceitar que as mortes aconteçam naquelas circunstâncias, pois entendia ser necessária a vitória final.

De acordo com o historiador Vincent Gérard, na Primeira Guerra Mundial a concepção de morte ainda estava vinculada à Idade Moderna: “a morte tem um caráter normal, que se atenuará no entreguerras e se tornará um 'escândalo' após a Segunda Guerra”¹¹¹. Quanto ao médico, primeiro Cabanas se preocupou em mostrar, antes de anunciar a morte dele, que havia providenciado cuidados aos soldados feridos. Imediatamente após contar ao leitor sobre essa morte, anunciou que incorporou à sua coluna o médico Dr. José Athaide da Silva, encontrado pela patrulha da Coluna da Morte. Com essas duas informações, Cabanas retirou o peso da perda de um médico em meio aos conflitos. Ao esclarecer que os cuidados foram providenciados e chegou a incorporar outro médico, reduziu o prejuízo pela morte de Baptista Leite.

João Cabanas foi um leitor atento do material produzido sobre os eventos de 1924 e 1925. Ele demonstra ter lido Abílio de Noronha e faz uma clara referência ao seu livro *O Resto da Verdade*. Ao explicar a preocupação dos rebeldes com a manutenção das propriedades, ele assim menciona o general:

Destarte passou o dia 9. Todos apreensivos ante à medida que se deveria tomar em garantia dos bancos e de outros estabelecimentos de crédito, no caso de terem as forças revolucionárias de ser distribuídas naquilo

¹¹⁰ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 199.

¹¹¹ GÉRARD, Vicent. Uma história do segredo?. In PROST, A. e VINCENT, G., **História da vida privada, Da primeira Guerra a nossos dias**, vol. 5, p. 459-489. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1992, p. 208.

que mais nos preocupava: a defesa da cidade ou retirada da maioria da tropa em perseguição do inimigo.

Essa perseguição, não sei por que ordens de ideias, não foi levada a efeito apesar de meus insistentes pedidos para ser organizada e comandada por mim. Uma coluna sob o comando de certo oficial tentou fazê-la, mas não passou do Ipiranga... célebre “Marne” do general Sócrates, como bem afirmou o general Abílio de Noronha.¹¹²

Nesse trecho, Cabanas trabalhou sua autoimagem como defensor das propriedades. A defesa da cidade e a retirada da tropa aparecem paralelamente, afinal ao escrever seu livro, Cabanas já sabia do desfecho daqueles 23 dias em São Paulo. Com a cidade sob o domínio dos tenentes, escreveu ter considerado perseguir os legalistas. Toma para si a ideia de organizar e comandar esse ataque, verbos que implicam ação de uma liderança que foi confiada a Cabanas posteriormente. A referência à Batalha de Marne¹¹³ não só faz alusão a um marco na história da I Guerra Mundial, mas também à lentidão e paralisação do combate, pois as tropas não conseguiram avançar. A referência à Primeira Guerra veio entrelaçada em meio à referência a Abílio de Noronha. Concordando com a crítica tecida por ele, Cabanas também mencionou a falta de perseguição ao inimigo que pretendia comandar. Mais uma vez Noronha e Cabanas se aproximam, pois sugerem aos seus leitores que suas estratégias militares teriam abreviado os combates.

Notadamente, o relato das mortes vem seguido de uma única justificativa: o bem da nação. Dos dois lados do campo de batalha era preciso morrer, ou para salvar a pátria, ou para deixar de ser um entrave para a consolidação da República ideal. Argumentos como o bem comum e a efetivação do projeto de progresso republicano, almejado desde 1889, são recorrentes após a descrição de violentas batalhas e das mortes que provieram desses eventos.

Ainda próximos a Formigas, tentando manter o posto em Catanduvas para esperar a chegada de Prestes, o ataque surpresa pretendido por Cabanas foi mal sucedido por conta de um cão – nas palavras do autor “duplamente cão” – e um soldado que se

¹¹² CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 31.

¹¹³ A Batalha de Marne ocorreu em 1914, na Primeira Grande Guerra e é apontada como um dos motivos pelos quais a guerra se prolongou. “A batalha do Marne foi um ponto crucial na história da Primeira Guerra Mundial. A derrota da Alemanha impossibilitou-lhe a rápida vitória sobre a França, eliminou as possibilidades de uma guerra de curta duração e abriu o caminho a uma guerra longa, de mais de quatro anos”. SKRZĄTEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial. **História: Debates e Tendências** – v. 14, n. 2, jul./dez. 2014, p. 282. Disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Disiplinas%202016/Documents/2017/Downloads/4572-Texto%20do%20artigo-15407-2-10-20141218.pdf> Acesso em 29 de maio de 2020.

precipitou ao atirar. O cão ladrou alertando os legalistas da possível movimentação que efetivamente acontecia em meio à mata:

Estávamos tão próximos que ouvíamos e vimos tudo como vou relatando. Parece que a patrulha saiu de mau humor. Talvez considerasse intempestiva a ordem de seu comandante, porque o ladrar de um cão naquelas matas era coisa muito comum. Os soldados da patrulha avançaram, tomando, porém, precauções ao entrar na mata cerrada pela natural desconfiança que ela sempre inspira, mesmo em tempo de paz. Recomendei a minha gente o máximo silêncio e esperei a patrulha emboscado no mato, **tal como a fera espreita a vítima... O homem na guerra adquire instintos ferozes** e o seu maior prazer é matar o seu semelhante. E requintada essa ferocidade quando surpreende o inimigo. Se na sua surpresa faz tombar muitas vítimas, então ri e zombeteia. **Não há religião que tenha força suficiente bastante para deter o homem no declive das suas inclinações perversas. Em tempo de paz é um mascarado.** Em tempo de guerra *arranca a máscara da face* e apresenta-se tal qual é: inimigo de seus semelhantes, feroz no extermínio, até de seus próprios amigos e irmãos. Assim é que, **escravos da fraqueza ou da contingência humana**, esperei o momento em que o inimigo transpusesse o ponto onde estava preparada emboscada. Cortaria depois a retaguarda e não me escapasse um só homem...¹¹⁴.

Nesse trecho, a violência do tenente está claramente vinculada à sua condição de ser homem. Num contexto de guerra, como já referido, mudam os marcos referenciais e o que seria inaceitável em outros contextos, passa a ser aceito ou mesmo desejado. Conforme a proposta de Neitzel e Welzer para a análise sobre a Segunda Guerra Mundial, é necessário observar com “(...) uma visão não normativa para compreender quais são os pressupostos necessários para que pessoas absolutamente normais no aspecto psicológico, em condições específicas, venham a fazer coisas que jamais fariam sob outras condições”.¹¹⁵ Cabanas acreditava que, tal qual o cão que ladra ao notar a presença de qualquer movimentação na mata, o homem, instintivamente, e em sua condição natural, é violento, perverso, tira a máscara imposta pela civilização. A guerra e o fato de ser homem são condicionantes expostos pelo autor que lhe permitiram assumir, naquele momento, a condição de fera.

Outra expressão reveladora da relação entre a violência e a busca pela masculinidade presente na narrativa está na ideia de que agiram como "escravos da

¹¹⁴ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 222-223. (Grifos meus)

¹¹⁵ NEITZEL, Sönke & WELTZER, Harald. **Soldados – Sobre Lutar, Matar e Morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 23.

fraqueza ou da contingência humana". A palavra fraqueza, nesse contexto, evidentemente não tem a função de categorizar aqueles homens como fracos. Antes, cumpre sim a função contrária: a de enaltecer e justificar a emboscada, a morte de mais soldados e a virilidade pretendida com o ataque. Na República pretendida por Cabanas, os homens que atendiam à expectativa social seriam os responsáveis pela nação.

Nas conferências proferidas por Cabanas após retornar do exílio, anexadas à edição do livro em 1928, na parte das que foram realizadas no edifício do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, Cabanas assim teria se dirigido ao público:

Não importa mudar as pessoas que são os personagens maldestros da comédia política; não importa estar este ou aquele nome na presidência da República mais infeliz que o sol ilumina. O que realmente importa, o que pesa no destino, o que pode alterar o prisma das coisas é a mudança total de costumes políticos do Brasil. A república que chamam brasileira não é a República Brasileira que sonhamos desde 1889.

Abaixo a república feita para mascarar inconfessáveis manias czaristas de presidentes que só o são pelo favoritismo das camarilhas, da politicalha!

Abaixo a república infame que, na Constituição antiquada, dá direitos e impõe obrigações ao povo brasileiro, mas que na realidade fria dos fatos se esquece dos direitos sacrossantos dos povos, para só se lembrar de que basta um decreto arbitrário para assassinar as consciências que brotam e que têm fatalmente de triunfar, para só se lembrar das obrigações, do cárcere e da ignominia!

[...]

Se não valerem os gritos do povo que sofre, valerão mais que qualquer decreto legalista, os roncões poderosos das bocas redondas dos canhões!¹¹⁶

O uso da letra maiúscula ou minúscula para República serve para diferenciar o regime político vigente na época e a República ideal projetada por Cabanas. O autor, que usava para si o adjetivo de revolucionário, assumia que não bastava trocar os governantes, era preciso uma mudança na cultura política. E embora a República não fosse lugar de violência, a violência poderia ser um caminho para impor a democracia. Dessa forma, João Cabanas conciliou a representação dele como homem violento com a autorrepresentação de um homem justo, defensor da democracia e da justiça social, o que o reabilitaria, segundo suas pretensões, para a vida pública.

¹¹⁶ CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 292.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida na elaboração desta tese mostrou que no ano de 1924, João Cabanas se tornou, definitivamente, um homem público. A presença expressiva do tenente na luta armada levou seu nome aos jornais, a livros, cartas de líderes políticos e outros documentos produzidos naquela década e depois. Nesses espaços, a escrita produzida por diversas mãos moldou representações de um tenente famoso. Os jornais da época, os relatos de combatentes legalistas e revolucionários e até a historiografia reproduziu essa apreciação, conferida especialmente pelo uso da violência em suas investidas contra os legalistas, bem como os castigos ou fuzilamentos que aplicava para “manter a ordem”.

Na condição de tenente da Força Pública de São Paulo, Cabanas aderiu ao Levante Paulista e apoiou a luta armada que reivindicava mudanças na política dos anos 1920. Compactuava do pensamento que julgava necessário fazer uma “revolução”, depondo o então presidente Arthur Bernardes e reorganizando a República. Essa prática, compreendida como salvacionista, pode ser avaliada a partir das reflexões propostas por Alcir Lenharo em seu livro *Sacralização da política*¹, quando, ao estudar a Ditadura Militar de 1964, avaliou a perspectiva de se fazer a democracia por vias não democráticas. A ideia de reconstruir a República, ou mesmo “moralizar” a política, com base na ação das forças armadas, acompanha discursos políticos no Brasil até a atualidade. Cabanas pode ser tomado como um exemplo da complexidade dos discursos salvacionistas, da concepção que se tem sobre democracia e da inviabilidade de uma explicação dual e reducionista para a nossa história.

Na análise aqui empreendida, partindo da perspectiva da História Cultural, as diferentes representações sobre Cabanas – essas criadas por outros escritos e também por ele – revela que não houve coesão entre os tenentistas ou mesmo entre os legalistas. Esses grupos guardam divergências, existindo ainda espaço para investigações históricas que deem conta de estudar as particularidades do Movimento Tenentista. Em *A Coluna da Morte sob o comando do tenente Cabanas*, o autor, que se apresentou como um justiceiro republicano, demonstrou que não limitava suas ações às normas, e as transgredia sempre que julgasse conveniente para a defesa da nação.

¹ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, Papirus, 1986.

A construção de representações pejorativas sobre Cabanas pelos legalistas, como o caso do *Correio Paulistano*, o instigou a reaver sua imagem. A violência praticada pelo tenente ganhou novos sentidos e foi reelaborada discursivamente, aparecendo como uma forma legítima de fazer justiça e de recuperar um projeto de República que atendessem às demandas do povo, povo este que, em seu livro, aparece como algo genérico. Ao invés de negar o que diziam os jornais governistas, Cabanas apresentou suas ações sob outra perspectiva, de modo a propor legitimidade a seus atos e aceitação social.

Os textos de Cabanas foram produzidos em meio a tantos outros interessados em transpor para a linguagem escrita as experiências em meio ao Levante Paulista e seus desdobramentos. A circulação do relatório do inquérito, divulgado por meio do livro *Movimento Subversivo de Julho*, antecipava para os leitores uma condenação que só seria oficializada em 1927. Nesse livro, o General de Divisão do Exército Abílio de Noronha – exonerado logo no início do Levante Paulista – também teve destaque, e assim como Cabanas, escreveu sobre sua experiência. João Cabanas e Abílio de Noronha carregaram consigo a intencionalidade de narrar os fatos, configurando os sentidos daquele passado recente com o intuito de reposicionar a si mesmos diante da opinião pública. Politicamente estavam de lados opostos, mas os dois se assemelhavam pelas críticas tecidas a eles no *Correio Paulistano* e por terem sido mencionados no Processo. Ambos os militares, antes partícipes de confrontos armados, transpuseram para o campo das letras suas interpretações sobre o passado recente, imprimindo suas marcas no combate de narrativas. Eles utilizaram a escrita para intervir no processo de como seriam lembrados, contrapondo a imagem social negativa que lhes era sugerida, e impunham resistência às construções elaboradas por seus opositores.

Assim, esses homens em posições tão distintas durante o Levante Paulista e a Coluna Paulista, guardam algumas semelhanças quando propuseram deixar para a posteridade o que julgavam ser narrativas legítimas e verdadeiras. Cabanas, marginalizado pelos principais veículos de comunicação governistas e, neste processo, condenado pela Justiça, reforçou suas características de combatente violento e promoveu uma inversão dos sentidos propostos pelos legalistas às suas práticas. Abílio de Noronha enfatizou desde os títulos de seus livros sua intenção em lograr reconhecimento como portador da verdade. Também com sua imagem manchada pelos jornais governistas e pelo relatório do inquérito, a acusação que pesava sobre ele de não ter reagido a contento contra os rebeldes que tomaram São Paulo foram respondidas evidenciando a ineficiência das ações de outros legalistas. Seus polêmicos livros, além da função de recuperar a

imagem do general, escancararam as deficiências da atuação dos legalistas em São Paulo, afinal, o bombardeio indiscriminado promovido pelas forças legais permitia a Noronha condenar veementemente seus até a pouco colegas do Exército.

As práticas militares adotadas por Cabanas nos conflitos de 1924 e 1925 resultaram, através da construção elaborada pelos jornais governistas, em uma imagem de militar truculento. Neste aspecto, o livro *A Coluna da Morte* consistiu em uma autodefesa do autor, com o intuito de reconfigurar essa imagem. Os traços de si construídos através da escrita condizem com a ideia de Phillipe Artières de que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”². Cabanas reivindicava com a possibilidade de difundir e legitimar seu posicionamento a respeito das próprias ações. Diante da tentativa de construção de uma imagem negativa pela imprensa governista, proclamava que sua voz também fosse ouvida. Nesse livro, Cabanas produz, por meio da narrativa, um sujeito que ele pretende fazer conhecer a seus leitores.

Dentre as imagens propostas para si, destaco a de Cabanas herói e Cabanas republicano. Para isso, usou causos que se difundiram depois de sua passagem aos locais do interior paulista sobre sua indumentária para compor uma narrativa de herói imbatível. A capa preta usada pelo tenente no inverno de 1924 se tornou parte da composição dele como herói e tais histórias em torno da roupa que trajava reforçaram a imagem de um lendário Cabanas. No livro, teriam sido os legalistas que projetaram na capa um elemento sobrenatural, ou seja, ele ironizou o fato de tratarem sua vestimenta como uma espécie de amuleto, e reforçou que não era sua capa, e sim ele, um homem de carne e osso, o responsável por ludibriar os legalistas e garantir a própria sobrevivência, bem como vitórias militares importantes para os tenentes, em situações tão desfavoráveis.

Cabanas também propôs o que denominei de República ideal. A nação que almejava construir o teria respaldado em práticas violentas e ataques aos legalistas. Enquanto horizonte de expectativa, Cabanas almejava o reconhecimento de suas ideias, haja vista que projetava no governo a incapacidade de gerir a nação e elaborava para si uma imagem de militar e político capaz de olhar para vários segmentos da sociedade, tais como os que cita: trabalhadores, operários e funcionários públicos. Atentou ainda para a situação do interior do país, o qual entendia que era necessário o Estado transferir para

² ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n 21, p. 9-34, 1998, p. 11. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/arquivar_a_propria_vida.pdf

empresar a responsabilidade da infraestrutura e acesso a serviços como saúde e educação. Com essa retórica, reivindicava que os governantes do país sofressem a consequência imputada a ele por sua participação no tenentismo. Deveriam passar pela justiça, recebendo um julgamento autêntico e formal e, além disso, receber castigo. E para completar, os líderes ilegítimos precisariam ser expulsos. Cabanas tomava para si a fala da “sociedade brasileira”, voz na qual se ancorou para manifestar a vontade de que seus opositores fossem punidos.

A morte é um assunto recorrente, a começar pelo título do livro, que se apropria da denominação Coluna da Morte, que veio a substituir o nome Coluna Cabanas. Assim, diferente de como ficou conhecida a Coluna Miguel Costa-Prestes, aqui a morte assumiu o lugar do nome próprio do comandante. Através da palavra morte, Cabanas tanto assume quanto ressignifica o estigma associado a seu nome. Ao aceitar a denominação de Coluna – de acordo com o que teriam sugerido seus soldados - colocou-se ao lado de outros reconhecidos líderes tenentistas como Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, criando uma identificação específica para o seu batalhão. Cabanas explicou a seus leitores a quem sua Coluna seria “da Morte”: “[...] para os maus brasileiros, para o despotismo, para os representantes e defensores do governo que a revolução combatia”³. A palavra "morte" pareceu melhor representar a importância do papel que desempenhou seu agrupamento, afinal, foi retaguarda da Coluna Paulista - da qual na verdade fazia parte - que permitiu a continuidade do movimento após os legalistas recuperarem a cidade de São Paulo. A Coluna da Morte comportava, no sentido proposto por Cabanas, a função de sustentar todo o movimento, primeiro salvaguardando a Coluna Paulista sob o comando de Miguel Costa, e em seguida possibilitando o deslocamento até o oeste paranaense.

Ao divulgar suas ideias, Cabanas ajudou a produzir uma representação de si que o acompanhou por toda a vida. No anúncio de sua morte no jornal *O Estado de São Paulo*, ocorrida no dia 27 de janeiro de 1974, no hospital Santa Cruz, em São Paulo, no contexto da ditadura civil militar no Brasil, o título da notícia parece realizar a intenção do tenente quanto ao aspecto fantástico que atribuiu a si. O jornal assim anunciou: *De Cabanas, o que permanece são as lendas*. Ali foi dado espaço a algumas palavras que teriam sido ditas por Cabanas em entrevista, já em seu leito de morte, sobre as histórias em torno dele: “Coisas da imaginação popular”⁴. E o jornal segue: “[...] falam de balas que

³ CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 77.

⁴ De Cabanas, o que permanecem são só as lendas. *O Estado de São Paulo*, terça-feira, 29 de janeiro de 1974, p. 4.

atravessavam o corpo e saiam, de formidáveis saltos de um telhado para o outro, de um cavalo branco enviado por São Jorge quando suas tropas estavam cercadas numa batalha no sul do Mato Grosso, o que lhe permitiu vencer o cerco”⁵. Sobre o fato de não ter escrito suas memórias ao final da vida, Cabanas teria dito: “Ou eu confirmo o que não é verdade, e minto, ou conto a verdade e decepção muita gente”. Optou, portanto, em manter sobre si aquelas já conhecidas representações de um homem lendário, que brincava, por exemplo, com descrições como a dada por Abílio de Noronha, de um “franzino Tenente Cabanas”⁶, resignificava a violência de seus atos tão evidenciada no *Correio Paulistano* – aproveitando as críticas que sofria para alavancar sua fama - e se opunha aos próprios tenentistas diante de opiniões divergentes.

Essas afirmações foram possíveis após um intenso trabalho de levantamento e exame de documentos, de decisões frente a uma trajetória de pesquisa na qual os tornei fontes históricas, cuja análise, ancorada em discussões teóricas, pôde compreender algumas das representações sobre Cabanas e a forma como ele mesmo se representava em meio a um tenso momento de disputas políticas no Brasil. O estudo contribui com a historiografia que trabalha com os anos 1920 ao complexificar as relações que permearam as disputas entre tenentes e legalistas durante o Levante Paulista de 1924 e o período imediatamente posterior. Para além disso, almejo que as reflexões apresentadas sirvam para desnaturalizar os discursos que, convictos da eficácia atribuída ao poder das armas em impor uma moralidade, validam a ingerência de militares na política em nosso país.

⁵ De Cabanas, o que permanecem são só as lendas. **O Estado de São Paulo**, terça-feira, 29 de janeiro de 1974, p. 4.

⁶ NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo: Editora Rochéa, 1925, p. 75.

ANEXO I

Título	Ano de publicação	Autor	Posicionamento político
A revolta de 1924	1924	Elias Chaves Neto	Crítico ao tenentismo, o autor publicou alguns de seus artigos já divulgados em jornais da época. Suas reflexões centrais buscavam a solução para a crise política que se expressava com as ações dos tenentes.
Dias de Pavor	1924	Aureliano Leite	Defensor da legalidade, escreveu sobre os embates em São Paulo.
A Revolta de 24	1925	Alceu Dantas Maciel	Crítico ao tenentismo e à política da época, considerava a necessidade de mudanças, mas discordava dos métodos usados pelos tenentes.
Justiça: a Revolta Militar em São Paulo	1925	José Carlos de Macedo Soares	Crítico ao tenentismo e aos legalistas, dizia ser um defensor da cidade de São Paulo. Seu livro também serviria para esclarecer que não tinha envolvimento com os tenentes.
A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924	1927	Juarez Távora	Tenente que lutou e foi um dos principais líderes do movimento. Seu texto trata de questões ideológicas do movimento, bem como o desenvolvimento dos conflitos.

Agora Nós!	1927	Paulo Duarte	Favorável ao tenentismo, defendia a necessidade de uma revolução para solucionar a crise na República.
Catanduvás	1927	Adauto Castello Branco	Militar legalista, o autor tratou detalhadamente do conflito na região de Catanduvás, Paraná, evidenciando as estratégias militares e empenho para conter os tenentes.

LISTA DE FONTES

Livros:

BRANCO, Adauto Castelo. **Catanduvás**. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1927.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Prefácio de José de Souza Martins. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CABANAS, João. **Os fariseus da revolução**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932.

CASTRO, Viveiros. **Os delictos contra a honra da mulher**: Adultério- Defloração. Estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: João Lopes Da Cunha editor, 1897.

CHAVES, Elias. **A Revolta de 1924**. São Paulo, Olegário de Almeida, 1924.

COSTA, Ciro; Góis, Eurico. **Sob a metralha...**História da Revolta em São Paulo. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

LEITE, Aureliano. **Dias de Pavor**: figuras e cenas da Revolta de São Paulo. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

MACIEL, Alceu Dantas. **A Revolta de 1924**. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1925.

NORONHA, Abílio. **Narrando a Verdade**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

NORONHA, Abílio. **O Resto da Verdade**. São Paulo, s.c.e., 1925.

Polícia de São Paulo. Movimento subversivo de julho. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito, composta pelos drs. Raphael Cantinho Filho, 1º Delegado auxiliar, Virgílio do Nascimento, segundo o delegado auxiliar, Octávio Ferreira Alves, segundo o delegado, Alfredo de Assis, terceiro delegado, andrelino de Assis, 8º delegado e Aquiles Guimarães, delegado em comissão nesta capital. Rio de Janeiro: casa Garraux, 1925, 263 páginas.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Justiça**. Revolta Militar de São Paulo, Paris, s.c.e., 1925.

TÁVORA, Juarez. **À guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: Ed. O Combate, 1927. V. 1

Lei

BRASIL. Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>

Arquivo Público do Estado de São Paulo, conjunto documental Cartas da Revolução de 1924, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

Carta de João Cabanas para Alfredo de Simas Enéas. 20 de janeiro de 1926. Assunção, Paraguai.

Carta de João Cabanas para Alfredo de Simas Enéas. 20 de julho de 1926. Possadas, Argentina.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornais consultados

A Gazeta, São Paulo (1920-1929)

A Noite, Rio de Janeiro (1920-1929)

Correio da Manhã, Rio de Janeiro (1920-1929)

Correio Paulistano, São Paulo (1920-1929, 1930-1939, 1950-1959)

Ilustração Pelotense, Pelotas (1920-1929)

O Combate, São Paulo (1920-1929)

O Estado de São Paulo, São Paulo (1920-1929, 1970-1979)

O Estado do Paraná, Curitiba (1920-1929)

O Estado, Florianópolis (1920-1929)

O Jornal, Rio de Janeiro (1920-1929)

O Paíz, Rio de Janeiro (1920-1929)

Pequeno Jornal, Recife (1920-1929)

Revistas

A Vida Moderna, São Paulo (1920-1929)

A Cigarra. São Paulo (1920-1929)

Revista da Semana. Rio de Janeiro (1920-1929)

REFERÊNCIAS

- ABOTT, Milena de Oliveira. **Payador, Pampa e Guitarra: Tempo, espaço e ecos de uma cultura**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada "a ocasião da negrada bumbar": comemorações da abolição, música e política na Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 97-120, jun. 2011.
- ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Presídio Maria Zélia: Repressão política no Governo Constitucional de Getúlio Vargas**. 2018. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Geovani Anicio. **O Levante dos Tenentes como fenômeno jornalístico: A narrativa do Correio da Manhã**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- AQUINO, Laura Christina Mello De. **A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo**. 01/10/1995 112 f. Mestrado em história Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Editora Ática; Brasília: Editora UnB, 1988.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico - dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n 21, p. 9-34, 1998.
- ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. **1924 – Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas**. 2014. Dissertação

(Mestrado em História). Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da Virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BIGNOTTO, Cilza Carla. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Tese (Doutorado em Letras). Campinas, SP : [s.n.], 2007.

BORGES, Vavy Pacheco; COHEN, Ilka Stern. A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932. In.: PORTA, Paula (org). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **Em guarda contra o latifúndio: tenentismo e reforma agrária (1930-1935)**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 22-24, 1998.

CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 135-179.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924 - 1954** (org). São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo de Estado, 2003.

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011.

CARVALHO, Maria Meire. Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: Histórias que não nos contaram. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 356-369, 2015.

CASTRO, Maria Clara Spada. **Além da Marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa - Prestes**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

CAULFIELD, Suean. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1908-1940)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **O que é o autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, São Paulo: UFScar, 2012.

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". **Estud. Av.**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca da Identidade**. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CONNEL, Robert. La Organización Social de La Masculinidad. In. VALDES, Tereza; OLAVARRIA, José. **Masculinidad/es: poder y crisis**. Cap. 2, ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres no 24. 1995.

CORREIA, Ana Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido. **História: Questões & Debates**, Editora UFPR.: Curitiba, n. 59, jul./dez. 2013.

CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

CURVO, Luiz Marcio Ambrosio. **Jovens, Tenentes e Rebeldes: A Liderança da Coluna Miguel Costa/Prestes**. 2005 142 f. Mestrado em história, Universidade De Brasília, Brasília.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. In.: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1994.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 20 e a revolução de 30. Rio de Janeiro, **CPDOC**, 2006.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In.: BRAIT, B; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.) **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discursos e ideologia. São Paulo: 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FOUCAULT (O que é um autor?) apud CHARTIER, Roger. **O que é o autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos, São Paulo: UFScar, 2012.

FOUCAULT, Michael. A escrita de si. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, (Ditos & escritos V).

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, 26(1):67-76, jan./abr., 2014.

FRANÇA, E. Oliveira. Prefácio. In.: CORRÊA, Ana Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

GÉRARD, Vicent. Uma história do segredo? In PROST, A. e VINCENT, G., **História da vida privada, Da primeira Guerra a nossos dias**, vol. 5, p. 459-489. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Jaime. Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema da teoria da autobiografia. In.: GALLE, Helmut. (org) **Em primeira pessoa**: abordagens de uma teoria autobiográfica. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada Tradução: Mathias Lambert. Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1891.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GOMES, Paulo Emilio Sales. **Uma situação decolonial?** 1 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2016. EBOOK.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. PINSKY, Carla Bassanezi e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924 - 1954** (org). São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo de Estado, 2003.
LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: **História e Memória**. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LEJEUNE, Phillippe. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008B.

MACHADO, Felipe Luiz Borges. **Assis Cintra: uma outra história**. O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. Belo Horizonte. 2004. 175 f. Dissertação. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2004.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivos. In.: PINSKY, Carla B. (org) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MARTINS, Marcelo Tadeu Quintanilha. **A civilização do delegado: modernidade da polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República Velha 1889-1930**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, Milena Ribeiro. O livro brasileiro nos anos 1920: aspectos gráficos e atuação dos escritores. **O Eixo e a Roda**: Revista de Literatura Brasileira, [S.l.], v. 29, n. 1.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. **Varia hist.** [online]. vol.27, n.45, 2011.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Mashorqueiros ou procellários? a experiência tenentista no Maranhão**: política, cultura histórica, imaginário, personagens... Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 31-44, set. 2009.

MOREIRA, Regina da Luz. João Francisco Pereira de Souza. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOREIRA, Rosemeri. A invenção da mulher policial no Paraná. In.: MOREIRA, Rosemeri; SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Gênero e instituições armadas**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016.

NEITZEL, Sönke & WELTZER, Harald. **Soldados – Sobre Lutar, Matar e Morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NETO, Adalberto de Araújo. **O Socialismo Tenentista: trajetória, experiências e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no estado de São Paulo na década de 1930**. 2012. – Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, Jun 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PAGÉS, Júlío César Gonzáles. **Macho, varón, maculino**: estudios de masculinidades en Cuba. Havana. Editorial de la mujer, 2010.

PEREIRA, Marcelo. DE S. Coração andarilho: escrita de si, escrita da pátria. **Letras & Letras**, v. 26, n. 1, 23 set. 2010.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito. **Revista História**, São Paulo, n. 178, 2019.

Polícia de São Paulo. **Movimento Subversivo de Julho**. Relatório geral dos acontecimentos apresentados pela comissão do inquérito. Rio de Janeiro: Casa Garraux, 1925.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n.10, 1992.

PORTA. Paula (org). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA; AMADO (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRESTES, Jefferson Jorge Siqueira. **Utopia Revolucionária: Repercussões em Mato grosso da rebelião Tenentista em São Paulo (1924-1927)**. 2009. Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PROST, Antoine. “Social e cultural indissociavelmente”. In: RIOUS, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

QUEIROZ, Soely. Polícia e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In.: PORTA. Paula (org). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. **Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954**. In.: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: J. REVEL. (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 161-178.

SANTOS, F. A dos. Presença da música popular brasileira na primeira década da radiofonia paulistana. **Epígrafe**, v. 3, n. 3, p. 95-113, 4 out. 2016.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1a - ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Isabel Pimentel da. In.: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

SKRZĄTEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial. **História: Debates e Tendências** – v. 14, n. 2, jul./dez. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 40, p. 169-195, abr. 2016.

SOUZA, Adriana Barreto; SILVA, Angela Moreira Domingues da. A organização da

Justiça Militar no Brasil: Império e República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 361-380, maio-agosto 2016

SOUZA, José Augusto de. **A Coluna Prestes em discursos**. Dissertação. (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, 2005.

TECCHIO, Caroline. **Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

TEIXEIRA, Eduardo Perez. **A Coluna Prestes vista por O Paíz e o Correio da Manhã (1924-1927)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – “jornal que não ladra, não cacareja e não morde”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

THOMSON, A. Reconstruindo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, v.15, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX**. São Paulo: ARX, 2002.

UEOCKA, Lorayne Garcia. **1924: Dossiê de uma rebelião - operários ante a sedição paulista**. 1991. Mestrado em HISTÓRIA. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922 - 1932)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

WACHOWICZ, Ruy. C. **Obrageiros, mensus e colonos: História do oeste paranaense**. 2ª. Ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.